



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional.

Memórias de estudantes Kalunga que ingressaram no ensino superior:
Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB).

Raquel Koyanagi

Brasília, julho de 2016



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação
Internacional.

Memórias de estudantes Kalunga que ingressaram no ensino superior:
Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC/UnB).

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília. Área de Concentração: Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Orientador: Professor Dr. José Walter Nunes

Brasília, julho de 2016

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Walter Nunes (orientador)

**Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade, Cooperação
Internacional – CEAM/UnB**

Prof. Dr. André Luiz de Figueiredo Lázaro

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

Profª Dra. Leides Moura

**Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade, Cooperação
Internacional – CEAM/UnB**

Prof. Dr. Erineu Foerste

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Profª Dra. Teresinha de Fátima Perin

Faculdade JK

Profª Dra. Doriana Daroit (suplente)

**Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade, Cooperação
Internacional – CEAM/UnB**



Fonte: acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília

Dedicatória

Aos estudantes Kalunga da LEdoC

À Professora Dra Nancy Alessio Magalhães (in memoriam)

Aos meus pais Luiz e Alice.

No dia 14 de julho de 2012, veja só que organização.

Ao chegar no multiuso de Cavalcante, que grande emoção.

Pra participar da primeira oficina para a elaboração de um vídeo, isso nunca tinha ouvido falar não.

Ao iniciar a oficina que bela animação.

A professora Nancy nos apresentou o projeto que a mesma tinha em mãos.

Para a elaboração de um filme essa é a nossa intenção.

Portanto, ela dizia: estagiários e participantes ouve a minha explicação, se quer participar da oficina, essa é a minha preocupação.

Porque depois que iniciarmos... iniciarmos não quero que diga não.

Nancy está lutando e temos que agradecer-la, por um dos sete projetos no Kalunga vai acontecer.

E caminhamos pelo Vão de Almas entrevistando os moradores. O primeiro a ser entrevistado, sua entrevista negou, dizendo que alguns fotógrafos suas fotos levou e em cima das fotos muito dinheiro ganhou.

Na primeira entrevista, veja só que decisão, foto dos romeiros a professora pôs no chão 'observe essas fotos e ouve o que eu vou falar: pessoas do Vão de Alma só quem podemos entrevistar'.

O primeiro entrevistado com grande orgulho demonstrou, pegou dois instrumentos usando na romaria, algumas canções ele cantou: Eu gosto da romaria e temos ela por tradição, preservando a cultura do nosso querido povão.

Chegando no Rio Almas, duas crianças num barco foi avistado, Edymara queria fotografar o barco que estava sendo levado.

Volte este barco que nele querem atravessar, as crianças sorrindo o barco pôs-se a remar.

Chegando no festejo de Nossa Senhora da Abadia a filmação iniciou, quero uma filmação em silêncio, a professora relatou.

Está na hora de ir embora, a Cláudia falou. O carro de boi partindo me levou.

Ainda teve o Leandro e a Raquel que deles não esqueço não, trabalhamos juntos unidos para uma melhor filmação.

Autora Eurotildes dos Santos Rosa.

Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília

Agradecimentos

À Prof^ª Dra. Nancy Alessio Magalhães, eterna amiga, conselheira acadêmica e afetiva, com quem eu tive o privilégio de conviver e aprender muitas coisas. Os dois primeiros anos sob sua orientação foram de respeito profissional e de construção de uma profunda amizade, porque Nancy não era apenas a professora, mas também uma amiga confiante. Muitas conversas intermináveis e muitos conselhos que levarei para toda a minha vida, porque estão eternizados na minha memória, na minha história. Com certeza, agora essa minha amiga convive com a ternura dos anjos.

Aos meus pais, Luiz e Alice, pela compreensão e pelo apoio incondicional. Sem eles, tudo seria mais difícil.

Aos meus irmãos Fernando e Andréa, pelas palavras de otimismo e encorajamento.

Aos meus cunhados: Evânia pela amizade, carinho e ternura e Sérgio pelo apoio fraterno.

Às pequenas Cacau e Vidinha, pela companhia. Chegar em casa todos os dias e ser recebida como se fosse a pessoa mais importante do mundo, dava-me coragem para enfrentar os obstáculos da vida.

Aos queridos amigos Leandro e Edymara, pelo aprendizado e companheirismo durante o trabalho no *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*.

Aos amigos Arlindo, Joselma, Clodoaldo, Michiele, Divina e Karine, pelo zelo e incentivo durante essa caminhada.

Aos amigos Alexandre, Arlindo Seiki, Iolanda, Ailton, Márcio e Tânia, por me incentivar, mesmo à distância, com palavras de otimismo e coragem.

Aos amigos da Pós-Graduação e da *Revista Perspectiva do Desenvolvimento – RPD*: Thais, Ângela, Eric, Edison, Cadu e Renata.

Aos amigos do Ministério da Educação, que me suportaram durante os dias tensos, mostrando-me que dias melhores viriam, agradeço-lhes pela alegria, carinho e otimismo de todos os dias: Nubinha, Terê, Lúcia, Márcio, Xavier, Vanessa, Virley,

Antônio, Orlandinho, Rosângela, Edinaldo, Sr. Wilson, Luiz Sérgio, Shigueaki, Jorge, Glorineide, Laila, Tayala e Nádia.

À professora Maria Auxiliadora, que estava sempre à disposição para me ensinar sobre Educação Escolar Quilombola.

Ao meu querido professor Clovis Esequiel dos Santos, Coordenador da Coordenação Geral de Políticas para a Educação do Campo do Ministério da Educação, pela compreensão e incentivo.

À Michelle Carmelinda (*in memorin*) pela amizade e confiança.

Ao Prof. Dr. André Lázaro de Figueiredo Lázaro e à Prof^ª Dra. Leides B. A. Moura, pelas sugestões dadas a minha pesquisa, quando do exame de qualificação, e agora por terem aceitado participar da banca de conclusão da tese, meus sinceros agradecimentos.

Ao Prof. Dr. Erineu Foerste e à Prof^ª Dra. Teresinha de Fátima Perin, agradeço-lhes por terem aceitado o convite para participar desta banca.

E ao Prof. Dr. José Walter Nunes, meu querido orientador, agradeço-lhe pela acolhida no seu grupo de orientandos, num momento muito difícil e de insegurança para mim. Nesses dois anos e meio de convivência acadêmica, pude compartilhar de sua paciência, generosidade, solidariedade, serenidade, conhecimento, maturidade e alegria que permearam nossa relação no processo de construção definitiva do tema e dos contornos teórico-metodológicos da pesquisa. Sua firmeza me transmitiu coragem e confiança para prosseguir e levar até o fim este trabalho. Por tudo, professor, receba a minha gratidão!

Resumo

Os Kalunga são remanescentes de quilombolas e suas terras estão localizadas no norte de Goiás nas cidades de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, sendo que essas terras estão divididas em cinco subáreas: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão de Almas, Contenda e Vão do Kalunga. Cada subárea pode estar, por sua vez, dividida em inúmeras outras localidades, como Riachão, Ema, Engenho II, etc. Estima-se que são cerca de 4.000 habitantes Kalunga no norte de Goiás. A comunidade Kalunga mantém suas tradições que vêm da época dos africanos escravizados, fugidos do trabalho das minas de ouro. Festejos como a Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, além de um culto em agradecimento à Santa, é um momento de reencontro entre amigos e familiares. Entretanto, ainda que cercados dessa linda tradição, os Kalunga enfrentam muitas dificuldades, como falta de energia e escolas com infraestrutura adequada para os estudantes Kalunga. E é relativamente à vida escolar dos Kalunga que esta tese foi elaborada, tendo como objetivo geral interpretar sentidos construídos em torno do cotidiano escolar - do ensino fundamental ao superior - dos estudantes Kalunga da Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC, por meio de suas histórias e memórias sobre as trajetórias de vida, trajetórias escolar, localidades onde moram e trabalham, a partir do registro e análise de relatos orais. Para tanto foram registrados e interpretados a infância, convívio familiar, de trabalho, comunitário e cotidiano escolar, bem como interpretados como se constroem as memórias dos estudantes Kalunga, enquanto sujeitos que agem na recriação de suas identidades.

Palavras chaves: Comunidade Kalunga, Licenciatura em Educação do Campo, memórias.

Abstract

The Kalunga are remnants of quilombolas, their lands are located in the north of Goiás in the cities of Cavalcante, Teresina de Goiás and Monte Alegre, and these lands are divided into five subfield: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão de Almas, Contenda e Vão do Kalunga. Each subfield may be, also, divided into numerous other locations, as Riachão, Ema, Engenho II, etc. It is estimated that are about 4,000 inhabitants Kalunga in northern Goiás. Kalunga community maintains its traditions that comes from the time of enslaved Africans, the work of gold mines escaped. Celebrations as the Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, beyond a cult of thanks to Santa, is a time of reunion among friends and family. However, although surrounded this beautiful tradition, Kalunga face many difficulties such as lack of energy and schools with adequate infrastructure for Kalunga students. And it is in relation to school life of Kalunga that this thesis was developed with the overall objective of interpret meanings constructed around the daily school – from elementary school to college - the Kalunga students field of Education Degree - LEdoC through their stories and memories of the life trajectories, school trajectories, places where they live and work, from the recording and analysis of oral reports. To accomplish this task, were recorded and interpreted childhood, family life, work, community and school routine, and interpreted as building memories of Kalunga students as subjects who act in the recreation of their identities.

Key words: Community Kalunga, Degree in Rural Education, Memories.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	12
Lista de Quadro.....	12
Lista de fotos	12
Lista de Abreviações e Siglas.....	16
Introdução.....	19
Capítulo 1 - A África é muito longe.	25
1.2 - Comunidade Kalunga.....	41
1.2.1 - Engenho II	47
1.2.2 - Vão do Moleque.....	51
1.2.3 - Vão das Almas	53
1.3 - Hospitalidade dos Kalunga.....	58
1.4 - Luta pela terra.....	59
1.5 - Cultura e identidade dos Kalunga.....	62
Capítulo 2 - Aspectos teórico-metodológicos e procedimentos técnicos da pesquisa....	73
2.1 - Roteiro e entrevista	90
2.2 - Diário de Campo.....	94
Capítulo 3 - Narrativas dos estudantes Kalunga: infância, ensino fundamental e médio	129
Vilmar Souza Costa	129
Wanderleia dos Santos Rosa	133
João Francisco Maia	140
Joelice Francisco Maia.....	146
Daiana dos Santos Dias	149
Eurotildes dos Santos Rosa	152
Romes dos Santos Rosa	155
Erildo Fernandes de Souza.....	157
Niecia Pereira dos Santos.....	159
Adão Fernandes da Cunha.....	161
Genildo Fernandes Gonçalves	164
Adilene Dias da Conceição	166
Capítulo 4 - Narrativas dos estudantes Kalunga: ensino superior	168
Capítulo 5 - Memória escolar e cotidiano Kalunga.	204
5.1 - Infância Kalunga: pureza, brincadeiras, jogos e brinquedos artesanais.....	205
5.2 - Infância Kalunga e trabalho na roça	217

5.3 - A primeira vez na escola: “era na casa do professor, era uma casinha de palha, toda rebocada de barro”	219
5.4 - Castigo na escola: “eu lembro como se fosse hoje”	228
5.5 - Recreio: o momento em que os Kalunga se divertiam e dividiam a merenda com os colegas.....	231
5.6 - Memória Kalunga no Ensino fundamental e médio	232
Capítulo 6 - Experiência e memória Kalunga no aprendizado de nível superior.	241
6.1 - Lutas e conquistas: Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola.....	241
6.1.1 - Educação do Campo.....	241
6.1.2 - Educação Escolar Quilombola.....	252
6.2 - Educação do Campo: trajetórias nos territórios Kalunga.....	256
Referências	285
Anexo I.....	296
ROTEIRO DA ENTREVISTA	297
Anexo II.....	299
Termos Cessão de Direitos.....	300

Lista de Figuras

Figura 1 – Figura para ilustrar a distância entre Brasil e o continente africano.	25
Figura 2 – Mapa municípios do Sítio Histórico do território quilombola Kalunga - Goiás.	45
Figura 3 – Mapa localidades tradicionais de matriz africana do Sítio Histórico do território quilombola Kalunga – Goiás.	46
Figura 4 – Certificado de assinatura do Presidente Lula do decreto de reconhecimento da comunidade (scaneado).	61
Figura 5 – Mapa das escolas da comunidade Kalunga.	223

Lista de Quadro

Quadro 1 – Relação dos entrevistados.	92
Quadro 2 – relação de escolas nas comunidades Kalunga.	220

Lista de fotos

Foto 1 - Comunidade Engenho II.	48
Foto 2 - Comunidade Engenho II.	48
Foto 3 - Comunidade Engenho II.	48
Foto 4 - Comunidade Engenho II.	48
Foto 5 - Cachoeira Santa Bárbara, Engenho II.	49
Foto 6 - Rio Paranã.	51
Foto 7 - Rio Paranã.	52
Foto 8 – Gado.	52
Foto 9 - Estrada para o Vão de Almas.	55
Foto 10 – Romaria de Nossa Senhora D’Abadia, Vão de Almas.	56
Foto 11 - Local onde se realiza a Romaria de Nossa Senhora D’Abadia.	57
Foto 12 – Placa Área do território dos quilombos Kalunga.	59

Foto 13 - Praça de Cavalcante.	97
Foto 14 - Praça de Cavalcante.	98
Foto 15 – Vilmar Souza Santos.	98
Foto 16 – Vilmar Souza Santos.	99
Foto 17 – Wanderleia dos Santos Rosa.....	100
Foto 18 - Placa Povoado do Engenho II (Comunidade Kalunga).	101
Foto 19 – Pequeno rio.	101
Foto 20 - Estrada que vai para o Vão de Almas.	102
Foto 21 – Carroça puxa por bois.....	103
Foto 22 – Transporte “pau de arara”.....	106
Foto 23 - Estrada que vai para o Vão de Almas.	107
Foto 24 - Pequeno rio que atravessamos para chegar ao Vão de Almas.	107
Foto 25 - Entrada para o local onde é realizado o Festejo de Nossa Senhora da Abadia no Vão de Almas.....	108
Foto 26 – Barracão local onde estava realizando a audiência pública.....	109
Foto 27 – Palestra sobre violência contra as mulheres.	109
Foto 28 – <i>Banner</i> Escola Calunga I.	110
Foto 29 – Dançarinas da sussa.	110
Foto 30 – Dança da sussa.	111
Foto 31 – Reunião com lideranças, Ministério Públicos e pesquisadores de universidades.	111
Foto 32 – Barraca de bugigangas e apetrechos.....	112
Foto 33 – Restaurante	112
Foto 34 – Barraca da Saúde.....	112
Foto 35 – Cartaz divulgando as datas para apresentação do <i>Documentário Senhora D’Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas</i>	113

Foto 36 – Exibição do <i>Documentário Senhora D’Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas</i> no dia 13/08/15.....	113
Foto 37 - Barracão que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 13 de agosto de 2015.....	114
Foto 38 - Barracão que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 14 de agosto de 2015.....	114
Foto 39 - Barracão que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 14 de agosto de 2015.....	115
Foto 40 - Barracão que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 14 de agosto de 2015.....	115
Foto 41 – Moradia dos Kalunga no período do festejo.....	116
Foto 42 – Local do Festejo.....	117
Foto 43 – Trator no local do Festejo.....	118
Foto 44 – Avisos para não jogar lixo na praia.	119
Foto 45 – Igreja.....	120
Foto 46 – Altar na igreja.	120
Foto 47 – Interior da igreja.....	121
Foto 48 – Cortejo do Rei.....	121
Foto 49 – Romaria de Nossa Senhora D’Abadia.....	122
Foto 50 – Espadeiro.	122
Foto 51 –Músicos.....	123
Foto 52 – Igreja à noite.	123
Foto 53 - Senhor cortando o mastro erguido no festejo de 2014 para fazer a fogueira, Vão de Almas	124
Foto 54 – Fogueira.....	124
Foto 55 – Bandeira de Nossa Senhora D’Abadia	125
Foto 56 – Cortejo	125
Foto 57 – Bandeira de Nossa Senhora D’Abadia.....	126

Foto 58 – Império de Nossa Senhora D’Abadia.....	127
Foto 59 – Império de Nossa Senhora D’Abadia.....	127
Foto 60 – Batismo.....	128
Foto 61 - Sr Fautino Santos Rosa.	205
Foto 62 - Adão Fernandes Cunha.	206
Foto 63 – Lançamento do livro <i>Senhora D’Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas, Cavalcante, Goiás</i> , 4 de maio de 2014, na Escola Joselina Francisco Maia, no Engenho II.....	208
Foto 64 – Lançamento do livro <i>Senhora D’Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas, Cavalcante, Goiás</i> , 4 de maio de 2014, na Escola Joselina Francisco Maia, no Engenho II.....	209
Foto 65 - Eurotildes Rosa Santos com a Professora Nancy na primeira oficina com os estagiários Kalunga.....	210
Foto 66 - Eva Lúcia Francisco Maia, Vilmar Souza Santos, Adilene Dias da Conceição e Eurotildes dos Santos Rosa, na segunda oficina com os estagiários Kalunga.....	213
Foto 67 – Abóbora.	218
Foto 68 – Escola Municipal Joselina Francisco Maia.	222
Foto 69 - Erildo Fernandes de Souza – ONG T.E.R.R.A	240
Foto 70 – Daiana dos Santos Dias	266

Lista de Abreviações e Siglas

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade.

AQK - Associação Quilombo Kalunga.

CADARA - Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso.

CEAM – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares.

CEB – Câmara de Educação Básica.

CEFFAs – Centros Familiares de Formação por Alternância no Brasil.

CGEC – Coordenação Geral de Educação do Campo.

CGPEC – Coordenação Geral de Políticas para a Educação do Campo.

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CNE – Conselho Nacional de Educação.

CONAE – Conferência Nacional de Educação.

CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas.

CONEC – Comissão Nacional de Educação do Campo.

CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação.

CP – Conselho Pleno.

DEM – Democratas.

EAD – Educação à Distância.

EFAS – Escola Família Agrícolas.

EJA – Educação de Jovens e Adultos.

ENERA - Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.

EPOTECAMPO - Associação de educação do Campo do território Kalunga e Comunidades Rurais.

IFE – Instituto Federal de Ensino Superior.

IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ITerra – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária.

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo.

MEC – Ministério da Educação.

MST – Movimentos dos Sem Terra.

NECOIM – Núcleo de Estudos da Cultura, Imagem, Oralidade e Memória.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas.

PET – Programa de Educação Tutorial.

PIBID – Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PNE – Plano Nacional de Educação.

PPDSCI – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo.

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo.

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

SEA – Secretaria Executiva Adjunta.

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SEF – Secretaria de Educação Fundamental.

SENAR – Serviço Nacional Aprendizagem Rural.

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

TC – Tempo Comunidade.

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso.

TE – Tempo Escola.

T.E.R.R.A. - Teatro, Educação e Responsabilidade com as Raízes Afro-brasileiras.

TU – Tempo Universidade.

UECE – Universidade Estadual do Ceará.

UF – Unidade Federativa.

UFBA – Universidade Federal da Bahia.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UFS – Universidade Federal de Sergipe.

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos.

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil.

UnB – Universidade de Brasília.

UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação.

UNEAL – Universidade Estadual de Alagoas.

UNEB – Universidade Estadual da Bahia.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância.

UNITAU – Universidade Estadual de Taubaté.

URCA – Universidade Regional do Cariri.

Introdução

O interesse por este tema decorre da minha experiência profissional adquirida/vivenciada na Coordenação-Geral de Políticas para a Educação do Campo – CGPEC da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação – MEC.

De fato, durante os anos de 2010 a 2012, atuei na Coordenação, trabalhando e acompanhando¹ ações e políticas públicas para a Educação do Campo; e diante desta experiência profissional, despertou em mim o interesse por pesquisar sobre esse tema no meu doutorado, mais especificamente, a Licenciatura em Educação do Campo.

Como na educação do campo também há quilombolas e indígenas, além de outros povos, havia sempre reuniões e seminários com a participação da Coordenação-Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais - CGERER da SECADI/MEC e a professora Maria Auxiliadora Lopes, Coordenadora Substituta da CGERER, sempre falava sobre a educação quilombola com muito entusiasmo.

A partir desse contato, surgiu a motivação de realizar um estudo que envolvesse comunidades quilombolas, sendo a primeira aproximação a possibilidade de realizar uma reflexão sobre os estudantes Kalunga, de Cavalcante-GO, ingressados em curso superior.

Nessa ocasião, a professora Mônica Molina, que na época era coordenadora da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade de Brasília - UnB, comentou que na primeira turma do referido curso havia quatro estudantes da comunidade quilombola Kalunga. A partir daí, nascia o interesse em estudar a licenciatura em educação do campo com estudantes Kalunga.

Ao acompanhar o Programa de Formação Superior/ProCampo, tive, então, contato com o curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC da UnB, mas antes acompanhei as ações do Programa Escola Ativa, depois o Projovem Campo, em seguida a Rede da Diversidade. Havia ainda o acompanhamento às reuniões da CONEC

¹ Atividade de consultoria.

– Comissão de Educação do Campo, que tem a atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas para esta área.

Além dessas ações, acompanhei as atividades do Grupo de Trabalho² que sistematizou as ações de educação do campo com vistas à elaboração de documento de referência que subsidiou a SECADI na formulação e publicação das diretrizes das políticas educacionais. Deste trabalho resultou o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação e o PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Atividade que me permitiu conhecer os bastidores de formulação de um documento de política pública.

A partir desse Decreto, o MEC instituiu o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO, através da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, que é um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política educacional para esse setor.

Após a experiência no MEC, tive a oportunidade de acompanhar o PRONERA na Coordenação de Educação do Campo e Cidadania no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, atuando como Assistente de Pesquisa I no projeto “II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária”. A pesquisa realizou o levantamento de dados referentes aos estudantes que já cursaram o programa, bem como o total de cursos já ofertados nos 15 anos da sua implantação nas 27 Unidades Federativas - UFs. Mais recentemente, atuei na Secretaria Adjunta Executiva - SEA do MEC com a Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, na sistematização de ementas e propostas para o Eixo II, que trata da “Educação e Diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos”. Hoje estou trabalhando na Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo, realizando o acompanhamento das Licenciaturas em Educação do Campo.

A curiosidade em estudar a licenciatura em educação do campo ganhou novos contornos e desafios nos primeiros diálogos estabelecidos com o meu orientador atual: pensar a temática da educação de nível superior a partir das memórias e experiências escolares, comunitárias e culturais dos alunos Kalunga, não ficando com o foco apenas na sala de aula, ou seja, nas práticas pedagógicas do curso de licenciatura,

² GT criado pela Portaria nº 87, de 07 de abril de 2010.

conforme havia pensado inicialmente. A construção desta tese fez parte das minhas primeiras conversas com a professora Nancy Alessio Magalhães, realizadas nos primeiros encontros de orientação. Conversas interrompidas pela inesperada e lamentável morte dessa brilhante e singular professora.

Ao expor a ela o projeto que apresentei no processo de seleção ao doutorado, comentando sobre minha experiência profissional acumulada em educação do campo, começamos a discutir a viabilidade de tomar como objeto de estudo da tese a temática da memória dos estudantes Kalunga no curso de licenciatura em educação do campo, uma vez que o eixo das pesquisas da minha orientadora sempre foi a questão da memória.

De fato, a Prof^a. Nancy desenvolvia, desde 2002, o projeto de pesquisa *Memórias dos Estudantes Angolanos na Universidade de Brasília*. Naquele momento em que eu ficava sob sua orientação, ela já coordenava também o *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, projeto esse aprovado pelo edital de chamamento público para seleção de projetos técnicos nº 001/2011³ do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Foi assim que, logo de início, passei a integrar a equipe de pesquisa da minha orientadora.

Desse modo, tomei conhecimento dos objetivos do seu projeto, quais sejam, interpretar e documentar a romaria-festa no Vão de Almas, em Cavalcante, Goiás, processo histórico-cultural que envolve moradores quilombolas Kalunga como protagonistas de saberes e fazeres, patrimônios esses transmitidos de geração a geração, de modo vital para a continuidade de suas memórias e histórias, pois se constituem em bens e valores culturais associados a seus cotidianos, portanto, de pertinente valor humano. (MAGALHÃES, 2011)⁴.

A pesquisa durou dois anos, de 2011 a 2013. E deste trabalho resultou a publicação do livro e documentário *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de*

³ Edital disponível no link: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1830>. (Acesso em 02/09/2014)

⁴ Magalhães, N. A. Projeto *Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*. Edital de chamamento público para seleção de projetos técnicos nº 001/2011. Formulário de apoio a projetos da Finatec, 2011.

Almas – Cavalcante – Goiás, lançados e debatidos em cinco ocasiões⁵ no ano de 2014. E a partir dessa experiência de pesquisa com a professora Nancy e das novas discussões com o Prof. José Walter Nunes, que assumiu minha orientação a partir do segundo semestre de 2014⁶, consolidou-se a ideia de estudar as memórias de estudantes Kalunga que ingressaram no ensino superior⁷.

Diante do objeto-tema, estabeleci como objetivo geral interpretar sentidos construídos em torno do cotidiano educacional - do ensino fundamental ao superior - dos estudantes Kalunga da LEdoC, por meio de suas histórias e memórias, abrangendo suas trajetórias de vida: lugar comunitário, escolar, de trabalho, de lazer, de fé até o lugar de formação superior. Nesse sentido, delineei os seguintes objetivos específicos: a) registrar e interpretar as experiências educacionais dos estudantes Kalunga, por meio de seus relatos orais, da infância à universidade; b) interpretar como se constroem as memórias dos estudantes Kalunga, enquanto sujeitos que agem na recriação de suas identidades.

No primeiro capítulo, intitulado **A África é muito longe**, comento sobre o ensino da História da África nos bancos escolares, algo que sempre foi superficial e ministrado apenas por uma perspectiva de história, no caso, dos chamados grupos dominantes, localizados fora e dentro do Estado, através dos seus livros didáticos. Trago aspectos da chegada dos africanos ao Brasil, em diálogos com os moradores e estudantes Kalunga. Neste capítulo encontrei inspiração no livro *Memórias de Estudantes Angolanos e de Moradores Kalunga (Brasil-Angola)* no qual a professora Nancy coloca os relatos dos estudantes angolanos na Universidade de Brasília em diálogo com os relatos dos quilombolas Kalunga de Cavalcante, buscando enfatizar as

⁵ Datas do lançamento do livro e documentário *Senhora D' Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas*: a) Dia 23/04/2014 no auditório 1 das Ciências Biológicas, no campus Darcy Ribeiro, na Universidade de Brasília – UnB no evento I Jornada “Universidade, Reforma Agrária e Projeto Nação: novos horizontes de mobilização social”; b) Dia 04/05/2014 na Escola Joselina Francisco Maia no Engenho II; c) Dia 05/05/2014 no Polo UAB/UnB em Cavalcante; d) Dia 05/05/2014 no auditório da Escola Estadual Elias Jorge Cheim em Cavalcante e; e) 03/06/2014 no auditório da Reitoria da UnB.

⁶ Assinalo que o Prof. José Walter e a Prof^a Nancy trabalharam juntos em vários projetos de pesquisa por mais de trinta anos, ministraram aulas de modo compartilhado nos cursos de pós-graduação da UnB, tanto no Programa de Pós-Graduação em História quanto no Programa de Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, entre outras atividades acadêmicas. Desse modo, esse professores tinham muitas afinidades nas suas perspectivas teórico-metodológicas. Em decorrência, solicitei a orientação do referido professor e por ele fui aceita.

⁷ Para futuras publicações, conforme sugestão da banca, utilizarei como título “Memórias e narrativas de estudantes Kalunga na UnB: Licenciatura em Educação do Campo - LEdoC”.

diferenças e semelhanças de experiências desses grupos e suas construções identitárias. Os relatos dos moradores fazem parte do acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, do Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória - NECOIM, do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - CEAM da UnB. Em seguida, discorro sobre a comunidade Kalunga, lançando mão dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) dos estudantes Kalunga na LEdoC, trazendo seus olhares e saberes na formação da comunidade.

No segundo capítulo, denominado **Aspectos Teórico- Metodológicos e Procedimentos Técnicos da Pesquisa**, busco fundamentar a prática da investigação, seus fios teóricos, suas técnicas e as anotações do diário de campo. Destaco o recurso metodológico da história oral, na sua articulação com a questão da memória. Com efeito, a história oral, enquanto um método de pesquisa, consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea.

No terceiro capítulo, intitulado **Narrativas dos Estudantes Kalunga: infância, ensino fundamental e médio** e no quarto capítulo, intitulado **Narrativas dos Estudantes Kalunga: ensino superior**, apresento as narrativas elaboradas oralmente por Vilmar, Wanderleia, João, Joelice, Daiana, Eurotildes, Romes, Erildo, Niecia, Adão, Genildo e Adilene, transcritas⁸ e organizadas por mim, nas quais eles contam suas histórias de vida, descortinando memórias vividas na comunidade que vão desde a infância à vida adulta, do ensino fundamental ao ensino superior.

No quinto capítulo, intitulado **Memória, Escola e Cotidiano Kalunga**, passo a interpretar as memórias desses estudantes, buscando contemplar o primeiro objetivo específico: a) registrar e interpretar a infância, convívio familiar, de trabalho, comunitário e cotidiano escolar.

No sexto capítulo, intitulado **Experiência e Memória Kalunga no Aprendizado de Nível Superior**, busco interpretar as memórias desses estudantes, contemplando o segundo objetivo específico: b) interpretar como se constroem as memórias dos estudantes Kalunga, enquanto sujeitos que agem na recriação de suas identidades. Mas, antes, discorro sobre as lutas dos movimentos sociais pela Educação

⁸ Para gravação das entrevistas baixei um software chamado *Express Scribe Transcription Software*.

do Campo e Educação Escolar Quilombola, demarcando a partir de que momento a educação quilombola se tornou específica.

Capítulo 1 - A África é muito longe.

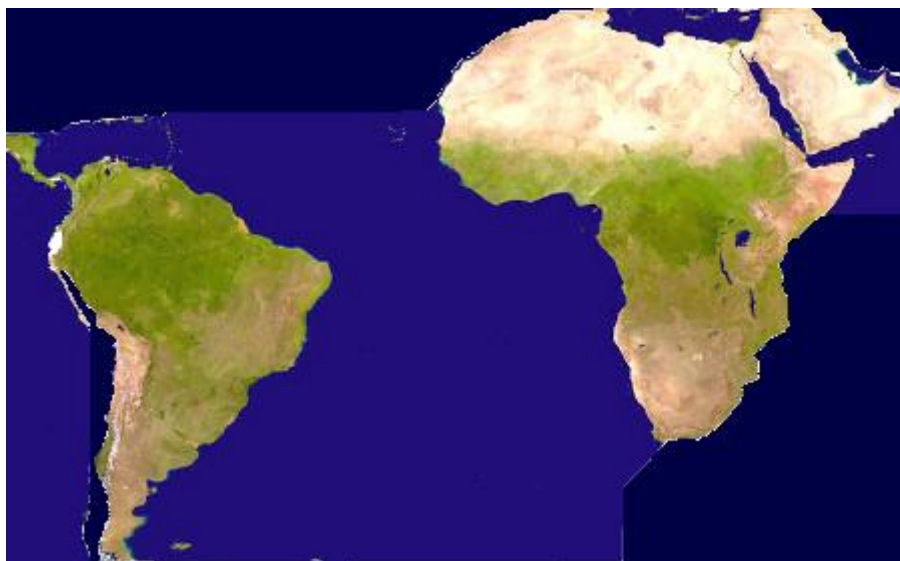


Figura 1 – figura para ilustrar a distância Brasil e o continente africano.

Fonte: site <http://www.unisite.ms.gov.br/>

Estudar sobre África é algo muito instigante e novo para essa doutoranda, é como entrar numa sala de cinema e ficar na expectativa do que será apresentado. Lembro-me das aulas de história no ensino fundamental e médio, em que a História da África era dada de forma minimalista. Recordo-me de algumas lições, tais como as leituras que tratavam da chegada dos negros ao Brasil, como o trabalho escravo ajudou, à época, a colônia expandir e enriquecer, do quilombo dos Palmares, da abolição dos escravos e do dia 13 de maio como data comemorativa. Lembro-me também das aulas de literatura e dos professores mencionarem sobre a origem do poeta Gonçalves Dias, que era filho de um comerciante português com uma cafuza (negro com índio).

Diante dessa falta de conteúdo mais aprofundada sobre a África, lembrei-me de um artigo do Professor Anderson Oliva, indicado pela professora Nancy Alessio Magalhães, que realizou pesquisa sobre o ensino da África nos livros didáticos do Brasil, constatando que, de trinta coleções (com quatro livros) para o ensino fundamental, apenas 11 dedicam os espaços exclusivos de um dos capítulos dos livros para a história do continente africano (OLIVA, 2006).

A análise de Oliva (2006) nas demais coleções relaciona a África à

expansão marítima, à escravidão, ao domínio colonial nos séculos XIX e XX, aos processos de independência e às graves crises sociais, étnicas, políticas e econômicas constituídos no último século.

Silêncio, desconhecimento e poucas experiências positivas. Poderíamos assim definir o entendimento e a abordagem da história africana nas coleções de livros didáticos brasileiros. Apenas um número muito pequeno de manuais possui capítulos específicos sobre a temática. Nas outras obras, a África aparece apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outros assuntos. Tornou-se evidente também que, quando o silêncio foi quebrado, a bibliografia limitada e o distanciamento do tema por parte dos autores, criaram obstáculos significativos para uma leitura mais atenta e um tratamento mais pontual sobre a questão. (OLIVA, 2006, p. 140).

Na época em que frequentei o ensino fundamental e médio (1980-2000), o ensino da História da África era muito limitado, atrevo-me a escrever que, os professores “pincelavam” esse importante conteúdo. Não me recordo de terem ensinado que a África era o berço da humanidade e nem que o continente africano é complexo, com diversas identidades étnicas⁹, diferentes culturas e cerca de 2.035 línguas (PESSOA DE CASTRO, 2014). No meu imaginário, cristalizado, o continente era grande e de lá que vinham os africanos para serem escravizados no Brasil.

Atualmente temos uma importante Lei, que é a de nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, alterada pela Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática *História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena*, no artigo 26A:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

⁹ O professor Anderson Oliva (2006) sugere o uso do termo *identidade étnica* ou *sociedades africanas* e não tribo, nação, grupos tribais ou civilizações, pois estes termos podem causar confusão aos estudantes, já que em relatos históricos e nos estudos historiográficos já encontram revestidos de significados específicos, claramente diferenciado pelos pesquisadores.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR).

Contudo, como explicou a Professora Maria Auxiliadora Lopes¹⁰, a lei apresentou avanços, mas também há muitos desafios como a efetiva implementação da Lei.

A Lei nº 10.639/2003 propõe modificações para a estrutura da própria sociedade. E partindo desse princípio, segundo Souza (*et al*, 2015), surgem dificuldades quanto a implementação da Lei, posto que essas ainda são reflexos da ideia de inferioridade do negro e superioridade do branco, que ainda na atualidade justifica o racismo e as desigualdades étnico-raciais, gerando reações contrárias à adoção de políticas de ação afirmativa para os negros.

Souza (*et al*, 2015) cita algumas dificuldades para trabalhar com a Lei nº 10.639/2003: a) falta de material didático; b) a ausência de literatura da temática racial; c) o trabalho com a disciplina *História e Cultura Afro-brasileira e Africana*; d) a formação específica para o professor; e) desconhecimento da legislação; e f) falta de investimento público.

Outro importante material é a Coleção História Geral da África, em oito volumes, que a UNESCO em parceria com a então Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), viabilizaram a edição completa em português.

¹⁰ Aula ministrada no dia 21/01/2016 no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília para o curso de mestrado profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais.

Na pós-graduação, a minha visão simplista foi ampliada com aulas da disciplina: *As questões africanas na contemporaneidade: perspectivas do chamado estudos africanos* coordenados pela Professora Selma Pantoja e Edvaldo Bergamo, em 2013, na PPDS/CEAM/UnB, a qual tive a oportunidade de aprender sobre a África. A disciplina teve professores convidados de outras universidades para tratar da África. Os textos indicados tratavam de identidades, de questões pós-independências, economia, sociedade e conflitos e de cooperação internacional Brasil e África.

Recordo-me perfeitamente da aula do professor Jonuel Gonçalves¹¹, que nos indicou as leituras do autor Jean Hatzfeld - *Uma temporada de facções*, e um livro de sua autoria - *Relato de guerra extrema*. Naquela ocasião a turma da pós desconhecia a história da África e o professor Jonuel percebendo essa situação, começou a nos explicar sobre o continente de forma bem didática e simples, inclusive desenhando o mapa da África para que os pós-graduandos pudessem visualizar o imenso continente. Lembro-me do artigo de Achille Mbembe intitulado: *As formas africanas de auto-inscrição*, indicado pelo Professor Luis Tomas e da aula da Professora Carla Susana Alem Abrantes que tratou da trajetória do escritor Mário António Fernandes de Oliveira e a Literatura Angolana.

A disciplina de Cultura, Memória e Globalização - ministradas pelos Professores Nancy Alessio Magalhães e José Walter Nunes - também me proporcionou conhecer um pouco sobre o continente Africano. Recordo-me da leitura do artigo *Memórias de Angola no filme "O Herói"*, de autoria da professora Nancy, do documentário do diretor, Abderrahmane Sissako, *Heremakono (À espera da felicidade)*¹² e do filme *Herói* de Zezé Gamboa, que retrata a transposição da sociedade Angolana pós-guerra e denúncia o poder político em Angola.

Além do mais, participar do *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, fez com que eu estudasse um pouco sobre a África.

¹¹ Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense, em Niterói, Rio de Janeiro.

¹² O filme se passa na Mauritânia, país da África do norte, em uma pequena vila de pescadores e retrata os encontros e desencontros dos personagens Abdallah, Nana, Maata e Khatra, que esperam a chegada de hipotética felicidade.

Se para essa doutoranda havia uma cortina sobre a História da África, para os Kalunga as informações são mais superficiais ainda e foi possível perceber essa realidade nos relatos dos estudantes Kalunga.

Eurotildes dos Santos Rosa sobre a origem dos Kalunga respondeu: “*Dizem que é da África*”. Daiana dos Santos Dias: “*relacionar a cultura nossa Kalunga não, tinha lá história da África, mas Kalunga não*”.

Joelice Francisco Maia e João Francisco Maia falam mais sobre o assunto. Joelice menciona que:

A nossa origem, segundo alguns estudiosos, partiu da África, de alguns negros escravos que fugiram em busca de liberdade e aí foi se espalhando até formar essa comunidade, o Engenho II. Eu não saberia dizer de qual lugar, mas uma vez eu fui numa exposição do Professor Rafael Sanzio, que era do trabalho dele, e nessa exposição mostrava, assim, um pouco de cada país da África. Nós até chegamos a comentar que os traços das pessoas daqui eram parecidos com o do país.

João Francisco Maia complementa: “*esses Kalunga aqui do Vão de Almas, do Engenho, do Vão do Moleque, pode ser que eles são descendentes da etnia dos bantos*¹³”.

Diante dos relatos dos estudantes, recordei-me da primeira vez que fui a Cavalcante com a equipe de pesquisa coordenada pela professora Nancy. Então no dia 13 de julho de 2013, seguimos o cronograma: realizar a oficina com os estagiários do projeto no sábado e no domingo ir para o Vão de Almas realizar entrevistas com os moradores da comunidade Kalunga. E uma das entrevistas foi com o Zezinho, guia

¹³ Santos (2008) menciona em sua dissertação que os povos banto, oriundos da África subsaariana, tribos que povoavam a parte situada abaixo da linha do equador, foram os primeiros negros trazidos da África para o Brasil a partir de séc. XVI. Nas primeiras décadas do século XIX, entraram, em proporção cada vez maior, negros da África Central Atlântica, região de predomínio da cultura bantu (PEREIRA, 2007) o que possibilitou uma convivência maior e uma absorção de hábitos e costumes locais, que logo foram colocados em prática pelos negros escravizados visando uma melhor convivência na nova terra (Gama Santos, 2008). Anjos (2012, p. 36) explica que as populações de matriz Bantu e os Iorubás, conhecidos também como Nagôs, apresentam registros e características importantes no cotidiano do “*Brasil Real*”. Costa (2015) menciona que três grandes matrizes culturais conseguiram preservar muito de suas cosmovisões e saberes tornando-os marcantes na história e no modo de ser e viver brasileiros, são elas: Yorùbá, Bantu e Ewé Fon.

turístico da comunidade Vão de Almas. A entrevista foi na casa dele que fica muito próximo do Rio Paranã e estavam na casa a esposa e três filhos pequenos.

Quando começamos a entrevistá-lo, Leandro Santos Bulhões de Jesus¹⁴ perguntou se ele sabia o que era a África e onde ficava e ele respondeu: *Uma África pra nós é um lugar longe. O pessoal falava que era no meio do mar, que a África é no meio do mar, é um lugar longe. África, dizem que somos descendentes de lá.*¹⁵

Zeinho estudou pouco, seus pais o tiraram da escola para que ele ajudasse na roça: *Quando eu era criança, estudei lá umas duas semanas, aí meu pai nos tirou pra roça, que escola não enchia a barriga de ninguém não, o que enchia era serviço. Capinar. Aí desse tempo não estudei mais*¹⁶.

Mesmo não tendo completado os estudos, Zeinho tem conhecimento da distância entre Brasil e a África e sabe que os Kalunga são descendentes dos africanos. Para se ter ideia a distância entre o Brasil e Angola é de 7550,95 km. A viagem de avião dura em média 8 horas. Imaginem essa viagem de navio?

Muitos africanos, durante quase trezentos anos, foram tirados de seus territórios de origem e colocados em feitorias no litoral africano. Eram negociados, colocados em navios, sem as mínimas condições, desembarcados em vários pontos do litoral brasileiro e escravizados (ACCIOLI, 2011). Eram mal acomodados nos navios, Mercatelli (2012) traz o relato do pintor alemão Johann Moritz Rugendas (1802-1858), que chegou ao Brasil em 1821 como desenhista documentarista da Expedição Langsdorff, sobre os porões de um navio negreiro:

Esses infelizes são amontoados num compartimento cuja altura raramente ultrapassa um metro e meio. Esse cárcere ocupa todo o comprimento e a largura do porão do navio. Aí eles são reunidos em número de 300 a 500, de modo que para cada homem adulto se reserva apenas um espaço de cinco pés cúbicos. Muitas vezes as paredes comportam, a meia altura, uma espécie de prateleira de madeira sobre a qual jaz uma segunda camada de corpos humanos. Todos têm algemas nos pés e nas mãos e são presos uns aos outros por uma comprida corrente. (RUGENDAS *apud* MERCATELLI, 2012).

¹⁴ Membro da equipe de pesquisadores do *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*.

¹⁵ Entrevista que faz parte do acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, coordenado pela Professora Nancy Alessio Magalhães.

¹⁶ *Ibidem*.

E a viagem durava aproximadamente 06 (seis) semanas e os africanos ficavam amontoados nos porões dos “tumbeiros”¹⁷ (ACCIOLI, 2011). O navio atravessava o Oceano Atlântico, conhecido como Calunga grande. Moura (2000, *apud* Schwarcz, 2001), explica que Calunga grande é o mar que os negros africanos foram obrigados a atravessar para serem escravos no Brasil. Calunga grande tinha também uma representação simbólica:

(...) o mar que banhava a costa ocidental da África era visto como um local de travessia para o mundo do além, ou, como na língua banto, a “kalunga”, porque, para os kimbundos e umbundos, o sentido era basicamente o mesmo: linha divisória ou superfície. Desta feita, passar por ela significava morrer, e voltar por ela, “o nascer de novo”. Ela, a kalunga, era como um portal de passagem para o mundo espiritual habitado pelos mortos. (SCHWARCZ, 2001, p. 227).

Durante a travessia, era comum muitos africanos morrerem, inclusive muitos já partiam para o Brasil tendo contraído malária, disenteria, hepatite, anemia, oftalmia e escorbuto (CONRAD *apud* PEREIRA, 2007).

Além das doenças citadas acima, muitos africanos eram vítimas da varíola, doença comum no Brasil Colônia e Império. Considerada uma doença infectocontagiosa, causada pelo vírus *Orthopoxvirus variolae*, muito resistente aos agentes físicos externos e resistentes a mudanças climáticas extremas, a doença se instalou no Brasil, via navios negreiros. Além disso, o convívio por vários dias em um ambiente infectado como os tumbeiros era favorável para a proliferação da doença entre os africanos, visto que a transmissão podia ocorrer de pessoa para pessoa e geralmente pelas vias respiratórias. Instalado no organismo, o vírus da varíola permanecia incubado de 7 a 17 dias e logo em seguida o vírus se estabelecia na garganta e nas fossas nasais causando os seguintes sintomas: febre alta, dor de cabeça, nas costas e falta de ânimo, quadro clínico que permanecia de dois a cinco dias. (PEREIRA, 2007, p. 102).

¹⁷ Nomes dos navios de pequeno porte que realizavam o tráfico de escravizados entre a África e o Brasil. A palavra tumbeiro vem de tumba e eram assim chamados porque durante o trajeto metade dos viajantes morriam devido às péssimas condições às quais estavam sujeitos os escravizados. (ROSÁRIO, 2012).

Sabe-se que o Brasil foi o maior importador de africanos, recebendo cerca de 38% do efetivo total de africanos introduzidos no Novo Mundo, a média no Brasil, no século XVIII chegou a 55.000 negros entrando anualmente.¹⁸

Não há um número exato de quantos negros foram trazidos para o Brasil, no entanto há vários estudos a respeito trabalhando com estimativas. Segundo Bitioli e Toniosso (2013) cerca de 3.600,000 africanos foram trazidos para o Brasil e em algumas regiões a população negra era maior que as dos brancos que os dominavam.

Clóvis Moura (1988, p. 49), em seu livro *Rebeliões da Senzala*, cita os estudos de Santa Apolônia (s/d), Mendonça (1935), Rocha Pombo (1953) e Calógeras (1945). No ano de 1583, as estimativas eram de 57.000 habitantes, sendo que 14.000 eram de negros. Santa Apolônia em 1798 calculou que para uma população de 3.250.000 de habitantes havia um total de 1.582.000 escravos. Para Veloso, entre 1817-1818, para uma população de 3.817.000 habitantes, havia um total 1.930.00 escravos. Há quem estimasse que anualmente 50.000 negros eram trazidos para o Brasil. Segundo Rocha Pombo, quinze milhões de negros entraram no Brasil, contudo esse dado foi considerado exagerado por Taunay. Renato Mendonça em quatro milhões e oitocentos e trinta mil. Para Anjos (2014, p.342) “*quase 4.000.000 africanos que foram retirados de seu habitat natural e trazidos para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850*”.

E a cada novo ciclo econômico, havia no Brasil um aumento acelerado das importações de africanos, mais do que a totalidade das outras regiões escravistas americanas. Entre 1575 e 1650, época do ciclo açucareiro, entre 1701 e 1720, o ciclo da mineração, e 1780 e 1810 o ciclo agrícola (cacau, arroz, algodão e café). (ALENCASTRO, 1992).

Os negros desembarcavam nos portos do Rio de Janeiro, Salvador e Recife e a origem¹⁹ deles era de diversas identidades étnicas. Meireles (2006) explica que estudar as origens dos africanos é um tema bastante amplo e complexo e que vem surgindo, ao longo dos anos, diversas discussões. Amplo porque, se deve considerar as redes de

¹⁸ Calógeras *apud* Clóvis Moura, 1988; Coleção História Geral da África da Unesco, Volume VI, África do Século XIX à Década de 1880, 2010; Bitioli e Toniosso, 2013).

¹⁹ Estudos de autores como Ribeiro (1995) - que cita os trabalhos de Artur Ramos e Nina Rodrigues-, Munanga e Gomes (2006), Silva Pereira (2007), Reis (2012), Anjos (2012) tratam da origem dos africanos trazidos para o Brasil.

interesses, as vicissitudes do tráfico e o grande número de comércio de negros. É complexo porque, muito negros de diferentes identidades étnicas foram trazidos para o Brasil, sendo categorizados de “escravos”.

Na região Centro-Oeste, especificamente Goiás, os africanos escravizados chegavam via porto de Salvador e o Caminho do Sertão, dos Currais, ou da Bahia (LOIOLA, 2009). Os primeiros registros sobre a história dos africanos em Goiás tiveram como autores cronistas, viajantes, comerciantes, exploradores entre outros, porém, ainda que tivessem importantes contribuições, estavam carregados de preconceito e acabaram forjando uma imagem depreciativa. (SILVA, 2009).

Mesmo havendo essa amplitude e complexidade quanto à origem dos africanos, vale trazer os estudos de Ribeiro (1995), Anjos (2012) e Munanga (2006). Ribeiro em seu livro *O povo brasileiro* menciona que os africanos vinham da costa da África ocidental, o autor cita os estudos de Artur Ramos e Nina Rodrigues, os quais mencionam que vieram para o Brasil três grupos culturais de africanos:

Os negros do Brasil foram trazidos principalmente da costa ocidental africana. Artur Ramos (1940, 1942, 1946), prosseguindo os estudos de Nina Rodrigues (1939, 1945), distingue, quanto aos tipos culturais sudaneses, é representado principalmente, pelos grupos Yoruba – chamados nagô -, pelos Dahomey designados geralmente como gegê – e pelos Fanti - Ashanti conhecidos como mircas -, além de muitos representantes de grandes grupos da Gâmbia, Serra Leoa, Costa da Malagueta e Costa do Marfim. O segundo grupo trouxe ao Brasil culturas africanas islamizadas, principalmente os Peuhl, os Mandinga e os Haussa, do norte da Nigéria, identificados na Bahia como negros malé, no Rio de Janeiro como negros alufá. O terceiro grupo cultural africano era integrado por tribos Bantu, do grupo congo-angolês, provenientes da área hoje compreendida por Angola e a “Contra Costa”, que corresponde ao atual território de Moçambique. (RIBEIRO, 1995, p. 113/114).

No livro *Uma história do Povo Kalunga* publicado pela antiga Secretaria de Educação Fundamental – SEF do Ministério da Educação – MEC, organizado pela professora Glória Moura, menciona que esses povos ficaram conhecidos como negros guinéus, minas, congos, cabindas, benguelas e muitos outros nomes, que geralmente designavam o porto de embarque de onde tinham vindo e não o povo ou a civilização a que pertenciam. (SEF/MEC, 2001, p. 18).

Outras identidades étnicas são citadas nos estudos de Anjos:

(...) Ombundos, Bacongós, Ovibundos, Monjolos, Balundos, Jejes, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre muitos outros, que possibilitaram o que podemos simplesmente denominar de afro-brasileiros, brasileiros de matriz africana ou população de ascendência africana. (ANJOS, 2012, p. 36).

Para Munanga (2006, p. 20), os africanos trazidos para o Brasil envolviam povos de três regiões geográficas:

- a) África Ocidental: Senegal, Mali, Níger, Nigéria, Gana, Tofo, Benin, Costa do Marfim, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Guiné e Camarões.
- b) África Centro-Ocidental: Gabão, Angola, República do Congo, República Democrática do Congo (antigo Zaire), República Centro-Africana.
- c) África Austral: Moçambique, da África do Sul e da Namíbia.

Na literatura, geralmente, menciona-se que os africanos foram trazidos do litoral de Angola, do litoral de Moçambique e do golfo de Benin, mas, eles teriam vindo do interior das áreas citadas e de outros países e grupos étnicos, porém os documentos que continham tais registros foram queimados a mando do ministro das relações exteriores do Brasil, Rui Barbosa. (MUNANGA, 2006).

Chegando ao Brasil os africanos eram comercializados como produtos nos portos. Silva (2012) menciona que os africanos, *tornados escravos, foram coisificados e desumanizados*. O europeu atribuiu a si mesmo a missão civilizadora e tirou aos povos “colonizados” sua história, cultura e identidade. Milhares de africanos morreram nas guerras de captura na própria África, outros milhares na insalubre travessia do Oceano Atlântico e outros africanos formaram a fortuna dos conquistadores, mas, sobretudo a formar o povo brasileiro. (SILVA, 2012).

É importante esclarecer que na África também havia escravidão, para tanto recorro aos estudos da professora Selma Pantoja, em seu livro *Nzinga Mbandi: Mulher, Guerra e Escravidão*. Pantoja (2000) apresenta um quadro sumário das diferentes

correntes teóricas com as quais a historiografia busca explica o escravismo nas complexas relações sociais do mundo africano, desde o período pré-colonial até a chegada dos europeus no século XVI.

Referências sobre o escravismo africano são conhecidas desde o século XI, pelos testemunhos de viajantes árabes:

Nos séculos XVI e XVII são numerosos, em algumas áreas, os relatos dos viajantes, missionários e funcionários europeus a respeito da presença da escravidão no seio das populações africanas. Já no século XVII e XIX os testemunhos confirmam a importância desta instituição, chegando os escravos, às vezes, a constituírem mais de 50% da população. (PANTOJA, 2000, P. 23).

Em seus estudos, Pantoja (2000) menciona que a definição de escravidão está relacionada à real posição do escravo nas sociedades africanas e para tanto reporta-se ao conceito de propriedade nas sociedades africanas (posse, propriedade, compra de gente) com suas várias outras categorias de dependentes.

Assim explica a autora:

Sistemas de parentesco, direitos pessoais, transferências desses direitos, casamento e adoção de crianças perpassam toda a polêmica relativa à escravidão africana. É impossível discutir o assunto sem considerar cada um dos itens anteriores. Consta também que, ao remontar tais problemáticas, defrontamo-nos com dilemas atinentes à abordagem da especificidade da realidade africana. O assunto, portanto, se prende à origem, natureza e desenvolvimento dessas formas de escravidão. (PANTOJA, 2000, p. 24).

A escravidão africana tem como característica a dualidade que reside entre escravidão/liberdade, Pantoja explica que é um modo ocidental para se aproximar e conseguir distinguir uma possível noção de submissão presente nas hierarquias africanas. Assim, os direitos pessoais eram negociáveis, sendo a transferência desses direitos uma prática comum entre os africanos. Uma pessoa ou grupo de pessoas poderiam submeter-se à outra linhagem em troca, por exemplo, de mercadorias ou dinheiro (PANTOJA, 2000: 29).

As formas mais comuns de escravização eram a guerra, o sequestro e as razias, porém isso, não se invalida outros procedimentos, como o religioso e o

judiciário, haja vista que os escravizados não estavam desempenhando somente tarefas braçais, pois havia escravos em cargos políticos, advindos de diversas linhagens ou setores das sociedades (PANTOJA, 2000).

Pantoja (2000) explica que essas peculiaridades, a noção de estruturas de parentesco inseridas em uma sociedade de linhagens apresenta muitas ambiguidades e essas repercutirão na concepção relacionada à ascensão dos líderes ao poder, diante desse contexto:

Aponta-se a possibilidade de remeter ao contexto de estudos de casos específicos, a saber, onde e quando ocorre o fenômeno da escravidão. E diante das muitas ambiguidades que sugerem os termos definidores da relação de subordinação na realidade africana, muitos autores tem adotado nomes de origem local do escravo. É o caso de Miller e outros que concebem a escravidão em termos de estruturas de parentesco inseridas numa sociedade de linhagem (PANTOJA, 2000, 32).

No Brasil a escravidão, além de base econômica da colonização, foi também o fundamento de todas as esferas da vida social e política. O escravismo registra a desigualdade e a exclusão como regras básicas do convívio social. (SILVA, 2012).

A sociedade escravocrata estabeleceu o império da violência, o trabalho compulsório prescinde da hegemonia, pois se realiza diretamente pela força. Então aos africanos escravizados foi-lhes negada uma cidadania real mesmo após a abolição da escravatura. (SILVA, 2012).

Os africanos recusados e discriminados como mão de obra paga, estabeleceram-se sob as bases da agricultura de subsistência, comercializando, quando possível, seus excedentes. Na maioria das vezes posseiros ou pequenos proprietários os grupos rurais negros constroem coletivamente a vida sob uma base material e social, formadora de uma territorialidade negra, na qual elaboram-se formas específicas de ser e existir como camponês e negro. (SILVA, 2012).

Para Silva (2012, p. 05) a questão fundiária no Brasil está extremamente vinculada à sorte da população negra:

[...] pois, ao instituir que as terras deveriam ser “compradas” naturalmente os negros foram excluídos desse processo de apropriação destas, primeiro porque eram escravizados (mercadorias), depois de 1888 por serem libertos, mas marginalizados na sociedade e, portanto, sem a possibilidade de adquirir terras. Embora a questão da obrigatoriedade da compra de terras afetasse

também imigrantes e brasileiros brancos e pobres, pois também para estes a terra tornou-se mais difícil, para os negros essa questão levou a uma maior marginalização, visto que se o negro não tinha terras para sua subsistência tampouco tinha outras possibilidades de garantir seu sustento.

Vale destacar aqui a Lei de Terras, sancionada por D. Pedro II em setembro de 1850, Magalhães (2013, p. 59) refere-se a este marco jurídico como início de mudanças políticas e econômicas na sociedade brasileira, tornou a terra objeto de compra e venda no mercado, o que contribuiu para reforçar seu monopólio por grandes proprietários.

Todavia, a história do negro no Brasil não se constitui somente de submissão, houve também, diversas formas de resistência negra à escravidão como revoltas, fugas, assassinato de senhores e a constituição de quilombos. Os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito. (SILVA, 2012).

Inicialmente costuma-se pensar que quilombo era um refúgio de negros escravos fugitivos e esse conceito veio em razão de uma formulação desde o período escravista. Segundo o historiador Clóvis Moura, no processo de colonização, a primeira conceituação do que era “quilombo” foi realizada pela Coroa portuguesa, como resposta do rei de Portugal à consulta do Conselho Ultramarino (2/12/1740): “*Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles*”. (MUNANGA E GOMES, 2004, p. 71, 72). Gloria Moura (2012) explica que o vocábulo *quilombo* designou por muito tempo apenas acampamentos de escravos fugitivos, tendo origem africana.

A formação de grupos de escravos fugitivos se deu em toda parte do Novo Mundo onde houve a escravidão. No Brasil estes grupos foram chamados de quilombos ou mocambos, os quais às vezes conseguiram congregar centenas e até milhares de pessoas. E que a formação foi uma forma de resistência sob a escravidão. (REIS, 1995/1996).²⁰

²⁰ Reis explica que os termos *quilombo* e *revolta* podem se confundir. Explica o autor que embora não tivessem sido as únicas formas de resistência coletiva sob a escravidão, a revolta e a formação de quilombos foram das mais importantes. A revolta se assemelha a ações coletivas comuns na história de

Nas Américas, há grupos semelhantes, porém com nomes diferentes, de acordo com a região onde viveram: *cimarrónes*, em muitos países de colonização espanhola; *palenques*, em Cuba e na Colômbia; *cumbes*, na Venezuela; e *marroons*, na Jamaica, nas Guianas e nos Estados Unidos. (MUNANGA E GOMES, 2004, p.73).

A palavra *kilombo* é originária da língua *banto umbundo*, falada pelo povo *ovimbundo*:

[...] que se refere a um tipo de instituição sociopolítica militar conhecida na África Central e, mais especificamente, na área formada pela atual República Democrática do Congo (antigo Zaire) e Angola. Apesar de ser um termo umbundo, constitui-se em um agrupamento militar composto dos jagas ou imbangalas (de Angola) e dos lundas (do Zaire) no século XVII. (MUNANGA E GOMES, 2004, p. 71, 72).

A construção do conceito de *quilombo* a partir de brasileiros foge à origem (acampamento em quimbundo). A historiografia registra que *quilombo* é um conceito próprio dos africanos bantos, que vem sendo modificado através dos séculos. (BAIOCCHI, 1995/96).

Na África, para alguns autores antropólogos, a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens aberta a todos, e os membros dessa associação eram submetidos a rituais de iniciação que os integravam como co-guerreiros num regimento de super-homens invulneráveis. (MUNANGA E GOMES, 2006, p.72).

Há muitas semelhanças entre o quilombo africano e o brasileiro, formados mais ou menos na mesma época. Face a isso, os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de outra forma de vida, de outra estrutura política na qual se encontravam todos os tipos de oprimidos. (MUNANGA E GOMES, 2006, p.72).

Baiocchi conceitua os quilombos como formas organizacionais em que o africano, em um processo extremo de defesa e afirmação, parte da “passividade” e

outros grupos subalternos, mas o quilombo foi um movimento típico dos escravos. Apesar de muitos quilombos terem se formado aos poucos, através da adesão de fugitivos individuais ou agrupados, outros tantos resultaram de fugas coletivas iniciadas em revoltas. (REIS, 1995/1996, p. 15).

“resignação”, tão decantadas, para posições de resistência contra o esfacelamento da sua identidade, de seu grupo. (BAIOCCHI, 1999, p. 36).

De acordo com o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o conceito de quilombo na visão colonial é resultado das estratégias de branqueamento da população e das tentativas de apagamento da memória afro-brasileira e africana imposto pelo racismo:

A concepção de que quilombos eram constituídos somente por africanos escravizados foi modificada ao longo do tempo, mediante ações e reivindicações dos próprios quilombolas e das pesquisas realizadas por estudiosos do tema. Insistir nessa concepção reducionista significa negar ou tentar invisibilizar o sentido histórico, cultural e político dos quilombos. Lamentavelmente, essa visão colonial ainda persiste nos livros didáticos e no imaginário social, fruto das estratégias de branqueamento da população e das tentativas de apagamento da memória afro-brasileira e africana imposto pelo racismo. (PARECER CNE/CEB nº 16/2012).

Os quilombos eram formados predominantemente por africanos e seus descendentes, mas também havia soldados desertores, os perseguidos pela justiça secular e eclesiásticos, aventureiros, vendedores de indígenas. Africanos de diferentes grupos étnicos administravam suas diferenças e formavam novos laços de solidariedade, recriando culturas. (REIS, 1995/1996).

Dessa forma, os quilombos não são somente como uma instituição militar da África Central, mas, principalmente, como uma experiência coletiva de africanos e seus descendentes, assim traz o Parecer CNE/CEB nº 16/2012:

[...] uma estratégia de reação à escravidão, somada à participação de outros segmentos da população com os quais os quilombolas interagiram em cada país, notoriamente, alguns povos indígenas. Trata-se, portanto, de uma experiência da diáspora africana, ainda pouco conhecida no contexto da sociedade brasileira, de maneira geral, e na educação escolar, em específico. Os quilombos, todavia, não se perderam no passado. Eles se mantêm vivos, na atualidade, por meio da presença ativa das várias comunidades quilombolas existentes nas diferentes regiões do país. O direito a uma educação escolar que respeite e reconheça sua história, memória, tecnologias, territórios e conhecimentos tem sido uma das reivindicações históricas dessas comunidades e das organizações do movimento quilombola.

Neste íterim trago o conceito de *quilombo contemporâneo*, apresentado por Glória Moura (2012, p. 44):

São comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada/comprada/secularmente ocupada. Seus negros valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosos (ou não), recriando-as. Possuem histórias comuns, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica.

Atualmente o conceito mais aceito de quilombo é o do Art. 2º do Decreto nº 4.887 de 2003, que sai na contramão do conceito colonial e que é o conceito mais trabalhado politicamente, conforme explicou a professora Nilma Lino Gomes em uma palestra proferida no dia 22 de março de 2013 sobre a *Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Quilombola*²¹:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O quilombo mais conhecido do Brasil é o Quilombo dos Palmares, um dos mais importantes do Período Colonial. Surgiu e se desenvolveu na antiga capitania de Pernambuco, na região da Serra da Barriga, tornando símbolo da resistência negra à escravidão. Chegou a contar com uma população de alguns milhares de almas, embora provavelmente não os quinze, vinte e até trinta mil habitantes que autores, como Johan Nieuhoff, citam sem maior rigor crítico das fontes. (REIS, 1995/1996, p. 16).

Na região do Centro-Oeste, uma das comunidades mais conhecidas é a comunidade Kalunga, segundo Moura (2012), é a segunda comunidade mais pesquisada e com mais visibilidade na mídia.

²¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MDhbq-NMpAI>

Para Velloso (2007), o fenômeno social quilombo vem sendo abordado em documentos históricos desde o período colonial, contudo o aprofundamento de estudos sobre essa temática surgiu apenas nas décadas de 70 e 80, principalmente a partir da inclusão do Artigo 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 e do Decreto Presidencial nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Diante desse reconhecimento pelo Estado da existência de comunidades quilombolas no Brasil, esses grupos sociais intensificaram sua ação política.

De acordo com o site da Fundação Palmares (2015), 2474 comunidades já foram certificadas, entre elas a comunidade Kalunga, em 19 de abril de 2005.

1.2 - Comunidade Kalunga

Inicialmente esclareço que, para a tese adoto o conceito de comunidade sob a perspectiva de Brandão (1996, p. 39) que é: “*o conjunto de pessoas convivendo em um determinado espaço físico e geográfico, com um complexo de diversidades culturais – econômicas, políticas e sociais – que interagem em um processo dinâmico de relações*”.

Os primeiros contatos com os Kalunga começaram por volta de 1920, quando a cidade de Monte Alegre estava nascendo. Os contatos foram tímidos, furtivos, visto que até o início dos anos 80 os quilombos continuavam isolados. Os Kalunga se negavam a se integrar com os brancos que os visitavam e a se aproximar da cidade. Os únicos visitantes eram os mascates e os funcionários da antiga SUCAM. (LEAL, 1995)²² .

As primeiras pessoas que entraram na comunidade se surpreenderam com o modo primitivo como eles viviam: os homens desconheciam qualquer tipo de objeto moderno, como o rádio, e não faziam uso de dinheiro e as mulheres não sabiam o que

²² Hermes Leal é jornalista e ficou sabendo da existência da comunidade através da antropóloga Mari Baiocchi. Em maio de 1992 recebeu permissão da antropóloga para realizar um documentário para o programa Documentário Especial, na época na TV Manchete. O título do documentário: “O quilombo perdido”.

eram os produtos de beleza. Não gostavam dos forasteiros e os consideravam assombração. (LEAL, 1995).

Os Kalunga foram descobertos por antropólogos no final da década de 70 e partir de então o lugar passou a receber constantes visitas de curiosos e pesquisadores de várias partes do mundo. E também a cobiça dos fazendeiros locais. (LEAL, 1995).

Em 1992, quando o jornalista Hermes Leal (1995, p. 119) foi fazer o documentário, os Kalunga não sabiam o que era quilombo: *Quilombo? Num é assim...distância de estrada. [...] acho que quatro quilômetro de uma légua [...]*.

Os primeiros estudos sobre os Kalunga foram feitos pela antropóloga Mari Baiocchi em 1982, no entanto, para a elaboração deste subtítulo também utilizei, como fonte, os Trabalhos de Conclusão de Curso dos estudantes Kalunga da LEdoC, trazendo seus olhares e saberes na constituição da comunidade.

Rosa (2013), respaldada pelas pesquisas de Baiocchi (2006), menciona que a ocupação do território onde está situado o Vão de Almas remete a 1722, quando Bartolomeu Bueno e João Leite da Silva Ortiz deram início à colonização e implantação do ciclo do ouro nas minas de Goiazes. A partir de então surgiu o povoamento dessa região, cuja estrutura econômica era voltada para a mineração do ouro, com base no trabalho escravo. Com a instalação das Minas do Tocantins no século XVIII cidades como Cavalcante (1740) e Santo Antônio do Chapéu (1769), hoje Monte Alegre, começaram a surgir, onde se instalaram mineradoras, como a de Boa Vista próximo do Rio Paraná.

Em Cavalcante, estimava-se que havia mais de 9 mil negros trabalhando nas minas. O trabalho pesado, os maus-tratos e a violência a que eram submetidos ocasionou revoltas, resistências em forma de guerrilhas e constantes fugas para locais de difícil acesso, onde organizavam os mocambos ou quilombos. (SOUZA SANTOS, 2013).

Francisco Maia (2014, p. 32) menciona que: *os escravos fadigados de tantos castigos e trabalhos exigidos por seus senhores e feitores dos engenhos e senzalas, resolveram através de uma atitude perigosa, fugir para locais distantes e de difícil acesso, para se livrarem dos horrores da escravidão.*

Os locais onde se escondiam, geralmente eram grotões²³ e vãos da serra do Vale do Paranã: *um verdadeiro território africano com clima, fauna e flora apropriados ao povo Kalunga que ali sobreviveu escondido por mais de 190 anos sem contato com a civilização.* (SOUZA SANTOS, 2013, p.11).

Moura (2012, p. 45) menciona que nesses acampamentos, os escravos reproduziam o modo de viver africano:

Plantavam milho, mandioca, feijão e batata, o que garantia a alimentação e proporcionavam o escambo (ou a troca) com os vizinhos. Fundiam metais, atividades que praticavam no seu país de origem, e caçavam, pescavam, criavam galinhas, fabricavam cestos, chapéus, abanos de palha, potes e vasilhas utilitárias de cerâmica. Ao mesmo tempo se familiarizavam com suas novas vidas e se envolviam com a sociedade.

Essa reprodução do modo de viver africano é muito presente na comunidade Kalunga, como verificado no relato de João Francisco Maia: *Ajudava o pai na roça e aí plantava arroz, feijão, mandioca, milho, batata doce, cana, mas o que era primordial mesmo, central mesmo era arroz e feijão e o milho.*

A formação do quilombo no estado de Goiás, que compreende os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás deram origem à comunidade Kalunga. Soares²⁴ (1993 *apud* FRANCISCO MAIA, 2014, p.32) traz o relato da antropóloga Mari Baiocchi, que, em seus estudos sobre a comunidade, fez uso da história oral:

Mari Baiocchi conta-nos que de uma mina de ouro denominada Boa Vista, fugiram escravos, formando o quilombo que deu origem as comunidades Kalunga. Essas informações foram obtidas de um descendente de quilombola, habitante da região. Daquela mina fugiram os cativos, aproveitando-se da facilidade que a topografia acidentada da região lhes propiciava. Esses escravos haviam sido trazidos por escravistas, com o fim de explorar ouro na região.

²³ Depressões fundas entre montanhas de lombadas muito alcantiladas.

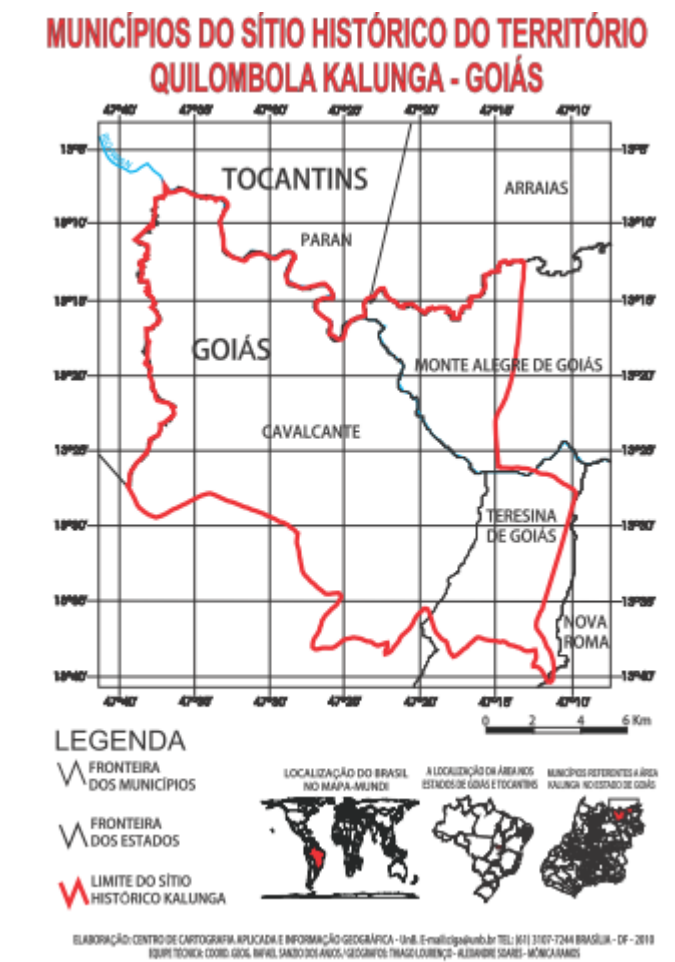
²⁴ SOARES, Aldo Asevedo. Kalunga o Direito de Existir (Questões Antropológicas e Jurídicas Sobre Remanescentes de Quilombos). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia 1993.

A comunidade Kalunga é formada por descendentes dos primeiros quilombolas e de pessoas que se fixaram na região ao longo dos séculos, que passaram a viver em relativo isolamento, construindo para si uma identidade e uma cultura próprias, com elementos de origem africanos e de europeus, marcados pela forte presença do catolicismo tradicional do meio rural. (MEC/SEF, 2001).

Diferente do Quilombo do Palmares, em que as moradias (mocambo) eram construídas em círculos, que era para facilitar a comunicação e também era uma tática de defesa e resistência, a comunidade Kalunga está dispersa entre os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, e estão divididas em cinco subáreas: Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois, Vão de Almas, Contenda e Vão do Kalunga. Cada subárea pode estar, por sua vez, dividida em inúmeras outras localidades, com denominações locais como: Contenda, Barra, Riachão, Sucuriú, Curral de Taboca, Saco Grande, Tinguizal, Boa Sorte, Bom Jardim, Areia, São Pedro, Faina, Olho D'Água, Vão de Almas, Caiçara, Jataroba, Tarumã, Saco, Mochila, Boa Vista, Lagoa, Volta do Canto, Terra Vermelha, Congonha, Altamira, Vargem, Ema, Taboca, Fazendinha, Maiadinha, Morro, Choco, Buriti Comprido, Córrego Fundo, Vargem Grande, Borrachudo, Guarió, Limoeiro, Caldas, Sicuri, Vargem Redonda, Ouro Fino, Brejão, Cauçara ou Caiçara, Solidade, Raizama, Funil, Porcos, Prata, Maquiné, Capela entre outros. (BAIOCCHI, 1995/96).

Mas há vários quilombos que não foram incorporados nesse reconhecimento e nessa certificação, que estão situados na região do recém-criado Estado do Tocantins, em 1989. (MAGALHÃES, *et al*, 2013).

Figura 2 – Mapa municípios do Sítio Histórico do território quilombola Kalunga Goiás.



Elaboração: Centro de Cartografia aplicada e Informação Geográfica – UnB. Equipe Técnica: Coord. Geog. Rafael Sanzio dos Anjos/Geógrafos: Thiago Lourenço – Alexandre Soares – Mônica Ramos. Mapa parte integrante do Livro Senhora D’Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas Cavalcante, Goiás, 2013, organizado por Nancy Alessio Magalhães.

1.2.1 - Engenho II

Em 1982, ano que em a antropóloga começou a pesquisar os Kalunga, a comunidade do Engenho II não era reconhecida como área Kalunga. Assim explica João Francisco Maia em sua entrevista sobre o Engenho II ter sido o último local a ser reconhecido como área Kalunga:

É porque a Mary Baiocchi desvendou, vamos dizer assim, ela fez o estudo e ela foi ver que só o Vão do Moleque e o Vão de Almas era mais isolado mesmo, mais do que aqui. Aqui está mais no topo, tá mais próximo da cidade, aí ela não acreditava que aqui tinha ouro, exploração de escravos, e em hipótese alguma seria um esconderijo. Mas, ela deu uma avançada no estudo, fez um novo estudo, um novo levantamento e aí foi ver as ligações dos familiares. Tem gente de lá com o mesmo sobrenome daqui e que nasceram lá, e foram ver os traços, os vestígios encontrados em solo, tem lá e tem aqui e aí reconheceu aqui como Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga.

Em seu Trabalho de Conclusão de Curso, cujo título foi *História e memória da comunidade Kalunga Engenho II*, João Francisco Maia, que fez uso da metodologia da história oral, entrevistou os moradores mais antigos para saber a origem do nome da comunidade e o Sr. Eloi, relatou que no Engenho fazia muita pinga e isso deu origem ao nome da comunidade:

Na Paciência, mas dentro do Engenho II mesmo, tinha um Engenho, por baixo daquele engenho que tem de moer cana tinha outro, na passagem dos povos, caminho que nós ia *prá* roça (...). Os plantios de cana, *u* canavial ficava dali da onde a gente vai passando do Tamanduá num tem aquele mato que desse de cabeça a baixo, fica dali *prá* baixo, ali naquela capoeira. Naquele mato de quando vai pro Segredo num tem aquele mato que é um capoeirão, ali que era o canavial, mas é na Paciência mesmo o canavial, dali fazia rapadura, fazia pinga fazia a açúcar (Sr. Elói 79 anos). (FRANCISCO MAIA, 2014, p. 23).

A comunidade do Engenho II está localizada na região Centro-Oeste do Estado de Goiás, a 27 quilômetros da cidade de Cavalcante²⁵. É uma comunidade centenária, com mais de 120 famílias, estima-se que são em torno de 450 a 500 pessoas entre adultos e crianças. A vegetação predominante é o cerrado. (FRANCISCO MAIA, 2014).



Foto 1 - Comunidade Engenho II.
Autora: Raquel Koyanagi, 2014.



Foto 2 - Comunidade Engenho II.
Autora: Raquel Koyanagi, 2014.



Foto 3 - Comunidade Engenho II.
Autora: Raquel Koyanagi, 2014.



Foto 4 - Comunidade Engenho II.
Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

²⁵ Cavalcante é uma cidade histórica de Goiás que foi fundada em 1740 por Diogo Teles Cavalcante. É uma região cercada por morros e serras, conhecida pela grande quantidade de ouro, explorado durante muitos anos. (Souza Santos, 2013)

Os moradores da comunidade, na maioria, são descendentes de quilombolas, analfabeta e agricultores. A geografia da comunidade é extensa e acidentada, cercada por serras, rios e cachoeiras, o clima é de chapada, e segundo Francisco Maia (2014, p. 29):

[...] venta bastante e um dos fenômenos da natureza que nunca deixa de existir na comunidade é o vento e a poeira, devido ao terreno ser muito arenoso, o que facilita a rápida absorção da água nos lugares mais elevados. Mas, isso não significa que é uma região com escassez de chuva. [...] há uns dez anos atrás, eram poucos os lugares onde se podiam construir casas, devido à umidade da terra, que durava quase o ano todo. Esses lugares eram e são comumente conhecidos como brejos. Esses brejos ou atoleiros, como os mais velhos chamam, são encontrados nas áreas mais baixas e de campos limpos, cuja terra é de cor preta e lamacenta.



Foto 5 - Cachoeira Santa Bárbara, Engenho II.

Vilmar Souza Santos concedendo entrevista para o *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, em 10 de agosto de 2012.

Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*.

Os moradores sobrevivem da agricultura de subsistência: *A maioria constrói suas roças, no mínimo sete quilômetros afastadas da sua comunidade, nos boqueirões de serra, lugares de terras férteis, terra vermelha, rico em fauna e flora. Tudo o que planta dá, tudo o que planta vem bom.* (FRANCISCO MAIA, 2014, p. 29).

Outra fonte de renda é o turismo. Desde 1992 alguns moradores vêm trabalhando de guia turístico. (FRANCISCO MAIA, 2014, p. 29). Cavalcante possui mais de 120 cachoeiras catalogadas e um potencial para o turismo de aventura, e muitos desses locais estão intactos não sendo permitida a visita de turistas. E a maioria dessas riquezas naturais se encontra no território Kalunga, como a cachoeira Santa Bárbara, Prata e Capivara, que são de fácil acesso e próximas de Cavalcante. A mais visitada pelos turistas é a cachoeira de Santa Bárbara, localizada na comunidade Kalunga Engenho II. (SOUZA SANTOS, 2013).

O bioma da região é o cerrado, e os Kalunga possuem um vasto conhecimento tradicional de plantas do cerrado que se espalham pelos quintais, pelas áreas em recomposição da vegetação, áreas mais distantes das alagadas e são distinguidas pelas curas a que se destinam, pela forma de preparo, pelo cuidado em tomá-las. A denominação das plantas, muitas vezes, é feita com nomes que são característicos do local. (ALMEIDA, 2010 *apud* MAIA, 2013, p.18).

Uma dessas plantas é a *Xylopia aromatica*, conhecida popularmente como “Pimenta de Macaco”, é uma espécie lenhosa do Cerrado com grande potencial no uso doméstico. Na comunidade Kalunga Engenho II é usada desde a medicina até a culinária (MAIA, 2013).

Hoje o Engenho II é um dos 62 povoados desse quilombo Kalunga, assim explica Maia (2014, p. 15):

Sendo a comunidade Kalunga de mais fácil acesso a partir do município de Cavalcante, situado a aproximadamente 300 quilômetros de Brasília – DF e a 500 de Goiânia - GO. A maioria da sua população sobrevive com menos de um salário mínimo por família. São produtores rurais que se mantêm da agricultura de subsistência (plantação de roça, pomares e hortaliças), da pecuária (bovinos, suínos e avicultura) e do extrativismo vegetal (extração de frutos do Cerrado, além da pesca para o consumo próprio). Esses remanescentes quilombolas têm uma vida muito sofrida, sem uma moradia adequada,

lhes é negado o acesso ao saneamento básico, água tratada, rede de esgotamento sanitário e coleta de lixo.

No entanto, antes de ser reconhecida como área Kalunga, muitos moradores não aceitavam ser chamados de quilombolas: *“que nesse período aí, muitos aqui não aceitavam que falava que era quilombola, a maioria não aceitava, não aceitava porque quando a gente ia pra Cavalcante e pra outros lugares aí sofria um pouco assim, a gente se sentia discriminado”*. (MAIA, 2013).

Mas, com o reconhecimento da comunidade como parte do Território Kalunga as pessoas passaram a receber alguns benefícios do governo, tais como cestas básicas, Bolsa Família e Bolsa Escola, isso propiciou na fixação das pessoas da roça para a comunidade. (FRANCISCO MAIA, 2014).

1.2.2 - Vão do Moleque

A comunidade Kalunga do Vão do Moleque fica a 63 km de Cavalcante e, segundo Souza Santos (2013), existem 390 famílias e 1.950 moradores. O clima, assim como todo o território Kalunga, é semiárido. Os rios Corriola, Corrente, Correntinho e alguns córregos traçam essa comunidade, e os rios Prata e Paranã limitam a comunidade com o Estado do Tocantins (FERNANDES DOS SANTOS²⁶, 2013, p. 11).



Foto 6 - Rio Paranã.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

²⁶ Nilça Fernandes dos Santos é egressa da LEdoC/UnB. Título do TCC: Romaria de São Gonçalo: Festa e tradição na comunidade Vão do Moleque, Cavalcante – GO, 2013.

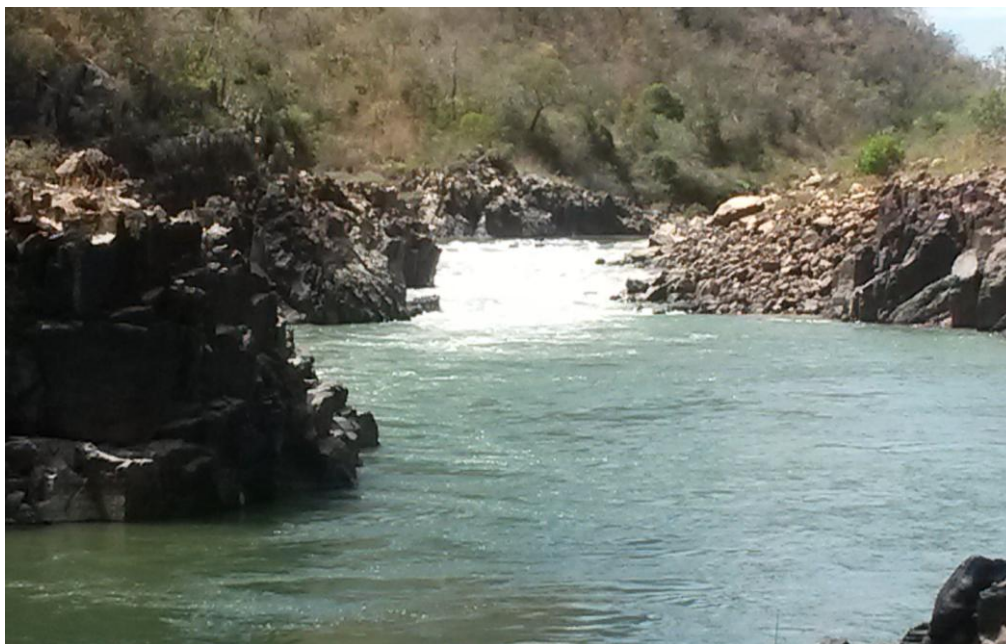


Foto 7 - Rio Paranã.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Os moradores de Vão do Moleque, assim como os do Engenho II, vivem basicamente da agricultura de subsistência, da pecuária, da caça, pesca e do extrativismo vegetal.



Foto 8 – Gado.
Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães.

Os Kalunga do Vão do Moleque produzem arroz, feijão, mandioca, milho, abóbora, quiabo, jiló, maxixe e outros:

É muito forte entre eles os saberes, costumes e tradições que carregam de geração em geração para a sobrevivência de sua gente. As pessoas, sobretudo as mais idosas, cultivam nas memórias as suas histórias e as da comunidade. Até recentemente essas pessoas se sentiam mais confortáveis evitando falar sobre o passado e por isso deixavam de compartilhar, inclusive com os próprios filhos, a história do lugar onde vivem, aparentando uma tentativa de esquecimento do passado. Isso se justificava pelo medo que tinham de serem descobertos e, assim como os seus ancestrais, tornarem-se escravos. Entretanto, ao mesmo tempo em que recorriam ao silêncio como forma de resistência cultivavam as manifestações tradicionais como símbolo de luta pela sobrevivência. (FERNANDES DOS SANTOS, 2013, p. 11).

As folias tradicionais, as festas “boca de noite” e as Romarias de São Gonçalo fazem parte das características da comunidade Vão do Moleque, porém essas tradições estão se perdendo e um dos motivos é a pressão de novos valores e por doutrinas religiosas evangélicas que estão bastante fortes na comunidade. (FERNANDES DOS SANTOS, 2013).

1.2.3 - Vão das Almas

A formação da comunidade no Vão de Almas, segundo Cunha (2015, p. 18) foi construído historicamente pela luta dos negros contra a escravidão: *“Os negros escravos refugiados foram-se espalhando e procurando os lugares mais secretos a fim de ter direito à vida e construir famílias”*.

Segundo Rosa, a comunidade Vão de Almas existe há mais de duzentos anos:

[...] quando esse território do interior do Goiás foi ocupado pelos colonizadores portugueses, um tempo da verdadeira “febre do ouro”, com intensa exploração do trabalho escravo. Com a decadência das minas nessa região os antigos escravos fugiam à procura de lugares de difícil acesso, dando origem aos quilombos isolados do resto do Brasil e favorecendo, por muitos anos, o modo de vida com forte presença de tradições e costumes tradicionais. Ilhados por rios e cercados por

diversas serras essa população resistiu ao longo dos anos. Nesses lugares se organizaram coletivamente em famílias para realizar a produção de subsistência e, ao mesmo tempo, festas de “boca de noite”, e outras tradições que ao longo do tempo foram se transformando em romarias. (ROSA, 2013, p. 24).

Por ser um local de difícil acesso, os esconderijos dificilmente eram encontrados:

[...] mais secretos esconderijos desses negros escravizados, especificamente pelo fato da mesma ser uma comunidade de difícil acesso, cercada por enormes montanhas, matas e rios, e que com o passar dos tempos esses povos foram descobrindo formas de dominação da natureza. (CUNHA, 2015, p. 18)

A comunidade do Vão de Almas fica a 90 km de Cavalcante, a estrada é de chão, com muitas pedras e com muitas subidas, também é preciso atravessar pequenos rios durante a viagem. Para chegar lá somente com carro 4x4 ou a cavalo. Contudo é possível ir com um carro alto, tipo caminhonete:

Pra chegar lá sai aqui por Teresina, e antes da ponte, na comunidade Ema, que é uma comunidade quilombola também, entra à esquerda e aí chega ao pé da serra, uma serra bastante alta e aí descendo a serra chegou na comunidade é só cerrado, rio, (risos), e tudo de bom, e só chega de carro alto, com caminhonete, não precisa ser traçado, mas um carro alto, tem alguns que sobe, uma D10, S10. (Wanderleia dos Santos Rosa).



Foto 9 - Estrada para o Vão de Almas.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Vivem na Comunidade 215 famílias, com 1.075 moradores (SOUZA SANTOS, 2013). Limita-se com a bacia hidrográfica do Tocantins e compõe uma área com rede de drenagens formada pelos rios Branco e Paranã (ROSA, 2013).

A Romaria de Nossa Senhora D' Abadia é o festejo mais conhecido no Vão de Almas:

A maior cultura desta localidade é a Romaria de Nossa Senhora da Abadia, que vem logo após a festa de Nossa Senhora das Neves, ela apresenta várias culturas e fé nos deuses. Nesta festa da Abadia se encontra também outras imagens; exemplo as Neves que é a padroeira da Comunidade. Esse festejo deu início com festa de Nossa Senhora Das Neves, que é uma Santa muito milagrosa e todos têm devoção por ela, pois os idosos têm em mente que de orar por ela para não deixa acontecer casos ruim, por isso os idosos da localidade falam que o festejo é das Neves e, não da Abadia. (SANTOS ROSA, 2014, p. 24).



Foto 10 – Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, Vão de Almas.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

E esses festejos fazem parte da tradição da comunidade do Vão de Almas:

Seguindo essa tradição a população de Vão de Almas realiza anualmente festas ou romarias, que são elementos da tradição religiosa daquela comunidade e a principal forma de organização coletiva daquele povo. Elementos do sincretismo religioso católico, como imagem de santos, bandeiras, altar e outros elementos ocupam espaços sagrados de devoção e fé que se misturam aos ritos de origem afro-brasileira. As ladainhas e os benditos, cantados com grande influência do latim, sempre foram ofícios das pessoas mais idosas, embora conte com grande participação das pessoas mais jovens residentes na comunidade. (ROSA, 2013, p. 11).

A Romaria de Nossa Senhora D'Abadia têm influencias do catolicismo e da cultura africana:

A religião católica foi trazida para o Brasil por missionários e, principalmente, por famílias portuguesas. Essas famílias ensinavam os filhos os ritos católicos, promoviam festas, construam capelas, organizavam irmandades e confrarias. Os negros escravizados também foram obrigados a aceitar o catolicismo, mas mesclaram costumes e religiões de seus antepassados, promovendo o que chamamos de sincretismo religioso, com características próprias da cultura afro-brasileira que se formava no Brasil e que ajudou a construir sua identidade cultural. (ROSA, 2013, p. 23).

A Romaria é realizada no mês de agosto, entre os dias 12 a 16, e o festejo chega a receber cerca de 3.000 pessoas, entre pessoas das outras comunidades Kalunga e turistas.



Foto 11 - Local onde se realiza a Romaria de Nossa Senhora D'Abadia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

A origem do nome Vão de Almas, segundo Zezinho é por causa da localização, que é cercado de serra e que significa longe: “*Vão de Alma é porque aqui é um local cercado de serra, aqui era um vão. [...] Vão, vão significa uma palavra longe. Você vai pro Vão. [...] Então vão significa longe*”²⁷.

²⁷ Acervo Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães

Leal (1995) explica que chama-sevão à região ao redor de uma serra, que é coberta por uma densa floresta, que contrasta com o cerrado ou a chapada. É nos vãos que os Kalunga constroem suas casas e, ao lado delas, cultivam suas roças. Como na comunidade existem várias famílias morando ao redor da serra, toda região ali, incluindo a mata e a chapada, é chamada devão.

1.3- Hospitalidade dos Kalunga

Mari Baiocchi, em seu artigo *Kalunga – A sagrada terra*, relatou que quando chegou à região dos Kalunga, muitos ainda acreditavam que a escravidão não havia acabado: “*fomos confundidos com militares disfarçados, não se estabelecendo de imediato a hospitalidade própria dos Kalunga, criando-se uma clima até certo ponto tenso, inicialmente, entre nós e a população*”. (BAIOCCHI, 1995/96).

De certa forma, alguns Kalunga ainda não são muito hospitaleiros, mas agora por outras razões: muitos dizem que pesquisadores se enriqueceram com trabalhos sobre eles, além disso, não dão retorno de seus estudos para a comunidade. Não são apenas produções de artigos, dissertações e teses, mais também documentários.

Atualmente, existem muitas pesquisas sobre os Kalunga e sua região, que tratam dos mais diferentes temas, tais como: cultura, identidade, tradição, aspectos socioeconômicos, turismo, plantas medicinais, educação ambiental, saúde, entre outros.

Face a isso, muitos se recusam a conversar com os pesquisadores, só aceitando conversar, entrevistar e serem fotografados mediante pagamento. Isso é verificado no poema da Kalunga Eurotildes dos Santos Rosa e recitado por ela no dia 15 de agosto de 2012: “*E caminhamos pelo Vão de Almas entrevistando os moradores. O primeiro a ser entrevistado, sua entrevista negou, dizendo que alguns fotógrafos suas fotos levou e em cima das fotos muito dinheiro ganhou*”.²⁸

O Padre Pedro, na época pároco de Cavalcante, em entrevista para o *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, realizada no dia 14 de

²⁸ Esta entrevista faz parte do acervo de pesquisa do *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas* - IPHAN/ NECOIM/CEAM/UnB.

agosto de 2012 explica que: “Na verdade é que essas comunidades e as outras, num modo geral os Kalunga, já foram muito instrumentalizados, politicamente, economicamente e tem realmente esse receio”.²⁹

No entanto, eu fui bem recebida pelos estudantes Kalunga, confesso que a ponte, ou as pontes, para essa boa recepção foi o fato de ter realizado a pesquisa no *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães e a amizade com Edymara Diniz³⁰ e sua família, Sr. Audir e Dona Socorro.

1.4 - Luta pela terra



Foto 12 – Placa Área do território dos quilombos Kalunga.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Em 1991, o território³¹ Kalunga foi tombado como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural, por meio de Lei Estadual nº 11.409/91 e Lei Complementar nº 19, de 5 de janeiro de 1996:

Constitui patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área de terras situada nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda-Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos Municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás,

²⁹ Ibidem

³⁰ Edymara Diniz Costa é moradora de Cavalcante e participou do Projeto: “Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas”, aprovado pelo edital do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), em 2011, coordenado pela Professora Dra. Nancy Alessio Magalhães. Edymara também realiza trabalhos teatrais com os jovens Kalunga na sua ONG T.E.R.R.A.

conforme estabelecem o § 5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, § 2º, da Constituição do Estado de Goiás.

A lei Estadual nº 11.409/91 teve como base o estudo feito pela equipe do *Projeto Kalunga Povo da Terra – subprojeto do Resgate Histórico dos Quilombos* ligado à Universidade Federal de Goiás, idealizado e coordenado por Mari Baiocchi:

[...] que deu início à longa caminhada em busca do reconhecimento e dos benefícios garantidos por lei à comunidade, o Projeto Kalunga é de 1991 e tornou-se público no II Seminário Nacional “Sítios Históricos e Monumentos Negros” em 1992 – foi adotado pelo extinto IDAGO (Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás), que sancionou o direito aos títulos da terra pelos Kalunga, e decretou inicialmente 241,3 mil hectares de terra da comunidade Kalunga como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. (MARINHO, 2008, p. 124).

Em 2000 o território foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, porém a medida legal para concretizar a posse efetiva não tinha sido providenciada, isso quer dizer que os não quilombolas não foram indenizados e retirados do território Kalunga.

O reconhecimento em nível Federal ocorreu a partir da inserção de políticas públicas voltadas para as comunidades remanescentes de quilombo, a partir de 2002, que teve a comunidade Kalunga como plano piloto para a regulamentação da terra, que agora seriam 253 mil hectares. (MARINHO, 2008).

No ano de 2003, com o Decreto nº 4.887, de 2003 o INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma passa a ter competência para reconhecimento e titularização de terras quilombolas, antes quem realizava esse trabalho era a Fundação Palmares. Com essa mudança de competência, coube à Fundação a expedição de certidão de autorreconhecimento. A certidão de reconhecimento foi publicada em diário oficial da União no dia 19 de abril de 2005, e a titulação do território em 20 de novembro de 2009, resta agora a fase de indenizações e desintrações. (MARINHO, 2008).

Em 2009 a assinatura do Decreto de 20 de novembro de 2009, pelo então Presidente Lula, declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis

abrangidos pelo “Território Quilombola Kalunga”, situado nos Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.



Figura 4 – Certificado de assinatura do Presidente Lula do decreto de reconhecimento da comunidade (scaneado).

Material cedido por Edymara Diniz Costa em 2012.

Em 2014 a comunidade recebeu do INCRA o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), referente a 31 mil hectares do território tradicional de cerca de 260 mil hectares.

Porém, mesmo com a terra certificada e em fase de desapropriação pelo INCRA, ainda é comum a existência de conflitos pelo uso da terra, como relata João Francisco Maia:

Mas continua ainda o conflito de fazendeiros. Na comunidade tem gente vivendo isso, tem uma família do seu Sirilo, a Getúlia, o irmão dela, que é o Jorge, tem o Joelson também, que é irmão da Getúlia por parte de pai, então teve uns ranchos, acho que umas mandiocas, plantio tudo cortado, derrubado, por causa que tava numa fazenda que se diz não ser da comunidade, mas é das terras de culturas onde as pessoas plantam, colhem desde os antepassados deles, e aí eles estão vivendo isso, agora esses dias mesmo foi cortado lá, diz que derrubaram lá.

No TCC do estudante Souza Santos (2013, p. 27), consta um relato sobre os conflitos das terras entre Kalunga e fazendeiros. As terras eram invadidas por pessoas

que vinham de fora, geralmente o forasteiro comprava a terra com cesta básica e roupas usadas:

[...] quando ia cercar um arqueiro cercava 20 ou mais dizendo que tudo aquilo era dele. Os garimpeiros e pescadores também chegaram dizendo que queria só ficar acampado por uns dias no local, mais com o passar do tempo eles acabava tomando conta de um pedaço de terra também. (Paulo de Souza Ribeiro, 73 anos, 2013).

Além desse conflito – Kalunga x fazendeiros – tem se ainda a ação ajuizada em 2004 pelo Partido da Frente Liberal, hoje o DEM – Partido dos Democratas. Na ação o DEM alega que o Decreto nº 4.887 de 2004 invade esfera reservada à lei e disciplina de forma indevida procedimentos como o que determina a desapropriação de áreas em domínio particular para transferi-las às comunidades quilombolas. A Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADIN nº 3229/04 sustenta também a inconstitucionalidade do critério de autoatribuição para a identificação dos remanescentes dos quilombos e para a definição das terras a serem reconhecidas a essas comunidades. (SILVA, 2015).

No entanto, em 2015, o julgamento da ADIN foi adiado por tempo indeterminado e o motivo do adiamento foi o voto da Ministra Rosa Weber, que se mostrou contrária ao posicionamento do relator Cesar Peluso. Para a Ministra, a partir do momento em que é reconhecido por lei um direito fundamental, a inviabilização do seu exercício, seja por ação ou omissão, se reveste do risco da inconstitucionalidade. (SILVA, 2015).

1.5 - Cultura e identidade dos Kalunga

A comunidade é muito rica em manifestações culturais, entre elas tem-se a Romaria de Nossa Senhora D'Abadia, que é antecedida por folias e pela sussa. Segundo Moura (2012), a vida nas comunidades negras rurais é intercalada por sons dos instrumentos de trabalho no campo e batidas de tambores nas festas, percussões que contam histórias, lutas, alegrias e tristezas do povo negro.

As tradições da comunidade Kalunga são muito ricas, suas festas, por exemplo, vieram do tempo da Colônia, da escravidão e as festas sempre foram o momento em que os arraiais e as vilas se enfeitavam para celebrar acontecimentos especiais (MEC/SEF, 2001).

Segundo Rosa (2013, p. 31), no território Kalunga existem as seguintes romarias:

Romaria de Nossa Senhora D'Abadia e São João (comunidade Vão de Almas); Romaria de Nossa Senhora do Livramento, São Gonçalo e Santo Antônio (comunidade Vão do Moleque, Cavalcante); Romaria de São Sebastião (comunidade Salina, Cavalcante); Romaria de São Sebastião (comunidade Engenho II, Cavalcante); Romaria de Nossa Senhora Aparecida (comunidade Diadema, Teresina); e Romaria de São João (comunidade Sucuri, Monte Alegre).

Contudo, é muito comum ter relatos de idosos Kalunga sobre o desinteresse dos jovens nas tradições da comunidade, um exemplo está na dança chamada sussa, que para muitos jovens é considerada como “dança de velhos”, e preferem o forró à sussa (SIQUEIRA, 2006).

Essa dança é uma das manifestações culturais mais tradicionais dos Kalunga, porém, não se pode afirmar que o gênero musical é exclusivo deles, segundo Siqueira (2006), a sussa também existe no estado de Tocantins. Contudo, sua apropriação pelos Kalunga é singular e se tornou um gênero musical deles e definidor de sua identidade como povo.

Rosa em seu TCC que trata sobre as rezas e as rezadeiras, também registra esse tipo de comportamento:

Porém, de alguns anos para cá, os idosos se queixam da falta de interesse da juventude em acompanhar essas tradições, que se mantêm vivas graças à transmissão de uma geração para outra. [...] Isso causa preocupação à comunidade, pois a cultura e a memória são chaves fundamentais para construção da identidade de um povo. (ROSA, 2013, p.11 e 47).

E diante, os estudantes Kalunga da LEdoC: Vilmar Souza Santos³², João Francisco Maia³³, Eurotildes dos Santos Rosa³⁴, Wanderleia dos Santos Rosa³⁵ e Niecia Pereira dos Santos³⁶ elaboraram os seus TCCs, utilizando os registros dos relatos de pessoas mais velhas sobre a cultura dos Kalunga:

[...] com o intuito de deixar registros dos relatos de pessoas mais velhas, onde mostram a nossa cultura e os costumes dos últimos cinquenta anos. Ele se justifica pela necessidade de reconstruir nossa cultura que está sendo extinta, pois os mais velhos estão morrendo e não deixaram registros escritos e os mais novos vêm perdendo o interesse pelas tradições”. (SANTOS ROSA, 2013, p. 10).

Todavia, essa manifestação cultural vem se destacando entre as pessoas que não são Kalunga, assim explica Siqueira (2006, p. 51): “*que há consciência de que suas manifestações musicais, como a sussa, são extremamente valorizadas pelos ‘de fora’ e por isso devem ser ‘preservadas’ e que a sussa está sendo ensinada nas escolas como forma de buscar essa tradição*”.

Registro aqui, que a retomada dessa tradição está também no ambiente familiar, Fiota³⁷, que aprendeu a dançar a sussa com sua madrinha, em sua entrevista no dia 13 de agosto de 2012 para o Projeto, menciona que está ensinando sua filha a dançar: *Uai, eu não tô ganhando, mas eu quero ensinar, eu sei! Eu tô ensinando minhas fia.*

A dança da sussa representa a proximidade com a África. Messias (2010) em sua tese de doutorado *Religiosidade e Devoção: As festas do Divino e do Rosário em Monte do Carmo e em Natividade – TO* explica que a dança da sussa:

[...] consiste em uma dança de roda, considerada como sendo de origem africana. As letras das músicas são breves, constituindo-se, normalmente, por dois refrões jocosos e repetidos. A súa, doravante sussa, também pode ser pensada na perspectiva da teoria cultural contemporânea, uma vez que o processo de formação da cidade de

³² Título do TCC: *A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga*, 2013.

³³ Título do TCC: *História e memória da Comunidade Kalunga Engenho II*, 2014.

³⁴ Título do TCC: *Os costumes e as tradições da comunidade Vão de Almas, Cavalcante/GO*, 2014.

³⁵ Título do TCC: *Rezas, rezadeiras e juventude na comunidade Vão de Almas, Cavalcante – GO*, 2013.

³⁶ Título do TCC: *Memórias de Parteiros Kalunga na escola do campo do Vão de Almas, Cavalcante – GO*, 2015.

³⁷ Fiota é moradora da comunidade Kalunga do Vão de Almas. Ela foi entrevistada no Projeto *Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*.

Monte do Carmo possibilitou o contato entre diferentes culturas, especialmente indígenas, africanas e portuguesas, dando origem a manifestações culturais sincréticas. (MESSIAS, 2010, p. 94).

A Romaria de Nossa Senhora D'Abadia também representa a proximidade com a África. Lembro-me que quando estávamos pesquisando sobre a romaria para o Projeto *Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, ao olharmos as fotos tiradas pela Edymara, a professora Nancy comentou o quanto a romaria lembrava as cerimônias de reinado das nações negras da África, como o Congo. Diante disso, a África também é perto, pois os Kalunga valorizam a cultura africana.

A professora Nancy Alessio Magalhães, em suas aulas de *Cultura, Memória e Globalização*, juntamente com o professor José Walter Nunes, no PPGDSCI/CEAM/UnB, no segundo semestre de 2012, sempre dizia aos pós-graduandos que: “a cultura não era a cereja do bolo, como alguns pensam”, ou seja, cultura não é ornamento, não é decoração! Daí, partimos para pensá-la conceitualmente nas nossas atividades de sala de aula.

Na antropologia, Geertz (2008) defende o conceito de cultura como sendo uma teia de significados tecida pelo homem e é essa teia que orienta a existência humana. Trata-se de um sistema de símbolos que interage com os sistemas de símbolos de cada indivíduo numa interação recíproca. Para Geertz a cultura não uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado.

O antropólogo tem como trabalho descobrir esses significados, estabelecendo relações entre si, de modo a provocar uma interpretação semiótica do objeto analisado. E uma forma de estabelecer essa relação é selecionar informantes, transcrever textos, realizar levantamento de genealogias, mapeamento de campos, levantamento etnográfico, entre outros. (GEERTZ, 2008).

Para Ortiz (s.d):

(...) a esfera da cultura é um domínio dos símbolos, e sabemos, tem a capacidade de apreender e relacionar as coisas. Neste sentido, o homem é um animal simbólico, e a linguagem uma das ferramentas imprescindíveis que define sua humanidade. Não existe, portanto, sociedade sem cultura, da mesma maneira que linguagem e sociedade

são interdependentes. Os universos simbólicos “nomeiam” as coisas, relacionam as pessoas, constituem-se em visões de mundo.

Carneiro da Cunha (2009) em seu livro *Cultura com aspas*, traz uma reflexão do termo cultura pelos povos pesquisados, que foram apresentados pelos antropólogos. A autora faz uma distinção entre cultura e “cultura”. Cultura escrita sem aspas significa cultura “em si”, a qual pertence à lógica interna de uma sociedade, é dinâmica, de domínio público e em constante transformação, pelos povos que foram tradicionalmente estudados pela Antropologia. “Cultura” escrita com aspas, significa cultura “para si”, a qual representa uma lógica interétnica, uma metalinguagem, de propriedade intelectual coletiva.

Carneiro Cunha (2009) explica que a ideia objetivada e instrumental do que se pode chamar de cultura, pode ser encontrada nas próprias tradições desses povos e que, nesse sentido, a ideia que os mesmos só tenham passado a falar de sua própria “cultura” a partir da apropriação do conceito antropológico, não passa de um mal entendido.

Na fala de Dona Daínda no documentário *Vida Kalunga* de Betânia Victor Veiga, de 2012, representa bem os ensinamentos de Carneiro:

Vocês chega, filma tudo e vai embora, às vezes a gente não vê vocês mais, porque isso? O que é a boa vontade que tem de tira foto, de, da gente aqui dentro, de Kalunga e levar pra fora daqui. Porque pra que mostrar? Nós pode ter a nossa cultura só com nós aqui! Pra que conhecer no Brasil inteiro sem, e aí o que é que nós vai ganhar com isso? Porque tem muitos anos que nós somos filmados aqui! Porque Kalunga tem um grande valor, Kalunga é isso, mas cadê o valor do Kalunga, só de palavra?

Canclini (2013) traz o conceito de culturas híbridas, que dialoga muito com a realidade cultural Kalunga. Canclini menciona que há uma longa história de construção de culturas híbridas na América Latina, em especial na Argentina, Brasil e México, onde há uma complexidade das relações que configuram na atualidade: as tradições culturais coexistindo com a modernidade, ou seja, a modernidade é sinônimo de pluralidade e mistura relações entre hegemônicos e subalternos, tradicional e moderno, culto, popular e massivo.

Benjamin (1987) ao trabalhar a ideia de tradição enquanto saberes produzidos a partir da experiência e que são transmitidos oralmente de geração a geração, em certas comunidades, coloca a questão da cultura e da memória como centrais, pois elas se fazem presentes em todas as dimensões da vida social e encarregam-se de gerar as mudanças nas práticas tradicionais:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos (BENJAMIN, 1987, p. 198).

Edward Thompson (1984) também parte dos modos de viver de uma comunidade para dizer que é cultura sim, mas cultura não seria só isso porque modos de vida para ele são também modos de lutar. Enfim, Benjamin e Thompson colocam a dimensão política da cultura.

Brandão (2007) em entrevista concedida ao Programa TV na Escola, realizada no em outubro de 2007 em resposta à pergunta: Qual é o sentido da cultura e da cultura popular?

Cantos, danças, pinturas rupestres ou então, fotografias digitais, crenças, filosofias, visões de mundo, tudo aquilo que nós construímos com as imagens, com os símbolos, com os significados, com os sentidos, com os saberes, os sentimentos, que nós, inclusive, partilhamos quando habitamos uma cultura. Tudo isso faz parte de uma outra dimensão da cultura que nos acompanha e nos torna humanos. Nós não apenas criamos cultura enquanto seres humanos, quando aprendemos a nos colocarmos frente a natureza e a transformá-la. Mas também estamos rodeados, cercados, o tempo, todo, de símbolos, de significados.

Diante dos conceitos apresentados, a cultura é o contexto, o local, os lugares específicos onde as pessoas interagem como sujeitos sociais, os modos de vida e modos de luta. E é nessa perspectiva de cultura que está inserida a comunidade Kalunga. São as danças, os festejos, as crenças, as visões de mundo, contextos dos Kalunga, que a cultura é elaborada. Brandão (1996) explica que toda cultura é a cultura de um contexto, e este por sua vez, é um contexto de relações sociais e simbólicas como cultura.

Todos esses conceitos fizeram com que recordasse do relato que fiz ao professor José Walter sobre os atrasos e esquecimentos dos estudantes Kalunga para a entrevista. Muitos não compareceram em surgimento de outras agendas, outro se esqueceu, outro se atrasou. Diante disso, recordei-me também da época em que fomos realizar as entrevistas para o Projeto e de como a professora Nancy ficava ansiosa em razão dos atrasos de alguns estagiários Kalunga para participar das oficinas, para se ter uma ideia, Edymara tinha que buscá-los em suas casas, no Morro Encantado. Em conversas informais com moradores de Cavalcante não Kalunga, muitos nos diziam que isso era comum, que era o modo de vida deles. Edymara sempre dizia: *“eles têm o tempo deles”*. E isso fez com que eu compreendesse que a cultura, não é apenas festejos, crenças, comidas típicas, lugares específicos, mas, o modo de vida também. Assim como outros elementos que vão sendo acrescentado à cultura Kalunga, tais como o forró eletrônico nos festejos, ainda que existam queixas dos mais velhos, é inegável que isso já faz parte da cultura, gerando mudanças nas práticas tradicionais.

Cito ainda, como processo de mudanças nas práticas tradicionais religiosas, a presença da religião evangélica. No TCC de Souza Santos (2013, p. 37) seus entrevistados relatam que a maioria dos Kalunga é católica, no entanto, a religião evangélica vem ganhando espaço na comunidade, o que para a Sra. Leonilde não é muito positivo, pois no seu entendimento, está interferindo na cultura dos Kalunga: *“está interferindo na nossa cultura, nos nossos costumes de nossos antepassados.”*

O Sr. Martim, entrevistado do Souza Santos (2013, p. 37), acredita que a religião católica está diminuindo e dando espaço para outras religiões, porque o pároco tem se ausentado da comunidade, frequentando apenas no período da romaria:

A religiosidade eu vejo que esta mais ou menos dividida, por que tem gente que é católico mesmo o qual tem aquela festa mês de Setembro, mais tem algumas igreja evangélica, sem discriminação as eu vejo que as pessoas esta procurando mais estar ouvido uma palavra de conforto espiritual, porque meu pai mesmo era católico mais só temos padre uma vez no ano, então eu vejo que estar dividido a festa é de nossa Senhora do Livramento que é a padroeira da comunidade.

Nas comunidades não há igrejas, somente na cidade: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. Para ir à missa os Kalunga precisam se deslocar de suas

comunidades para a cidade. De acordo com alguns moradores não Kalunga, os evangélicos têm ido até as comunidades para realização de cultos.

Os hábitos alimentares também estão sendo alterados, assim menciona Santos Rosa (2016, p. 22) em seu TCC:

As pessoas que plantavam não plantam mais, pois acreditam que comprar na cidade o gasto é menor e até mesmo porque não chove mais como antes, e com isso as lavouras (roça), se perdem e o prejuízo é maior.

A cultura de plantar ainda existe na comunidade, porém com as chuvas escassas, essa prática vem diminuindo, e os Kalunga têm consumido muitos alimentos industrializados, contudo essa mudança trouxe algumas consequências, tais como as doenças:

Essa situação provocou uma mudança dramática. Por trocar os alimentos orgânicos passamos para alimentos industrializados, o que vem causando uma série de problemas, principalmente em relação à saúde dos mais velhos, tais como: pressão alta, câncer, diabetes, dentre outros. (SANTOS ROSA, 2016, p. 22).

Além disso, está se tornando cada vez mais frequente a presença do SENAR – Serviço Nacional Aprendizagem Rural que tem foco em ações voltadas para o agronegócio, nas escolas da comunidade Kalunga. (SANTOS ROSA, 2016, p. 22).

Outro conceito importante para o desenvolvimento desta pesquisa é o de identidade, também bastante debatido na disciplina *Cultura, Memória e Globalização*. Segundo Hall (2006), o conceito de identidade é complexo, todavia não é impedimento para formular discussões e fazer surgir reflexão em torno da ideia de que as identidades estão sendo descentradas, ou seja, deslocadas, fragmentadas.

Para o autor (2006), há três concepções de identidade, em diferentes períodos históricos:

a) O sujeito do Iluminismo: é o indivíduo unificado, seu núcleo interior, praticamente não se alterava ao longo de sua existência, tratando-se de uma concepção individualista do sujeito e de sua identidade;

b) O sujeito sociológico: é uma concepção interativa da identidade que se forma a partir da relação entre o eu e a sociedade; e

c) O sujeito pós-moderno: não apresenta uma identidade fixa ou essencial, pois ela é formada e transformada continuamente. Além disso, não se trata de apenas uma identidade, mas de várias, as quais são, algumas vezes, contraditórias ou não resolvidas. Assim, essa concepção de identidade é provisória e perturbadora.

Hall (2006) traz o conceito de *identidades culturais* em transição, resultantes do diálogo entre diferentes tradições culturais e misturas do mundo globalizado: essas são as novas identidades ou identidades híbridas. A identidade é construída socialmente e desenha escolhas políticas de grupos humanos. A reivindicação das identificações encontra-se num quadro de dividendos políticos sendo necessária uma observação primordial do lugar de fala desses sujeitos contemporâneos.

Almeida (2010) explica que o território Kalunga representa fundamentalmente uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra enquanto constrói sua identidade cultural.

A identidade cultural é formada por elementos que, agrupados, formam um todo integrado e conectado, como a língua, a história, o território, os símbolos, as leis, os valores, as crenças e outros elementos, como a tecnologia, por exemplo. Os Kalunga *“reconhecem a herança cultural e o local de vivências com suas características naturais, como definidores de seu grupo social e de sua identidade territorial”* (ALMEIDA, 2010, p.43).

E reconhecimento da própria cultura, da relação com seu espaço de vivência, faz com que os Kalunga alimentem a memória coletiva, e este é um elemento importante da identidade, assim explica Diehl:

A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. [...] Pelo senso comum, a memória está intimamente ligada às tradições familiares, grupos com suas idiossincrasias peculiares. Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim, continuidade e identidade daquelas tradições. (DIEHL, 2002, p.116-117).

Diante dos conceitos apresentados, recordei-me que no roteiro de entrevista do Projeto tinha a seguinte pergunta: O que é ser Kalunga? Diante da pergunta uma resposta surpreendeu a equipe, que foi da Dona Dainda:

Ser Kalunga pra mim eu acho que, que é porque foi dos quilombola, dos fugitivo que ficaram aqui, pra uns fala assim, nós somos descendente de escravo, eu não! Nós não é descendente de escravo porque Deus não deixou escravo, então nós foi escravizado, mas nós não é descendente de escravo. Nós pode ter vindo da Angola, pode ter vindo de outro lugar, mas nós num era descendente, nós não é descendente de escravo, porque num tinha escravo, nós foi escravizado, mas num tinha escravo. Os escravo, os branco que escravizou nós. Nós fala descendente de escravo, não tinha escravo. Fizeram de nós escravo. Mas não tem descendente de escravo. [...] pra mim a descendência nossa são índio, são, africano. É isso. Que eu componho³⁸.

Dona Dainda se reconhece descendente de quilombolas, de descendentes de africanos escravizados e de índios, mas não de escravos. Percebe-se aqui a mistura de diferentes tradições culturais: negro e índio.

O sentimento de pertença ao território também caracteriza a identidade do Kalunga, assim relata Dona Dainda, que já morou em Brasília, mas gosta de morar na comunidade:

É, numa parte eu achei muito boa pelo conhecimento que eu não tinha, mas a sobrevivência aqui eu acho melhor. [...] gosto mais daqui porque, aqui eu vivo no meio de minha família e tenho minhas tradição da festa e eu gosto de tá sempre junto, trabalhando, por isso que num consigo morar em outro lugar³⁹.

Com relação ao território, trago o conceito de Milton Santos, que corrobora com a fala de Dona Dainda:

[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O

³⁸ Acervo Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães.

³⁹ Ibidem.

território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 08).

Santos (2007) explica ainda que não se pode falar em território sem falar de territorialidade *“o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade”* (SANTOS, 2007, p. 83-84). Reitera que *“o território sem vida é meramente um espaço físico recortado geograficamente para delimitar algo, mas as ações existentes nele remetem à territorialidade”*. (SANTOS *apud* HEIDTMANN, 2008, p. 43).

Além das práticas culturais, das crenças, do sentimento de pertença, há os espaços políticos que ajudam a formar a identidade Kalunga, como as Associações, que são formas organizadas dos Kalunga aos órgãos superiores: Associação Quilombo Kalunga (AQK); Associação Comunitária Kalunga Engenho II; Associação Kalunga Cavalcante-GO e Associação de educação do Campo do território Kalunga e Comunidades Rurais (EPOTECAMPO).

A EPOTECAMPO foi criada em 2012. A idéia surgiu dos estudantes Kalunga da LEdoC. O objetivo da Associação é buscar novas políticas públicas para a educação do campo.

Capítulo 2 - Aspectos teórico-metodológicos e procedimentos técnicos da pesquisa

Quando a professora Nancy explicou-me que a tese seria desenvolvida utilizando o recurso metodológico da história oral, articulada com a memória, certo espanto me causou, por que, primeiro por não conhecer a metodologia e segundo por não entender de que modo esta articulação – história e memória - poderia me ajudar a responder aos meus questionamentos na tese.

Inicialmente, procurei compreender o que é História e que história é esta dos Kalunga? Que conceitualmente ajudaria então a compreender a história dos Kalunga? Foi nos ensinamentos de Benjamin (1987) que encontrei caminhos para a sua compreensão. Em *Obras Escolhidas, magia e técnica, arte e política, sobre o conceito da História*, Benjamin apresenta um método historiográfico baseado numa perspectiva de materialismo histórico no qual não se deve deixar de levar em consideração as questões subjetivas da humanidade, suas questões espirituais. Benjamin faz a junção do materialismo histórico com a teologia, isso quer dizer que a história não deve levar em conta apenas as lutas pelas coisas brutas e materiais, as necessidades materiais não excluem as necessidades espirituais - morais, subjetivas -, uma vez que matéria e espírito - alma, a subjetividade do ser - são inseparáveis.

Para Benjamin (1987) o materialismo histórico, por meio da luta de classes, deve assumir a vanguarda do processo histórico, acelerar a marcha da história em sentido à revolução, bem como impedir o avanço do inimigo, que não tem cessado de juntar vitórias:

A luta de classes, que um historiador educado por Marx jamais perde de vista, é uma luta pelas coisas brutas e materiais, sem as quais não existem as refinadas e espirituais. Mas, na luta de classes essas coisas espirituais não podem ser representadas como despojos atribuídos ao vencedor. Elas se manifestam nessa luta sob a forma da confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza, e agem de longe, do fundo dos tempos. Elas questionarão sempre cada vitória dos dominadores. Assim como as flores dirigem sua corola para o sol, o passado, graças a um misterioso heliotropismo, tenta dirigir-se para o sol que se levanta no céu da história. O materialismo histórico deve ficar atento a essa transformação, a mais imperceptível de todas. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

É a partir da luta de classes que Benjamin analisa a história:

O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se numa *citation à l'ordredujour* — e esse dia é justamente o do juízo final. (BENJAMIN, 1987, p. 223).

A história é vista do ponto de vista dos vencidos e somente redimida da sua exploração e opressão a humanidade poderá apropriar-se totalmente de seu passado.

Benjamin (1987, p. 224) menciona que a verdadeira imagem do passado perpassa veloz, e que o historicismo, ao afirmar que “a verdade nunca nos escapará”, diferencia-se e distancia-se do materialismo histórico:

A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido. “A verdade nunca nos escapará” — essa frase de Gottfried Keller caracteriza o ponto exato em que o historicismo se separa do materialismo histórico. Pois irrecuperável é cada imagem do presente que se dirige ao presente, sem que esse presente se sinta visado por ela.

Velozes, as imagens do passado relampejam no presente e elas são apreendidas pelo historiador crítico enquanto questões do passado que estão inscritas no presente; elas são imagens, fragmentos e não o passado em si, que ficam em evidência e que precisam ser percebidas, reconhecidas no presente, pois elas clamam por reparação.

Nunes (2010) explica que Benjamin ressalta a rapidez da verdadeira imagem do passado:

Aqui, então, ele ressalta a rapidez, a fugacidade da verdadeira imagem do passado, a qual, se não for recuperada, se perde. Em outras palavras, se o historiador crítico não apreender o que se ofereceu naquele momento, a oportunidade está perdida, pois apenas durante um instante estas imagens se fazem presente. É necessário, assim, apanhá-las instantaneamente, num ligeiro intervalo de tempo, ou seja, num relampejar. (NUNES, 2010, p. 39).

De fato, estudar o passado não significa conhecê-lo exatamente como ele foi, porém apenas uma ou algumas de suas reminiscências poderão ser percebidas e reconstruídas pelo pesquisador, pelos agentes históricos, pelos grupos oprimidos, ou seja, por aqueles que buscam e lutam por uma outra coisa, um outro mundo. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo. Os mortos também não estarão em segurança se o inimigo vencer.

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Em cada época, é preciso arrancar a tradição ao conformismo, que quer apoderar-se dela. Pois o Messias não vem apenas como salvador; ele vem também como o vencedor do Anticristo. O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer. (BENJAMIN, 1987, p. 224).

Assim menciona Benjamin (1987) que a tradição dos grupos oprimidos são seus saberes, suas experiências, suas lutas, que podem ser apagadas ou conduzidas ao conformismo pelos grupos dominantes, que tentam lhes impor uma perspectiva de tradição enquanto algo fixo, imutável, como a condição de grupo dominado. Esse é o perigo.

Benjamin (1987) explica que é preciso arrancar a tradição ao conformismo. Romper com a noção de história que se baseia na empatia com o vencedor que serve à dominação política, cultural, social e econômica torna-se então fundamental. Noção esta que defende o esquecimento de fases da história, quando se está tentando estudar ou enfrentar situações específicas:

Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Para Benjamin (1987, p. 225) o materialismo histórico contempla os bens culturais – monumentos, documentos, acervos museológicos, a historiografia e outros com distanciamento, pois *“nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”*.

Com efeito, tais bens culturais não se devem apenas à habilidade de gênios, mas, também à exploração de milhares de anônimos (BENJAMIN, 1987, p. 225), à expropriação de dezenas de povos de seus bens . Daí a necessidade de se buscar uma outra história e para isto, a que se fazer uma contra-história, uma história a contrapelo, com outros grupos sociais, tidos como vencidos ou dominados:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvéia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo. (BENJAMIN, 1987, p. 225).

Segundo Benjamin (1987, p. 226) a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção - a dominação - em que vivemos é na verdade a regra geral, então, é necessário construir um conceito de história que torne visível essa verdade. Um conceito de história sob a perspectiva dos vencidos, dos excluídos, dos dominados, sendo preciso também criar um estado de exceção na história, este estado de exceção seria a tomada do poder pelos vencidos e o fim da exploração e da opressão.

Benjamin (1987) explica que a história deve ser compreendida como uma totalidade e não como um encadeamento de acontecimentos, o *“anjo da história”* está afastado daquilo que ele encara fixamente, as ruínas do mundo capitalista, construídas e em construção, principalmente naquele momento histórico do nazi-fascismo na Europa.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso. (BENJAMIN, 1987, p. 226).

Benjamin (1987) menciona que o conceito de história não corresponde à verdade vivenciada, refere-se à narrativa de relato das vitórias consecutivas da classe dominante. Diante disso, é fundamental que se tenha um novo conceito de história que corresponda às exigências do tempo presente, do *agoras*, e da classe oprimida.

Para o autor o novo conceito de história deve ser formulado a partir do método da historiografia materialista, que se sustenta no “princípio construtivo” do tempo, e deve se contrapor ao método da historiografia historicista vigente, que se sustenta no “continuismo evolutivo” do tempo homogêneo e vazio:

A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de “agoras”. Assim, a Roma antiga era para Robespierre um passado carregado de “agoras”, que ele fez explodir do *continuum* da história. A Revolução Francesa se via como uma Roma ressurreta. Ela citava a Roma antiga como a moda cita um vestuário antigo. A moda tem um faro para o atual, onde quer que ele esteja na folhagem do antigamente. Ela é um salto de tigre em direção ao passado. Somente ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx.

Nunes (2010) explica que Benjamin:

Elabora um conceito de História no qual o tempo emerge como elemento central de sua análise. [...] ele estabelece uma crítica direta à noção de continuidade temporal da história. Continuidade esta caracterizada pelo “tempo homogêneo e vazio” expresso na

historiografia tradicional, elaborada que é no rastro do historicismo, o qual se atém às relações causais da história. (NUNES, 2010, p. 33).

Benjamin, explica Nunes (2010, p. 33), “*caracteriza esse tempo como o tempo do relógio, no interior do qual o historiador tradicional acomoda os acontecimentos*”:

O historicismo culmina legitimamente na história universal. Em seu método, a historiografia materialista se distancia dela talvez mais radicalmente que de qualquer outra. A história universal não tem qualquer armação teórica. Seu procedimento é aditivo. Ela utiliza a massa dos fatos, para com eles preencher o tempo homogêneo e vazio. (BENJAMIN, 1987, p. 231).

Nunes (2010, p. 34) explica que Benjamin “*contrapõe a esse tempo controlado pelo relógio, o tempo do calendário dotado de referências a acontecimentos e personagens*”.

Então, o tempo do calendário não é mecânico, assim menciona Nunes:

Nesse sentido, o tempo do calendário não se desenvolve mecanicamente. A partir de eventos significativos, ele pontua a existência social com “dias de reminiscências”, de recordação. Nesses momentos, as coisas lembradas reinscrevem-se na atualidade, num “tempo saturado de ágoras”..., onde a construção ou reconstrução da história se dá. (NUNES, 2010, p. 34).

Essa relação com o passado traz duas possibilidades, como explica Matos (1989): uma que imediatamente se efetiva que é a relação de identificação e outra que subtrai o excedente de significado no interior desse mesmo passado, o que permaneceu virtual. A autora explica que o “salto do tigre no passado” pode levar a saídas de sentidos contrários, conforme ocorra “na arena onde manda a classe dominante” ou “sob o céu livre da história”. E a história é revivida assim como a moda, mas cercada de sentidos duplos: como repetição ou como sentido inédito, como catástrofe ou como redenção. A crítica de Benjamin ao tempo é, na verdade, a crítica à repetição.

Então a história dos grupos dominados não é homogênea e vazia, não tem a linearidade da história que os dominantes contam de si mesmos e dos outros. Os fatos, os acontecimentos são organizados num continuum da história, numa linha reta. A história (histórias) dos dominados se caracteriza pelas rupturas que eles fazem no palco

histórico, rupturas necessárias à transformação social, e em consequência, é uma história em permanente construção, aberta, num tempo descontínuo, cheio de interrupções! (NUNES, 2010, p. 36).

Benjamin (1989) menciona que a consciência de fazer explodir o *continuum* da história é atribuída às classes revolucionárias no momento da ação, mencionando que foi a Grande Revolução que introduziu um novo calendário e o dia que começa um novo calendário funciona como um acelerador:

O dia com o qual começa um novo calendário funciona como um acelerador histórico. No fundo, é o mesmo dia que retorna sempre sob a forma dos dias feriados, que são os dias da reminiscência. Assim, os calendários não marcam o tempo do mesmo modo que os relógios. Eles são monumentos de uma consciência histórica da qual não parece mais haver na Europa, há cem anos, o mínimo vestígio. A Revolução de julho registrou ainda um incidente em que essa consciência se manifestou. Terminado o primeiro dia de combate, verificou-se que em vários bairros de Paris, independentes uns dos outros e na mesma hora, foram disparados tiros contra os relógios localizados nas torres. (BENJAMIN, 1987, p. 231).

Diante do que foi exposto, segundo Benjamin, o novo conceito de história deve ser pensado a partir da historiografia materialista, que se sustenta no “princípio construtivo” do tempo, que é o tempo do calendário, aquele que é carregado de sentidos e significados, aquele que permite lembrar, rememorar, reconstruir histórias, a história e que se opõe ao tempo do relógio, que é um tempo mecânico, do capital, onde não mais se tem tempo para contar, para narrar. (NUNES, 2010, p.34).

Relativamente ao ato de narrar, Magalhães (2001, p. 87), menciona que nos dias atuais, em razão da “*virtualidade, o domínio das imagens eletrônicas poderiam deixar presumir que a arte de narrar está muito próxima da extinção, como teria previsto Walter Benjamin, na década de 1930 em seu ensaio acerca do narrador.*”

Por mais familiar que seja o seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo de distante, e que se distancia ainda mais. Descrever um Leskov como narrador não significa trazê-lo mais perto de nós, e sim, pelo contrário, aumentar a distância que nos separa dele. Vistos de uma certa distância, os traços grandes e simples que caracterizam o narrador se destacam dele. Ou melhor, esses traços aparecem, como um rosto humano ou um corpo animal aparecem num rochedo, para um observador localizado numa distância apropriada e num ângulo favorável. Uma experiência quase

cotidiana nos impõe a exigência dessa distância e desse ângulo de observação. É a experiência de que a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente. (BENJAMIN, 1987, p. 197).

O narrador, segundo Magalhães (2001, p. 87):

É imaginado como alguém que vem de longe, mas, também se escuta com prazer o homem que conhece tradições e histórias de seu próprio país. Segundo Benjamin, camponeses e marujos comerciantes foram os primeiros nesta arte, no corporativismo medieval, aprendizes migrantes e mestres sedentários foram os artífices que a aperfeiçoaram.

A autora menciona que para Benjamin:

Não existem – no contexto social da sociedade industrializada moderna – condições adequadas que permitiriam a realização de transmissão da experiência no seu sentido pleno, tais como: comunidade de vida e de discurso entre narrador e ouvinte; organização comunitária artesanal do trabalho; lenta acumulação de várias narrações sucessivas; progressiva sedimentação de diversas experiências; palavra unificadora; senso prático, utilitário da narrativa tradicional. (MAGALHÃES, 2001, P. 87/88).

Diante desse cenário, Magalhães (2001, p. 88) concorda com Walter Benjamin de que “*a arte de contar da narrativa tradicional torna-se cada vez mais rara*”.

Para Magalhães (2001) o narrador figura entre os mestres e os sábios:

Sabendo narrar porque assimila à sua substância aquilo que ouve dizer, aquela dignidade de poder contar uma vida por inteiro, o narrador figura entre os mestres e os sábios. Naquela narrativa tradicional, narrador e ouvinte estão inserido num fluxo narrativo comum e vivo, já que a história continua aberta ao fazer juntos, a outras propostas. Nesse fluxo, aquele que conta transmite um saber, do qual quem ouve pode tirar um proveito, uma sapiência prática, que pode tornar a forma de um produto sólido e único, de uma moral, de uma norma de vida, de uma advertência, de um provérbio, de um conselho. (MAGALHÃES, 2001, p. 88).

A convivência, quase que diária, com a Professora Nancy, permitiu-me muitos aprendizados, entre eles - que a história oral tem vários recursos e que estes nos

auxiliam a registrar e ampliar relações sociais na construção da memória. Ela sempre dizia que a história não é única, que há várias narrativas e um exemplo dessa lição foi assistir ao filme, *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé, em 2013: “*uma atraente convocação para se levar em conta aspectos da História, que nem sempre são tratados no ensino formal*” (MAGALHÃES, 2011), diante disso, me debrucei em artigos, livros e teses que tratam da história oral e logo percebi o quanto este recurso é importante para a elaboração da minha tese. De fato, lidar com a oralidade, é lidar com processos de rememoração, é reconstruir a história por meio de narrativas que dizem respeito à experiência de cada personagem da pesquisa, conforme veremos mais adiante.

Thompson (1992, p.17) menciona que a história oral pode trazer muitas contribuições para a busca da memória nacional, demonstrando ser um método bastante próspero para a realização de pesquisa em diferentes áreas. Para o autor é: “*preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos*”.

A história oral enquanto método de pesquisa tem como objeto a realização de entrevistas gravadas com pessoas que testemunharam sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea, assim explica Alberti (1990, p. 52):

A história oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.

Lima menciona que há diversas definições para a história oral:

Para uns é uma fonte, para outros uma técnica; para outros, ainda, um método. Para muitos estes termos aparecem de forma misturada. A história oral também se apresenta com finalidades diversas. Para alguns sua finalidade primeira é criar documentação. Para outros é responder uma questão de pesquisa. Para outros ainda, conjugam-se

ambas as finalidades, busca-se criar documentação e responder a uma premissa de pesquisa. (LIMA, 1983, p. 02).

Alberti explica que a história oral pode ser utilizada em diversas disciplinas das ciências humanas, tendo relação tênue com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos, etc. E dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa ou como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados. A especificidade da história oral se encontra no fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num espaço multidisciplinar (ALBERTI, 2013, p. 42).

Ainda, seguindo os ensinamentos de Alberti:

(...) está claro que ela só pode ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, que a memória dos entrevistados alcance. Com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não tão recentes, mas a realização de entrevistas pressupõe o estudo de acontecimentos e/ou conjunturas ocorridos num espaço aproximadamente de 50 anos. (ALBERTI, 2013, p. 28).

Alberti (2013, p. 37) deixa claro que recurso metodológico da história oral não é simplesmente pegar um gravador e sair entrevistando pessoas aleatoriamente para falar sobre sua vida. Alerta que este tipo de atitude pode resultar em um punhado de gravações com pouca ou nenhuma utilidade.

Segundo Alberti (2013, p. 37) a história oral cria possibilidades de produção de conhecimento, traz ainda o fascínio exercido pela vivacidade do passado, que estão contidos nas fontes orais. A história oral é um meio de ampliação de conhecimento sobre o passado. No caso desta pesquisa, o recurso metodológico da *história oral* em articulação com a questão da memória responderia mais a uma questão de pesquisa. E a escolha do tipo de entrevista é a história de vida, que tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento presente, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. (ALBERTI, 2013, p. 48).

Para começar a pensar em uma relação entre memória e história, vale recorrer aos gregos:

Para os gregos a memória era tão importante que recebeu um lugar especial no panteão de seus deuses. Segundo o mito, *Mnemósine*, a deusa da memória, foi a quarta esposa de Zeus que gerou, dessa união, nove musas, entre elas, Clio, a História. Nesse sentido, poderíamos pensar que, para a produção da(s) História(s), torna-se indispensável recorrer à memória. (SILVEIRA, 2007, p. 36/37).

Benjamin (1987, p. 211) menciona que *Mnemosyne*, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia. Segundo o autor:

Esse nome chama a atenção para uma decisiva guinada histórica. Se o registro escrito do que foi transmitido pela reminiscência — a historiografia — representa uma zona de indiferenciação criadora com relação às várias formas épicas (como a grande prosa representa uma zona de indiferenciação criadora com relação às diversas formas métricas), sua forma mais antiga, a epopéia propriamente dita, contém em si, por uma espécie de indiferenciação, a narrativa e o romance. Quando no decorrer dos séculos o romance começou a emergir do seio da epopéia, ficou evidente que nele a musa épica — a reminiscência — aparecia sob outra forma que na narrativa.

Magalhães (2001) explica que reminiscência:

Funda a cadeia da tradição de transmissão dos acontecimentos, de geração a geração. Ela corresponde à musa épica no sentido mais amplo e inclui todas as variedades da forma épica, entre elas a encarnada como narrador, como os orientais, que tecem a rede constituída por todas as histórias entre si, imaginando uma nova história em cada passagem que estão contando. (MAGALHÃES, 2001, p. 89/90).

Segundo Moreira (s/d) entre inúmeras outras transformações ocorridas na História, nas três décadas do século XX, a história teve que passar por uma reavaliação das complexas relações que vinculam e que separam a história e a memória. Se há trinta anos atrás uma obra como *La mémoire collective* (1950), de Maurice Halbwachs, não despertou um interesse maior na comunidade dos historiadores, na década seguinte o quadro apresentou alterações substanciais.

A memória no sentido básico do termo, é a presença do passado, mas no sentido estrito:

A memória é uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. Portanto, toda memória é, por definição, “coletiva”, como sugeriu Halbwachs. Seu atributo imediato é garantir a continuidade do tempo e permitir à alteridade, ao “tempo que muda”, às rupturas que são o destino de toda vida humana: em suma, ela constitui – eis uma banalidade – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros. Mas, essa percepção difere segundo nos situemos na escala do indivíduo ou na escala de um grupo social, ou mesmo de toda uma nação. Se o caráter coletivo de toda memória individual nos parece evidente, o mesmo não se pode dizer da idéia de que existe uma “memória coletiva”, isto é, uma presença e, portanto uma representação do passado que sejam compartilhadas nos mesmos termos por toda uma coletividade. (ROUSSO, 1998, p. 94).

Rouso (1998) menciona que para superar esse obstáculo historiadores em geral admitem, de maneira timidamente declarada, que as representações do passado observadas em determinada época ou lugar, constituem a manifestação mais clara de uma memória coletiva. Fazer história dessas manifestações permite chegar mais próximo da noção de memória coletiva, ainda que por uma abordagem empírica, própria dos historiadores.

Segundo Moreira (s/d) esse movimento de reavaliação dos elos entre a história e a memória foi o resultado de um questionamento dos historiadores à visão tradicional acerca dos campos supracitados. Segundo Peter Burke (2000 *apud* Moreira, s/d, p. 2), a visão tradicional das relações entre a história e a memória era vista de uma forma relativamente simplista:

[...] a função do historiador era ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos, quando escritos para proveitos dos autores, para lhes proporcionar fama, e também em proveito da posteridade, para aprender com o exemplo deles. Assim, para Cícero (106 a.C. -43 a.C.), a história era a vida da memória. Na mesma perspectiva, Heródoto (c. 484 a.C. - 425 a.C.), Jean Froissart (c. 1337-1410) e o Conde de Clarendon (1609-1674) afirmaram que escreviam para manter viva a memória dos grandes fatos e feitos notáveis.

Porém, essa explicação nos dias atuais parece muito simples, visto que a história e a memória passaram a se tornar cada vez mais complexas. Moreira (s/d) explica que lembrar o passado e escrever sobre não é uma atividade tão simples quanto parece, elas não parecem mais ser objetivas. Num caso como no outro, os historiadores aprenderam a considerar fenômenos com a seleção consciente ou inconsciente, a interpretação e a distorção.

A história e a memória passam a ver o processo de seleção, interpretação e distorção como condicionado, ou pelo menos influenciado, por grupos sociais, não sendo obra de indivíduos isolados. (BURKE, 2000, p.69-70 *apud* MOREIRA, s/d, p.2).

Então incumbiu a Maurice Halbwachs, na década de 1920, a pesquisar mais detalhadamente o que denominou “estrutura social da memória”. Segundo Halbwachs (1990) as memórias são construções dos grupos sociais. Embora sejam os indivíduos que lembram, são os grupos sociais que determinam o que é memorável e as formas pelas quais será lembrado. Sendo assim, os indivíduos se identificam com os acontecimentos públicos relevantes para o seu grupo. (MAGALHÃES, 2012).

Halbwachs (1990) estabeleceu uma separação entre a memória coletiva, pensada como uma reconstrução social, e a história escrita, por ele considerada, sob os cânones tradicionais, objetiva. Porém, muitos estudos históricos recentes tratam a memória não como produto coletivo, mas de grupos sociais, como explica Moreira (s/d):

Por outro lado, tornou-se um lugar comum na historiografia contemporânea sustentar que os amantes de Clio, em diferentes épocas e lugares, consideraram diversos aspectos do passado como memoráveis (batalhas, política, religião, economia) e apresentaram o passado de maneiras muito distintas, concentrando-se em fatos ou estruturas, em grandes personagens ou pessoas comuns, conforme o ponto de vista do seu grupo social. (BURKE, 2000 *apud* MOREIRA, s/d, p. 2).

Porém, conforme explica Burke, os historiadores se interessam ou precisam se interessar pela memória, sob dois aspectos: como fonte histórica e como fenômeno histórico. No que diz respeito ao primeiro aspecto, além de estudarem a memória como fonte para a história, os historiadores devem elaborar uma crítica do resíduo ou parte

fragmentada de alguma coisa que já não existe mais, dentro do modelo da operação de análise dos documentos históricos. Essa tarefa começou a ser realizada, em parte, nos anos sessenta, quando alguns historiadores contemporâneos passaram a entender a importância da história oral. Mesmo os que trabalham com períodos anteriores têm alguma coisa a aprender com o movimento da história oral, pois precisam estar conscientes dos testemunhos e tradições embutidos em muitos registros históricos. (BURKE, 2000, p.72, *apud* MOREIRA, s/d, p. 2).

Referente ao segundo aspecto, os historiadores devem estar interessados no que o autor denomina “história social do lembrar”. Partindo-se da premissa de que a memória social, como a individual, é seletiva, faz-se necessário identificar os princípios de seleção e observar como os mesmos variam de lugar para lugar, ou de um grupo para o outro, e como se transformam na passagem do tempo. “*As memórias são maleáveis, e é necessário compreender como são concretizadas, e por quem, assim como os limites dessa maleabilidade.*” (BURKE, 2000, p.73, *apud* MOREIRA, s/d, p.3).

Por fim, é importante trazer o conceito de Jacques Le Goff: “*A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para a servidão dos homens.*” (LE GOFF, 1994, p.477, *apud* MOREIRA, s/d, p. 3).

Trabalhar no Projeto com a professora Nancy me fez entender que a memória irá auxiliar na compreensão da relação entre presente e passado. Nos ensinamentos de Benjamin (1987, p. 224) articular historicamente o passado implica reconstruí-lo tal como ele existiu um dia, mas de entendê-lo como algo que poderia ter sido e que não foi, que irrompe no presente, e tira a história de um curso homogêneo e vazio, configurando-se como um campo de possibilidades em aberto (MAGALHÃES, 2013). E essa compreensão constitui um dos pilares para a elaboração desta tese, numa trajetória de busca pela compreensão sobre experiências de vida, estudo, trabalho, luta pela terra, a partir da oralidade, em narrativas e lembranças do passado, no presente, na comunidade Kalunga.

Outro recurso que utilizei na elaboração da tese foi a fotografia. Magalhães *et al* (2010) mencionam a fotografia na construção da memória, que a história oral e a fotografia servem para registrar e ampliar relações sociais nos processos de construção

da memória e poderes, que surgem a partir das interações que são construídas entre nós e os/as entrevistados/as. Através do diálogo entre essas oralidades/fotos, pode-se criar outras versões da história, movimentando identidades, negociando interesses e projetos de (re)apropriação de tempos e espaços.

No decorrer da pesquisa, registrei muitos momentos através da fotografia⁴⁰, tais como as dos entrevistados, com seus familiares, da escola onde lecionavam alguns Kalunga, das comidas e da festa de Nossa Senhora da Abadia, entre outros. Fotos que registravam as práticas cotidianas dos estudantes Kalunga.

Matos (2001 *apud* Magalhães e Matsumoto, 2009) explica que as práticas cotidianas, presentificam ausências pela lembrança, ao serem estimulados em diálogos com pesquisadores e demais participantes, complementam Magalhães e Matsumoto (2009).

E neste processo de interação Magalhães e Matsumoto (2009) lembram os ensinamentos de Walter Benjamin (1987) e Michael Pollak (1989), o primeiro considera estes estudantes como narradores-pensadores e o segundo menciona que as experiências relacionadas com lugares, personagens, e temas, criam concepções e imagens de temporalidades e espaços plurais, as quais podem ultrapassar os de suas terras natais.

Costa (2001, p. 77) explica também que a narrativa oral dá conforto afetivo ao mundo (se referindo aos contos populares):

[...] aproxima-nos uns dos outros e faz-nos valorizar os nossos antepassados; vivifica a intersubjetividade entre homens, mulheres, famílias e grupos culturais para que não sejam reduzidos a meros produtores, senhores de terra, comerciantes. A narrativa propicia o entretenimento dos homens, dissemina o amor e encorajamento para a vida. Além disso, no ato mesmo de narrar, o contador de história, ao reconstituir os fatos, reordena seus próprios valores, faz surgir ou fortalecer o despertar, a comunicação do eu com os outros, por reconstitui a afetividade como característica do homem, retomando o seu lado humano tão massacrado pelo pensamento racional.

⁴⁰ Utilizei a Câmara Nikon e Celular e Tablet Samsung para registrar as fotos.

Os narradores dão vozes às crenças religiosas, morais, políticas da sociedade em que vivem. A narrativa, segundo Costa, caracteriza-se assim como manifestação e expressão cultural:

Tece uma teia que confere significação ao mundo de narradores e ouvintes e, ao reconstituir histórias, o narrador reinventa, a cada momento, a cultura, atribuindo diferentes significados aos fatos narrados. Contudo, ele conta apenas parte do que viu, ouviu ou leu, pois a memória é seletiva, retém apenas os fatos que foram envoltos nos sentimentos. (COSTA, 2001, p. 77).

Neste ínterim, trago os ensinamentos de Magalhães (2013, p. 114), que menciona que a cultura não se deve reduzir à esfera das artes e da vida intelectual, como dizia a autora: “a cultura não é a cereja do bolo”:

Como modo de vida e de luta, nunca é demais repetir, impõe-se não reduzir cultura à esfera das artes e a vida intelectual, mesmo porque, em suas relações com a sociedade, a cultura não é uma esfera abstrata residual nem pitorescamente material. É a dimensão significativa de todas as esferas da vida social. Nessa perspectiva, e em outras palavras, também não se trata de limitar a expressão da cultura àquela que, por exemplo, deu corpo à definição de folclore – cesta, vaso de barro, dança da ciranda.

Para a autora a cultura não se refere apenas às atividades propriamente culturais ou às residualmente sociais. É parte substantiva de tramas e teias que constituem a vida cotidiana de qualquer comunidade humana e é tecida com os fios do poder. Torna-se necessário recolocar a dimensão histórica da cultura, a construção social da cultura na história e como a história de diferentes momentos, processos, atores. (MAGALHÃES, 2013).

Costa (2001) entende a narrativa oral como espaço privilegiado de sentimentos. Para a autora é impossível pensar a narrativa oral desvinculada de gestos, de evocações e de desenhos mímicos com as mãos.

Meu esforço, nesta tese, se constitui na construção de uma narrativa historiográfica, assumida como parcial e resultante de escolhas feitas ao longo de uma trajetória de diálogos, conflitos, transformações e vislumbres sobre o objeto-tema,

experimentados nos encontros com os estudantes Kalunga da LEdoC. Essa narrativa se soma a inúmeras outras narrativas de historiadores, tantas quantos forem os itinerários traçados livremente por eles, conforme explica Veyne (1992).

Frente ao esforço em superar perspectivas que cristalizam o tempo e as identidades em conceitos ligadas a lógicas de causa e efeito, esclareço que procurei não hierarquizar as diferentes fontes bibliográficas consultadas.

Com relação às histórias de vida e aos relatos orais como fonte para a história, trago as lições de Thompson (1992), o autor menciona que a história oral estimula o campo da produção historiográfica, frente a possibilidade de mudança de perspectivas sobre temas sociais. Concomitantemente, possibilita ampliar o universo de vozes, para além daquelas que representam um posicionamento hegemônico ou que compartilhariam posições em comum com o próprio historiador.

A fonte oral não é uma forma para preencher lacunas deixadas pela escrita. Dentro de estudos sobre processos históricos, culturais e sociais, esta visão parece empobrecer essas narrativas orais, especialmente se forem tratadas como depoimentos, assim como os entrevistados, informantes.

Para essa tese vejo a perspectiva de narradores pensadores com experiências relacionadas com lugares, personagens, e temas, criam concepções e imagens de temporalidades e espaços plurais, as quais podem ultrapassar os de suas terras natais.

Ainda, em termos metodológicos, os relatos orais foram analisados à luz das noções e conceitos de memória, de educação, de história e de políticas públicas voltadas para o campo, no sentido de compreender as tensões, os conflitos e as mudanças individuais e coletivas nas vidas desses personagens da pesquisa.

Vale assinalar que foram utilizados as entrevistas do Projeto *Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, aprovado pelo edital do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), em 2011, coordenado pela Professora Dra. Nancy Alessio Magalhães, que constitui acervo do NECOIM, bem como alguns dados censitários, que estão associados aos pressupostos da pesquisa.

Outra fonte utilizada foram as conversas que eu tive com a Coordenadora Substituta da Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do

Ministério da Educação - MEC Professora Maria Auxiliadora. Essas conversas foram realizadas para se obter esclarecimentos acerca das políticas para a educação escolar quilombola, porém não foram gravadas, mas há o conhecimento da Professora sob o uso das informações prestadas.

2.1 - Roteiro e entrevista

Com base na elaboração do roteiro para o Projeto, construí o roteiro de entrevista para os estudantes Kalunga com acréscimos e o aval do Professor José Walter. As entrevistas foram realizadas numa perspectiva de história de vida, momento em que se discutiu de modo longitudinal, a trajetória do entrevistado.

Segundo Alberti (2013, p. 161) o roteiro tem função dupla, quais sejam: promover a síntese das questões levantadas no decorrer da pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades que vem em seguida, especialmente a elaboração dos roteiros individuais.

Alberti (2013, p. 158) menciona que é: *“na realização de entrevistas que se situa efetivamente o fazer a história oral; é para lá que convergem os investimentos iniciais de implantação do projeto de pesquisa, e é de lá que partem os esforços de tratamento de acervo.”*

Como se trata de uma metodologia de pesquisa de cunho qualitativo, as entrevistas foram realizadas com doze estudantes Kalunga. Inicialmente, por sugestão do orientador, seriam seis ou oito entrevistados, assim explicou o Professor Zé Walter, que por eles estarem num mesmo ambiente os relatos poderiam ser semelhantes, o que mudaria seria algum acontecimento marcante, como por exemplo, separação dos pais, falecimento de um ente querido.

Segundo Alberti (p.45, 2013) as considerações sobre a escolha dos entrevistados em uma pesquisa de história oral levam naturalmente a questão de quantas pessoas entrevistar ao longo do trabalho e que tal decisão depende diretamente dos objetivos da pesquisa.

Contudo, quando fui ao Vão de Almas, em agosto de 2015, na romaria de Nossa Senhora da Abadia, para levar à comunidade o resultado do Projeto, não resisti e entrevistei mais estudantes, totalizando 12 estudantes, 06 homens e 06 mulheres, com idades que variam de 21 a 41 anos. Dos 12, 05 já concluíram o curso, 05 estão no último semestre e 02 estão no primeiro semestre.

Segue relação dos entrevistados:

Quadro 1 – Relação dos entrevistados.

Entrevistado	Data entrevista	Comunidade	Idade	Estado Civil	Filhos	Profissão	Concluinte/em formação	Tema do TCC
Vilmar Souza Santos	29/09/2014	Vão do Moleque	35	Casado	01	Agente de Endemias	Concluinte	A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga, 2013.
Wanderleia dos Santos Rosa	29/09/2014	Vão de Almas	41	Casada	02	Secretária da Secretaria Municipal de Igualdades Raciais	Concluinte	Rezas, rezadeiras e juventude na Comunidade Vão de Almas – Cavalcante/GO, 2013.
João Francisco Maia	04/07/2015	Engenho II	31	Solteiro	0	Professor	Concluinte	História e memória da Comunidade Kalunga Engenho II, 2014.
Joelice Francisco Maia	04/07/2015	Engenho II	29	Solteira	1	Professora (estava de licença maternidade)	Concluinte	Densidade de indivíduos de <i>xylopia aromatica</i> (pimenta de macaco) em uma área da comunidade Kalunga Engenho II, Cavalcante – Goiás, 2013.
Daiana dos Santos Dias	04/07/2015	Vão de Almas	28	Solteira	2	Estudante	Em formação (1º Semestre)	-x-
Eurotildes dos Santos Rosa	04/07/2015	Vão de Almas	48	Casada	5	Professora	Concluinte	Os costumes e as tradições da comunidade Vão de Almas Cavalcante GO, 2014.
Rolmes dos	05/07/2015	Vão de	28	Casado	2	Professor	Em formação (8º	A produção agrícola na comunidade Kalunga

Santos Rosa		Almas					Semestre)	Vão de Almas: um estudo de caso, 2016.
Erildo Fernandes de Souza	05/07/2015	Vão de Almas	20	Solteiro	0	Professor	Em formação (8º Semestre)	Gênero discursivo folia como cultura e identidade da comunidade Kalunga Vão de Almas, 2015. (TCC não está no site).
Niecia Pereira dos Santos	13/08/2015	Vão de Almas	27	Casada	2	Estudante	Em formação (8º Semestre)	Registro de memórias das parteiras da comunidade Kalunga
Adão Fernandes da Cunha	13/08/2015	Vão de Almas	26	Solteiro	2	Professor	Em formação (8º Semestre)	Sustentabilidade ambiental na comunidade Kalunga Vão de Almas: uma pesquisa na perspectiva ecolinguística, 2015.
Genildo Fernandes Gonçalves	14/08/2015	Vão de Almas	21	Casado	1	Professor	Concluente	Varição linguística da comunidade Kalunga Vão de Almas: um estudo no contexto da Fazenda Coco, 2015.
Adilene Dias da Conceição	14/08/2015	Vão de Almas	21	Solteira	2	Estudante	Em formação (1º Semestre)	-x-

O roteiro de entrevista começou por registrar os dados biográficos do entrevistado, segue com aspectos da sua infância, e avança para sua vida familiar, escolar, mundo do trabalho, experiência política, sempre relacionando o passado com o presente e este com o passado. No total, são 26 questões (roteiro em anexo).

Além das entrevistas, outro instrumento utilizado na pesquisa foi os registros em um diário de campo, que serão apresentados no próximo subtítulo deste capítulo.

2.2 - Diário de Campo

Lembro-me da orientação, tanto da professora Nancy quanto do professor José Walter, sobre a importância de se registrar todo o andamento da tese em um diário de campo. Então concomitante à realização da entrevista, tanto no início quanto no final, fiz anotações em um diário, com descrição de como foi o contato com os entrevistados, em que local e circunstância foi realizada a entrevista, quais foram as dificuldades encontradas, as pessoas da região que auxiliaram para localizar os entrevistados, entre outros.

O diário de campo é um instrumento em que o pesquisador registra toda a experiência etnográfica, dia após dia. Trata-se de uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais de um grupo social. (WEBER, 2009).

Weber (2009, p. 158) explica que é no diário que os pesquisadores exercem a disciplina etnográfica:

Deve-se aí relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados, e também para colocar em dia as relações que foram nutridas entre o etnógrafo e os pesquisados e para objetivar a posição de observador. É, pois, o diário de pesquisa de campo que permitirá não somente descrever e analisar os fenômenos estudados, mas também compreender os lugares que serão relacionados pelos observados ao observador e esclarecer a atitude deste nas interações com aqueles.

Baseado nos ensinamentos de meus orientadores inicie os registros em um diário de campo. Quando iniciei os trabalhos com a Professora Nancy no Projeto, realizei vários registros no diário de campo e ao lê-lo, para verificar se eu poderia utilizar alguma informação, deparei-me com a seguinte anotação:

Quando demos início às entrevistas com os Kalunga, o primeiro entrevistado do Projeto foi o guia do Vão de Almas Zezinho. Tentamos entrevistar um senhor, porém ele queria dinheiro em troca da entrevista. Alegou que muitos pesquisadores ganharam muito dinheiro pesquisando sobre os Kalunga e eles nunca tiveram o retorno das pesquisas. Passado essa situação, fomos ao encontro de Zezinho e seguindo o roteiro, a professora Nancy perguntou o que ele achava da Licenciatura em Educação do Campo e ele respondeu que, a licenciatura não estava trazendo nenhum benefício para a comunidade, pois, as mulheres estavam saindo e não estavam voltando para as escolas e que, muitas delas estavam deixando seus filhos sozinhos na comunidade. Para ele as mulheres têm que ficar em casa, cuidando da família e dos filhos. Em sua opinião a comunidade teria que reivindicar ao governo que encaminhassem professores, pois no seu entendimento têm muitos professores no Brasil e que essa reivindicação é possível e completa: *“Nós hoje, só não pedimos uma estrela pra cair do céu porque ela não vem... Mas o resto... É só falar”*.

Confesso que a resposta chocou-me e o posicionamento do Zezinho causou indignação, principalmente porque se manifestou contrário à saída das mulheres da comunidade para estudar, ficando evidente em sua fala que elas tinham que permanecer em casa gerando e criando os filhos.

Penso que a minha frustração se justificou porque eu esperava uma boa repercussão do curso na comunidade. Mas, a opinião do Zezinho trouxe-me um alerta, pois toda política pública, ação ou programa social ou de educação pode repercutir de forma positiva ou negativa. Além do mais, cabe a mim, como pesquisadora entender a cultura local a qual investigo.

Comentei a minha frustração com a professora Nancy, que logo disse: *o nosso trabalho exige que tenhamos respeito com o entrevistado, por suas opiniões, ainda que você não concorde, você tem que respeitar!*

Com relação à postura do pesquisador Alberti (2013) explica que:

O trabalho com a história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua

visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo, se considerarmos que há universais nas diferenças. (ALBERTI, 2013, p. 33).

O fato de ter trabalhado no Projeto com a Professora Nancy - com várias idas à Cavalcante para realização de oficinas com os estagiários e entrevistas com os moradores Kalunga - facilitou muito a aproximação com alguns eles, como o Vilmar, a Eurotildes e a Daiana e estes me ajudaram a entrar em contatos com outros estudantes Kalunga da LEdoC.

Inicialmente eu havia pensado em realizar as entrevistas com os estudantes Kalunga no campus de Planaltina na UnB. Então, no final de agosto de 2015, fiz contato com a coordenadora da Licenciatura em Educação do Campo para solicitar permissão para conversar com os estudantes, e a orientação foi de apresentar a solicitação para ser apreciada pelo colegiado e em sendo aprovada, eu teria que oferecer a contrapartida, qual seja, trabalhar como colaboradora na Licenciatura. Essa postura de exigir a contrapartida se deve ao fato de que muitos estudantes de mestrado e doutorado pesquisam os Kalunga e publicam inverdades, isso segundo a coordenadora, e que este tipo de atitude é apenas para proteger os Kalunga.

Comentei esse fato com o professor José Walter, que sugeriu que a pesquisa de campo fosse realizada na comunidade e não no campus, mesmo porque a tese não iria tratar da pedagogia e sim da história de vida dos estudantes Kalunga. E a partir dessa conversa comecei a planejar a ida à Cavalcante.

No dia 15 de setembro de 2014, entrei em contato com a Ana Cláudia Abreu que é guia turística em Cavalcante e que fez parte da equipe no Projeto. Na ocasião, Ana Cláudia comentou que na semana que eu pretendia ir estava tendo a romaria no Vão do Moleque e que muitos Kalunga estariam na festa, sugeriu que eu fosse na quinta ou sexta-feira. Outra via foi entrar em contato com Vilmar, que trabalhou no Projeto como estagiário, então, no dia 17 de setembro de 2014 entrei em contato e expliquei os objetivos da minha tese, contudo ele informou que não poderia me atender, pois estaria num encontro promovido pelo INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

Somente no dia 29 de setembro de 2014, consegui ir à Cavalcante. Marquei entrevista com o Vilmar e com a Wanderleia. Cavalcante é uma cidade pequena que fica no norte de Goiás, a população, de acordo com o último censo em 2010 era de 9.387 habitantes, 4.742 na área urbana e 4.645 na zona rural. Estima-se que em 2015 a população era de 9.775 habitantes. A distância de Cavalcante à Brasília é mais ou menos de 300 Km.



Foto 13 - Praça de Cavalcante.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 14 - Praça de Cavalcante.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

A entrevista com Vilmar foi realizada na casa dele, em Cavalcante. Combinamos de nos encontrar às 9:30 no restaurante da Rosa. Cheguei no horário marcado, mas, tive que esperar até 12h, pois Vilmar tinha ido ajudar um amigo com a mudança.



Foto 15 – Vilmar Souza Santos.

Autora: Raquel Koyanagi, 2014.



Foto 16 – Vilmar Souza Santos.

Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

Assim que encerrou a entrevista entrei em contato com a Wanderleia e confirmamos às 16 horas na Secretaria de Igualdade Racial, mas quando cheguei lá, o local estava fechado, aguardei uns 40 minutos acreditando se tratar de um simples atraso, mas não era. Então fui à igreja, que é em frente, para buscar informações, lá uma moça disse-me que o horário de funcionamento da Secretaria era até as 13 horas, ela aconselhou-me a ir à Secretaria de Assistência Social. Chegando ao local, que era próximo, perguntei a grupo de pessoas que estavam lá como eu poderia encontrar a Wanderleia. Por sorte uma dessas pessoas era prima dela. Essa pessoa me conduziu até a casa da Wanderleia. Ao encontrá-la, a mesma justificou que havia se esquecido, então remarcamos a entrevista na Secretaria para as 18 horas.



Foto 17 – Wanderleia dos Santos Rosa.

Autora: Raquel Koyanagi, 2014

Lembro que relatei essa dificuldade de encontrar os Kalunga ao professor José Walter que me alertou: (...) *qualquer que seja entrevista, com quem quer que seja, é preciso confirmar na véspera, reafirmar o local e a hora. Nos grupos populares é muito frequente o desencontro com a gente, porque eles (elas) têm muitos afazeres no dia a dia e muitos problemas para resolver.*

Conclui que, marcar entrevistas com os Kalunga não era uma tarefa muito fácil, pois há dificuldades para localizá-los, visto que muitos estudantes não moram na cidade e sim em suas comunidades e quando vão à cidade, geralmente é para sacar algum benefício social ou a bolsa de estudos. Quando isso ocorre, eles permanecem de três a cinco dias, e geralmente chegam no início do mês, e depois retornam às suas comunidades. Outro fator é que, em suas comunidades não há sinal de linha telefônica móvel. Muitos têm aparelho celular, mas sem o sinal, fica impossível a comunicação. Só para se ter ideia as comunidades são distantes de Cavalcante, por exemplo, o Engenho II fica a 40 km da cidade, a estrada é de chão e temos que atravessar dois pequenos rios.



Foto 18 - Placa Povoado do Engenho II (Comunidade Kalunga).

Autora: Raquel Koyanagi, 2014.



Foto 19 – Pequeno rio.

Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

Já o Vão de Almas fica a 90 km de Cavalcante, a estrada é de chão, com muitas pedras e com muitas subidas, também é preciso atravessar pequenos rios. Para ir até Vão de Almas somente com carro 4x4 ou a cavalo. Lembro-me de uma vez, quando eu e a Professora Nancy fomos até o campus de Planaltina conversar com o Iron, filho da Eurotildes, para que ele transmitisse o recado a sua mãe sobre o lançamento do livro. Durante a conversa com Iron a professora disse que queria distribuir os livros nas escolas do Vão de Almas, e ele perguntou: “*A senhora vai distribuir esses livros a cavalo?*” E completou que era período de chuva e que até mesmo com carro 4x4 era difícil de chegar.

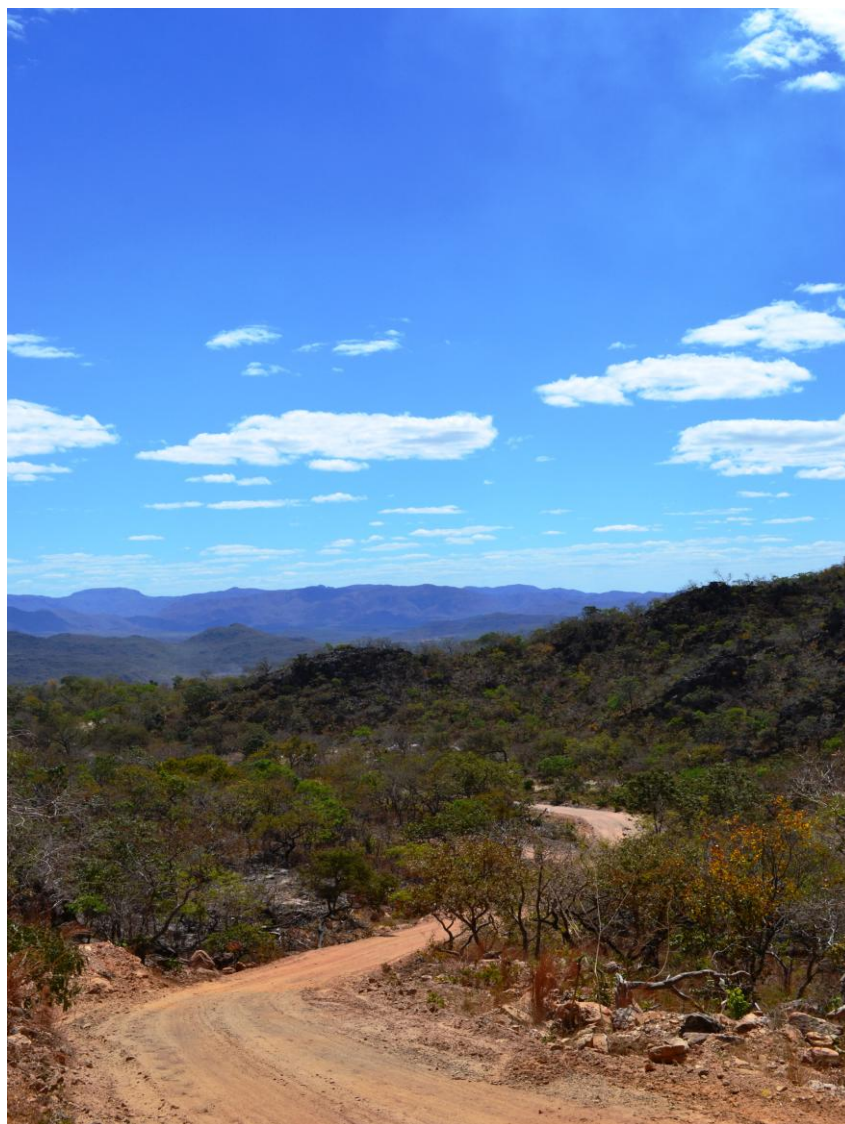


Foto 20 - Estrada para o Vão de Almas.

Fonte: Livro *Senhora D'Abadia. Festejo Kalunga no Vão de Almas Cavalcante*, Goiás (p. 24, 2013).

Lembro que em 2013, quando começamos a trabalhar no projeto, fomos até o local onde se realiza o festejo de Nossa Senhora D'Abadia, neste dia demos carona para Eurotildes e chegando lá, ela iria viajar mais 1 hora e meia até chegar a sua casa, e o transporte era uma carroça puxada por dois bois.



Foto 21 – Carroça puxada por bois.

Fonte: Acervo Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas.

Além de entrevistar os estudantes Kalunga, considerei importante conversar com a Coordenadora Substituta da Coordenação Geral de Educação para as Relações Étnico-Raciais da Secretaria de Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI do Ministério da Educação - MEC, Maria Auxiliadora Lopes, que sugeriu algumas perguntas para o roteiro: 1) A Licenciatura contribui para pensar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana? 2) O que é Educação do Campo? É diferente de educação quilombola e indígena? 3) Pra quem é a Licenciatura em Educação do Campo?

Maria Auxiliadora comentou que 77% dos quilombolas são analfabetos e que 60% dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo da UnB são Kalunga, mas, não soube dizer se é o total, ou se é de uma determinada turma.

Sugeri que pesquisasse também sobre dois assuntos relacionados aos Kalunga: o reconhecimento das terras e sobre a CADARA - Comissão Técnica Nacional

de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros que é um órgão técnico vinculado ao MEC, de natureza consultiva e propositiva, instituída pela Portaria nº 4.542, de 28 de dezembro de 2005. A Comissão tem entre seus objetivos elaborar, acompanhar, avaliar e analisar políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovadas pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 e homologadas pela Resolução CNE/CP nº 01/2004, atualmente são 17 instituições (MEC/Étnicoracial, s.d).

Voltando às entrevistas, eu havia entrado em contato com cinco Kalunga: João Francisco Maia, Luana, Núria, Maria Aparecida e Diranice. Marquei com eles no restaurante da esposa do Vilmar, a Lucinha, às 12 horas do dia 4 de julho de 2015 no Engenho II. Mas, apenas o João compareceu. Realizamos a entrevista no Engenho II, numa barraca onde havia um cavalo descansando à sombra. Após concluir a entrevista, ele me disse que sua irmã também era egressa da LEdoC, então fomos até a sua casa para entrevistar a Joelice Francisco Maia. Chegando lá, Joelice nos recebeu com seu filho de três meses no colo. Seu pai estava sentando no sofá e sua mãe fazendo café na cozinha. A casa é muito simples, com três cômodos. Vivem na casa 07 (sete) pessoas, sendo cinco adultos e duas crianças. João e Joelice são irmãos da Eva Lúcia Francisco Maia, que trabalhou conosco como estagiária no Projeto. A Eva Lúcia está cursando pedagogia à distância da UnB no Polo de Cavalcante.

Sai do Engenho II com apenas duas entrevistas, porém satisfeita, pois as entrevistas foram boas e no mais, pude reencontrar uma colega de trabalho, a Eva. Tentei contato com os demais Kalunga: Núria, Maria Aparecida, Luana e Diranice, mas elas já estavam com outras agendas.

Chegando a Cavalcante Ana Cláudia, a guia que me levou ao Engenho II, comentou que a Eurotildes estava na cidade, então fomos procurá-la e a encontramos em sua casa às 17 horas. Essa entrevista foi importante, porque Eurotildes trabalhou conosco no projeto e também esteve presente, como membro da mesa, no lançamento do livro no dia 3 de junho de 2014. Ela sugeriu que entrevistasse o filho que também cursa a Licenciatura, só que não consegui falar com ele porque naquele dia era festa da folia na casa do Sr. Josino, e ele estava trabalhando na festa.

Eu havia marcado também com a Daiana às 19 horas. Conheci a Kalunga Daiana no dia 05/05/2014, no auditório do Colégio Estadual, lembro que ela estava nos ajudando a colocar as fotos para exposição e ela havia comentado que tinha passado no vestibular da Licenciatura. Daiana é uma Kalunga bastante receptiva, lembro que ela havia me dito que estava com medo de ir para UnB, pois não sabia como era e que estava quase desistindo de ir por medo e por não saber com quem deixar a filha pequena. Lembro que eu a incentivei muito a não desistir, pois a graduação iria ser uma oportunidade muito boa pra ela. Quanto à filha, mencionei que na UnB havia a Ciranda (local onde os/as filhos/as podem ficar enquanto os pais/mães estudam). E para a minha surpresa e alegria ela não desistiu. Quando liguei e me identifiquei logo, se lembrou de mim. Sua entrevista foi muito boa. Inclusive Daiana me enviou mensagens contando sobre os fatos que ela havia se lembrado e que não ocasião da entrevista não se recordava.

Também havia marcado com a Ester, Kalunga de Monte Alegre. O contato foi fornecido pela professora Maria Auxiliadora. Marquei para sábado, mas eu acredito que ela se esqueceu da nossa agenda. Liguei três vezes, mas, sem êxito. Então me desloquei até Teresina de Goiás, parei num posto de gasolina e perguntei para o frentista onde era a Casa Kalunga e ele me disse que a casa não existia mais. Perguntei da Ester e ele disse-me que ela morava numa fazenda que ficava uns 40 km, então resolvi voltar pra Cavalcante. Eu queria muito entrevistá-la por dois motivos: a) por ser Kalunga de outra comunidade; e, b) por ser vereadora de Teresina de Goiás. A guia Ana Claudia que me conduziu até o Engenho II comentou que a Ester era uma pessoa difícil de achar, pois tinha muitos compromissos.

Outra pessoa que eu queria muito entrevistar era a Núria, pois ela não é Kalunga, mas mora e leciona na escola do Engenho II há 10 anos e é estudante da LEdoC. Mas, eu tive a oportunidade de conversar informalmente com a Núria e ela contou-me que foi para o Engenho II a convite de uma professora para lecionar na escola Joselina Francisco Maia. Nuria nasceu no estado da Bahia, é filha de pai cigano e mãe descendente de quilombolas. Ela saiu da Bahia e foi para Teresinha de Goiás e depois para o Engenho II.

Embora o professor tivesse dito que seis entrevistados era o suficiente, posto que suas histórias seriam muito parecidas por se tratarem de remanescente do quilombo

Kalunga, eu fiquei com muita vontade de entrevistar mais. Então liguei para a Edymara Diniz que prontamente foi comigo no Bairro Morro Encantado. Muitos Kalunga moram neste bairro. A primeira Kalunga que fomos atrás foi a Silvany, mas ela não era estudante da Licenciatura, mas sim da ULBRA/EAD. Sai frustrada. Edymara então disse-me que a Adilene, uma estagiária do projeto, havia ingressado na Licenciatura, diante disso, fomos até sua casa, mas chegando lá estava tudo fechado, provavelmente estava no Vão de Almas.

Edymara lembrou que o Erildo morava perto e que estudava na Licenciatura. Por sorte o encontramos em casa, não só ele como Romes, que também é estudante da Licenciatura. Erildo foi aluno de Edymara na ONG T.E.R.R.A.

No início os meninos estavam tímidos, só não estavam desconfiados porque a Edymara estava presente. Mas depois, quando eles começaram a falar da infância, a conversa ficou descontraída.

Encerrei minhas entrevistas e só retornei à Cavalcante no dia 12 de agosto de 2015, com o objetivo de ir ao festejo de Nossa Senhora D'Abadia para fazer a devolutiva do trabalho coordenado pela Professora Nancy. Inicialmente eu havia programado de ir com um transporte chamado “pau de arara”, havia optado por este transporte em razão do valor da passagem, que era R\$. 50,00. Mas, conversando com um morador de Cavalcante ele aconselhou a ir com um guia. Segundo ele, o “pau de arara” costuma sair de Cavalcante às 6 horas da manhã e que a viagem poderia durar até sete horas, pois ele faz várias paradas durante o percurso.



Foto 22 – Transporte “pau de arara”.

Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães.

O festejo acontece nos dias 12 a 17 de agosto no Vão de Almas, que fica mais ou menos uns 140 km. O percurso de carro traçado durou cerca de duas horas e trinta minutos.



Foto 23 - Estrada que vai para o Vão de Almas.
Autoria: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 24 - Pequeno rio que atravessamos para chegar ao Vão de Almas.
Autoria: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 25 - Entrada para o local onde é realizado o Festejo de Nossa Senhora D' Abadia.

Autoria: Raquel Koyanagi, 2015.

No festejo reencontrei os estudantes que entrevistei em setembro de 2014 e julho de 2015: Vilmar, Wanderleia, João, Daiana, Eurotildes, Romes e Erildo.

Além do festejo, estavam programadas várias atividades, como por exemplo, audiência pública com o Ministério Público, apresentação de documentários e teatro. Na audiência, que tinha como objetivo escutar os líderes da comunidade e levar esclarecimentos sobre violência doméstica e abuso sexual, muitas reivindicações foram apresentadas pelos Kalunga: melhorias na estrada, comunicação, energia elétrica, melhores condições de trabalho, medidas para coibir as invasões das terras, regularização das terras no Engenho II e contratação dos professores que se formaram na Licenciatura em Educação do Campo.



Foto 26 – Barracão local onde estava realizando a audiência pública.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 27 – Palestra sobre violência contra as mulheres.

Fotografia: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 28 – Banner Escola Calunga I.

Autoria: Raquel Koyanagi, 2015.

No dia 13 de agosto de 2015, teve a apresentação da dança da sussa. Essa dança é uma das manifestações culturais mais tradicionais dos Kalunga. Encontrei o Romes tocando um instrumento musical, ele era um dos músicos que estavam fazendo o batuque da sussa.



Foto 29 – Dançarinas da sussa.. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 30 – Dança da sussa. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Neste dia foi realizada também reunião com pesquisadores, mestrandos e doutorandos que estudam e pesquisam a comunidade Kalunga e o Ministério Público, o objetivo era conhecer o que estávamos pesquisando e de que forma isso poderia ajudar o Ministério Público. Havia pesquisadores da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Tocantins.



Foto 31 – Reunião com lideranças, Ministério Públicos e pesquisadores de universidades. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

No festejo há várias barracas de comidas, de bugigangas, apetrechos e roupas para venda. De acordo com o comerciante a Romaria de Nossa Senhora D'Abadia é a mais religiosa das comunidades. As demais, inclusive, é melhor para as vendas, pois o número de turistas é maior.



Foto 32 – Barraca de bugigangas e apetrechos. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 33 – Restaurante.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

No festejo havia também a Barraca da Saúde onde estava tendo vacinação para as crianças Kalunga.



Foto 34 – Barraca da saúde
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

O documentário *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas* também estava na programação do festejo e foi exibido nos dias 13 e 14 de agosto de 2015. Embora a Edymara tivesse agendado com os organizadores do festejo, tivemos alguns contratemplos: o horário que foi reservado para exibir o documentário coincidiu

com o horário da missa e o Padre Jesus não queria nos emprestar a caixa de som, sob a alegação de que a exibição iria atrapalhar a celebração da missa, mas no final deu tudo certo, Edymara conseguiu uma caixa de som com o Kalunga Zé Merenda e apresentamos o documentário para a comunidade.



Foto 35 – Cartaz divulgando as datas para apresentação do *Documentário Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas*.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 36 – Exibição do *Documentário Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas* no dia 13/08/15.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 37 - Barracão, que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 13 de agosto de 2015.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 38 - Barracão, que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 14 de agosto de 2015.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 39 - Barracão, que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 14 de agosto de 2015.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 40 - Barracão, que fica na entrada do festejo, onde foi exibido o documentário. Exibido dia 14 de agosto de 2015.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

No dia seguinte, 14 de agosto de 2015, contagiada pelo festejo e empolgada por estar fazendo parte daquele momento, resolvi procurar estudantes Kalunga da

LEdoC. Com a ajuda do Romes, Edymara e Dona Persília, consegui entrevistar a Niecia, Genildo, Adão e a Adilene. Não foi fácil encontrar o Genildo, marcamos ao meio dia, mas chegando ao seu barracão só estava o seu pai, Sr. João, que informou-me que o Genildo estava num campeonato de futebol, então fiquei de retornar às 17 horas.

Realizar a entrevista num momento de festejo poderia não ser muito produtivo, pois eles estariam envolvidos com aquele momento, já havia me alertado professor José Walter. Mas, no final deu tudo certo, todos foram muito receptivos e contribuíram bastante com a minha pesquisa.



Foto 41 - Moradia dos Kalunga no período do festejo.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Uma observação a respeito da estudante Adilene da Conceição Dias. Ela foi estagiária no Projeto e na época estava grávida de oito meses. Era muito tímida, não falava quase nada. Suas respostas eram monossilábicas. Mas, no dia em que fomos entregar os livros na comunidade do Engenho II, Adilene surpreendeu a todos, estava falando e mencionou o quanto estava agradecida em fazer parte do Projeto, pois tinha

aprendido muito com a Professora Nancy. Fiquei muito feliz quando Edymara disse-me que Adilene tinha ingressado na Licenciatura, então quis muito entrevistá-la. Mas, quando nos encontramos, reencontrei a Adilene tímida. Sua entrevista durou 30 minutos, diferente dos demais que tinha duração de uma hora e meia a duas. Adilene estava grávida e com um filho de 04 anos de idade.

No dia 14, dentro da programação do festejo teve a Festa do Império do Divino, o Rei era o Domingos e a Rainha a Divina. A festa acontece durante o dia, num sol quente e um azul de céu tão lindo, que não consigo descrever. A impressão que eu tive, é que lá, se dermos mais um passo, podemos tocar o sol.

Na Romaria de Nossa Senhora D'Abadia há dois impérios: do Divino e da



Foto 42 – Local do Festejo.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Neste dia estava tão quente que havia um trator aclopado a uma caçamba, que jogava água no chão de terra, para amenizar o tempo seco e o calor.



Foto 43 – Trator no local do Festejo.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

Para os Kalunga a presença do trator era inédito, assim como os banheiros químicos, pois segundo alguns isso nunca aconteceu e atribuíram à visita do vice-governador de Goiás, que chegou de helicóptero na comunidade. Lembro-me que após a fala do vice-governador, Vilmar entregou o livro *Senhora D'Abadia. Festejo Kalunga no Vão de Almas Cavalcante, Goiás* a ele.

Os Kalunga se preocupam muito com o lixo, com a sujeira deixada pelos moradores e visitantes, então era muito comum ter avisos de não jogar o lixo no chão ou na praia.



Foto 44 – Avisos para não jogar lixo na praia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

O império do Divino tem o seguinte percurso, que é enfeitado por fitas vermelhas: tem início na casa do imperador, depois segue para igreja e durante o percurso até o barracão tem apresentação da espada e da bandeira. E o trajeto é acompanhado de músicos tocando triângulo, pandeiro e sanfona. Chegando ao barracão são servidas comidas e bebidas.



Foto 45 – Igreja.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 46 – Altar na igreja. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 47 – Interior da igreja. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 48 – Império do Divino. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 49 – Romaria de Nossa Senhora D’Abadia. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 50 – Espadeiro.

Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, 2013.



Foto 51 –Músicos.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

No dia 14, no período da noite, teve os preparativos para o império de Nossa Senhora D'Abadia, com a retirada do mastro da festa do ano anterior e o corte da mesma para acender a fogueira.



Foto 52 – Igreja à noite. Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 53 - Senhor cortando o mastro erguido no festejo de 2014 para fazer a fogueira.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 54 - Fogueira.
Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 55 – Bandeira de Nossa Senhora D'Abadia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 56 – Cortejo.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 57 – Bandeira de Nossa Senhora D’Abadia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

No dia 15 não realizei nenhuma entrevista, mas acompanhei a Romaria de Nossa Senhora D’ Abadia. Os preparativos começam na noite anterior, como já mencionado, com o corte do mastro do ano passado e com este mastro se faz a fogueira. Após os Kalunga andam ao redor da igreja com o mastro novo e com a bandeira de Nossa Senhora D’Abadia, com velas e acompanhados de músicos. Em seguida o mastro é colocado em frente à igreja e após há a dança da sussa.



Foto 58 – Império de Nossa Senhora D'Abadia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.



Foto 59 – Império de Nossa Senhora D'Abadia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2015.

No dia 16 teve o batismo, que também faz parte do Festejo de Nossa Senhora da Abadia. Há dois tipos de batismos, um feito pelo padre e outro por um líder da comunidade.



Foto 60 – Batismo.

Autora: Edymara Diniz, 2015 (foto cedida).

O diário de campo foi um instrumento muito importante para a elaboração da pesquisa. Nele foram registradas as dificuldades encontradas, os comportamentos dos entrevistados, a descrição dos locais de entrevistas e as minhas impressões, bem como o festejo de Nossa Senhora D'Abadia, festejo tradicional da comunidade Kalunga o qual muitos estudantes Kalunga estão envolvidos.

Capítulo 3 - Narrativas dos estudantes Kalunga: infância, ensino fundamental e médio

Vilmar Souza Costa

A entrevista com Vilmar foi realizada no dia 29 de setembro de 2014, ao meio dia, na casa do entrevistado numa sala que estava sendo construída. Vilmar não exerce mais a docência, hoje é agente de endemias, concursado da Prefeitura de Cavalcante e é Presidente da Associação Quilombo Kalunga.

Meu nome é Vilmar Souza Costa, eu nasci no Vão do Moleque, fica no município de Cavalcante, localidade Prata, mais ou menos 80 km de Cavalcante, nasci no dia 5 de maio de 1980. Eu sempre vivi aqui.

A minha infância foi boa, um pouco sofrida, porque a gente tinha andar 4 horas pra estudar e eu lembro que estudei muito tempo e não aprendi muita coisa não. Saia 4 horas da manhã e chegava em casa praticamente 6 horas da tarde, ou mais, de noite. A escola era muito longe e não tinha muitas coisas, o banco a gente improvisava. As escolas do campo não tinha, a gente estudava na casa do professor e praticamente era debaixo das árvores, mas, assim, a questão da simplicidade, eu vejo hoje que era muito gostoso. Até os brinquedos que a gente tinha a gente que produzia, marmelada, carrinho de lata, essas coisas tudo. Então, pra mim é assim, vendo hoje, eu acho legal, não sei se eu queria viver naquela condição, porque foi difícil, mas foi assim: puro, foi uma vivência pura na comunidade, não me arrependo muito não. Eu tenho 13 irmãos, não... tem 12, comigo 13. Eu brincava com meus irmãos, primos, a gente ia para a beira do rio, era só alegria. A gente brincava de várias, várias brincadeira, brincava de pique pega, dentro da água, no rio, era legal, lutava muito dentro do rio, então essa brincadeira que a gente fazia. Ser criança na comunidade, eu acho que era, um, era uma pureza muito grande, assim legal, uma pureza bem legal. Porque a gente vivia, tem que trabalhar bastante desde pequeno, mas a gente tinha hora pra brincar também. Tinha também hora de trabalhar, trabalhava, ajudava os pais na roça. Meu pai, na roça a gente ajudava, quando não dava pra derrubar, mas na hora que queimava, a gente ia pro

garrancho, pegava o garrancho, na capina também a gente ajudava, plantar, colher, isso tudo a gente fazia. E todos os irmãos ajudavam.

Olha tinha uma canção que a gente ia pra escola todos os dias, que de vez em quando, até esses dias eu tava lembrando, que era Tiago Tobias, a gente cantava todo mundo, era uma galera, porque a gente ia pra escola quando os vizinhos iam, porque eles eram maior e a gente menor, porque tinha lugar que tinha onça e a gente não podia passar sozinho, embaralhava com as onça, pra gente correr das onças também, era muita gente. A música era pulei da piscina: *“Fiquei louco, pulei na piscina, foi assim que aconteceu nossa história de amor, era um domingo de sol e calor, que eu fui para o clube beber e cantar, bem ali, deitado na grama, tomando um sol e tinha enrolado igual caracol, aí que descobri que não sabia nadar”* e aí continuava e aí sempre um cantava mais alto que o outro e assim a gente levava a vida.

A minha primeira vez na escola, a escola ficava no Vão do Moleque. A minha escola que estudei, foi uma escola que ficava o professor chamado Ildo, já morreu já também. Era uma escolazinha, naquele tempo tinha castigo, eu lembro como se fosse hoje. Tinha uma menina que morava com minha avó, que era como minha irmã, minha avó criava, que se chamava Zilma, e aí começando a aprender a conhecer a letra, aí o professor colocava: letra tal, quem soubesse, quem não soubesse tinha palmatória e a gente tinha oportunidade de dar palmatória nos colegas também aí eu lembro que desta vez eu consegui, eu tinha brigado mais ela em casa, *trapolinagem*, aí numa letra lá, era a letra *r*, aí ela não soube e eu falei a letra, eu acho que eu adivinhei, porque sabê, eu não sabia não, aí eu tive a oportunidade de pagar a mão dela e bati muito forte e a mão dela inchou, sabe, aí cheguei em casa apanhei da minha avó. Mas, a escola era simples, a gente ficava de castigo, tipo castigo mesmo, no terreiro, mas era legal.

O professor, naquele tempo era bom, eu não sabia nada, então qualquer coisinha, tudo que a gente aprendia era uma conquista. E a gente via a dificuldade que eles tinham, de dar aula em casa, na casa deles. Dando aula pra gente, cuidando das coisas, e aquela coisa toda. Não tinha lanche naquela época. A gente levava de casa. Pescava, pegava uns peixinhos e fazia uma farofinha e levava pra lanchar na escola.

A escola era assim, essa escola era na casa dele mesmo. Era área aberta, a casa dele era de palha, mas fechada, tinha um cômodo fechado, tinha um fogãozinho do lado e a parte aberta a gente estudava, na área aberta, nos banquinhos de madeira que a

gente fazia. Não tinha muito alunos, mas tinha e era cheio, quando não cabia também, a gente ia pra debaixo do pé de pau. Cadeira? Não existia isso não! (risos). A gente ficava num banquinho de madeira que a gente fazia. Fazia dois pinos do lado, dois no outro, colocava as tábuas, as travessinhas, colocava as taboquinhas e aí a gente sentava naquelas fileiras assim: cinco, seis, e colocava outro assim, cinco, seis e colocava as cadeirinhas. A sala era tudo junto, tinha aluno da primeira, da segunda, da terceira série, até a quarta série. Eu, naquela época, eu acho que eu atrapalhava bastante! Atentava muito.

O mais legal na escola? (um segundo de silêncio). Eu acho assim, as brincadeiras, naquele tempo, no início era as brincadeiras, que a gente ia pra se encontrar com os colegas juntos, então sempre sonhava com a hora do recreio, então na hora do recreio a gente brincava muito. O legal era isso. Depois que a gente cresceu mais um pouco, aí a gente tentava estudar de verdade e a gente tinha muita dificuldade por causa dos materiais também, que a gente não tinha, que a gente improvisava.

Os cadernos, a gente tinha compra, quando não tinha, a gente era pequeno, comprava os cadernos. A gente mesmo trabalhava e ia lá pra comprar lá em Cavalcante, eu lembro que mandava alguém vir em Cavalcante e comprava, minha avó levava. Nessa época o que mais deixava chateado eu acho que era a questão da dificuldade, até a questão de ter acesso, de ter uma cadeira boa pra você sentar, materiais, que hoje você tem, é muita coisa. A distância, que era muito cansativo, sol quente demais.

O professor Ildo, a professora Dorana também, que era uma professora muito boa, não tinha essa de trabalhar essas questões da nossa vivência, estudava mais era, tinha mais é desenho das coisas lá de São Paulo, do Rio de Janeiro e essas coisas assim. Também pra gente era conquista, a gente queria mais é saber o que estava acontecendo lá fora. Não tinha essa questão da importância do valor que a gente tinha. Quando jovem não tinha muito isso não, era diferente.

Os meus pais, eles mandavam ir pra escola pra estudar pra ser uma pessoa melhor. Ter mais conhecimento que eles não teve. Meu pai falava que estudou só um pouquinho, estudou só um tempo na segunda série e teve que ficar na casa dos outros, aí ele era tipo empregado da casa, pra poder ter direito a comer, de ir pra escola, então ele dava apoio pra gente, mas é assim, se a gente não quisesse também, eles não sabiam nada pra cobrar a gente, e a gente fingia que estava estudando, aí eles estavam acreditando porque eles não conheciam nada também.

A primeira vez que fui estudar, eu tava pequeno, acho que tinha sete anos, mais ou menos, aí só sei que aconteceu algumas coisas e eu parei, também não deslanchei muito não, aí quando eu comecei a estudar de verdade eu tinha já 12 anos. E eu terminei de estudar lá, eu acho que eu tinha uns 15, 16 anos, por aí, mais ou menos isso e foi na quarta-série.

Na quinta-série, quando terminei os estudos lá, eu fui para Cavalcante morar na casa da minha avó num barraquinho que tinha bem aqui, há muito tempo. Minha avó foi uma das primeiras pessoas da zona rural a ter casa aqui. Ela era Kalunga do Vão do Moleque. Minha casa aqui era cheia de gente. Porque ninguém tinha casa aqui, e quando vinha o pessoal pra cidade ficavam aqui, 14, 15 pessoas. E a nossa casa era uma sala grande, que era sala e cozinha e tinha um quarto e então de noite no quarto não podia nem pisar de tanta gente que tinha no quarto. Era sala, cozinha e quarto. Foi muito bacana essa época. Minha avó sempre acompanhava. Tinha muitos colegas, a casa sempre cheia de gente. A gente ia pra escola à noite estudar. Acordava cedinho ia trabalhar, tirava leite, limpava quintal, então uma lembrança boa. Lembrança boa!

Eu quando cheguei aqui fui estudar na tia Ceci, na quinta série. A gente chegou burrinho de tudo, não sabia nada (risos). Aí você tem que se esforçar bastante, eu tinha uma coisa que eu me esforcei muito, tinha uma coisa que eu gostava que era os números, eu gostava de matemática. Mesmo vindo da roça eu sabia muito matemática, então os meninos da cidade tinha muita dificuldade e eu sempre estudava muito em casa então eu sempre tirava as melhores nota de matemática, então também foi uma forma de eu arranjar amiguinho. Sempre dia de prova todo mundo queria fazer comigo, de grupo, de duas pessoas, então foi bacana. Foi essa questão, eu sempre estudava em casa, aquela matéria que o professor passava na aula eu já estudava na frente, então pra mim era facilidade matemática. Outras matérias eu não gostava muito não, português eu não gosto não, não gostava de jeito de nenhum, mas matemática eu gostava. Eu sempre estudava adiantado.

A escola? Coisa da comunidade, ixi! Aqui na escola, na cidade, a gente sofreu muito a questão do preconceito. Muita gente desistia de estudar por causa disso. Porque achava que não sabia nada, e muitas vezes você era o burrinho da escola. Aí faziam piadinhas, mas o que eu sempre tive foi humildade, abaixava a cabeça e fingia que não escutava muitas coisas. Meu primo parou de estudar, outras pessoas pararam de estudar. Eu não me arrependi não. Mas, eu continuei, terminei o fundamental e o ensino

médio e também sempre ligado nos movimentos também, participei bastante, aí tive a oportunidade de terminar os estudos.

O ensino médio já foi melhor um pouquinho. Já tinha outra visão. Foi pauleira também, lutando pra sobreviver, pra chegar até o final. Chegava muito cansado, eu trabalhava fora na fazenda, e chegava muito cansado, correndo, aí tomava banho e ia pra escola, tinha vez que nem comer eu comia. Às vezes colocava a panela pra esquentar, esquecia e largava a panela no fogo aí chegava já tava queimada. Mas, foi bom, deu pra terminar, graças a Deus! Tive dificuldade em língua portuguesa, eu tinha muita dificuldade, eu lia muito pouco, eu não gostava de ler, eu gostava mais de matemática, eu lia, mas era pouco. Então eu tive dificuldades sim.

Wanderleia dos Santos Rosa

A entrevista foi realizada no dia 29 de setembro de 2014 na Secretaria de Igualdade Racial do município de Cavalcante, no período da tarde.

Meu nome é Wanderleia dos Santos Rosa, eu nasci na comunidade Vão de Almas, no dia 17 de agosto de 1974, fica uns 80 km de Cavalcante. Pra chegar lá sai aqui por Teresina, e antes da ponte, na comunidade Ema, que é uma comunidade quilombola também, entra à esquerda e aí chega ao pé da serra, uma serra bastante alta e aí descendo a serra chegou na comunidade é só cerrado, rio, (risos), e tudo de bom! E só chega de carro alto, com caminhonete, não precisa ser traçado, mas um carro alto, tem alguns que sobe, uma D10, S10.

Um tempo eu vivi na comunidade de zero aos 14 anos, e com 14 eu tive que sair da comunidade e ir para o município de Teresina, que foi uma época que não parava professor, não continuava na comunidade e aí meu pai viu a necessidade de eu sair pra terminar o quinto ano, fui ficar na casa de um padrinho no município de Teresina.

A minha infância, então as brincadeiras, eram as brincadeiras da época tradicional mesmo. As brincadeiras, como é uma comunidade que as famílias mora uma longe da outra, normalmente o momento de brincadeira era momento que tem festas. Era criança aí normalmente tem as festa de boca de noite, as festas de Romaria que a gente tem a oportunidade de se encontrar, a Romaria a gente se encontra por cinco dias,

a comunidade inteira, aí é o momento das crianças juntar e brincar, a gente fazia as brincadeiras de cantigas que os pais ensinavam, eu lembro que a gente brincava demais: “*cipozinho está no pé, acha que está, cipozinho está na mão, acho que não*”, e era muito legal! Assim, eu acho que naquela época era uma brincadeira que despertava muito atenção, tinha que ter atenção e o objetivo desta brincadeira era você estar rodando, você se juntava num grupo de criança e ficava uma criança com o cipozinho fazendo a roda e essa criança com cipó ficava observando as outras: “*cipozinho está no pé, acha que está, cipozinho está na mão, acho que não*”. Aí tinha que estar com uma postura correta, se estivesse alguém com a perna aberta ou meio tortinho levava um “*fecha a perna*” (risadas), era legal demais, essa eu não esqueço sabe! A boca da noite era um momento, porque na festa da boca da noite já chegou todas as famílias e aí antes de começar as atividades religiosas as crianças saiam para um canto, no terreiro ali e fazia algum tipo de brincadeira, sabe! E tem várias outras que eu não lembro agora, sabe, mas essa eu nunca esqueci.

Toda criança até hoje, até hoje é mais difícil, *né*, mas antes a gente não tinha, nem a escola atrapalhava com o serviço de casa, por que normalmente não tinha professor e aí o pai ia pra roça e levava. Toda criança ia pra roça, se não fosse pra roça tinha que ficar na casa cuidando de colocar o fogo pra cozinhar o feijão, então de qualquer forma ia ter uma atividade pra criança.

Minha mãe teve onze filhos, mas tem sete vivos. Eu tenho dois. Aquele que você viu de bicicleta eu tive ele eu estava morando lá. Quando eu sai de Teresina eu fui parar em Brasília, eu [tinha] 10 anos. Terminei o ensino médio, achei um rapaz de cá mesmo, que eu fui, não esqueci dele, casei, ele foi também, ficou um tempo e aí a gente teve o primeiro filho, que o Henrique, que hoje já fez 16 anos, aí, com isso tudo ficou difícil, não tinha moradia, não tinha casa própria, nem emprego fixo, nem eu e nem ele, acabou que a gente viveu um tempo lá, como diz minha mãe: *aos trancos e barrancos*, e tava muito difícil a gente ficar lá com filho porque ele trabalhava e eu cuidava do filho ou vice e versa, isso lá em Brasília. Eu fiquei lá, a gente foi parar numa chácara em Planaltina e lá fiquei agoniada porque era só cuidar da casa e do filho e isso estava me incomodando, e eu falei que aqui não dava pra continuar aí foi uma intervenção política, tipo um chamado mesmo, me convidou pra vim e eu já vim parar direto numa escola do estado, que eu fiquei dando aula 08 anos lá na comunidade, fui direto pra essa escola do

estado que é a Kalunga I, uma escola que tem até hoje, fiquei durante 08 anos dando aula e aí nesse meio tempo eu só tinha o técnico em administração e não era o próprio para dar aula, eu fiz um curso de magistério e aí comecei a gostar, eu pensei que não levava jeito aí comecei aprendi a gostar de dar aula, fiquei esse tempo todo e aí na tentativa, não vou parar por aqui, vou fazer uma faculdade! A escola Kalunga I fica na comunidade Vão de Almas, onde esta meu pai, minha mãe e todo mundo. Lá é o fundamental, era primeiro ciclo do ensino fundamental e era multisseriada.

A primeira escola, pra falar a verdade, eu acho que eu tinha, por volta de uns 10 anos, por aí, ou oito eu não me lembro agora, e era uma professora que inclusive ela foi minha madrinha, praticamente os professores da época, as famílias tinha que adotar o professor, a família levava pra dentro de casa, aí ia construindo uma afinidade, uma amizade e acabava dando o filho pra batizar e nessa época eu lembro que era uma professora que me batizou e eu pequeninha e ela já estava dando aula lá, outros anos antes, e aí quando eu cresci, eu conheci ela dando aula lá, e aí lembro, a lembrança que eu tenho, que comecei era na alfabetização mesmo. Eu ganhei, ela passou o alfabeto todinho numa folha e eu estava muito contente e aprendi. Naquela época era tomar lição, tomou lição do alfabeto, então, aí ela tomou a lição do alfabeto e ganhei uma cartilha linda. Eu lembro que a cartilha, ela poderia até aparecer nesse tempo agora, que estou sentindo saudades de vê-la sabe, era toda colorida, vinha toda ilustrada e aí na primeira folha tinha uma abelha, e aí na segunda folha o *“barriga ba”*: *“eu vejo a barriga do bebê”*, não esqueço nunca, *ba, be, bi, bo, bu*. O *“b”* formava a perna que formava um barrigão assim sabe, interessante demais que não esqueço.

A escola era na casa do meu pai, meu avô, sempre foi a iniciativa do meu avô que levou os professores pra lá, ele que arrumava um quarto pra eles, que dava alimentação, e a escola era na própria casa do meu avô, Bertolino dos Santos Rosa, ele já é falecido, avô paterno. Era assim, os professores iam, essa professora que estou falando já era professora da minha época, mas antes já tinha feito a tentativa com vários outros, só que eles não suportavam mesmo o isolamento, tudo lá, e acabava que iniciava e três meses ia embora. Eles não eram da comunidade, não tinha professores, na região não tinha professor, depois dessa madrinha, que eu lembro, entrou minha tia, a Eurotildes, que ela foi alfabetizada com a Altair. Essa minha madrinha, ela já era mocinha, devia ter uns 17, 18 anos por aí, e ela começou a alfabetizar e aí começou todo

mundo a ir para a casa do meu avô. Depois foi a tia Eurotildes, mas um certo tempo a tia Eurotildes começou a namorar um certo rapaz lá do rio Novo, que é o Jaci, aí casou e foi se pra lá, para uma comunidade do Vão de Almas, que fica muito distante, chamada Terra Vermelha, ela foi pra lá, aí ela passou a ser professora lá. Foi aí que eu resolvi, que o meu pai mandou eu pra Teresina e após eu ter saído ele entrou em cena, ficou alfabetizando, ele ficou dando aula na casa dele, sendo que eu já estava no Ribeirão, acho, e ele dando aula no Vão de Almas.

O meu pai é vivo e com o passar o tempo teve um concurso que ele fez e passou para auxiliar de professor, porque ele não tinha magistério, nem nada, mas é uma pessoa que eu tenho orgulho que aprendeu ler e escrever praticamente sozinho, sem condição, sem professor, sem nada, nessas idas e vindas de professores lá, ele aprendeu muito bem. O nome do meu pai é Faustino dos Santos Rosa. Ele estava aqui hoje, ele podia falar bem pra você de toda essa trajetória dos primeiros professores, como é que ele aprendeu. Hoje eu digo que está um pouco defasado o que ele aprendeu sabe, mas, não é qualquer um que tem o quinto ano hoje, que sabe quanto ele sabe.

A sala era multisseriada. Então tinha gente com uns 10 anos, que começava, com uns 10, 8 anos, acho que 10 anos por aí, de 0 pra 10 anos, tinha gente com 10 anos, com 17 anos, tinha gente com quase 20, tudo junto. Era assim que era.

Pra gente estar na aula era tudo novidade, ao mesmo tempo muita responsabilidade, porque a gente não tinha tanta liberdade de hoje que os alunos têm, era tudo pautado naquilo e pronto, senta aqui é isso que você está para aprender. Você entrou na sala de aula você tem responsabilidade, você tem compromisso, não vacila não! Senão vai ficar de castigo! Isso marcou muito, não sei se ajudou ou se atrapalhou, mas eu sei dizer que hoje a gente vê que os alunos têm tanta liberdade de expressão, faz isso, faz aquilo e parece que não aprende muito, sabe.

Os castigos eram desde, era tipo uma competição, eu tô na *barriga ba* e você também e aí eu vou ler minha lição e se eu não errar uma palavra e você erra, aí eu pego dou uma *palmatoradas* na sua mão. Eu lembro disso! Tinha outros. Não aprendeu a tabuada não, então fica aqui um pouco de joelho lendo a tabuada que você vai aprender. Isso a gente não esquece.

Na verdade não era o avô, era o professor. O avô dava o apoio, porque ele teve tanto trabalho, pagar, assim, ter despesa com professor dentro de casa, com uma pessoa, que normalmente não era da família, ele dava todo apoio e se está ali é para aproveitar todo tempo que estudar, aproveitar o pouco tempo pra aprender, porque daqui uma semana o professor podia desistir e ir embora.

Os professores, eu lembro que eram contratados e os primeiros que foram lá iam voluntários mesmos, eu acho que eles começaram a receber, não sei te contar o tempo que eles começaram a receber pela prefeitura. Aqui que esperava uma data pra receber, enquanto isso a família, que foi o meu avó, *tá* bancando despesa e bancando tudo, e na hora de vim pra cidade ele pega o cavalo, monta a professora e vem deixar na BR pra deixar na cidade, era toda responsabilidade da família, não era dos governantes, dos municípios.

Naquela época, não se falava em merenda a gente ri até hoje, que antes os meninos, a família mesmo, pescava, e aí fritava os peixinhos e colocava num saquinho com farinha e antes de chegar na escola achava um esconderijinho e aí a hora que, escondia lá, achava uma árvore alta e colocava lá, e na hora do recreio, que a gente chamava de recreio, falava assim: *“então vamos ali que trouxe peixe frito”*. E aí chamava os coleguinhas e ia lá e comia, essa que era a merenda.

A cultura não era envolvida, a gente tinha muito, os professores gostavam assim, teve uma época, quando chegava a folia aí os professores se envolviam assim, mas nada de reflexão dentro da sala de aula, sabe. Era o dia a dia da comunidade e não da sala de aula. Nessa época era o que estava no livro e livro mesmo, que eu lembro foi essa cartilha, mas assim, eu não me lembro de prefeitura levando livros. Mas, teve uma época, quando a minha tia estava já estava dando aula lá, já tinha, a prefeitura doava os livros, cadernos, começaram doar uns cadernão, folhas mole que tinha o Hino do Brasil na capa, era todo amarelo, lembro isso! Mas, não era muita coisa não, era pouco material, que chegava lá pra nós.

Então meu avô ele era, ele era não alfabetizado, meu pai eu acho que ele sofreu muito e com isso pleiteou essa questão da educação dos filhos e das famílias lá. E aí por isso essa luta de estar com professor estranho dentro de casa, veio com essa luta aí e até que meu pai e outros irmãos aprenderam a ler e a escrever. Sabe, eu acho que na verdade, os filhos do meu avô não tem um que é analfabeto, todos sabem ler e escrever.

Eu acho que é a única família também que os da idade sabem ler e escrever, e meu pai sobressaiu mais, eu não sei, mas foi a mesma condição de estudo, porque não teve um momento muito assim, muito longo com o professor.

Quando eu terminei o primeiro ciclo do ensino fundamental foi em Teresina de Goiás, tinha completado 14 anos. Aí, quando eu terminei o quinto ano, meu padrinho conheceu um fazendeiro lá de Teresina e confiou de me encaminhar pra Brasília e foi lá que eu terminei o segundo ciclo do ensino fundamental e iniciei o ensino médio. O segundo ciclo eu fiz normal, eu estudava na escola normal de Brasília, eu fui para escola normal, era à noite, eu precisava trabalhar e eu tinha que estudar a noite. A escola era Escola Normal de Brasília, na época tinha sexto ao nono ano a noite. Ficava no Plano Piloto, ali na 712 Sul. Eu fui trabalhar na casa de uma família na 115 Sul. A primeira patroa me levou no primeiro dia na escola, eu lembro que foi um caos porque eu era menor de idade e a direção pediu pra ela assinar um termo lá, sei lá pra quê? E ela teve o cuidado também de me encaminhar, pra eu ir e vir junto com pessoas que moravam no prédio e que estudava lá, aí foi tudo tranquilo, isso não teve problema. Mas, eu tinha medo demais, porque era tudo estranho. Logo que eu cheguei, de uma zona rural, onde se varre terreiro, varre casa de chão batido e ir direto para um apartamento, e lá era um prédio e eu fui pra trabalhar na lida de casa, pensa que foi difícil! E assim, você via que as pessoas olhavam assim: *essa daqui eu posso mandar embora que não serve*. Mas, eu também me esforcei bastante porque eu não queria voltar sabe, objetivo era ir pra estudar e no meu ponto de vista eu tinha que terminar e chegar lá.

A escola era boa, até que eu não tinha dificuldade em português, aprendi bem. Nos últimos ciclos eu tive dificuldade com química, sabe, eu lembro que eu ficava de recuperação em química eu não entendia aquele tanto de fórmula lá, até hoje, aquelas tabelas periódicas, eu tive dificuldade pra terminar o segundo ciclo do ensino fundamental.

Os colegas de sala, a gente construiu afinidade com pessoas que iam e vinham juntos, mas o relacionamento com o professor, eu acho que não só comigo, mas com a turma eu avalio que foi muito distante, o professor ia pro quadro, passava a atividade, muitas vezes explicava e aí no outro dia você tinha atividade pra você fazer em casa e trazer lá também, não era aquele estudo que você podia fazer um grupo, discutir com o colega, que eu acho que hoje você tem uma facilidade de aprender mais,

não só com o professor, mas num grupo com outros alunos, que muitas vezes se o professor explicar e você não está entendendo, você pode sentar num grupo com aluno e você vai entender o que professor disse e na época não tinha isso. A gente fala do tradicional da roça aqui, mas lá também era pautado só no professor, no quadro, no giz, pronto e acabou! Não tinha outra forma de proporcionar o ensino.

Eu morava em Brasília e não fiz ensino médio normal, eu fiz técnico em administração, e não tinha merenda, tinha uma cantina e a gente comprava, era por conta. Mas, depois, quando voltei pra cá, pra dar aula na escola lá, eu senti a necessidade e em 2003 eu entrei no curso Proformação⁴¹, que eu sentia a necessidade mesmo. Foi ótimo, eu ali eu aprendi, eu digo que aprendi mais que todo o ensino médio.

Quando eu voltei, já tinha o ensino médio, já era casada e tinha um filho, eu comecei a dar aula. Era um contrato, não do município, era do estado, eu fui para a escola do estado.

A experiência foi muito boa, eu retornei no ano de 2000, foi dezembro de 2000, eu cheguei, e era uma escola que só os professores sempre de Monte Alegre ou de Cavalcante que davam aula, da comunidade no momento só era eu, eu lembro que tinha nesse ano tinha um rapaz que é daqui de Cavalcante e a gente começou a dar aula, ele já tinha experiência em sala de aula porque ele já tinha trabalhado numa escola do município e aí eu acho que fui aprendendo com ele a coisa de planejar, aí já tinha planejamento, já tinha uma coisa mais organizada para se ensinar, eu fui aprendendo com ele, mas não tinha o curso, e aí entrei em 2000 e quando foi em 2003 eu entrei no curso Pró-formação, que eu sentia a necessidade mesmo, que era totalmente diferente do curso que eu fiz, que era mais questão de organização de empresa, administração mesmo. A infraestrutura da escola é boa, é um prediozinho com duas salas de aula, uma cantina, dois alojamentos para professor, tem até banheiro dentro, só que não tem água, não tem água encanada e tinha energia, não tinha, mas logo quando eu entrei colocaram é energia solar. Fica no município de Cavalcante na região Kalunga, ela é bem, desse

⁴¹ O Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação), de iniciativa do Mec, foi um curso na modalidade de ensino a distância para a habilitação no Magistério em nível médio. Está dirigido aos professores em exercício no sistema de ensino, que não tenham ainda formação desse nível. Com duração de dois anos, o Programa é destinado a professores das primeiras séries do Ensino Fundamental, em exercício, que não possuem a titulação legalmente exigida e lecionam nas escolas públicas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (GATTI, s/d).

mapinha aqui (ela mostra o mapa desenhado por ela) que quando eu fiz o relatório da comunidade do curso eu coloquei os principais pontos de referências e as escolas pra mim foi um marco bem, aí ela é essa escola aqui. São 3 km na verdade da romaria. É eu trabalhei, o tempo que eu tive nessa escola, eu trabalhei com o Escola Ativa.

João Francisco Maia

João Francisco Maia é professor da Escola Joselina Francisco Maia, leciona língua portuguesa e história para o 6º, 8º e 9º ano do ensino fundamental e 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Realizamos a entrevista no dia 04 de julho de 2015, às 12h00min no Engenho II. A entrevista foi feita em um barracão de teto de palha, que fica em frente de um restaurante.

Meu nome é João Francisco Maia tenho 31 anos e sou Kalunga do Engenho II. A minha infância foi muito dura, batalhada, trabalhando na roça e ao mesmo tempo na escola, frequentando a escola. Na roça é muito longe, meu pai era o que tinha a roça mais longe daqui, quase que ele fazia bem perto, mas com a invasão de fazendeiros ele ficou sem opção e teve que mudar pra longe mesmo, que ele tinha que produzir, aí era assim, era uma vida meio de semana na escola, às vezes dois ou três dias da semana na escola e o restante na roça trazendo também as coisas nas costas, porque nem cavalo a gente não tinha na época, então foi muito sofrida. É, assim comparando com hoje deu um salto, que hoje a gente vê que tem muita gente que trabalha na roça, mas é mais livre, tem o cavalo, tem a bicicleta, tens uns que vão de moto até próximo das roças, quanto a época da minha infância totalmente diferente. Acho que fui ralado mesmo.

É, brincava de cavalinho, não tinha o cavalo de verdade, bola era muito raro! Não tinha bola! A primeira bola que eu tive eu tive que, parece que eu tive que limpar um quintal e comprei uma bola, mas logo ela furou e eu nem sabia que furava também. Aí, a gente brincava de saquinho de, aquele saco de, as pessoas melhor de condição aqui comprava arroz de pacote aí a gente enchia aquele pacote, saco vazio, de sacola, plástico, pano velho e fazia a bola e nós brincava nessa escola aqui dessa forma - a bola era um pacote de arroz cheio de lixo, vamos dizer assim - todas as crianças. Aí tinha outras brincadeiras também, a gente brincava que, só de coisa da natureza mesmo,

por exemplo, de “missiô ninguém ganhô”, aí era três pedras de um lado, três do outro, um risco no meio, aí a gente tinha que ir lá pegar a pedra sem ninguém tocar na gente, se tocasse aí parece que tinha que voltar uma pedra, parece que tinha que voltar uma pedra, eu não lembro direito disso, sei que a gente brincava muito disso, era bom que aprendia a correr bastante.

Na roça a gente plantava arroz, feijão, mandioca, milho, batata doce, cana, mas, o que era primordial mesmo, central mesmo era arroz e feijão e o milho e era consumo da família. A gente não vendia e tinha vez que perdia, até porque meu pai, sem preocupação com o dia da amanhã não vendia o excedente e perdia, mas era difícil vender, era mais pra consumo mesmo, tinha muita fartura na época, era sofrido, mas tinha fartura, não tinha era carne, mas fartura assim no sentido de ter bastante arroz, bastante feijão, bastante milho, tinha porco, galinhas também, até que era bastante na época.

A escola, eu estudei nessa escola aqui num prediozinho bem pequenininho, segundo predinho daqui pra lá, e na época só era uma parte, na época que eu estava fazendo as primeiras séries, quando eu comecei a escrever mesmo, o *a, e, i, o, u*, aí era só uma sala e a gente sentava no chão, no canto assim, tinha uma tora de pau e umas quatro cadeiras e a gente disputava os lugares pra ver quem chegava primeiro e ocupava o melhor lugar, aí tinha que sentar. E a tia Milza dava aula de frente e a gente copiava e ficava de lado assim, e o quadro do outro lado na frente aí no chão mesmo, sentado praticamente no chão. Na época não tinha nome, eu lembro que era escola municipal Engenho II, o cabeçalho era esse, *Escola Municipal Fazenda Engenho II*, ainda tinha essa... como se fosse uma fazenda, nem nome de Kalunga não tinha ainda nessa época. Hoje ela mudou de nome é Joselina Francisco Maia. Vixe! Transporte era uma vez no mês e olha lá! E quando vinha, vinha dentro de um veículo, eles achavam um caroneiro que ajudava a tirar os carros dos atoleiros nas estradas, eu lembro que atolava demais na estrada. Eu ia a pé, porque carro aqui não tinha, era uma vez no mês, e ainda dependia do ano, que a terra era mais úmida e as casas caíam fácil porque chovia muito, e aí o solo era mais úmido, qualquer coisinha as casas caíam, molhavam os pés das paredes e elas caíam.

A escola, eu acho que tinha aproximadamente, de cinco ou seis por quatro metros mais ou menos, uma sala única, não tinha banheiro, o banheiro era lá embaixo.

Tinha um quadro pequeno, negro na parede de cimento mesmo, poucas cadeiras e depois, acho que foi no mandato de Felipão, não sei se foi em 1992, que construiu outra sala, quase do mesmo tamanho que fez uma emenda, aí ampliou e com a cantina, aí depois foi aumentando e em 2002 o Lula veio aqui, antes dele vim, construiu esse prédio ali da escola e mais a frente construiu outro prédio é da escola também, que ampliou mais, agora tem até o ensino médio. Mas antes, até hoje é precário, mas antes era muito mais precário. A sala, eu lembro, várias séries numa sala e a professora conseguia dominar tudo. Eu estudava história, geografia, ciências, português e matemática, parece que eram esses, não me lembro se tinha outros, ensino religioso não lembro se tinha, eu acho que fui ver em Cavalcante, que eu fui estudar em Cavalcante depois que eu voltei pra aqui. Mas, parece que eram essas cinco mesmo. Eu falei ciências?

A professora era muito boa e guerreira, era a tia Duruta, que era uma tia minha de parte de mãe. Não! Primeiro foi Tia Milza e depois Duruta que era irmã da minha mãe. A tia Milza ela conseguia manter o domínio da sala, uma mulher super guerreira vou dizer, tinha uns momentos de rigidez porque como era multisseriada e os meninos, mesmo pequenos, tem uns educadinho e outros já..., têm todos os tipos numa sala, os educadinhos, comportadinhos e outros mais pimenta, mas ela conseguia colocar domínio muito bem, existia o castigo, ela colocava de castigo, que naquela época era uma forma, que eu acho que valia a pena, não foi perdido não! Porque a maioria concluiu o fundamental com ela naquela época e aí depois teve outra professora. A tia Milza aposentou, foi coordenadora da escola e depois foi a Tia Duruta que foi a segunda professora minha e ainda continua na escola trabalhando ainda com primeiro aninho.

Naquela época! Olha que eu lembro muito bem que estudos sociais tinha, por causa que tinha o dia do trabalhador eu lembro muito bem, e a gente trabalhava o desenho, fazer o pai trabalhando na roça, a forma que o pai trabalhava na roça, eu lembro que tinha essa relaçãozinha. Às vezes também tinha o dia do índio porque falavam que tinha índio na comunidade naquela época, aqui nos matos, o meu pai mesmo conta que tinha muito índio aqui. Essas eram as poucas comemorações que eu lembro, eu acho que eram só essas, eu não lembro de outras não! Mas, trabalhava um pouquinho.

Olha a merenda, vamos dizer que era só um estágio viu! Ela chegava e as férias dela era mais comprida do que período letivo (risos), porque tinha uma carne de jaba que vinha, alguns falavam que era carne de cavalo, e aí era uma carne salgada, mas a gente disputava ainda pra conquistar a vasilhinha de lanche, era muito difícil, não tinha lanche, era raro o lanche porque além da geografia do terreno que atrapalhava e falta de recursos, eu acho que a escola era meio esquecida. É! Não era bem vista, vamos dizer assim. A gente trazia lanche na sacola, eu lembro que eu trazia arroz e feijão na sacola pra *matular* na hora do recreio e aí um dava pro outro, outra vez eu brigava, mas, não dava era deixa jeito, fazia biju de tapioca, de milho, que hoje ninguém faz mais de biju milho, mas a gente fazia e era o lanche da gente quando não tinha o lanche da escola.

Os meus colegas! Olha, vamos dizer que tinha o que bem queria e o que pouco queria, e tinha aquele que ficava mediado com a escola e a roça, mas querendo mais o lado da escola pra fugir do serviço pesado da roça, que era o meu caso. Mas, assim, eu lembro que aqueles que ficavam mais na roça, que trabalhava muito na roça, quando vinha pra escola e, ficava uma semana, tirava nota boa no final do mês, nas avaliações. Aqueles que já ficavam aqui, que vinha na escola mais pra brincar, jogar, esses tinha mais dificuldade pra aprender, por causa que, parece que estava com gancho mais fraco de buscar o aprender, acho que é! Sentia mais liberto e não buscava mais. É, a liberdade atrapalhava nos estudos. É assim, uma coisa, que não tem que estudar sem trabalhar, só no meu caso eu mediava os dois, era o estudo e o trabalho, até porque se não trabalhasse não tinha como ficar aqui, tinha que ficar na roça mesmo, definitivo e como ia viver, *né?* Não tinha alimentação. Hoje, assim, algumas dessas pessoas, alguns estão bem empregados, estão empregados e estão fazendo até curso de médico, já é médico e faz pequenas cirurgias, tem o Antônio Cesário, ele é mais velho que eu um ano, nós estudamos juntos aqui em Cavalcante, ele era esforçado, e eu também buscando junto com ele, a gente tirava um racha nos estudos, não buscando ser o melhor, mas tentando dar o máximo. E aí alguns conquistaram, vamos dizer assim, conquistaram um bom lugar, está com um pé já num lugar melhor, já prevê um futuro melhor, outros cansaram no meio do caminho, alguns desistiram, quando fez o ensino fundamental. Eu me lembro do meu colega Carlinhos, nós fomos estudar em Cavalcante em 99, ele ficava na casa do vô dele e eu ficava na casa da Dona Milza, ele desistiu

preferiu vir embora a estudar, aí eu falei: *eu vou é continuar estudando, vou ficar aqui estudando.*

Eu não posso dizer assim, que eu um aluno estudioso, mas assim, eu buscava um pouco, eu vou dizer assim, eu busquei um pouco, a gente não pode ficar se gabando não, porque eu também fiz *trampolinagem*, e às vezes, eu judiava de colega e colega judiava de mim. Às vezes cassava briga, coisa de menino, que arrependia mais tarde, que até hoje eu tenho algumas coisas que eu arrependo. Ali naquele *baloca*, uma vez nós jogamos um menino lá dentro, depois, passado o tempo, veio o arrependimento (risos).

O primeiro ano que eu fui estudar lá [em Cavalcante] eu tinha falhado um ano aqui, eu estava com 14 anos, eu aí com 15 anos, foi em 99, eu fui estudar em Cavalcante, aí eu só passei em educação artística porque eu era bom pra desenhar e consegui a nota, mas com as outras coisas eu estava tudo enferrujado. Lá tinha português, matemática, biologia, geografia, história, ensino religioso, espanhol, física, química, educação artística.

Eu via muito presente o racismo, eu lembro de uma vez que teve uma apresentação de trabalho lá e a gente foi na apresentação, sei que no final, e a gente precisou dar o número de telefone, e aí eu ficava na casa de Dona Milza, como é que ia dar o número dela se eu não sabia? Aí um colega falou assim: *uai macaco não tem telefone não!* Aí a professora colocou a mão na boca pra rir, eu lembro muito bem disso, há 15 anos, na época eu pensei: *essa mulher também, ela é muito preconceituosa, preconceituosa não, racista!* E ela era professora! Mas, depois ela deu tipo uma chamadinha no menino, mas ficou por isso mesmo, mas achei meio puxado, desrespeitoso.

Eu lembrei que teve dois que tentou me bater uma vez lá e sem *aprontação* nenhuma, por causa de preconceito. Eles falavam que a gente vendia farinha, e aí eles falavam: *e aí você trouxe farinha pra vender?* Que só quem vendia farinha era kalunguero. E eu não tô vendendo farinha não rapaz! E eu sempre de boa, e eu sei que um dia mesmo uns..., você deve conhecer? (falando com a Cláudia). O Thiago, ele não deu conta e ele bem *maiorzão*, aí nós chegou a travar de luta mesmo! Porque não tinha como correr. Cercou a área e aí eu saltei e derrubei ele. E foi na escola, tinha um monte de gente. Aí eu sei que eu *arribei* ele e sei que consegui derrubar ele, aí veio um tal de

Timbó, o nome dele não é Timbó não, é apelido dele, também veio e eu também consegui derrubar, e aí cercou de gente, mas os professores não reconhecia que era eles que estavam errados, entendiam que o erro era dos dois, e aí eu sempre na minha, eu sentava na frente, nunca gostei de sentar atrás, sentava do lado direito, perto da porta e na frente e quem estava lá atrás, quando o professor lançava conteúdo no quadro aí só recebia as *buchadas* de papel nas costas. Aí tinha vez que, era uma atrapalho viu! Assim, se o professor estava explicando, virava um, distraía um pouquinho a gente recebia a pancada. Jogar giz em professor e jogar a culpa em mim aconteceu e professor chegou a acreditar que era eu, que fez tabelado, jogou no professor e giz caiu onde eu tava e chegou a acreditar que fui eu, aconteceu! Mas, não era eu o alvo de ser prejudicado, tinha uma menina lá que era mais prejudicada ainda, eu lembro que tinha vez que tinha jogado até sapato nela, lá do Vão do Moleque, o nome dela é Darcília, pegaram sapato e jogou nela, outra vez colocou um pé de sapato e cima do material dela, ela descuidava um pouquinho e já estava um sapato em cima e a gente sabia de quem era o sapato, reconhecia de quem era, ia reclamar, mas ficava por isso mesmo.

Dona Milza, não era parente, o marido dela também é Francisco Maia, ele morreu, eu acho que foi em 89, parece... três anos depois que eu nasci, ele chamava Abel Francisco Maia. Essa Dona Milza é uma mulher muito boa, mas eu não tinha nenhum conhecimento com ela e aí minha mãe procurou lugar pra mim ficar e achou lá. Era pra mim tirar leite, eu era um camaradinha muito pequeno e *risingado*, vamos dizer assim. *Risingado* no sentido de pequeno, velho e minúsculo, não sei se era serviço na roça, mas caminhava demais. Falava assim *pistiado*, talvez, seria *pistiado*, mas aí eu fui pra lá pra tirar leite de vaca, mas por causa do meu tamanho ela disse que a vaca poderia me machucar. Eu tinha 15 anos na época, eu ia lavar vasilha, limpar casa, lavar banheiro e varrer o quintal, limpar o quintal e essas coisas assim, ia no mercado comprar alguma coisa, ir na chácara levar ou buscar alguma coisa, mas pra mexer com gado não! E aí tinha uns cachorrinhos dela que eu cuidava também. Eu fiquei dois anos com ela e um ano com Dona Ceci, depois de um ano, passei a ser da família por causa do modo de tratar a gente, aí a gente só tem que agradecer!

Joelice Francisco Maia

A entrevista foi realizada no dia 04 de julho de 2014 na casa da Joelice, na sala da casa. João e Joelice são irmãos e foi João que comentou que a irmã também havia concluído a LEdoC. Estavam na casa os pais e os irmãos: João e Eva Lúcia e dois bebês, um é filho de Joelice. O pai ficou conosco e acompanhou a entrevista e em alguns momentos manifestava concordância com gestos. A mãe, no final da entrevista, nos serviu um café feito na hora. No início a Joelice estava um pouco séria, parecia desconfiada, mas quando começamos conversar sobre a infância ela se soltou e ficou bem à vontade.

Meu nome é Joelice Francisco Maia, eu tenho 29 anos. Sou Kalunga do Engenho II. Eu tenho dois irmãos e duas irmãs, são cinco comigo. A minha infância brincava um pouco, trabalhava também, e estudava também, porque assim, quando era pequena, aqui de casa ninguém tinha renda nenhuma, então ajudava meus pais, durante a semana estudava e no final de semana ia pra roça. Quando estava aqui, estudava de manhã, a tarde ajudava mãe, na verdade minha mãe ficava mais na roça e a gente ficava aqui ajudando a cuidar dos meus irmãos mais novos. Cuidava da casa, ajudava a fazer almoço e janta, socar arroz, pegar lenha, cuidar de porco, cuidar de galinha.

Eu brincava com meus irmãos. Nós brincávamos, quando estava na roça. Nós pegava aquelas espiguinhas de milho verdinhas e falava que era boneca, nós brincava com ela. Tem o outro, *barba de bode* que fazia de bonequinha, fazia roupinha, pegava algumas vasilhinhas também e brincava, igual lata de óleo, às vezes os meninos fazia carrinho da latinha, ficava brincando. Não tinha esse negócio de mãe e pai comprar pra nós não! Nós improvisava alguma coisa. Eu lembro muito assim... brincadeira de roda, de ciranda, eu lembro bem daquela música da ciranda: "*ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, vamos dar a volta e meia e meia volta vamos dar*". Essa música marcou na infância, porque até hoje eu lembro dela, agora eu não sei o porquê?

A minha primeira escola foi a Joselina Francisco Maia, só que quando eu estudava lá, na primeira, segunda série, ela não tinha esse nome, era escola municipal Engenho II, depois que ficou com o nome de Joselina Francisco Maia. Eu ia a pé pra escola, era pertinho. Nesse tempo lá, nem banheiro tinha! Às vezes, não tinha lanche,

material escolar, aí às vezes mãe tinha que vender frango, arroz, feijão pra poder comprar um caderninho. É comprar os materiais, caderninho, lápis e borracha. Lápis de cor era luxo naquele tempo, lápis de cor, canetinha. Lanche não tinha, e fazia farofa de feijão, fazia... tem um bolinho que nós fazia que nós fala que era [de] *mentira*, que é aquele bolinho de chuva, fazia esse bolinho, que era a tal da *mentira*. Que era nosso lanche. Chegava lá, tinha aluno, os coleguinhas que não levava nós dividia.

A gente aprendia, assim... acho que o básico, por que nesse tempo só tinha até a quarta série, só tinha até a quarta série e só tinha duas professoras, aí eu acho que era multisseriada. E tinha duas salas lá. Só que primeiro, tinha só uma sala, que atendia da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série, depois, quando passou um tempo, depois que construiu outra sala que ficou duas salas, e aí ficava a 1ª numa sala e a 2ª, 3ª e a 4ª série na outra sala.

Eu achava a professora boa. Boa, porque uma: era minha tia e outra minha madrinha, era todas aqui da comunidade, então! E elas ensinavam coisas da comunidade não! Tanto é que nesse período aí, muitos aqui não aceitavam que falava que era quilombola, a maioria não aceitava, não aceitava porque quando assim a gente ia pra Cavalcante e pra outros lugares aí sofria um pouco, a gente se sentia discriminado, isso até quando eu fui estudar em Cavalcante, fazer a 6ª série, eu me sentia humilhada, então os professores não tinha esse conhecimento, mas elas faziam de tudo pra ensinar pra gente, mas também tem uma coisa, antigamente o ensino era bem mais avançado do que hoje, eu lembro de quando eu estava na 2ª série eu lia uns textos assim: que era praticamente duas páginas dos livros.

Na escola a gente brincava também. Tinha uns mais danadinhos, mais custoso, que desobedecia os professores. Não tinha esse negócio de maldade, tinha umas briguinhas, mas ninguém ameaçava ninguém, ninguém agredia ninguém pra machucar, às vezes rolava muito o negócio de apelido. Eu descobri que eles falavam do meu olho, que era esquisito e falava que meu olho era olho mole, risos, ficavam me atentando, mas depois: *Ah! pra que ficar com raiva?*

Pai e mãe incentivava sim a estudar. Pai nem fala, que vida de pai era na roça, era colhendo, plantando, e enquanto colhia preparava a terra de novo pra plantar de novo, às vezes ele vinha aqui uma vez por mês, duas vezes por mês, *não é pai?* Ele ficava mais na roça, que era ele e Elias, que nesse tempo Elias, meu irmão mais velho ele estudava e ajudava pai.

Na verdade aqui eu fiz o ensino fundamental inicial, foi até a quarta série, depois eu fui pra Cavalcante eu fiz até, a quinta série eu reprovei em Cavalcante, a maioria dos primeiros alunos que foram daqui pra lá reprovaram, não foi pai? Aí eu reprovei um ano e no segundo ano eu passei, aí eu fiz a 5ª, a 6ª e quando eu fui fazer a 7ª eu fui pra Brasília. Eu fiquei até fazer o ensino médio.

Na minha adolescência eu resumo que foi trabalhar e estudar (risos). Quando eu fui pra Brasília fiquei na casa de uma mulher lá no Bandeirante, aí eu fiz a 7ª e a 8ª série lá no Núcleo Bandeirante, e essa mulher, eu era de menor, mãe mais pai conversou com ela e falou pra ela que não era pra mim ficar saindo pra farra e essas coisas, então ela me proibia de visitar até os meus parentes lá! Eu tinha uma tia mesmo, ela era irmã de pai, essa tia ficou doente, essa mulher me proibiu até de ver minha tia! Ela só ia deixar se eu conversasse com pai mais mãe, aí eu fui e eu liguei e ela conversou com mãe, aí ela não deixou, falou que o trato dela era com o pai, aí conversou com pai, encheu o saco de pai e aí pai não deixou não! Aí que nós fomos conhecer quem era ela, *né pai?* Eu fiquei lá e quando eu vim nas férias, eu vim pra cá e uma colega minha arrumou um serviço lá no Guará e aí fui embora, minhas coisas ficou tudo lá! Quando eu deixei minhas coisas lá eu arrumei outro serviço, aí eu fui buscar minhas coisas. E pra completar como eu era de menor, eu não conseguia abrir uma conta no banco, aí abriu uma conta no nome dela pra depositar o meu dinheiro. Quando eu estava em Cavalcante ela me ligou, ligou do telefone fixo dela pro meu celular aqui em Cavalcante e ela falou um monte de coisa, eu falei pra ela que eu não ia voltar lá não e que eu só ia buscar minhas coisas. Aí veio a conta na casa dela aí ela pegou parte do meu dinheiro, que estava no banco, pra pagar a conta que ela me ligou, aí depois fui trabalhar no Guará e no Guará já foi tranquilo.

Eu fiz o ensino médio no Guará. Eu fui pra Brasília estudar e trabalhar. Eu estudava à noite e era tranquilo, eu só achava perigoso ir pra lá, porque eu ia a pé, gastava uns quinze minutos de onde eu trabalhava pra escola. Os colegas eram tranquilos, às vezes, é porque eu sou muito tímida e não conseguia enturmar com todo mundo. Eu trabalhava de doméstica. Eu fiquei em Brasília, fiquei lá, aí quando eu passei no vestibular da LEdoC eu voltei pra cá.

Daiana dos Santos Dias

A entrevista foi realizada no dia 04 de julho de 2015 na casa da Daiana, às 19h00min. Conheci a Daiana no dia do lançamento do livro e documentário *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas* no Colégio Estadual Jorge Cheim em Cavalcante, lembro que ela nos ajudou a colocar as fotos para exposição e naquele dia ela havia comentado que tinha passado no vestibular da Licenciatura.

Meu nome é Daiana dos Santos Dias, tenho 28 anos, sou Kalunga do Vão de Almas. A minha infância no Vão de Almas, pra falar a verdade eu morei pouco tempo no Vão de Almas, porque quando meus pais casaram eles moraram no Limoeiro, depois na Ema, depois mudou pra Diadema, aí retornou pra Ema e foi lá onde eles nos criaram. Após a separação deles, só que a gente sempre ia na comunidade nos festejos a cavalo na época, até ia pela comunidade Ema, que hoje tem a estrada e depois deles se separarem nós fomos morar com o irmão da minha mãe, foi eu e minha irmã caçula, a Shirlei, que não me lembro que ano que foi. Aí eu estudei com o tio Faustino, no colégio lá. Na época não tinha assim... se tinha como passar de ano, a gente não sabia, só que não conta no meu histórico escolar, só que depois que eu sai do Vão de Almas eu morei aqui [Cavalcante] fiquei um certo tempo aqui e voltei pra morar um tempo no Limoeiro, na comunidade Ema. Lá eu estudei no colégio Kalunga lá, acho que estudei dois anos lá.

O colégio que eu estudei na época era do tio Faustino, que ele improvisou, que era uma casinha de palha, toda rebocada de barro, jogado na parede e aí a gente estudou lá. Ele foi meu primeiro professor, o Faustino. Não, primeiro foi a Ester, a gente mais ou menos ficava olhando ela e acabava que a gente entrava na sala lá na Ema. Aí quando eu fui para o Vão de Almas que eu fui começar a aprender realmente a juntar as letrinhas e quando eu cheguei aqui o meu tio me ensinou mais. A escola era na casa dele, na época era uma casinha, só um cômodo pequeno, onde a gente se alojava e a casinha dele era bem próximo da escola, praticamente do lado. Até hoje, esses dias, em fevereiro que eu estive lá, tava olhando lá um monte de adobe do que restou.

Eu não lembro de quantos anos eu tinha, eu lembro é das brincadeiras, era pique esconde, as outras eram mais a noite, de roda, que a gente brincava. Não tinha muita opção não, a não ser ficar correndo. Ah! Lembrei, brincava com marmelada pra

fazer roda para os carrinhos e também usávamos chinelos velhos pra fazer roda de carro. Brincávamos de mamãe e papai. Pegávamos marmeladas e mangas para fazer vaquinhas e outros animais. Era muito divertido! Enquanto morávamos com parentes, minha mãe trabalhava em Brasília.

Eu lembro que na hora no lanchinho, às vezes não tinha merenda, ele improvisava um lanchinho pra gente e aí a gente cantava a musiquinha: “*Meu lanchinho vou comer pra ficar fortinho*” e ele cantava junto com a gente. Era bem legal! E quando não tinha o lanche a gente improvisava, levava farinha com rapadura ou levava um peixe assado dentro da farinha, era assim! Ou paçoca de coco. E eu ia pra escola com dois irmãos de criação.

Eu lembro que o professor na época usava uma varinha, que tinha aqueles mais danadinhos, ele tinha uma vara bem comprida, até de laranjeira, pegava de longe e *tá*, pra tomar a lição. Ele usava a varinha (risos).

Eu morava com meu tio, a gente só atentava. Ao não ser trabalhar na roça, olhar periquito. Eu era menina de tudo! Eu gostava é de ir pro rio! Eu subia os barrancos correndo de *peia* (surra) depois do almoço. Até esse período foi legal, mas tem umas partes que não. E essas partes são bem pessoal.

Lá não tinha brinquedo. Eu estava até falando pra minha tia que hoje a criança não sabe brincar. A gente fazia boneca com palha de banana, rasgava a palha e enrolava num pedaço de pau e fazia que era boneca, que era a cabecinha dela e também tinha, eu não sei o nome, tinha um matinho no mato que ele é bem grudado no chão que a gente usava como boneca, ele tinha uns cabelinhos todo pra cima e a gente usava pra brincar de boneca. Pegava latinha de sardinha e fazia carrinho, ou era de pau mesmo, que meus irmãos fazia. Era mais divertido, as brigas que a gente tinha era mais sadia, quando a gente ia apanhar lenha a gente brincava muito eu vinha toda arranhada. Mas, era bem divertida a nossa infância, a gente inventava brinquedos, eu lembro que eles faziam arapuca, e eu queria muito aprender a fazer arapuca, eu tentava e não conseguia.

Eu lembro assim do *b a b a*, o *b* com *a*, ele também não tinha muito estudo, mas, o que ele tinha, ele tentava passar pra gente. Eu me lembro muito bem que ele mandava muito bem em matemática, ele usava a tabuada e tomava da gente. Mandava a gente estudar e decorar a tabuada. Não tinha, assim, na escola, de estudar coisas da

comunidade. Os materiais da gente era um caderninho pequeno, o lápis, a borracha, que gente carregava num saco de arroz, que não tinha mochila. Era aquele saco de cinco quilos, que era de arroz ou de açúcar. Dava até briga pra gente arrumar uma mochilinha dessa!

Depois da escola, eu ia ajudar meu tio na roça, lá plantava arroz, mandioca, melão, abóbora, eu lembro que tinha uma roça lá perdida perto da casa do meu tio, que a gente não tinha nada pra comer assim de manhã, então era abóbora com leite. Eu lembrando com a minha tia: *“tia lembra quando tinha uma roça aqui que deu tanta abóbora que eu não aguentava mais comer abóbora com leite, todo dia de manhã comia abóbora com leite (risos)”*. Gergelim também plantava. Era para consumo próprio, a não ser a farinha, que às vezes o meu tio fazia. Naquela época era bastante difícil porque tinha que trazer nas costas ou então no animal, no cargueiro.

Eu estudei no colégio na Ema, entre 1997 a 1998, na Escola Estadual Calunga II, que era perto da casa do tio Domingão. Depois, meus pais se separaram, meu pai ficou pra Brasília e minha mãe veio pra cá [Cavalcante], fomos morar com o irmão da minha mãe, foi eu e minha irmã caçula, a Shirlei. Em 1999 estudei no Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, fiz aceleração 3^a e 4^a série. A escola na Ema era melhor do que no tio Faustino. Porque tinha mais movimento, tinha lanche também, na época, tinha merenda, era uma escola mesmo. Não era uma escola improvisada, era escola mesmo. A professora era legal, não me lembro se ela era de Campos Belo ou Monte Alegre? Ela se chamava, Joventina, morena ela. Gostava Dela!

Depois, em 2000, eu tinha treze anos, eu fui pra Brasília, trabalhar no Cruzeiro Velho e chegou lá comecei a trabalhar só que o colégio não deu, não tinha vaga pra mim, eu estava na quinta série e aí eu fiquei por lá. E fiquei de morar com meu pai lá em Ponte Alta, no Gama. Aí a irmã do meu pai me pegou e morei com ela três anos, dos 13 aos 15. Aí eu estudei lá no Centro Educacional Sede da Ceilândia Sul. Não gostava não de lá, porque era pior do que aqui! Os colegas me chamavam de preta! Ficavam imitando o jeito de falar, falava o nome da cidade errado, e aí era muito ruim, tanto é que eu tava tão assim a flor da pele, que teve um dia que uma colega minha, ela implicava muito comigo, ela com cabelo liso e eu com cabelo crespo, ela começou a me *azucrinar* muito e aí eu pensei que ela tinha me xingado e ela disse assim: *“Ah! Sua guria!”* Eu não sabia o significado e aí eu peguei pelo gogo da camisa e joguei em cima

da mesa. Olha! Aí cheguei em casa fui procurar o significado, que vergonha! E assim, até dentro de casa a gente sofria preconceito, porque eu lembro que eu morava com essa tia minha, eu agradeço muito a ela, só que tinha umas partes assim, dela e do marido, ele me chamava de pé de elefante. Vivia colocando apelido em mim sabe! Eu fui tornando uma pessoa que nada que eu fizesse era bom.

Eu voltei para Cavalcante para visitar minha mãe, só que aí eu acabei ficando e voltei a estudar na Escola Jorge Cheim. Ainda tinha o preconceito e eu ficava mais acanhada, com medo! O preconceito era, primeiro por ser Kalunga e segundo por morar na vila. O jeito da gente falar, que era totalmente diferente deles, errado “ocê”. O jeito de vestir, a cor da pele também. Assim a textura de que vem do sol, que é totalmente diferente. E por morar na vila. Os professores, eles brigavam e falavam assim: “não fala assim com seu colega”. Nessa época eu estudei à noite aqui, eu não sei se foi em 2005. A gente não estudava coisas da comunidade, não relacionava a cultura nossa Kalunga, tinha lá história da África, mas Kalunga não. A escola era perto da casa onde eu morava, a gente costumava, tinha vez que tinha ônibus pra levar a gente pra escola e tinha vez que não tinha. Eu lembro muito assim da indiferença que a gente era tratado, por ser Kalunga e morar na Vila Morro Encantado. Mas, eu notava a diferença no tratar dos colegas até de professor também. Eles não diziam, mas a gente sente, você não é besta você percebe. Marca muito, tanto é que eu ficava sempre reparando isso. Na época, gostava muito de história. A história, eu lembro assim, quando eles passavam um texto eu decorava muito o texto e acabava tirando nota boa, a educação física quando estudei em Brasília.

Eurotildes dos Santos Rosa

A entrevista foi realizada na casa da Eurotildes no dia 04 de julho de 2015 às 17h00min. Eurotildes foi estagiária no *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães.

Meu nome é Eurotildes dos Santos Rosa, nasci no dia 14 de agosto de 1967, sou kalunga do Vão de Almas, sou casada e tenho cinco filhos. Minha infância foi até boa, só que a minha infância naquele tempo não era muito boa porque os pais da gente

eram meio rígidos, não pra bater, mas, na forma de corrigir, não deixava a gente sair sozinho, não deixava sair com um colega, tinha que andar sempre com eles [pais], ou com pessoas de confiança. Às vezes eu tinha vontade de ir num lugar, mas eles não deixavam. Minha mãe era brava, então, a minha mãe tentava corrigir, educar, porque parece que a mãe ela convive mais com os filhos, ela tem que exigir mais dos filhos, tem que tentar corrigir mais, e eu acho que eu fui assim também, porque eu cobrava mais dos meus filhos do que do meu marido, porque eu estava tentando sempre corrigir.

Na infância eu brincava de roda, que quando juntava os vizinhos, brincava todo mundo, os maiores os menores, juntava todo mundo na rodinha e ia brincar, tinha aquela “corre cotia, de noite de dia”. Naquele tempo, assim, tinha muita brincadeira, tinha vez que juntava duas ou três famílias de mocinha, de brincar uma na casa da outra, brincava de roda, muitas brincadeiras de antigamente que os pais ensinavam, brincava de boneca, costura roupinha de boneca, que eu aprendi a costura fazendo roupa pra boneca. Eu ganhei uma de presente da minha madrinha, aí eu fazia roupinha pra ela e eu adorava essa bonequinha igual como se fosse uma criança! Aí eu já estava com idade dos vinte anos, foi depois que eu casei, eu fui embora eu deixei a boneca em casa, quando eu cheguei a mãe tinha dado ela de presente pra uma sobrinha minha e eu até chorei por causa da boneca, porque eu gostava tanto da boneca!

Eu acho que eu tinha mais ou menos uns doze anos, quando ganhei essa bonequinha. Depois eu ganhei uma Bebel do meu irmão, que ele saiu pra trabalhar e naquele tempo era difícil aí eu ganhei um Bebel do meu irmão. Era uma bonequinha que se chamava Bebel, eu fazia roupinha pra ela e tudo e teve um dia que a minha irmã criava um papagaio eu deixei a bonequinha vestida e quando eu vi o papagaio tinha sentando em cima da bonequinha e tinha comido a cabecinha dela, chorei também por causa desse bonequinha, também foi a última bonequinha.

Na infância eu também ajudava minha mãe em casa, ajudava meu pai na roça. Eu capinava já mais adolescente. Eu ajudava na lides da casa. Na roça, o meu pai plantava arroz, feijão, cana, e até hoje planta! Batata, milho, as coisas de verdurinha da roça, que quando eu entendi por gente, já foi nessa lida e até hoje.

O ensino fundamental foi na escola que meu pai criou. A primeira escola foi na casa do meu pai, ele contratou um professor e a prefeitura pagava o professor, mas a despesa era por conta do meu pai, e aí vinha as pessoas de longe pra escola. Meu pai se

chamava Bertolino dos Santos Rosa. A escola era uma casa, tinha duas casas, só tinha uma só pra cozinhar e tinha outra casa que era para professora e na sala ela dava aula. A escola era multisseriada, tinha várias séries, vários alunos, quando eu comecei a estudar tinha aluno de 7 anos, igual eu, tinha aluno de 13, 20, 19 anos. Eu já comecei junto com meus irmãos, que já tinha 10, 15 anos. Não estava nem na idade de estudar eu já via os outros ali e já estava lá, no meio do pessoal, só pra atentar mesmo. A minha professora era Lenira, esqueci o sobrenome dela, ela ensinava o alfabeto, depois as famílias e aí começava a juntar palavrinhas. Eu nunca achei um professor ruim, eu sempre fui uma pessoa assim, nunca dei trabalho pra professor nenhum e nem pra ninguém. Parece que todo tempo, toda escola tem uns alunos mais inteligentes, tem outros assim menos, parece que tem uns que se esforçam mais, outros mais desinteressados.

Tem uma lição que ficou mais forte na minha memória foi uma..., porque naquele tempo a prova era decorar, e outra hora também você tinha que tomar a lição de um colega, mas você tinha que decorar essa lição pra tomar. Pra professora tomar essa lição eu tenho um texto que eu sei de cor até hoje, acho que eu estava com idade assim dos quinze anos por aí assim, então eu tenho essa lição de cor até hoje, que era a história da pamonha. Era até um texto que falava assim: *“era um ovo dourado que um dia ele foi enterrado na terra. Ele inchou, inchou, em três dias rebentou. Depois de três dias nasceu um broto verdinho com folhas alongadas e cortadas como espada e tinha, pra se aguentar raiz no chão e no ar. Assim como ela cresceu, chegou alguém e acolheu, o sangue dourado dela pôs com água na panela e a boneca se transformou no mais delicioso doce. Agora ela tem vergonha de ser chamada pamonha”*. Aí perguntava que fruta era essa e aí pessoa tinha que responder que era o milho.

O ensino médio eu não tava nem na adolescência mais, eu já estava na fase adulta, aí eu vim aqui, fiz um supletivo aqui em Cavalcante, mas eu dava aula lá na comunidade. Vinha aqui fazer o supletivo e esse supletivo eu não terminei porque eu fiquei devendo duas matérias, fiquei devendo geografia e história, fazia o supletivo aqui e as provas eram em Campos Belo. Depois veio o magistério eu fiz o magistério, eu conclui o magistério, aí passou, acho que uns 10 anos por aí e veio a educação do campo. O magistério era em Monte Alegre, tinha a fase quinzenal aqui, mas a fase mensal era lá em Monte Alegre. Eu esqueci o nome do colégio! Até hoje eu tenho esse livros de lá, quatro coleções de livros e o módulo vinha até o número 08: 1, 2, 3, 4, 5, 6,

7 e 8. Aí eram quatro módulos e cada módulo tinha 08 livros, mas não falava nada da comunidade. Lá era bom, porque tinha uns colegas que a gente já conhecia, tinha uns que eram desconhecidos, mas a maioria era conhecida, aí fiz amizades com os outros, porque foi dos três municípios: Cavalcante, Monte Alegre e Teresina e aí juntou pessoas destas três cidades e foi. Lá era uma semana, que vinha pra corrigir as provas, tinha as provas mensais pra fazer, quando ia fazer as provas era mais ou menos assim, um dia e quando vinha pra discutir um módulo aí já era uma semana e quando ia pra Monte Alegre, que era uma etapa que tinha que cumprir uma carga horária e já ficava um mês e quinze dias, dois meses. A gente ficava numa casa, tipo alojamento que o prefeito alugava. Aí a gente estudava de manhã, de tarde e de noite. Era parecido [com] a LEdoC.

Romes dos Santos Rosa

Romes foi uma feliz coincidência, pois eu e Edymara estávamos à procura do Erildo e ao encontrá-lo, Romes estava a visitá-lo. Erildo fez parte do grupo de teatro *Guardiões da Memória* coordenado por Edymara e é estudante da LEdoC. Então no dia 05 de julho de 2015, realizei a entrevista com Romes e o Erildo.

Meu nome é Romes dos Santos Rosa, tenho 28 anos e nasci na Comunidade Vão de Almas. Minha infância foi proveitosa, porque eu estudava, eu não lembro pequenininho, mas dos 7 a 8 anos, eu estudava, brincava era pouco porque meus pais iam pra roça e quando a gente não aguentava ir pra roça a gente ficava pra fazer as tarefas de casa: socava arroz, lavava vasilha, então a minha infância foi assim. Quando foi crescendo mais, o período da tarde a gente tava com meu pai na roça e de manhã era o tempo da escola.

A gente brincava assim: quando a água estava suja, a gente ia pro rio entrava na água e ficava escondendo e outro ficava a procurar. Fazia um curralzinho e colocava algumas marmeladas, algumas frutas, fazia as perninhas e colocava dentro, fazendo aqueles curralzinhos pra brincadeira, ou senão pegava um litro de refrigerante, cortava as rodeiras de chinelo e fazia um carro e sai puxando. A gente fabricava os brinquedos, fazia os bois de fruta e fazia o carro do boi.

A primeira escola que eu estudei foi na escola municipal Terra Vermelha, ficava uns 200 metros de casa, mas tinha um rio no meio, que a gente precisava atravessar. A professora era a Eurotildes, ela ensinava mais conta de matemática, ciências decorativa, português, passar para o plural, e ler os coletivos, essas coisas. A professora castigava, colocava de castigo, mas às vezes quando ela ia fora ver se eu estava no castigo, eu já tinha ido embora pra minha casa. Tinha outros castigos que era deixar os outros sair e você ficava um tempo ainda pra terminar as tarefas, até terminar, os castigos eram assim, às vezes ficava lá no sol e ficava um tempo lá de joelho. A merenda era pouca, mas tinha e às vezes falhava.

O livro que a professora Eurotildes usava em sala de aula, não tinha nada haver com a cultura, só estudava com a matriz que vinha, o conteúdo era totalmente de fora, não tinha nada haver com a nossa comunidade.

Eu lembro que na minha sala, tinha uns alunos bagunceiros. Pra falar a verdade, no começo eu era um aluno bastante exemplar, depois eu cresci, comecei a crescer e já não estava gostando mais de estudar, eu só respondia para o professor. Eu não sei! Eu acho que é no meio que você convive com outros alunos, você vê aquilo e acaba que influenciando.

Então eu estudei lá até o 5º ano e vim aqui pra Cavalcante, em 2002, estudei e reprovei e voltei de novo lá pra, porque aqui em Cavalcante era totalmente, uma cidade até hoje, eu digo que é uma cidade totalmente racista, sempre me excluía na sala de aula. Aí o Iron, que é filho da Eurotildes, foi falar com o prefeito aqui, que chamava Eduardo, pra criar um ensino lá, do 5º ao 8º ano, e a gente voltou pra lá, e a gente conseguiu estudar lá. Eu morava, assim, dentro do Vão de Almas, mas é um pouco distante do centro, aí eu vim, ficar na casa dos meus tios.

O ensino médio eu fiz aqui em Cavalcante, colégio estadual Elias Jorge Cheim. Meu pai mora aqui, na época estava construindo uma casinha aqui, no Morro Encantado, de adobe ali, que até hoje a gente fica. Pra escola eu ia a pé, é longe, dá mais ou menos uns 30 ou 40 minutos. Quando ia com a turma acabava atrasando um pouco.

O que me marcou bastante era porque eu falava totalmente errado, eu não sabia o que era vírgula, falava vírgula eu colocava o nome lá vírgula, parágrafo, eu colocava o nome parágrafo, então as pessoas ficavam rindo de mim, eu falava as costas

de *cacunda*, era nossa linguagem e nossa linguagem eles riam, caía de rir, morria de rir. Foi o tempo que mais me marcou, eu sempre brigava com os caras da turma, porque eles ficavam me zoando com essas coisas e acabava brigando com eles. Às vezes, eu batia, às vezes eu tinha que correr também, eu já corri, na verdade eu já corri de lá do colégio até aqui no pé de manga aqui pra eles não me pegarem (risadas).

Eu estudei numa sala que tinha vários Kalunga, mas tinha vários filhinhos de papai que só fazia graça, rejeitava a gente, a gente ficava meio reprimido em sala de aula por alguns alunos, mas a gente também tinha um grupinho, a gente conversava, contava causos, fazia trabalho juntos, mas na hora de fazer os trabalhos a gente era sempre rejeitado. Tinha discriminação, principalmente de aluno, aluno já chamava a gente de kalungueiro, quando o pessoal chegava, a gente ficava até com vergonha, porque chegava nosso parente aqui na cidade que ia o caminhão buscar, eles ficavam falando que um bando de kalungueiro tinha chegado, que tava, que não sabia conversar, andava era (risos) *margote*. *Margote* era andar um atrás do outro. A gente aqui sempre era discriminado.

Erildo Fernandes de Souza

A entrevista foi realizada no dia 05 de julho de 2015, domingo, na sua casa do entrevistado. A Edymara que o indicou e ajudou-me a encontrá-lo, pois foi seu aluno no grupo de teatro *Guardiões da Memória*.

Meu nome é Erildo Fernandes de Souza, eu tenho 20 anos e sou Kalunga do Vão de Almas. A minha infância foi boa, trabalhava, estudava, ajudava os meus pais lá na roça. Eu e meus irmãos mais velhos ajudava na roça, nós plantava arroz, mandioca, milho, só isso mesmo e os mais novo ficava em casa de boa e os mais velhos iam trabalhar lá pra ajudar.

Estudava num colégio um pouco distante, tinha que caminhar cerca de 6 km pra chegar até a escola, estudava após voltar da aula, ia trabalhar ajudar meu pai a fazer as tarefas e depois ia brincar, coisa de criança. Brincava com meus irmãos, vizinhos, parentes que morava ali por perto. As brincadeiras era, às vezes, de esconder, de sair do pico, de bola, nós fazíamos um campinho e jogava lá nos finais de semana. A bola era

um pouco diferente, a gente quando achava, às vezes, uma bolinha amarela, aí a gente fazia uma de saco, colocava uns panos e amarrava e já ficava uma bola.

A escola era a Kalunga I e eu ia a pé, às vezes montado no cavalo. Lá não tem transporte, mas tem uma escola que tem um microônibus da prefeitura, mas só está circulando numa escola, na Kalunga I não, ainda não. Bom a escola lá, Kalunga I, era uma escola boa, assim, tinha até um pouco de estrutura, era considerado naquela época uma escola boa, e tinha até energia solar. Eu estudei no início da alfabetização, estudei lá, do primeiro ao quinto ano, aí depois tive que mudar para um colégio mais longe ainda, o Santo Antônio que era mais longe. Uma vantagem que tinha lá era que a professora era conhecida e era uma professora que já estava um pouco preparada, tinha vínculo, que era a professora Wanderleia. *Vixi!* Ela ensinava era muitas coisas, mas essa época aí, acho que os livros assim, sobre a comunidade não tava muito ainda, era mais conteúdo de fora mesmo, um pouco assim fora da nossa realidade, até porque na época não tinha muitos recursos didáticos pra estar usando sobre ali, a comunidade.

O ensino médio eu fiz aqui no colégio Elias Jorge Cheim. Aqui na escola era um pouco difícil, a gente vem da roça, é muito tímido, às vezes a professora passava um trabalho ali e você *tá* com dúvida, mas fica com vergonha de perguntar, aí era difícil, às vezes, tinha as pessoas que te excluía, ia fazer trabalho e olhava pra você e aí eu escutava: *“não vou fazer com ele lá”*. Mas, aí eu procurava aqueles que enturmava mais, procurava aqueles que enturmava comigo e buscava fazer as atividades.

Quando eu vi para cá só tinha aqui a minha avó, ficava com a minha avó, morava aqui, eu, meu tio, que é filho da minha avó e meu outro irmão.

Pra ir pra escola, bom... no ensino médio eu estudei dois anos de manhã e dois a noite. Na parte da manhã tinha o transporte sim, mas no período da noite não tinha o transporte e eu ia de bicicleta, a pé.

Os professores alguns eram bons, alguns já..., não sei se já estavam preparados, já recebiam os alunos que vinham da zona rural com uma boa recepção assim, já sabendo diferenciar que aqueles alunos que estavam vindo da zona rural tinha alguns problemas como, defasagem na alfabetização, até mesmo, não por falta dos professores de lá, mas assim por recursos didáticos, porque na época era muito pouco, era fragmentado, mas aos poucos a gente foi alcançando.

Quando eu vim pra cá eu já não estava gostando quase de nenhuma matéria, porque eu cheguei aqui estudando no primeiro ano, notas péssimas, fiquei na época de dependência de português. Matemática já não estava indo bem, tava mais bem na parte de física, biologia, mas já tava ficando difícil. No início, quando eu comecei a estudar, até o 7º ano, eu gostava mais de matemática, aí depois já foi mudando, foi mudando e aí eu fiquei sem saber de qual gostava. Eu estudava ali, tentava alcançar o objetivo em todas, mas não tinha assim pra falar: *eu gosto dessa matéria aqui*.

Niecia Pereira dos Santos

A entrevista foi realizada no dia 13 de agosto de 2015 no festejo de Nossa Senhora D'Abadia. Niecia é casada com o Romes e foi ele que a indicou para a entrevista.

Meu nome é Niecia Pereira dos Santos, nasci na comunidade Vão de Almas, 1988, dia 22 de janeiro. Sempre vivi lá, de 2007 a 2009 morei em Cavalcante que eu estava estudando o ensino médio que aqui não tinha e aí no final de 2009 eu voltei pra cá de novo.

A minha infância nós brincava de boneca, brincava de roda, aquela ciranda, aquela da música “ciranda, cirandinha”, de esconde e esconde, tinha também a brincadeira da *cutira* que faz a roda e quem estiver *desarrumadinho* e esse saía correndo em volta da roda, brincadeira do bode que nós fazia: dois, um do lado e outro no outro e ficava um no meio pra pular pra ver se aguentava. Tinha que ficar agachado e depois pulava e ficava deitando no braço da gente pra ver quem aguentava, quem não aguentava saía.

A gente brincava com os vizinhos, minhas irmãs, tinha uns irmãos meio grandinhos, mas, já brincava com nós menor e meus vizinhos também sempre iam lá pra casa, às vezes dormiam lá, e nós dormia na casa deles.

Às vezes, depois de estudar e brincar varria terreiro, quando ia pro rio levava um jambu de água, às vezes eu ia, mas como eu era a caçula preferia cozinhar. Por causa do sol, preferia ficar em casa cozinhando e fazia pra todo mundo que tava trabalhando, pro meu pai, minha mãe, minhas irmãs.

Quando eu comecei a estudar, quando eu tinha idade de estudar já tinha escola, eu não estava matriculada, mas, eu lembro que ia pra escola com as minhas irmãs mais velhas aí com seis anos já estava indo para o colégio, mas foi com sete que eu matriculei numa escola. E depois fui transferida para uma outra escola que ficava mais próxima da minha casa.

A primeira que estudei era escola, só que era de palha, o teto era de palha mesmo e falava que era um grupo, nem falava que era escola. A escola era Várzea Grande. O meu primeiro professor era meu tio, tio Faustino, e até hoje eu tenho os cadernos, tem tudo lá em casa. Ele me ensinou a contar, eu era péssima em matemática, mas, ele ensinou, porque eu mesmo, todos os professores que eu tive, sempre me ensinou matemática, mas eu não me adaptei a aprender matemática. Tio Faustino era um pouco exigente, quando a gente não sabia leitura a gente ficava de joelho até quando souber essa leitura, levantava e ia embora, ia lanchar, voltava, tornava a ficar de joelho até quando dava essa lição na leitura do livro. E eu fiquei de castigo muitas vezes.

A sala era cheia, naquela época não tinha cadeira, era banco, mas o banco era cheio de menino, vinha menino de tão longe que eu imagino assim, nem sei como eles tinham vontade de vim porque era tão longe a escola e eles tinham vontade de vim. Pra você ter uma idéia eu, mais ou menos, caminhava uma meia hora. Naquela época não tinha ônibus, nunca teve. Lá tinha alunos grandes, lembro deles grandão e a gente era pequena, de idade diferente, tinha mais menor, mais maior. O que era mais divertido na escola era a hora do intervalo, porque a gente ia brincar, nós não ia pegar no caderno, a gente ia brincar, ficava correndo o tempo todo.

Ele não ensinava coisas da Romaria não, era só *o a, e, i, o, u*, contagem de número, 1, 2, 3 até 100, mas não falava na comunidade não! E o livro às vezes tinha, às vezes o município mandava, às vezes os pais compravam uns caderninhos mesmo baratinhos. Uma coisa que me perturbava, era na hora da lição, quando eu não sabia, aí quando chegava a minha vez do dia da lição eu preferia nem ir. Tio Faustino, sentava lá e dizia: *“fulano de tal vem aqui dar a lição”*. Ele ficava sentado e a gente tinha que ler todinha a lição pra ele ver. Outro dever que ele também passava era pra fazer tanta cópia do livro, a gente copiava tanto do livro, e se não copiasse ficava logo de castigo.

No ensino médio eu tive que ir pra Cavalcante, estudar na escola Estadual Elias Jorge Cheim. Eu fiquei na casa da minha tia, irmã da minha mãe. O primeiro ano

eu estudava de manhã, porque não tinha ninguém pra cuidar do nenê, aí eu ganhei nenê, em 2007, aí eu estudava de manhã, e o Romes estudava a noite. Quando eu fui para o terceiro ano não tinha de manhã, aí eu fui estudar a noite, eu e o Romes, e aí a gente pagava uma menina pra olhar o menino.

No começo eu não gostava não, porque a gente vinha da roça e era difícil acostumar com aqueles meninos da cidade, às vezes eles ficavam rindo da gente, tipo a gente não era igual eles e aí era mais ruim. Isso não era só comigo tinha mais pessoas da comunidade, então a gente sentava tudo junto, depois fui acostumando com alguns meninos da cidade.

Meus pais, até hoje assim, igual eu estou fazendo o curso lá, mas sempre eles falavam assim que quanto mais estudar melhor, nunca a gente deixava de estudar pra fazer um serviço. Eles preferiam que a gente fosse pra sala estudar.

Adão Fernandes da Cunha

A entrevista foi realizada no dia 13 de agosto de 2015 na Romaria de Nossa Senhora da Abadia. Adão é filho de Dona Persília, uma das entrevistadas no Projeto *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães. Era à tarde e estava tendo uma palestra com os procuradores do Ministério Público Federal. E neste dia havia muito barulho, pois estavam soltando fogos de artifícios.

Meu nome é Adão Fernandes da Cunha, sou nascido aqui no Vão de Almas, dia 08 de dezembro de 1989. Sempre vivi aqui, só precisei sair três anos daqui para terminar o ensino médio na cidade de Cavalcante.

Assim, a minha infância era, a gente sempre morou no mato, brincava mesmo no mato, de casinha, mas, não tinha muito tempo para brincar, como as coisas eram muito difíceis, a gente ajudava muito os meus pais, trabalhava de roça desde pequeno. E músicas eram poucas, eram as que a gente ouvia as pessoas cantarem, cantiga de roda. Brincar de casinha, de cavalinho. Das músicas? Deixa eu ver se tem uma! É a que vem mais presente é a música de ciranda. Tipo brincar de roda e cantar a música da ciranda. Era aquela “ciranda, cirandinha” e brincava com as meninas e

brincava até a beira do rio e aí a gente juntava fazia roda e cantava na areia. Era muito bom esse tempo.

A gente trabalhava na roça e plantava de tudo, arroz, feijão, milho, mandioca, batata, maxixe, quiabo, abóbora, melancia. Eu também ajudava em casa, cuidar da casa, lavar louça, fazer comida. Eu tenho dois irmãos menores, eu era pequeno e nem dava pra ajudar a cuidar deles direito. Eu brincava e brigava também, na hora de fazer as tarefas de casa.

Então, quando eu iniciei os estudos, na verdade nem tinha escola, era na casa da professora que funcionava, numa sala. A escola, como era uma sala pequena e a gente era uma turma grande e sentava pelo chão, banco de pau, apoiava o caderno no colo. Às vezes tinha caderno e não tinha lápis, era doida, naquele tempo, pra nós aqui era bom, *né!* Porque a gente não imaginava uma escola diferente. Só que depois que eu cresci, que a gente, que eu fui crescendo e conhecendo a vida eu fui vendo que aquele tempo foi bom, mas nós sofremos bastante.

Eu tinha sete anos e minha sala tinha uns quarenta, quarenta e cinco alunos mais ou menos. Só que era multisseriada. Às vezes eu estava no primeiro e tinha segundo, terceiro, quarto e quinto e naquela época também era só até o quinto. Não tinha o nono ano. E cabia os quarenta, um sentando no colo do outro e cabia. A merenda era muito precária. Às vezes tinha num mês, às vezes faltava no outro e ela mesmo cuidava da merenda e a gente ajudava fazer, a pegar lenha, porque naquele tempo era uma *trenha*, que eles chamavam, nem tinha fogão. A gente ajudava a pegar lenha, a lavar a louça. Era comida básica mesmo, arroz, às vezes feijão, macarrão, sardinha, biscoito às vezes. A professora é esposa do ex-vereador José, Marisa, e ela faz o mesmo curso que eu, na LEdoC. Ela motivava muito, porque o ensino era rígido, você aprendia ou ficava de castigo e apanhava também. E meus pais também me davam bronca, se eu não aprendia, eles batiam, me deixava de castigo. Meus pais sempre apoiaram os estudos, sempre me deram a maior força. Essa motivação é muito boa.

A professora dava aula de todas as disciplinas. Naquela época era português, matemática, ciências, geografia, história e o outro era estudos sociais.

Nossa! Pra mim o divertido era estar na escola, só não gostava de estudar. Mas, sempre fazia minha lição. Gostava assim de, não sei se porque, por causa da rigidez no ensino também, eu me preocupava muito pra não ficar pra trás dos outros

alunos, pra chegar na hora da lição e não ficar de castigo. Aí eu me esforçava bastante. O castigo era assim, a gente ficava de joelho lá por um tempo, porque às vezes, também naquela época tinha ditado, e até hoje tem ditado de frases e palavras e se você errar, se forem dez palavras e você errar mais de cinco aí você fica durante uns dez minutos ajoelhado. Era esse tipo de castigo.

Até a quarta-série eu estudei na casa da professora Marisa. A quinta série assim, com muita luta, o prefeito fez uma escola, aí já veio outra professora. E aí foi a sexta série, sétima série e oitava série. Até quando eu estudei não tinha esse negócio de oitavo ano, era oitava série. Aí terminei a oitava série aqui no Vão de Almas, mas já foi numa escola, que o prefeito fez em 2002, que ele fez a escola. Quando ele fez a escola, a Santo Antônio, tinha só uma sala, uma cantina e um quartinho para armazenar materiais.

E a gente trabalhava formas de construir barracos com salas que acolhessem todo mundo, as turmas. Nessa época não foi multisseriada, a gente fazia uma barraca de palha, tipo essa assim (se referindo aos barracos onde estávamos sentados), aí dividia as salas. Só que era tudo fechado, tipo aqui, coberto por cima, com palha.

Nessa época eu lembro muita coisa. Porque vieram vários meninos pra escola, depois que concluiu a escola aqui, que mudou pra sexta série, sétima, oitava série, e como a comunidade é grande e não tinha escola que atendesse a segunda fase do ensino fundamental e aí muita gente acabou indo pra escola e aí a gente começou a fazer novas amizades e até hoje tem muitos amigos que morava na mesma comunidade e nem conhecia ou não tinha aquela amizade, já tinha visto, e aí a gente acabou crescendo juntos ali naquela escola, estudando e aproximou mais ainda a comunidade.

Eu ficava um pouco chateado porque, quando a minha mãe começou a trabalhar de merendeira, aí ela trabalhava no período que eu estudava. E aí na hora do intervalo ela não me deixava brincar muito não! Não deixava eu jogar bola. Aí eu ficava um pouco chateado, porque os meninos ficavam comentando lá que eu ficava lá. Porque toda criança é assim, gosta de brincar, de jogar bola. Quer ficar correndo de um lado para outro. A minha mãe falava assim: “Vai pra sala, vai pegar seu caderno e vai ler menino!” (risadas).

Naquela época tinha educação religiosa e a gente trabalhava, às vezes, coisas da cultura. A gente fazia muito festa junina, quadrilhas, essas coisas assim. Só que de uns tempos pra cá está um pouco esquecido.

O ensino médio até hoje os alunos têm que ir pra Cavalcante. Eu também fiz em Cavalcante. Como a gente não tinha casa na cidade, minha mãe, o irmão da minha mãe morava lá, no Morro Encantado, e eu fiquei lá por um tempo e depois fiquei na casa da minha tia. Eles sempre me apoiavam. As pessoas que acreditam na gente vê que nós estamos tentando pelo menos terminar o ensino médio. Mas, lá foi difícil. Você mora na roça e chega à cidade você não conhece ninguém e estudar numa sala de quarenta alunos e você olha para as pessoas parece que elas estão rindo de você. E aí, não só eu, como muito dos outros, hoje eu acho que diminuiu bastante, sofreram tipo de preconceito, racismo essas coisas, mas eu não entendia, não sabia o que era, ficava no meu canto. A única coisa que eu fazia era seguir meus estudos para não ficar para trás, mas foi difícil. Não cheguei a brigar não, porque não sou de briga. Mas, motivo teve, mas tive bastante paciência.

Eu estudei na Escola Jorge Cheim. Eu estudei dois anos pela manhã e um ano à noite. Eu ia a pé pra escola, era um pouco longe. Dava uns vinte minutos de caminhada. Eu voltava com outros alunos, e a gente fazia bagunça, ia conversando. Nessa época eu também trabalhava de diarista, tipo ajudante de pedreiro, limpar chácara. Eu terminei o ensino médio, eu tinha 21 anos.

Genildo Fernandes Gonçalves

A entrevista foi realizada no dia 14 de agosto de 2015 no barracão da família do Genildo. Quem o indicou foi Edymara, pois ele também foi seu aluno no grupo de teatro *Guardiões da Memória*.

Meu nome é Genildo Fernandes Gonçalves, nasci aqui no Vão de Almas, no dia 14 de maio de 1994, sempre vivi no Vão e só saí pra estudar. A minha infância a gente cantava, via a folia passar em casa e via os foliões cantar as curreleiras e aí ficava lembrando de algumas, aí até se reunia quando tinha bastante menino mais perto, aí reunia todo mundo, colocava um pratos ali fazia de conta que era o pandeiro e ia cantar. Era mais a folia, *né!* Depois que eu saí pra estudar fora, tipo eu fui perdendo o costume, sabe! Naquele tempo não tinha carrinho igual os que distribuíram aí (fazendo referência aos carrinhos entregues no festejo pelo prefeito de Cavalcante), a gente pegava as latas

de óleo que antes era uma lata mesmo, aí pegava as sandálias velhas, cortava ela redondinhas e fazia os pneuzinhos e aí virava um carro. E colocava uma cordinha e o brinquedo era esse. Eu fabricava, era de buriti, era de tudo: carrinho, aviãozinho. Eu brincava com a minha irmã, mas quando as pessoas viajavam e tinha que deixar as crianças que ficava aí a gente brincava com os vizinhos lá.

Nessa época ajudava na roça também. Ia pro colégio de manhã que era longe demais e quando chegava, que saía do colégio meio dia, chegava em casa quase duas horas almoçava, descansava um pouquinho e ia pra roça.

Eu estudei na escola Kalunga I, com a professora Sônia. Na época era aquele ensino tradicional, refém do livro. A gente tinha merenda, era sofrido pra chegar, mas tinha, nem sempre, mas tinha. Eu gostava mais era carne de soja, quem preparava era Dona Idete.

Ah! Nesse tempo era até tranquilo, aí depois quando estava na quarta série, porque eu fiquei mais diferente dos outros sabe, aí eles falavam: *Ah! Você é isso, você é aquilo!* Tipo assim, o preconceito ao contrário, entendeu! Ao invés de ser do branco com o preto, era do preto com o branco. A minha pele é mais clara, teve uma vez que me falaram que eu dava nojo, porque eu era branco, mas eu não sou branco não! Eu me sentia o mais feio, sabe! O excluído. Essa mistura vem lá da minha mãe, do meu tio. Meu tio tem quase o olho azul. Isso me aborrecia bastante, eu nem conversava, porque os maiores falavam que eu nem sabia conversa, aí eu deixava quieto.

Meus pais falavam tipo, queria dar pra mim o que eles não tiveram, que eles, naquele tempo não tinha colégio pra estudar, então eles não estudaram, então o que eles não tiveram então falavam que ia dar pra nós. Que era pra estudar. Eu falava que eu não ia estudar porque o colégio era ruim demais, a professora era ruim, os meninos ficavam com piadinha, eu pensava: *“pra quê estudar?”*. Aí meu pai dizia: *“estuda menino”!*

Eu fiz também o supletivo aqui, o sexto e sétimo, tudo junto e aí eu fui pra cidade fazer o oitavo. Eu tinha 12 anos e foi aqui, na Escola Kalunga I, é, antes tinha supletivo, mas agora não tem mais. Eu não aconselho! Quem tem tempo pra estudar a fazer isso, a não ser que esteja muito atrasado. Eu estudei naquele ano e até hoje, terminando a faculdade já, nunca encontrei nada! Nadinha assim, no livro, do que eu

aprendi lá. Na verdade eles vinham com uma ficha e tinha uns textos pra ler e responder e era só isso. O português eu nem lembro o que falava. Tipo a gramática. Não passava nada de verbo, você pode passar pra qualquer um desse aí, você pode perguntar sobre a gramática, ninguém sabe nada. Assim, pelos professores não ter formação adequada pra sala de aula do sexto ao nono aí os alunos saem muito prejudicado mesmo.

O ensino médio foi em 2007, eu estudei na escola Jorge Cheim, comecei estudando a tarde, estudei um ano a tarde e o resto estudei a noite, porque tinha que trabalhar durante o dia. Eu trabalhava, desde os 13 anos, e o que mais tinha era construção de casa. Não tinha força ainda de arribar o saco de cimento aí deitava o carrinho e tombava o saco de cimento, porque não dava conta de carregar o carrinho. Meus pais têm casa lá, fica perto da praça, fica no Morro Encantando.

Lá foi melhor porque não tinha preconceito. Não me tratavam diferente. Lá eu virei gente (risos). A única coisa que tinha era uns comentários que eu era da roça e que eu não sabia falar direito.

Adilene Dias da Conceição

A entrevista foi realizada no dia 14 de agosto de 2015. Quando fiquei sabendo que a Adilene estava cursando a LEdoC, logo me interessei em entrevistá-la, pois ela havia estagiado no Projeto *Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas* coordenado pela Professora Nancy.

Meu nome é Adilene Dias da Conceição, nasci em 1994, no dia 02 de fevereiro. Sempre morei, só não moro agora, porque estou morando em Cavalcante, porque eu estou estudando.

A minha infância, ih! Ah! Eu não lembro mais não! Brincava assim de boneca, só. Brincava com meus irmãos. Ajudava meus pais na roça, plantava arroz, feijão, mandioca e outras coisas, milho.

Eu estudei numa escola que era feita de palha, a escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens, fiz até a quarta série lá. Depois eu continuei, só que foi noutro colégio, Santo Antônio, era lá longe! Eu morava lá longe! Demorava umas duas horas e ia pé, às vezes de cavalo. Eu não tenho nenhuma lembrança da escola. O

professor lá é meu padrasto, Reginaldo, ele também fez o curso [da LEDoC]. O mais interessante era brincar e o que mais me aborrecia era ter que fazer a lição, eu mesmo não gostava não. Mas, eu fazia a lição, era o jeito, *né!* Se não eu ficava sem nota.

No ensino médio estudei na Escola Estadual Elias Jorge Cheim. Estudar lá era bom. Tinha merenda. Os colegas e professores eram legais.

Capítulo 4 - Narrativas dos estudantes Kalunga: ensino superior

Vilmar Souza Santos

A LEdoC, eu estava guiando no Engenho II a professora Daniela Ungarelli, aí ela estava fazendo a pesquisa dela de mestrado, em relação às sementes, tipo de plantio da comunidade, fundão, que tem umas comunidades lá, aí ela tava me falando da LEdoC, e aí eu disse pra Núria, Dorotheia, Ludmila, Reinaldo: *vamos embora fazer?* Oito pessoas se inscreveram, fomos pra Brasília. Eu nem ia fazer, só que o pai da Ludmila tinha o carro, então ele disse que ia levar a gente. Aí em cima da hora eu fui e passou muita gente, porque nós era oito e passaram quatro.

Foi um vestibular aberto. Tinha questão de português, matemática, tinha questão que eu nem sabia lá. Ai foi no chutão, chutei mesmo! E aí passei! Tinha 101 questões. Tinha redação, eu não sei se era sobre agrotóxico, alguma coisa assim.

Também, precisava desta carta para a inscrição, no edital cobrava essa carta. Essa carta era para saber se você tinha vínculo com o campo. Foi feita essa carta e uma declaração assinada pelo presidente da Associação, na época que assinou pra mim foi Sr. Cirilo. Era um documento obrigatório.

Na verdade, quando eu fiz o curso superior, foi assim, por curiosidade, porque saiu o curso aí eu fiquei assim: *o que é o curso de licenciatura em educação do campo? Meu Deus o que é isso?* Aí me disseram que era bom, que era para o pessoal do campo aí eu resolvi fazer. Porque dava a oportunidade de fazer um curso superior, pois eu, na verdade, pensava em fazer concurso. Eu não pensava em fazer curso superior, pensava em fazer concurso, mas dá aulas nas escolas também. Eu trabalhei dando aulas nas escolas. Gostava muito de dar aulas nas escolas e aí eu fui fazer o curso e aí foi bem diferente do que eu pensei.

A minha experiência como professor foi muito boa, porque eu aprendi muito. Na realidade quando você está em sala de aula, você aprende mais do que se estivesse estudando, porque você tem a preocupação de estar ensinando o aluno, de sempre levar o negócio certinho para o aluno, então a gente estuda bastante. Eu gostei, eu trabalhei cinco anos no Engenho II, dando aula de matemática e história, pra mim foi

muito importante, até hoje os meninos que estudaram comigo, gostam, fizemos uma amizade muito boa. Trabalhei como coordenador da escola lá durante dois anos, do município. Fui o primeiro professor dinamizador do município de Cavalcante, fui o primeiro dinamizador e foi no Engenho II, tinham uns computadores doados lá, mas não sabiam mexer. Eu trabalhei no IBGE em 2007 e aí o professor Ari falou: *Ah, Vilmar tem um computador e o pessoal tá querendo que alguém ensine lá e você sabe mexer, você podia ensinar o pessoal a mexer com computador?* Aí eu fui para Monte Alegre fazer um curso no NTE⁴² aí eu fui fazer o curso e ensinar as pessoas: a ligar o computador, a desligar, a usar a internet, pesquisar, digitar texto. Aí foi bom demais, um aprendizado bacana.

O conteúdo, assim, quando eu comecei a LEdoC eu comecei a trabalhar as questões mais voltadas para a comunidade. Eu relacionava muito, principalmente matemática, na questão das formas geométricas, perímetro, eu usava muito na questão da construção, das hortas/roça, eu trabalhei muito com isso, então foi legal. Os livros a gente pegava aqui na cidade e levava os livros e materiais. O ruim também é que o planejamento não dá muito espaço para você trabalhar fora do que está no planejamento. Essa questão de estar trabalhar questões voltadas para a comunidade, questão cultural, é um pouco difícil, era um pouco difícil, se bem que hoje não mudou muito coisa não, porque você tem que seguir aquele cronograma, você tem que seguir o planejamento, então a gente ficava muito preso no conteúdo. As aulas atividades a gente fazia outras coisas, então é nesse sentido.

Na informática recebia do NTE curso de capacitação, que sempre dava apoio pra gente, que era em Monte Alegre.

Eu trabalhei muito tempo de contratado. Todo ano renovava o contrato, inclusive trabalhei cinco meses e o governador não me pagou. Fui professor voluntário da comunidade. (risos). Três meses em 2007 e dois meses em 2008.

A infraestrutura do Engenho II, era legal, era uma das melhores escolas, assim, que eu vejo, que tinha cadeira, tinha tudo, era legal. Agora em consideração com outras escolas, ah, aí é difícil. Nem dá pra falar.

⁴² NTEs são ambientes computacionais com equipe interdisciplinar de Professores Multiplicadores e técnicos qualificados, para dar formação contínua aos professores e assessorar escolas da rede pública (Estado e Município), no uso pedagógico bem como na área técnica (hardware e software).

Positiva foi a questão da amizade, o fortalecimento, eu estudava muito com os meninos, além das aulas, eu dava aula de reforço de matemática no final de semana. Então um ponto positivo foi a amizade, o carinho. Porque é muito legal ver as crianças, ser parceiro, ver que esta aprendendo e vir te agradecer assim. Eu acho muito importante. As dificuldades é que muitas vezes eu vinha pra cá [Cavalcante] de bicicleta, porque não tinha condição de ir de transporte. Vinha de a pé, muitas vezes, a gente chegou de vir a pé do Engenho pra cá. Final de semana, não só eu, mas a professora Ana Lúcia, Roseni, a gente vinha de a pé. O apoio de quem deveria dar, não dava apoio pra gente. Eu não conhecia muita gente no Engenho naquela época, hoje não, porque minha esposa é de lá, mas a gente tinha muita dificuldade de apoio.

É ensino fundamental e antes de sair de lá já tinha o médio. Eu consegui, eu participei também da construção do ensino médio lá, porque a gente fez ofício, junto com as lideranças, pedimos e conseguimos o ensino médio. Eu cheguei a trabalhar no ensino médio lá. Hoje eu não dou aulas, sou agente de endemias dentro da comunidade e na cidade e sou concursado. Eu vou em todas comunidades Kalunga, mas assim, fora dos Kalunga também. Vou em todas as áreas, assim, tem as áreas, que não tem a questão do barbeiro, o transmissor de chagas, mas mais naquelas áreas que tem problemas com o barbeiro. Eu fiz o concurso e fui chamado depois que tava quase vencendo o concurso. Porque eu entrei na justiça também, eu fui excluído praticamente aí eu descobri e aí entrei na justiça e aí eu consegui, só que depois de dois anos. Ah! Já tem uns quatro anos.

No início a gente foi bolsista coletivo, nós conseguimos seis bolsas, numa turma de 48 pessoas. Essa bolsa era dividida pra todo mundo, não era só minha, eu pegava, aí tinha o grupo da organização da finança que pegava aquele dinheiro, aí como a gente tinha dificuldade de ir pra faculdade, principalmente o pessoal que morava em Mato Grosso do Sul, então o dinheiro era para pagar a passagem, então juntava o dinheiro e pagava 50% da passagem do aluno, então o pessoal que morava em Itaúna perto de Brasília era R\$. 3,00 e quem morava em Mato Grosso do Sul era R\$.400,00 e pouco. No início ficou aquela coisa, mas depois entendemos que era coletivo, que tinha que ajudar os colegas que moravam mais longe. Foi desse jeito. O valor da bolsa era R\$ 400,00. Pagava a passagem, o que dava pagava, né! Se desse pra dá duzentos dava, se desse para pagar R\$ 2,00 reais dava, e foi assim. Depois eu fui bolsista do Reuni, de Alto Paraíso, da UnB Cerrado, fiquei na UnB Cerrado um ano, aí eu saí de lá, porque

tem que, agora entrar outros colegas. E tinha conseguido com, conhecido a professora Nina Laranjeira, que é coordenadora do programa, e aí gente fez um trabalho aqui, fiquei um ano, e aí nós fizemos um trabalho aqui de um levantamento fitossociológico⁴³, com o Professor Thamiel também. E foi bacana esse trabalho. Eu aprendi muito e os meninos também, tinha muita participação dos jovens. Ai depois fui bolsista na LEdoC, mas foi Pibid⁴⁴. Aí nós temos um trabalho aqui até hoje, assim, que a gente quer desenvolver, que é a questão do levantamento fitossociológico, que tipo de espécie que tem, porque eu acho que valoriza bastante isso aí, você saber que naquela determinada área tem uma árvore que nenhum lugar e que essa árvore é muito importante para a natureza, pra gente.

Primeiro fizemos um projeto, um levantamento fitossociológico, que a gente trabalhou com os alunos na comunidade levando eles pra aula prática, medindo os perímetros das árvores, a questão como ela se encontrava, se ela estava com frutos, com flor, essas condições, questões. E aí a gente desenvolveu e apresentou este projeto em Alto Paraíso, com *banner*, com tudo.

Fui bolsista do PIBID também, não recebi nada. Por último fiquei quatro meses com a bolsa do governo federal, o bolsa permanência. Já tinha terminado praticamente, mas me cadastrei e consegui receber quatro meses, que ajuda muito, pra nós que mora longe, na zona rural, ajuda muito pra permanência na escola, porque não tem emprego.

A questão da UnB lá, o curso de Licenciatura em Educação do Campo, o PPP⁴⁵ deles é muito voltado para as pessoas que vivem no campo. Ele traz muitas matérias que dá pra você fortalecer o vínculo com o campo, pra você permanecer no campo também, pra você ser um formador de pessoas, de comunidade, comunitário. Eles levam você a trazer a experiência e aplicar na comunidade, e isso é muito bom, porque fortalece. E hoje estou como presidente da Associação Kalunga devido ao movimento mesmo da UnB, do curso, ele traz você para o movimento, faz você participar mais das coisas da comunidade e apresentar lá também. A gente foi uma

⁴³ Projeto Fitossociologia na comunidade Quilombola Engenho II. Disponível no site: <http://www.uncerrado.unb.br/projetos>

⁴⁴ Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O programa oferece bolsas de iniciação à docência aos estudantes de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas

⁴⁵ Projeto Político Pedagógico

turma de experimento, por ser a primeira turma. Eles falam que foi experimento mesmo! (risos). Pois, muitas coisas deu errado e não vamos fazer com os outros, e muitas coisas que deu certo vamos continuar fazendo.

As práticas culturais das comunidades são observadas no curso, são respeitadas. Assim, dentro da memória, a gente trabalhou muito com isso. Inclusive o meu TCC⁴⁶ é a questão da memória, os manifestos culturais, a gente respeita muito isso e fortalece também. O título do meu TCC foi *Luta e memória e história do povo Kalunga* e o meu orientador era o professor Pasquetti.

O curso funciona com a metodologia da pedagogia da alternância. Ele funciona da seguinte forma: você fica de 40, 50 dias lá no curso, aí estuda período integral, às vezes de noite. De início estudava de dia e de noite, era puxado demais, aí depois mudou, a gente estudava mais durante o dia e final de semana estudava também, era puxado e quando chegava no tempo comunidade, que é o TC, tinha muito trabalho pra estudar, fazer texto, fazer síntese e mandar pro professor responder, não ficava parado não.

De início não tinha lugar pra ficar, a gente ficava na Chácara Monsol, lá em cima, perto do Colorado, lá em cima. Ficamos no Instituto Federal de Brasília na primeira etapa, aí depois, quase no meio do curso, nós viemos para o *campus* de Planaltina. Nós fomos experimento mesmo! Não tinha lugar pra nós não! E com muita luta, mas muita luta mesmo, nós fomos pra rua, pra reitoria e construiu o alojamento nosso lá. Inclusive nós não ficamos um dia nesse alojamento, o sonho nosso era terminar e ficar nesse alojamento, que foi uma conquista nossa. Mas, foi bom pro outros jovens. A alimentação era tudo por conta deles. Transporte? Daqui pra lá? Não, aí era por nossa conta.

No início eles vinham acompanhar, sempre faziam reuniões e vinham acompanhar, mas depois, mais pro final, não vinham não! Porque foi entrando outra turma também, aí o trabalho, quando nós estávamos aqui, tinha outra turma lá, então eles tinham que estar lá. Então ficou difícil deles virem pra cá acompanhar.

Os problemas? Não vejo muito problema não, mas eu gostaria que tivesse mais professores para fazer o acompanhamento no tempo comunidade, igual era antes.

⁴⁶ Trabalho de Conclusão de Curso

Eu sugeria mais participação dos professores no TC. E cobrança mesmo das atividades, da inserção dos alunos na comunidade.

Tudo foi aprendido, foi assim, teve as dificuldades, mas no início assim a gente pára e pensa: *Nossa eu tô aqui, eu não sei nada, será que vou aprender alguma coisa*. Mas, no fim a gente sabe da necessidade do conhecimento você percebe que tem, sabe? Me ajudou muito ver isso aí.

Preconceito de outros alunos de outros cursos sempre teve, sempre teve e tem ainda. Sempre que chega um estudante da roça lá, só do caminhar parecem que eles já percebem que são alunos da roça, do campo e não da cidade. Sempre teve e não vai deixar de ter, é difícil, tomara que um dia acaba isso, mas sempre teve. Às vezes eles provocavam sim, não precisa nem falar, só no olhar a gente percebe. Mas, a gente baixa a cabeça e deixou seguir. Na verdade é erguer a cabeça, mas, isso não foi barreira pra gente parar de estudar não. Então a gente seguiu em frente.

O curso mudou muito, muito a minha vida. A questão do aprendizado e a questão da participação minha dentro da comunidade, mudou bastante, cresceu bastante o meu conhecimento, a UnB me ensinou a fazer tudo, me ensinou o caminho pra fazer as coisas. Não deu o peixe, mas me ensinou a pescar.

Eu gostaria de deixar recado para os novos estudantes que estão entrando agora que leve os estudos com mais vontade mesmo, porque ter a oportunidade - que eu tive de estar falando e participando e não falei, não participei -, também porque só era eu e mais um, ou mais dois da comunidade dentro da universidade. Hoje não, têm muitos, então que eles lutem, levante a cabeça e não deixa a história a luta de nossos antepassados descer por água abaixo, que lute, que tenha orgulho de ser kalungueiro e que defenda nosso povo, e sugue o máximo possível dos professores lá, sabe! E não deixa passar por acaso: só porque estou lá, fingir que está fazendo alguma coisa. Não! Vamos estudar de verdade, erguer a cabeça e deixar alguma coisa para nossos filhos. O que nós conseguimos agora é muito importante, porque esse curso, o que eu vejo, é que ele não está definitivo lá, sabe! É um curso que não vai acabar, mas se a gente não firmar ele pode acabar e se ele acabar como é que nossos filhos terão a oportunidade de estudar um curso superior bom? Porque eu acho esse curso muito bom, então a gente tem que pensar não só na gente, mas nos nossos filhos e no dia de amanhã também e na oportunidade de fazer um curso superior e com qualidade também.

Wanderleia dos Santos Rosa

Na época eu nem sabia muito que que era isso (risos). Pra falar a verdade eu estava louca por um emprego. Quando eu estava terminando o ensino médio eu fiz estágio na Telebrás, via celular, e aí pra mim tudo era ter um emprego e eu fiquei muito confiante que eu ia é me efetivar ali e acabou que não deu certo, foi privatizada, a Telebrasília foi privatizada e aí Americel comprou a Telebrasília e mandou todo mundo embora e eu fiquei sem o emprego, que pra mim era mais fácil ali, porque eu já estava aprendendo a trabalhar com o telemarketing lá. E a não ser em casa de família, mas eu fiquei encantada com o estágio, que eu falei não, se eu conseguir um emprego aqui, eu acho que tudo foi bom, porque se eu consigo um emprego lá na época eu não estava aqui e eu ainda acho que foi bom eu vir e estar aqui do que estar lá. Quero só passear lá, agora.

Então, veio pra cá, em Cavalcante, uma moça chamada Daniela Ungarelli, ela fez a graduação ou a pós-graduação na UnB, e ela mora aqui em Cavalcante, e a primeira vez que ela divulgou foi pra turma 2, que entrou acho que cinco pessoas Kalunga, aí da segunda vez de novo ela trouxe o informe e aí nós aqui começamos a multiplicar, e na terceira turma, muita gente fez o vestibular.

Primeiro tinha um critério, a gente era avaliado por uma carta a punho mesmo, você tinha que contar na carta um pouco da sua história de vida, da sua família e aí eles iam analisar e tinha que ter vínculo com o campo. Às vezes você não estava mais no campo, mas, seu pai estava no campo ainda, você contava um pouquinho dessa história sua, da família, de onde veio, como é que está, se ainda tem gente lá, aí já avaliava por aí, tinha que ter um vínculo com o campo, tinha que ser professor, tinha que ser professor na escola, jovem ou adulto que não tenha formação, não era graduado, além disso, tinha que ter o vínculo com o campo e aí depois tinha o vestibular normal, como todos os outros, com várias questões, redação, todas que até agora saiu era alguma coisa do campo, da lida do campo, da roça. Agora entrou um pouquinho de coisa, que até pra nós é um pouco diferente, que é o agronegócio.

Eu fui bolsista, eu fiquei uns três meses ganhando uma bolsa PET, programa de erradicação, não sei se é, não lembro agora. Depois recebi outra que era o Pibid, Programa de Incentivo à Iniciação a Docência, a bolsa você ganhava R\$. 400,00 e desenvolvia a alguma atividade com aluno da escola. E aí no final do curso o bolsa permanência pra quilombola e essa bolsa a gente não estava acreditando: “*Gente! Olha! Recebi a minha bolsa, é de verdade! (risos)*”. A bolsa permanência⁴⁷ é uma bolsa que se você for indígena ou quilombola é R\$ 900,00 e dependendo da sua renda, a assistência social avalia e aí a pessoa que não é quilombola ou indígena ganha R\$ 400,00. Essa bolsa permanência é legal porque que ela pode conciliar com o Pibid e aí eu fiquei ganhando um tempo, eu acho que foi pouco tempo, acho que foi uns quatro meses só que eu ganhei, porque eu me formei em abril e quando foi em maio já encerrou, mas ajudou muito e ainda está ajudando quem esta lá no curso, por isso que eu falo que, não sei se vai ser a Dilma, mas eu ainda voto em Dilma porque deve ser um programa que tem que continuar aqui para a comunidade.

As práticas culturais da comunidade foram observadas na LEdoC. A gente teve uma disciplina que se chamava memória, eu não lembro agora, a gente levava tudo que era da nossa cultura, dos costumes e fez praticamente um texto enorme, que todas as turmas têm. Costumes, tradição, lendas, tudo está neste texto, eu acho que a turma 3 fez e ficou muito bom, mas eu estava lendo da turma 4 e ficou melhor do que o nosso. Eu estava olhando no meu *pendrive* aí, eu estava relendo, e estava Eurotildes, Josina, desse grupo e ficou muito bom. Eu acho que foi publicado, a professora Regina que organizou, que mediu com a turma e fez essa produção boa.

A pedagogia da alternância você tem o tempo escola (TE) e o tempo comunidade (TC) é um curso, que é um curso integral, a gente vai para o TE e tem toda a orientação acadêmica e quando volta para a comunidade você volta com um roteiro de atividade para realizar na comunidade e na escola. Muitas vezes você é obrigado a identificar algum conflito na comunidade e planejar a ação para a intervenção. A LEdoC é um curso de alternância, varia de 50 a 60 dias, então você vai para o TE, que é 60 dias e aí você vem para o TC e fica na comunidade, é semestral, duas vezes no semestre você tem que ir no TE e ficar 60 dias, acho que 40 dias a 50 dias, aí você tem um roteiro

⁴⁷ <http://permanencia.mec.gov.br/>

de atividade que você tem que apresentar num seminário para todas as turmas. Isso foi muito bom.

Os organizadores desse curso tiveram o maior cuidado conosco, até hoje eu penso que foi um curso que eles pensaram não só pra gente entrar no curso, mas pra continuar, porque na época tinha pensado no alojamento pra 60 pessoas que cabia uma turma, mas não tinha esse alojamento ainda, e o quê que eles fizeram? Eu lembro que eles alugaram a chácara pra esse lado de Sobradinho, na primeira vez que eu fui foi numa chácara, que tinha os quartos, aí agrupava de três em três, de quatro em quatro e isso comportava a demanda da turma e a alimentação eles contrataram umas cozinheiras que do grupo do pessoal que faz a produção agroecológica.

Aí quando eu falo que eles pensaram num curso, que a gente e não tinha desculpa pra não continuar, porque eles tiveram o cuidado de pensar até nas crianças. Quem tem criança de 0 a 4 anos, podia levar, e lá eles pensaram no grupo de pessoas que ia cuidar dos filhos, que chamava de cirandeiras. As cirandeiras tinham todo o cuidado com os filhos, tem uma área reservada só pra ela fazer alguma atividade com as crianças e as mães ficavam em paz, eu mesmo levei o meu, e quando ele não podia mais ir, porque tinha completado 6 anos ele ficou triste demais e perguntava, e até hoje ele lembra do Júnior de Mato Grosso. Eu achei engraçado porque o Júnior era de mato e aí a gente tinha os grupos de trabalho, que ajudou muito no relacionamento humano, educação humana e todo mundo tinha uma atividade, eu acho que era mesmo para disciplinar enquanto ser humano, porque todo mundo se dividia, tinha o grupo da limpeza, grupo da ciranda. Aí as cirandeiras iam descansar e os alunos iam tomar conta das crianças, e o Júnior ficava um tempinho lá com as crianças até as cirandeiras descansar, e eu acho que isso marcou tanto a vida do Danilo que ele não esqueceu nunca mais.

As coisas que não foram agradando a gente foi aprendendo a gritar. Eu lembro que os quilombolas eram muito poucos, acho que, não era maioria, tinha muito assentados, aquele pessoal do MST, aí os professores entravam na sala e não falavam nada da realidade dos quilombolas, só falavam coisas que vinham do assentamento, e a gente começou a falar que aqui só estava falando pros assentamentos e aí a gente veio de uma outra realidade, ninguém cita a nossa área, aí eles foram se tocando, depois eles entraram no ritmo da nossa reclamação e hoje acho que é o contrário, porque já tem

gente que reclamando que a gente é mais pautado. Eles viram que nossa demanda é bem maior, a nossa realidade é bem diferente e as condições que tivemos foi bem pior do que os outros.

Primeiro foi aquele choque de pensar que eu sabia muito, mas eu sabia é nada! (risos). Porque são tantos termos, são tantas palavras diferentes e até você associar e ver que eu sabia nada foi um choque, mas a gente viu que não é difícil aprender, se você está ali no dia a dia você vai se acostumando com as palavras diferentes, e que você vai aprendendo de verdade.

Hoje eu sou secretária da Secretaria da Igualdade Racial da Mulher, aqui em Cavalcante, aí é assim é um contexto bem mais amplo que você tem pra pegar, pra falar, pra discutir, e você sabe do que você está falando, eu acho que essa universidade amplia o conhecimento, você associa uma coisa que você já sabe com outro que você aprende e você tem mais domínio e propriedade pra expor, até pra ler mesmo, numa leitura, a gente aprende muita coisa.

Então, aqui na comunidade eu tenho lutado muito pra pode ajudar, embora a gente sabe que as ações políticas, até mesmo os programas não é fácil de se reafirmar na comunidade, mas eu tô aqui lutando o tempo todo, eu estou aqui numa Secretaria de Igualdade Racial da Mulher, uma secretaria que na verdade é uma conquista de luta de negro mesmo e a gente tem muito a agradecer aos nossos mais velhos, que continuam na luta, tem deles vivos até hoje, e aí mostrou para o governo que aqui é um município que tem a maior comunidade tradicional que merece ter um destaque especial que é a questão negra, a questão racial, porque não é só pobre e preto, tem um outro, tem uma outra dívida dos governos anteriores que ficou aqui, que foi a questão do escravismo, que deixou essa desigualdade, essas faltas de condições em tudo.

Então para os jovens, a minha monografia fala um pouquinho dos jovens, eu tive uma preocupação com os jovens em relação a nossa cultura que é nossa, porque eu aprendi que o nosso que é rico, e que é a partir do nosso que a gente vai ampliar o do outro e é por isso que eu quando pautei a questão das rezas na comunidade me preocupei com o desinteresse dos jovens hoje com a reza, porque a gente é uma comunidade que tem muitas festas tradicionais e que tem reza. E a gente tem os mais velhos que sabem todo esse rito, sabem todos esses elementos da reza, mas aí os jovens parecem que não estão dando muita importância, e se perder esses mais velhos? Não vai

ter reza. Porque talvez eles acham que isso não é importante pra nossa história, para os nossos netos saberem o que a gente fazia antes e isso, eu percebi, que isso é a base da história de um ser, é a partir do eu, partir da sua realidade e a minha proposta que os jovens aprendam e fique também escrito, porque assim, se não puder rezar, mas pode saber ouvir rezar, você pode ouvir rezar, porque se estiver escrito você não vai esquecer, e a mensagem para os jovens é o seguinte: que a oportunidade está aí, elas não são fáceis, mas estão bem melhores do que no meu tempo, e se eu consegui fazer a graduação eu acredito que o jovem que quiser hoje fará o doutorado, eu estou aqui na luta pra buscar junto, tanto é que quando eu sei do vestibular eu estou multiplicando a informação. Agora a gente quer buscar a medicina, porque eu acho que já tem professor demais na área, eu acho que o curso de medicina tem que ter um grupo que coloca isso com mais ênfase nas comunidades como essa, porque não basta ter apenas uma vaga lá por cota, aí vai lá concorre por cota e passou um médico, um aluno lá, e nós somos a maioria negro. Tem-se poucas vagas pra médico, é claro que, é eficiente, mas não é suficiente ainda, aí a gente tem que brigar por mais vagas.

João Francisco Maia

Eu estava trabalhando de jardineiro em Cavalcante aí uma prima minha, a Yolanda, me falou da LEdoC, e mãe conversou ela. Aí eu fui buscar mais informações com o Vilmar e com a Núria, que me falou do vestibular, aí eu me inscrevi, saiu o vestibular e eu consegui passar, assim, eu não tinha muita esperança de passar, eu tinha muita vontade, mas aí eu consegui.

A gente fez um provão de vestibular, parece que era 100 questões e uma redação pra falar sobre a pedagogia da alternância, era alguma coisa assim. Aí consegui fazer a redação mesmo sem saber direito o que era pedagogia da alternância. Tinha questões de química, história, acho que física, acho que conhecimentos gerais, biologia.

Depois que eu me inscrevi eu conversei com o prefeito pra ver se eu conseguia trabalhar aqui na escola, ele disse que não! Que precisava do apoio dos companheiros, e os companheiros não dava apoio em nada. Mas, aí ele falou pra fazer a

seletiva, porque se eu fosse chamado ele ia tentar me transferir pra cá. Aqui no estado, professor é contrato, mas, na prefeitura eu trabalhava de jardineiro concursado.

Eu entrei na LEdoC foi em 2010 e terminei em 2014. Eu cheguei a receber a bolsa do MEC, parece que foi seis bolsas, se não me engano, de R\$. 900,00. Aí tinha aquela bolsa, porque era cumulativa, do Pibid, que a gente desenvolvia ações na escola e na comunidade. Eu gostava de desenvolver ações na escola que era um trabalho legal e a gente interage com todo mundo, aí eu desenvolvia e de saber que tava ganhando pra aprender, valeu muito à pena. A gente estava estudando a relação com a comunidade, com a realidade local, fazendo aquela mediação, aquela ponte, dos conteúdos da faculdade com a comunidade. Estudamos um monte de texto, fizemos seminários.

É uma revolução na vida da pessoa, porque, por exemplo, graças a esse curso eu consegui me inserir na escola Joselina Francisco Maia pra dar aula. Eu lembro quando saiu a seletiva e fui chamado em 3º lugar. O primeiro lugar desistiu porque era um rapaz que não era daqui, o 2º lugar foi um primo meu e ele trabalhou uma semana e pediu as contas, disse que não era a área dele, e aí me chamou, mas aí o prefeito não queria. Aí ia ter um seminário dos estudantes da turma 2, que era a turma de Vilmar junto a turma 3 que já era nossa, aí os professores me perguntaram: *E aí João tá tudo bem?* E eu disse que tava, só que surgiu uma oportunidade de emprego e eu não vou poder abraçar, vou perder. Aí eles perguntaram: *em quê?* Aí eu falei que era na escola. E eles perguntaram por que e eu disse tudo isso aí. Então eles foram conversar com o prefeito e até cancelaram o passeio na Santa Bárbara pra conversar com o prefeito. Mas, o prefeito falava que não era só ele, que tinha uma torcida contra e tinha a burocracia. Aí nós conversamos com o prefeito e ele falou que não tinha como, mostrou resistência, e os professores disseram que isso dependia de bom censo da administração e que não é uma coisa ilegal, aí o prefeito ficou meio calado e disse que era pra mim fazer um ofício explicando os motivos, porque aquilo era desvio de função. Aí quando eu fui fazer o ofício deu um branco na cabeça, eu lembro que eu fiz no ensino médio, mas não sabia mais direito como fazer ofício, aí perguntei para o professor Vicente e ele rascunhou pra mim e eu fui em casa digitar e entreguei para o prefeito e consegui vir pra aqui, então graças a faculdade eu estou trabalhando aqui, na escola, dando aula agora de português e história. Eu dou aula para o 6º, 8º, 9º do fundamental e 1º, 2º e 3º do médio.

No começo, lá na faculdade, foi meio difícil, tinha aquela ansiedade a gente não sabia como seria, se teria bons amigos. Mas, a gente interagiu bem, porque no final do dia, a gente fazia uma síntese, um relatório no final do dia, dizendo como que foi a relação entre alunos, professores, alunos e alunos, colegas ali, se teve um bom *interagimento*, uma boa articulação, e aí aquilo ajudou a construir a amizade, a interação entre todo mundo, e aí virou família. Mas, não deixava de ter alguém mais arrepiado, agressivo. Teve um rapaz lá de Mato Grosso que colocou os cadernos em cima da cama de outro rapaz aí quando ele chegou e viu os cadernos e ele perguntou de quem era e eu respondi que era de fulano, aí ele pegou os cadernos e jogou lá longe. Saiu os cadernos e folhas espatifando lá, e eu peguei tudinho e coloquei em *riba* da minha cama. Tinha uns estranhamentos também quando falava dos movimentos, das lutas, as conquistas deles, manifestando alguma coisa referente às lutas pelas terras, e aí a gente estranhava, porque falava que botava fogo em pneu, uma coisa muito estranha pra nós, bater em lata, fechar pista. Eles iam à luta e encarava a polícia. A gente saiu junto com eles, na reitoria lá do Darcy Ribeiro.

Eu lembro de uma vez que eu estava conversando com o rapaz de Mato Grosso, eu falei: *lá no terreiro de casa é limpinho, assim, a gente varre todo dia*. Ele estranhou, porque eu falei de terreiro. Aí ele falou: *você meche com terreiro?* E eu não sabia que o que ele tava falando era um coisa e o que eu estava falando era outra. Depois que eu fui entender o terreiro que ele tava entendendo. Aí eu voltei e disse: *não meu amigo o terreiro que você tava entendendo aquele dia não tem nada haver com o terreiro que tava achando não! (risos)*. A que eu tô falando é quintal, aquela parte murada, aquela parte de quintal dentro, que faz parte do lote, aquilo ali a gente fala de terreiro, mas não esse terreiro que você tá entendendo não. Ele tava entendendo o terreiro de cultos religiosos, *né!*

A educação do campo trabalha de forma metodológica e interdisciplinar os conteúdos ligados à realidade do campo, porque gente trabalha com os alunos pra preparar para a vida no campo com uma leitura de mundo. Tem que tem ligação entre a vida na cidade e no campo, vamos dizer, pensar no mercado de trabalho, não só trabalhar sendo escravo do dinheiro, assalariado, mas trabalhar a cultura local, como fazer os plantios, a época certa de fazer os plantios. Eu acho que educação do campo envolve isso, independente que seja quilombola, indígena, ou lá das quebradeiras de

cocos lá, povos da floresta, tem que trabalhar a realidade local mediando com a cidade. Eu acho que esses povos tem diferença por causa da cultura, não é por causa que nós somos quilombola que nós não podemos estudar as culturas de quem é da floresta, é transdisciplinar. Então, acho que tem diferença sim, a nossa cultura, por exemplo, aí tem a sussa, os dançadores de sussa, as folias aí pensa lá, os sem terra, eles não tem sussa, mas também isso não significa que a gente não pode estudar um pouco da realidade deles, *né!* E também não significa que não pode estudar a nossa cultura. A gente tem que ter uma ligação com tudo, acho que seria assim, mas sem esquecer, sem menosprezar cultura local.

Na minha época entraram lá na LEdoC, eu, Joelice, Nilza, Wanderleia, Anali, a Lorane, mas a Lorane engravidou e aí parou e nem sei se voltou na outra turma, e a Edmar, essa tinha horas que ela falava que era quilombola, era Kalunga e tinha horas que ela falava que não! Mas aí, não sei, mas eu considero ela [Kalunga]. Mas, ela dizia que São Domingos não é Kalunga, mas quando saiu a bolsa ela disse que era Kalunga.

A pedagogia da alternância era assim, a gente ficava de 35 ou 40 dias na faculdade, teve etapa que durou até 52 dias se eu não me engano, mas era duas vezes no ano, parece que era uma etapa de janeiro e outra em julho e depois tinha a etapa aqui, na comunidade, aí a gente ficava um tempo aqui, eu não lembro, acho que uns dois meses e fazia atividades na escola e na comunidade. Esse era o mais longo, pra desenvolver os trabalhos, fazer ações na escola, na comunidade.

A gente viu muita coisa em pouco tempo, mas, eu acho que a gente via mais quantidade do que qualidade, não sei se é por causa da metodologia e do tempo, essa seria a única crítica minha. Mas, não posso menosprezar porque a gente tem que agradecer as ferramentas, o que a gente absorveu de lá, ajudou a gente a construir a vida da gente. E eu vou continuar estudando e trabalhando com vida e saúde e beneficiando a minha comunidade.

Joelice Francisco Maia

Teve uma reunião aqui na associação falando desse curso e mãe participou dessa reunião e aí mãe que me informou. Eu não sei quem chamou essa reunião, que eu

não tava aqui, lembro até que teve uma prima minha que conversou com mãe direitinho, que eu acho que mãe não entendeu direito, aí mãe me ligou me falou.

A seleção tinha umas restrições, teve o vestibular, e exigia que fosse camponês, professor ou jovens do campo e também tinha que fazer uma carta falando, tipo fazendo um histórico da minha vida e eu ingressei em 2010, na verdade foi no finalzinho de 2009 eu defendi meu TCC em 2013 e a colação que foi em 2014. Eu fui bolsista.

As práticas culturais da comunidade foi trabalhado sim, porque nós tivemos que fazer um inventário da comunidade, da escola, e a partir desses inventários foi discutido lá na UnB e depois teve história e memória. Eu não lembro das diretrizes curriculares da educação quilombola, porque era muita coisa e eu não consigo lembrar.

Lá na UnB, assim foi tranquilo, mas, pelos corredores a gente escutava muita piadinha, como sabia que era educação do campo, muita gente falava assim: “*o que esses roceiros quer saber daqui?*” Só que é assim a gente tem de levar o que é bom, o que é ruim deixa pra trás.

Pra mim, como nossa turma foi a 3ª, praticamente a segunda turma daqui, porque na primeira turma não tinha ninguém daqui, aí teve a 2ª turma que já entrou gente daqui, que era a nossa. Então pra mim foi produtivo, porque direto tinha seminário, tinha os trabalhos e fazia lá na universidade e tinha os trabalhos de tempo comunidade, quando nós estávamos aqui tinha os trabalhos que nós tínhamos que estar fazendo. Durante o TC tinha os seminários e os professores vinham pra estar acompanhando nós, tanto é que teve um seminário aqui que veio pessoa de Formosa ou Mato Grosso, não lembro direito. Nesse seminário não participava só minha turma, participava outras turmas também. Teve um seminário lá em Mato Grosso e nós participamos e o seminário maior que teve foi essa de Mato Grosso, que foi o pessoal de Goiás, de Minas, de Rondônia.

A educação do campo seria essa formação pra formar pessoas do campo pra estar trabalhando, não só a realidade do campo, mas também a realidade local, regional e global. Quando fala em educação do campo, eu acho que educação quilombola e indígena tem que estar junto, porque igual comunidade aqui é quilombola, mas também têm pessoas que são descendentes de índio, igual o pai, os tataravós de pai era índio, eu

não sei se era Ava-canoeiros, só sei que tinha índio aqui. Então, igual eu estava falando, eu acho que os três elos não pode falar separado.

A relação com os colegas foi assim, cada um com história diferente, modo de vida diferente. Então, isso pra nós era uma novidade, assim como a nossa história era novidade pra eles, tanto é que quando falava Kalunga, eles pensavam que era um povo macumbeiro. Aí conversando, conversando, que eles viam que não era assim, a mesma coisa assim quando falava do MST, a gente achava que a pessoa que só gostava de confusão a gente viu que não era bem assim. Quebrou preconceitos, porque a gente sabia um pouco deles era pela televisão, mas depois a gente viu que a nossa história era praticamente parecida. Porque o MST luta pela terra e nós também temos essa luta pela terra aqui, que até hoje não foi regularizada ainda. Tinha um momento lá na UnB, durante o tempo universidade, que era no sábado, que era momento cultura, que cada região apresentava alguma coisa da região. Eu apresentei a sussa.

O curso é novo, agora está tendo mais turmas, então praticamente a cada turma está aperfeiçoando, mas a nossa turma assim, por ser, a duração do curso ser de quatro anos, pra mim o tempo para as aulas não foi bem distribuído e como o público também podia ser professor ou gestor da escola, a gente viu mais a parte da gestão e isso foi dois anos vendo isso daí. Depois que foi entrar nas áreas específicas, depois de dois anos, que foi ver a parte específica, que no meu caso é ciências da natureza e matemática, aí seria biologia, física e química e matemática, então eu achei muito pouco o tempo pra ver. A minha sugestão é que tivesse mais tempo para as áreas específicas, porque vamos supor eu formei física, matemática e química, mas aí se não tiver mais tempo para essas áreas, e aí como é que eu vou fazer?

Eu vou continuar trabalhando na escola, aprender na escola e passar um pouquinho do que eu sei, fazer essa troca. Eu entrei na pós-graduação lá na UnB, eu só fui na 1ª e 2ª etapa, aí eu tinha ganhado nenê e eu tava de repouso, tava de licença, agora em julho vai ter outra etapa, mas eu tô pendente em algumas coisas aí, tinha uns trabalhos que era pra ter feito e eu não consegui fazer, porque nenê, ele teve algumas complicações e não consegui conciliar com os trabalhos.

Atualmente eu não estou trabalhando, mas eu dava aula aqui e quando engravidei eu sai. Não estou de licença maternidade, eles cortaram meu contrato, aí eu não recebi licença. Colocou um menino pra ser meu substituto aí me enganou, enganou

o substituto, até hoje eu não recebi licença, até hoje quem estava me substituindo também não recebeu. Ele sim, tava trabalhando de voluntário, outros professores, começou a receber no mês de maio.

Eu, inicialmente, comecei a trabalhar com ciências e geografia, aí depois eu comecei a trabalhar com geografia, biologia, sociologia, filosofia. Resumindo já dei aula de tudo, já trabalhei com ciências, biologia, física, matemática, filosofia, história de Goiás, espanhol, acho que foram essas disciplinas e para todas as turmas.

Daiana dos Santos Dias

Eu fiquei sabendo da LEdoC pelos meus primos Eva e Adão, filhos da tia Persília. A Eva, na época quando ela passou no vestibular, morava aqui em casa, ela morava aqui e trabalhava lá no centro. Aí eles falaram pra mim e eu fui fazer a inscrição no último dia. Como eu não tinha *internet* em casa e não fazia nem idéia de como mexer com computador fui na Casa do Aprendiz, do professor Kaybar, chegou lá não deu certo, ficou desligando o computador toda hora e aí eu fui para uma *lan house* aí eu consegui fazer. Aí tinha uma menina lá, a filha do Dr. Audi, ela foi até embora daqui, a Edymara, ela foi me dando algumas orientações e eu consegui fazer. Só que tinha que mandar uns documentos autenticados aí eu tive que ir correndo no Fórum pra autenticar. Na época eu fiquei tão nervosa que eu nem lembro que documentação era.

Eu fiz a aqui na escola Jorge Cheim. Cheguei lá me deu um nervoso, aí eu não queria fazer, porque eu terminei meus estudos em 2007, eu só trabalhava, não fiz mais nada, não fiz curso, e eu pensava toda hora que não ia dar conta. Eu queria ir embora, mas a Sra. Lili e uma ex-professora minha, a Adriana, me convenceram a ficar. Aí parece uma coisa, eu sempre fui de sentar no fundinho da sala e a prova, o papel da prova, estava na última cadeira, no lugarzinho onde eu sentava antigamente eu fiquei impressionada, na mesma sala que eu estudei no primeiro ano a noite aqui. E aí sentei lá e minha mão suava, comecei a tremer sabe, e aí eu pegava a folha e abanava (risos). Eu tenho a prova até hoje, tinha redação. Eu tava tão nervosa que eu li a prova três vezes ou até mais. Eu fiz a redação no rascunho e na hora de passar pro papel original eu passei totalmente diferente. Na hora de passar para o gabarito eu mudei muitas coisas. Na hora

de passar você começa a ler de novo, na hora que eu estava passando a redação para o papel o horário estava vencendo e eu estava morrendo de medo por conta do horário e eu fui à última a entregar a prova. E o resultado quem viu foi o meu ex-patrão, Paulo. Eu estava lavando louça lá na casa dele quando ele me falou. E eu não acreditava. E ele pulando comigo e eu assim besta de tudo. Eu só acreditei mesmo quando eu cheguei lá pra fazer a matrícula, que eu vim com o papel tudo prontinho, que eu consegui preencher todos os meus dados lá.

Eu ainda não dou aula, mas eu faço a observação. A gente vem com o roteiro e a minha observação é na Escola Kalunga, extensão Santo Antônio, lá no Vão de Almas. Eu observo da sexta ao nono ano, é tudo separado, sexto, sétimo, oitavo e nono. Quando eu fiz a primeira observação eu optei por todas as disciplinas, só que na segunda observação eu fiz mais português, história, inglês e ciências. E eu só observo. Mas, em fevereiro, eu tive que substituir a professora Eva, que teve que se ausentar, e o Adão, que é o coordenador do estado, ele é professor e coordenador, me chamou pra substituí, porque ela teve que ir na Secretaria lá em Campo Belos. Eu amei, fiquei nervosa, mas eu passei uma atividade no quadro, foi que eles desenhassem alguma coisa que viesse na mente deles da comunidade e falasse sobre o desenho. Alguns desenharam o pé de laranja, falavam que gostavam de laranja, e teve um, que eu não lembro o nome do aluno, ele desenhou o rio, uns peixinhos e poluído, aí ele escreveu que o rio era muito bom e que a gente não deveria poluir. Nossa eu pensei: *“que preocupação, ainda tem alguém pensando que não deve poluir, que já tem consciência”*. Lá tem criança de 12 anos, tem gente de até 21 anos.

Eu sou bolsista, mas esta atrasada. Acho que por causa da crise, não sei bem se é por isso, mês de março e abril, a gente veio a receber no final de abril. E agora do mês de junho não saiu. Essa bolsa que é a permanência quilombola, que é pra quem é quilombola e quem é indígena e quando estou lá eu recebo a bolsa alimentação.

Eu fiquei impressionada de ver a preocupação deles de trabalhar a nossa cultura, eles falam que a gente tem que manter a cultura da nossa, não tem que mudar nada, tem que permanecer. Eles nos dão força, e a convicção que falam com a força tão grande que dá ânimo que tem que continuar realmente, e eu percebi também que tem pessoas da própria comunidade que às vezes tem vergonha de dançar uma sussa, e eles falam assim, sei lá, como se fossem do local. Uma valorização tão grande que eu fiquei

impressionada. Os professores nos ensinam que a gente não tem que mudar nada que a gente tem que valorizar o que a gente tem. E a força que eles dão pra não sair da comunidade. Infelizmente, muita gente já saiu, por exemplo, quando meu pai e minha mãe se separaram a gente veio pra cá aí e eu fiquei no Vão de Almas, voltei, morei no Limoeiro, aí voltei, fiquei um pouco e depois fui pra Brasília, então assim, fiquei assim jogada devido à separação da minha mãe.

Lá dentro, de coração, eu me sinto gente! Eu me sinto gente lá, porque o tratamento não tem diferenciação se é Kalunga ou não é, se é de assentamento ou não. Parece que eu nasci agora, conhecendo as coisas, não ter aquele medo, chegar lá na frente e falar sabe, *tô aprendendo!*

Os professores falam que ninguém sabe mais do que ninguém, ninguém é dono do conhecimento e que todo mundo aprende junto, no coletivo. Eles usam muito o coletivo, e quando realmente você usa o coletivo você percebe que as coisas caminham, por exemplo, discussão de texto, às vezes eu leio um texto e não entendi, ou *tá* meio embaralhado, e outro já compreendeu, então tem muita discussão assim no coletivo, lá trabalha muito o coletivo, fora o setor de trabalho que tem lá, que tem o setor de trabalho que é a secretaria, cirandeira, cuidar das crianças. Pois é, eu estou crescendo. Me sinto gente mesmo! Não me sinto inferior a ninguém. Quando eu cheguei lá, eu me lembro muito bem, não sei se foi no primeiro dia ou no segundo, a professora Eliete que hoje é coordenadora do curso falou pra gente falar e escrever como a gente estava se sentindo, eu lembro que eu desenhei a minha família coloquei: *Meu Deus! O que é que eu estou fazendo aqui, eu não sei de nada!* Lembro muito bem dessa frase. E ela disse: *Gente dá força pra colega porque ela tá perdida, ela tá insegura.* É assim um ajudando o outro.

A gente fica um período lá e depois volta pra cá, fica mais ou menos uns 52 dias. Por exemplo, eu fui agora dia 10 de março e voltei dia 09 de maio. A gente fica no alojamento. No início, a gente tem aula de segunda a sábado o dia todo. É cansativo, porque pra quem mora próximo dá pra ir pra casa, e pra gente que mora distante não dá pra gente estar vindo direto. E é bem puxado.

Um aprendizado muito grande foi dos sem terra porque até então o que a gente via no jornal como baderneiro e lá não, a gente vê que a realidade não é essa, aí vem a história dos sem terra, do povo Kalunga, e aí a gente conhece tudo. E vejo

semelhanças entre a gente, no caso dos sem terra eles buscam a terra e a gente aqui luta pra permanecer com ela, pra não deixar nenhum invasor entrar como está acontecendo em alguns quilômetros daqui, por exemplo, é o caso do meu pai, eu fiz um trabalho de pesquisa e memória e na minha mente a terra era do meu pai, depois que eu conversei com a tia Ester eu descobri que a gente morava é de favor.

O curso é um aprendizado, é um amadurecimento, porque você vê sua vida toda ali, tem textos que parece que vem diretamente. Eu fico impressionada, eu estou gostando muito, adorando, às vezes vem na minha cabeça de desistir, mas eu não vou desistir. Com fé em Deus eu vou vencer. O curso é muito, muito bom! Eu só tenho que agradecer o curso e permanecer no curso. Mudou muita coisa. Mudou muito meu jeito de ver, de pensar.

Eurotildes dos Santos Rosa

Eu fiquei sabendo do curso através do Vilmar. Ele fez o primeiro vestibular, ele disse que tentou me avisar lá, mas como ele morava longe não teve como o recado chegar até o dia da inscrição, porque até um recado, bilhete é difícil de chegar lá [Vão de Almas]. Aí logo que saiu a outra inscrição ele e a Wanderleia cassaram um jeito e mandou me avisar e eu cheguei no dia e fiz a inscrição.

Eu sou professora, dou aula na escola Terra Vermelha, ela fica divisa com o Vão de Almas com o Vão do Moleque. Eu sou concursada, eu fiz o concurso de auxiliar, e aí quando saiu de professor eu fiz também. A minha sala é multisseriada.

La na UnB os professores trabalham as questões da nossa comunidade, da nossa cultura, tem, por exemplo, o CEBEP⁴⁸, que relacionava a comunidade, principalmente agora, porque antes o CEBEP era incluído com o teatro, agora a professora lá, trabalha mais com racismo, é coisa assim que fala sobre a comunidade. E

⁴⁸ CEBEP - Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular é um componente curricular que não estava inicialmente previsto no PPP. O componente curricular tem como objetivo de levantar as questões emergentes da realidade social dos estudantes, de debatê-las, refleti-las para, em seguida, construir coletivamente propostas de intervenção social. (Trindade, 2011)

também economia política trabalhava bastante com a comunidade, porque falava de agricultura.

Quando eu passei no vestibular, minha família não queria nem que eu fosse porque eu tinha problema de saúde, uma depressão, eu queria ficar sempre isolada, não queria ver ninguém, aí tinha uns que queria que eu fosse e outros não, minha vida era só chorar. Mas, pra mim a faculdade foi uma terapia, eu fazia terapia, mas depois que comecei a fazer a faculdade, parece que foi meu remédio pra depressão, porque aí eu já passei a gostar de conversar com as pessoas. E foi boa a convivência com os colegas, porque tinha troca de experiência, de conhecimento, por exemplo, aprendi o que era mística com o pessoal do MST, eu achava que era alguma coisa lá do final do mundo, mas, depois eu vi que qualquer um pode organizar uma mística.

A pedagogia da alternância veio para as pessoas do campo para ter o direito de ingressar na faculdade, por exemplo, se não tivesse criado essa pedagogia da alternância, talvez, até eu não tinha ingressado no curso, porque eu não tinha como ficar lá o tempo todo, e com essa pedagogia da alternância a pessoa estuda um tempo na UnB e outro tempo em casa, eu acho que foi uma oportunidade boa, porque pra nós aqui da comunidade não tinha como passar quatro anos em Brasília fazendo este curso. Lá tinha alojamento, alimentação, só o transporte que nós custeava, mas teve umas duas vezes que o prefeito mandou levar a gente pra lá.

A crítica é que, por exemplo, tinha muita área, se fosse só uma área, parece que a pessoa adaptava mais, porque quem fosse fazer linguagem ia ter aula só de linguagem a pessoa aprendia mais, mas é linguagem, é teatro, é economia política, CEBEP, tem muita aula e a pessoa adapta pouca coisa. O tempo não era suficiente, era suficiente assim, se fosse só uma matéria ou duas, mas muita matéria ao mesmo tempo, eu acho que o tempo foi pouco pra aprender tanta coisa.

Meus projetos para o futuro é ficar aqui, eu acho que foi uma boa oportunidade, mas é difícil pra mim porque eu moro é longe, até chegar aqui e depois ir pra Brasília, acho que vou parar por aqui. Eu tenho um filho que cursa a LEdoC, o Iron, diz ele que está gostando, só que ele também tem a mesma dificuldade, porque ele faz matemática e ele diz que é muito pouco tempo pra aprender tudo o que professor passa, não tem como aprender.

Conselho eu sempre dou, igual esse meninos que estão lá, eu falo pra eles que tem que continuar tentando, não pense em desistir, se começou tem que terminar. Por isso que eu terminei, porque eu não gosto de começar alguma coisa e não ver o final. Com dificuldade, com problema de saúde eu tentei e terminei, porque está tudo novo e a oportunidade esta muito boa pra eles, porque naquele tempo se eu estivesse achado essa oportunidade que eles achou aí eu estava com outra educação, outros conhecimentos e eles estão com a oportunidade na porta.

Eu gostei de fazer o curso, só não tento, até que a professora Rosimeire, queria que eu fizesse a pós-graduação, mas eu tenho problema de saúde e agora estou, vou tentar assim, os meus exames primeiro.

Romes dos Santos Rosa

Eu fiquei sabendo pelo Vilmar e pela Wanderleia, já tinha bastante pessoas lá, que estavam fazendo força e divulgando. Quando eu fiquei sabendo que eu passei, eu no momento fiquei bastante feliz, assim porque meus pais não acreditavam em mim. É porque eu era um pouco desleixado igual eu falei, então eu resolvi fazer por espontânea vontade, porque já não falava mais nada comigo, se eu queria isso, se eu queria aquilo, então, aí eu fiz, quando eu recebi a notícia, primeiro ele recebeu a notícia [fazendo referência ao Erildo], primeiro do que eu, ele ficou sabendo primeiro que eu. Eu estava numa festa em julho aí eles [pais] falaram, ficaram alegres, surpresos, porque eles não acreditavam em mim, acreditavam mais no outro irmão que eu tenho mais novo, porque eu não queria nada mesmo com a vida, eu admito. Foi uma surpresa, mas foi de mostrar pra eles [pais] que eu também podia alcançar o que eu queria. Eles [os pais] motivam bastante, assim, o que precisar eles estão prontos pra ajudar. E é uma benção, *né*, 70% da nossa turma é Kalunga, *né!*. Então é uma vitória lá do Vão de Almas, eu acho que nessa época foram nove pessoas que entraram. Eu nem pensava nem de terminar o terceiro ano, se falasse de universidade pra mim eu não sabia o que significava nem universidade. E hoje eu sinto assim, não *tô* mais admirado porque o que eu quero é alcançar mais, porque hoje a faculdade pra nós, o ensino superior, porque tem bastante gente que tem o ensino superior e a gente está querendo mais, a gente corre atrás de um

estudo, de uma faculdade, pra gente ser alguém na vida ou ter algum emprego e isso ainda está faltando bastante pra gente. Então a gente tem que correr mais ainda.

Meu tema é produção agrária na comunidade Vão de Almas. Vou fazer entrevistas, já fiz algumas, assim meio dentro da minha monografia, mas já fiz algumas entrevistas com pessoas de mais idade. É memória e identidade, é história e memória da comunidade. A gente grava, e anota também no papel, a gente faz de várias formas, manuscrito ou senão gravado mesmo. Então a gente descobre assim que a entrevista é bastante útil pra gente, porque dentro dessas entrevistas a gente aprende, como o Erildo falou, você aprende várias coisas que você não sabia, você descobre que parente seu que você nem sabia que era parente, você descobre que você realmente está dentro lá e que um está ligado com outro e, às vezes, não tem aquela ligação, não tem aquela união, não tem aquela coletividade junto e também já essas entrevistas servem pra guardar, na memória, porque a maioria as pessoas vão morrendo. É os mais velhos vão morrendo, as histórias vão ficar e aí vai ficar registrado e guardado.

Eu sou bolsista e essa bolsa ajuda em tudo, porque eu tenho dois filhos, quando eu comecei eu não tinha emprego, eu vim começar a trabalhar agora, esse ano. Então quando eu saio tenho que deixar tudo, tenho que deixar comida pros meus filhos, deixar as coisas. Também tem que manter lá, tem comprar livros, porque tudo a faculdade pede, pede bastante livros pra estudar, xerox, então a gente acaba usando em tudo, porque a gente precisa, tá desempregado, e a gente precisa em tudo.

Eu sou professor e dou aula na escola municipal Santo Antônio no Vão de Almas. Eu dou aula de todas as disciplinas, e é uma classe que tem aluno do 5º e 6º ano. Eu uso mais uns livros que eles mandam da matriz, mas eu uso algumas coisas referentes à comunidade. Não, sou contratado.

Eu não conhecia a pedagogia da alternância e acho interessante porque ao mesmo tempo em que você está lá, você também tá aqui, então você não só aprende as coisas de lá, mas também aprende fazer aqui pra tá levando, pra tá apresentando lá, porque assim, eu não conhecia uma faculdade ou uma escola que falasse mais, muito da realidade, da sua própria realidade esquecendo mais a cidade. Essa pedagogia faz com que isso, ela trabalha mais a questão do homem do campo. Então eu vejo assim que é muito útil pra gente porque a gente está trabalhando o que a gente sabe, porque na verdade se a gente fosse pra estudar na UnB e a gente faz só o que eles aplicam lá da

cidade então da comunidade ia ser muito difícil pra gente, então passa a ficar fácil pra gente é eles colocar coisas que a gente conhece, da casa, da própria casa e não estudar como eles fazer de estudar da casa deles.

É respeitando o outro e buscando fortalecer mais, é unir força. Ali a gente *tá* ali é uma luta só, e às vezes, a gente tem que respeitar o outro pra que possamos caminhar juntos. Assim é difícil. Alguns conversam 100%, 1% tem essa interação. É, eu, nós lá é bastante restrito [fazendo referência a estudantes de outros cursos sem ser da LEdoC], porque logo quando a gente chegou lá, eles já começaram a espantar, falando que a gente ia fazer algumas ações, falavam que era baderneiros, outros falava que a *porcada* tinha chegado, não sei o quê. Era bastante preconceito e até agora a gente não conseguiu interagir, às vezes, eu vejo algum interagir quando tem alguma jornada pra fazer eles passam comunicando a gente pra unir força, mas só usando a gente como objeto na hora que eles precisam, mas em termos de convivência a gente não tem essa relação.

As minhas críticas são poucas, eu vejo assim que *tá* dentro do que a gente precisa, se às vezes pega pesado, mas, é isso mesmo que tem que fazer. E hoje eu vejo assim, os meus planos é que a gente forme professores, mestres, doutores pra que a gente possa ter um grupo de pessoa e buscar essa escola que está dentro da cidade de Planaltina pra dentro das comunidades quilombolas.

A educação quilombola acho que está inserido na educação do campo, cada um respeitando a sua cultura, seu modo de viver, sua trajetória de vida, respeitando tudo, então eu vejo assim, que a educação quilombola está dentro da educação do campo.

Erildo Fernandes de Souza

Foi a Wanderleia ali, eu estava estudando em 2011 o ensino médio, aí terminando, fomos lá na [Secretaria] Igualdade Racial, fizemos a inscrição lá e fizemos a prova lá e passamos. Nós fizemos aqui mesmo no colégio Elias Jorge Cheim. Eu não lembro direito, mas eu acho que tinha umas 100 questões, ou 180, não me lembro.

Eu primeiramente fiz a prova, tava lá na minha casa lá no Vão de Almas, eu falei: *ah! vou dar uma ligada!*. Aí eu fui até um ponto lá, num ponto onde pega telefone e liguei pro Genildo, aí ele falou que: *foi um monte de gente do Vão de Almas aprovado, foi eu, você, Valdir, Romes, Niecia*. Foi falando um monte de gente aí eu falei, não tava bem assim centralizado do que seria o curso, aí eu falei: *Ah! Que bom!* Também não peguei com gás, porque eu fiquei pensando como é que eu vou chegar lá, aí fiquei imaginando até o final. Eu no início nem pensava muito, mas aí agora sim, a graduação, assim pra mim, eu penso assim *tá bom*, mas quero mais estudar, estudar mais um pouco, ter oportunidade, porque até mesmo para estar fortalecendo a nossa comunidade e as comunidades vizinhas também. É aprender lá e trazer o de lá pra passar para nossos jovens e idosos.

Bom, nós vamos iniciar fazer isso [pesquisa] agora, nós já fizemos algumas entrevistas com pessoas lá da comunidade, vamos fazer agora mais pra monografia. Isso é bom porque, até mesmo, faz com que você cria mais um vínculo com as pessoas da comunidade ali, porque aí você vai entrevistar uma pessoa lá, você vai lá na casa dele, e tudo e vai fortalecendo o vínculo. Porque mesmo que você vai lá, mas, fica lá um pouquinho e vai embora. Bom o meu tema é gênero discursivo folia como cultura e identidade da comunidade Kalunga Vão de Almas. Tô entrevistando foliões e pessoas da comunidade faixa etária de idade diferente. Bom, aí chega assim fala com eles e eles estão de pronto e já começam a falar já e é super bom! E é interessante, porque através dessas entrevistas você acaba aprendendo várias coisas, descobrindo algumas coisas da comunidade que você não sabia, eles contam.

Eu trabalhei, eu saí o ano passado, eu dava aula no Santo Antônio. Eu saí foi questões políticas, que acaba muito influenciando e aí, porque os gestores, às vezes, pensam mais em tática política e acabou que saí da escola. Os trabalhos do TC a gente vai fazendo aí, é um pouco correria, porque tem outras coisas pra fazer também. Envolve bastante na escola, tem trabalhos pra desenvolver nas escolas, um monte de coisa. Envolve tudo, escola e comunidade. Bom, agora, aqui em Cavalcante só estágio no ensino médio que vou realizar aqui. Mas, as atividades eu faço mais é na escola do Vão de Almas. Eu faço estágio aqui na escola Jorge Cheim. Dou aula de tudo, porque na época que eu trabalhava lá era com o pré e o primeiro, então é português, matemática, ciências, geografia, história, era multisseriada

Essa metodologia da pedagogia da alternância nós não conhecíamos. Fomos conhecer lá na universidade. É bom porque tem o tempo comunidade (TC) e tem o TE, que é o tempo escola lá, e é bom porque faz com que você esteja estudando porque mesmo na comunidade de cá, nós estamos estudando mesmo jeito, porque tem as atividades pra fazer, têm as pesquisas, um monte de coisa, o estudo só está ausente da universidade, mas estamos com gás na comunidade. Estamos aplicando o que a gente aprende na comunidade.

Bom a relação/interação é respeitar o colega, respeitar suas culturas e crenças, buscando respeitar ele e ter ali o convívio com ele, até porque ficamos num ambiente ali no alojamento, ficamos juntos, então vamos dialogando durante e fora da sala de aula. Na sala de aula, às vezes, vamos dialogando e buscando entender a realidade dele e ele entendendo a nossa, e *tá* sendo muito bom. É bacana porque todos têm o limite, temos que respeitar o colega, tem as regras de convivência, o horário que podemos chegar, falar alto ou fazer alguma coisa, tem tempo pra estudar. É também, como o Romes falou a interação com outros cursos não tem. Só mesmo com os *ledoquianos* ali.

Bom, temos que tentar buscar mais, unir forças, para que possamos é aprender lá e transmitir cá e sonhar alguns, ou boa parte, porque quando entra lá, na graduação, tem uma espécie de funil que ali já vai..., tem uma espécie de filtração, que já vai selecionando, então até mesmo para fortalecermos para que tenhamos daqui alguns anos é mestrando, doutorando, para fortalecer os debates, unir forças e lutar por políticas públicas, para que possamos conseguir algumas melhorias. As críticas em relação ao curso são mais construtivas mesmo, o curso é bom.

O teatro me ajudou muito porque até aqui quando eu iniciei a fazer o teatro aqui, já perdi um pouco a timidez, então quando eu fui para a universidade lá quando ia apresentar um trabalho não tinha mais aquela timidez ali na frente pra apresentar um seminário. Aqui o teatro ajudou bastante porque apresentamos aqui e em Alto Paraíso e isso foi se tornando mais fácil e lá também fizemos teatro e ajudou bastante.

Bom, eu vou falar assim, no que a LEdoC está ajudando a gente lá, porque nós vamos lá, e mesmo eles lá não tendo muito assim, pessoas Kalunga, ou seja, pessoas que estão morando na zona rural, eles adequam o conteúdo de acordo com a realidade

da gente e isso ajuda para os professores que estejam lá fazendo e para os futuros, para adequar os conteúdos de acordo do campo.

A educação quilombola está dentro da educação do campo até porque se colocar educação quilombola está mais referido a quilombolas, então a gente se sente inserido na educação do campo, que está abrangendo todos os povos e outros colegas também.

Niecia Pereira dos Santos

A minha tia, ela Eurotildes, ela era da turma 4 e quando saiu a turma 5 ela falou pra nós e a gente fez da Licenciatura. Ela incentivou, porque já tinha outras pessoas da turma 2, 3, mas ninguém tinha falado pra gente incentivando a gente a fazer, só falava que lá era muito ruim, que lá era difícil, que não era todo mundo que ia aguentar, que ia gostar. E ela já estava na turma 4 e incentivou a gente a fazer.

Eu sou bolsista e me ajuda em tudo que eu precisar, eu conto com ela. Com materiais didáticos, que a gente sempre *tá* correndo porque eles passam muitos livros pra gente comprar, na alimentação, na saúde, em tudo.

Lá na UnB, eles tratam muito da nossa cultura, eles falam pra gente fazer o inventário, falar da infância da gente, fazer trabalhos relacionados aos avôs da gente, das tradições, das culturas, essas coisas tudo que eles passam pra gente fazer. Sobre a escola que a gente já trabalhou, como que foi, passa entrevista com pessoas mais idosas da comunidade. O meu TCC é sobre registro de memórias das parteiras da comunidade Kalunga, eu ainda não entrevistei ninguém, só conversei com umas lá, mas não para o meu TCC.

A minha experiência como professora foi boa, mas só quando eu dava aula da matéria que eu gostava, igual ciências e português, arte, educação física. Eu gostava mais de dar aula de educação física do que matemática e geografia e eu dava aula pro quarto e quinto ano, e pro quinto ano já é mais puxado. Tinha livro próprio do professor e próprio do aluno, às vezes eu passava alguma atividade no quadro, algumas que eu queria passar fora do livro eu passava, mas sempre tinha que seguir o livro, porque tinha a matriz pra seguir. Teve só um ano que eu trabalhei com o [Programa] Escola Ativa. A

minha maior dificuldade era trabalhar e ao mesmo tempo ter que levar criança pra sala. Era minha maior dificuldade. Por causa que eu tinha que levar meu filho, porque eu não tinha com quem deixar e tinha que levar ele, aí o que eu achava mais difícil era isso. E os alunos tinha uns terríveis. Às vezes ficava sem intervalo, mas ficava todo mundo, inclusive eu, porque se eu saísse eles iam sair. Mas, eu não colocava de joelho não, só ficava sem intervalo, só lanchava e tornava a voltar. Desde 2012 eu não dou aula, porque é aquele negócio de política, aí se você esta do lado do prefeito e se ele ganhar você tem emprego, e se ele perder você sai. Hoje só em casa e estudando na LEdoC. E quando não é tempo da chuva na roça mesmo.

Nas primeiras etapas era mais corrido com criança, mas aí depois quando voltava aqui para comunidade ainda mais que tinha muito trabalho pra fazer, a gente tinha que ir na casa dos vizinhos pra fazer o registro e tudo. Aí era mais ruim com criança, mas agora eu acho tranquilo. Eu acho mais ruim quando é para fazer o estágio. O estágio a gente dá aula numa escola, igual a gente deu aula do quinto ao sexto, e do sexto ao nono, agora a gente tem que ir lá em Cavalcante pra fazer estágio do primeiro até o terceiro, é na escola Elias Jorge Cheim, a mesma escola que estudei.

Dos temas que eles trabalham lá é tranquilo, em questão pra melhorar o curso sempre dá mais apoio para os quilombolas, mas, às vezes, têm pessoas que não são quilombolas e faz. Esse curso mesmo, ele é mais pra quilombola, que eles falam, que é para os negros. Eles falam que eles dão mais apoio para os quilombolas.

Sim, eles já comentaram sim sobre as Diretrizes, eu tenho um *cd* dele. Sempre tem seminário, palestra, sempre vem pessoas pra fazer palestra das Diretrizes tem dois professores que é dessa área mesmo. São vários, assim, o professor Rafael, a professora Regina, por que fica assim numa etapa é um professor e na outro já não é mais o mesmo, já é outro, mas quem já foi professor Rafael, professora Dira, Regina, Ana Aparecida, Rosineide, a Roberta, a Juliana.

Eu me sinto bem, no espaço, às vezes tumultua porque vai duas turmas, mas eu acho tranquilo, os professores dão apoio pra gente, principalmente quando a gente é mãe e está com criança, a professora Eliete, principalmente ela que é dona daquela ciranda lá, pra aquela ciranda acontecer.

No início não, agora que estou no fim eu gosto. Eu não gostava muito por causa do cansaço. Às vezes, é por causa que a gente não está acostumado a estar dormindo tarde, porque quando a gente começou a gente tinha aula até as 10 horas da noite. Era tão ruim com criança, chegava pra dormir e, às vezes, a criança não dormia, e toda vez que eu ia, meu neném dava febre por causa do clima lá. E sempre dava febre e eu ficava cansada e perdia aula. Eu queria ir embora, mas eles falavam pra eu não desistir que o curso ia ajudar. E quase todo mundo ajudava a cuidar do nenê. Os colegas, eles são bons também, eles é normal igual a gente e trata a gente numa boa.

Nem, pela turma nossa não, mas por outro, porque não é só a turma nossa que fica lá na universidade, tem outros cursos, tem de ciências naturais, de direitos humanos esses aí, tem outros cursos lá que eu nem sei os nomes por causa, tem um pessoal assim, que logo que a gente chegou dava pra perguntar pra gente de onde a gente era, que curso a gente estava cursando, que eles não conheciam este curso na UnB, mas tinha uns que ficavam falando que a universidade ia virar chiqueiro.

A UnB mudou minha vida, muito, no sentido de conhecimento, de conviver com as pessoas, de conhecimento mesmo, porque, às vezes, a gente estudava no ensino médio e no final do ano parecia que a gente não aprendeu nada, e ficava assim: *será que eu aprendi ou não? O que passou lá mesmo?* Eu também não sei se é porque a gente não se importava muito, mas quando chegou na faculdade não, tudo que a gente passou assim, olhava o caderno aí, às vezes, eles *tão* falando coisa ali que eu to entendendo direito, mas depois que eles vão falando, falando, aí. Mas no conhecimento, no modo de dar aula, principalmente, porque uma coisa que eu preferia, mais assim, era aprender a dar aula sem estar focado só no livro didático, assim trabalhar outras coisas, eles falavam que podia trabalhar aqui na comunidade, falar da comunidade, das plantas medicinais da comunidade, das culturas, só que nas escolas sempre segue aquela matriz curricular.

Pois é, mas várias vezes eu pensei em desistir também, porque de pensar o quanto eu sofri. Sofri assim, não por questão financeira, mas assim de cansaço mesmo, de estar cuidando de menino e estar estudando é cansativo demais e eu acho que, posso ter até outro filho, mas enquanto estiver na faculdade prefiro que não, não prefiro ter filho enquanto estiver na faculdade porque do que eu passei lá, não quero passar mais não.

Eu quero fazer a especialização que é dois anos, agora eu não quero desistir mais não, quero continuar estudando. Eu só estou esperando sair de linguagens, porque só saí de ciências naturais.

A minha mensagem é que têm pessoas que fizeram a prova, igual o ano passado mesmo, teve várias pessoas que falaram que não ia fazer a prova porque já tinha feito e não tinha passado, e sempre falava pra fazer, pra fazer a inscrição e fazer e a minha mensagem é que eles não desistem, continuem tentando, que tenha força e coragem que tudo na vida pode ser vencido.

Adão Fernandes da Cunha

Pra falar a verdade, quando eu terminei os estudos, terminei entre aspas, quando terminei o ensino médio, é eu consegui uma vaga pra trabalhar numa escola no Vão de Almas, na mesma escola que eu tinha saído pra voltar e trabalhar, na escola Santo Antônio, aí eu nem pensava em fazer um curso, continuar estudando, naquele tempo eu acho que pensava muito pouco e aí tem uma ex-professora minha que é de Cavalcante, ela também tá, ela dava aula pra mim na segunda fase do ensino fundamental e aí ela conseguiu entrar no curso. Alexandrina, mas ela é conhecida como Sandra. A Wanderleia também entrou e através delas eu fiquei sabendo do curso. Só que eu não pensava em entrar, mas aí veio aquela motivação e até cheguei a fazer uma carta de intenção que era para mandar para a UnB e eu tenho o rascunho dela até hoje lá em casa, mas não cheguei a mandar, aí passou dois anos ou três, não me lembro muito bem, aí veio o vestibular e eu fiz e consegui.

Eu ainda continuo dando aula, mas não mais para o município, agora pelo estado, contratado. Logo no início que trabalhei era a primeira fase do ensino fundamental, um ano foi alfabetização, outro ano já foi segundo e terceiro ano. Assim, a minha preocupação era conseguir botar os alunos para aprender alguma coisa. Não me preocupava muito em passar muito conteúdo a minha preocupação era saber que eles estavam aprendendo aquilo que eu estava passando. Essa metodologia eu ainda continuo aplicando até hoje porque hoje nós temos a carga horária. Acredito que, na realidade para nossa comunidade a carga horária é pouca, mas a quantidade de matéria e conteúdo que a gente tem que trabalhar é bastante e a exigência também é muito então

eu busco dentro do meu conhecimento que eu já tenho trabalhar, assim, interdisciplinar na escola, sabe! E aplicando, porque eu vejo que os alunos têm maior necessidade, não só eles como eu também, a necessidade que eu não aprendi antes que eu já consigo, assim, entender melhor e aplicar pra eles dentro da realidade que a gente está vivendo. Não, agora é seriada. Da sexta ao nono. Trabalho com matemática da sexta ao nono. Ciências do nono. Educação Religiosa do quinto a sétimo ano.

A gente passa 52 a 54 dias lá, então a gente pede licença para a escola para ir à UnB. Deixa um substituto, que é pago por mim e os pais e alunos são avisados também.

Ajuda muito [bolsa], porque aqui a necessidade é imensa, como você vê, a gente ajuda em questão de dar, como eu trabalho numa escola, a gente direto faz encontro com o pessoal da diretoria, da secretaria de Campos Belo, pra receber informações que ajudam a gente receber essas informações de perto. Ajuda na compra de livros, algum material que auxilie no processo, no nosso processo lá na LEdoC e também como funcionário da escola.

A gente vai de lotação [para o campus de Planaltina - UnB] e de lotação eles deixam a gente mais perto do alojamento, porque a gente vai com muita bagagem. É, a gente tira do bolso e essa bolsa ajuda bastante também. O transporte era 70 reais.

Eles trabalham muito esta questão do fortalecimento da cultura, do resgate da cultura, eles trabalham fortemente isso lá. Depois que nós entramos na LEdoC eu acredito que um pouco dessa cultura que nós tínhamos perdido a gente resgatou, porque os trabalhos envolvem o registro dessa memória, lembrar algumas coisas que já estavam esquecidas, inclusive os alunos das comunidades já estão fazendo os projetos deles em cima dessa cultura, inclusive o meu também é. Que é essa construção de casas.

O meu TCC é sobre construção de casa desse modelo [se referindo casas construídas no lugar do festejo]. Tem que fazer o adobe, barro, palha, madeira e só isso. O Adobe é fabricado aqui. Quase todo mundo aqui sabe fazer o adobe. É só molhar o barro, só que vai abrindo o buraco no chão, coloca na forma, tira e aí ele seca. E ele seca no sol. Normalmente é contratado, a gente paga a diária, ou então faz empreitada e a pessoa constrói. Algumas famílias ajudam, os pais, a mãe, os filhos, mas outras pessoas contratam, pagam diária. E quando a palha estraga substitui, se estiver estragando demais substitui.

Tinha sim, história, memória e cultura, a professora era a Regina Coelly. É, tinha uma equipe lá, mas quem estava à frente era a professora Regina.

O tempo lá conta como aula presencial, e quando a gente vem pra comunidade a gente vem com trabalhos para serem feitos na comunidade, como ações, pesquisas. E acaba que a gente está estudando o tempo todo. O que a gente aprende lá aplica aqui e o que aprende aqui aplica lá. Faz uma troca de experiência com as pessoas que não são quilombolas também. O dia todo e sábado também, menos domingo. E às vezes, a gente tem atividade à noite, *né!*

Na realidade eles dão bolsas alimentação pra gente e a gente contrata alguém pra fazer comida, a gente dá um jeito (risadas) só não pode ficar com fome!

Na realidade o curso não é curto, o que afeta um pouco mais o curso é que a gente demorou para trabalhar muito a questão, como era duas áreas o curso, da minha turma eu acredito que a gente perdeu muito tempo trabalhando antes sem divisão de áreas e as áreas ficaram um pouco vaga na questão da linguística, da matemática, por exemplo. Eu senti falta em aprender mais coisas das áreas.

No início eu achava muito estranho, mas quando fui me familiarizando, comecei a fazer mais amizades, hoje eu considero mais uma família construída, porque a gente lá realmente é uma grande turma de vários quilombolas, na minha turma não tem indígena, mas têm assentados e aí a gente acabou construindo esse vínculo de amizade e uma família a mais e me sinto bem vindo, acho que é muito bom essa troca de experiência, de conhecimento, a gente separa e já sente aquela saudade e já está imaginando o final do curso.

Já tem mudado bastante na minha concepção de cidadão. Hoje eu vejo que, eu acredito que eu tenho mais conhecimento da realidade, do mundo, mais conhecimento próprio, mais respeito pelas culturas, pela tradição das famílias, assim, já mudou a minha concepção de cidadão da minha realidade também, porque eu tinha medo de apresentar a minha verdadeira identidade, hoje eu não tenho isso, é um prazer falar que eu sou Kalunga, minha identidade é quilombola, já mudou bastante na minha vida.

E acredito que vai mudar mais, que a cada dia que passa a gente aprende mais uma coisa e vai ficando mais forte pra lutar também, a gente cria uma base ali para buscar novos rumos, novas lutas, chamar também mais gente pra luta e isso eu acredito que vai mudar.

Assim, eu sempre desperto isso pra eles na escola, sempre fico fazendo referências, mas no momento é pedir para eles que se eles não estudarem realmente não tem como mudar, só o estudo faz a gente crescer.

Genildo Fernandes Gonçalves

Eu estava estudando no último ano em 2011 aí foi um menino lá, porque aqui na comunidade, às vezes as pessoas, nem todas, mas quando tem uma oportunidade quer ficar só pra eles, aí não divulga, tinha gente fazendo curso e eu nem sabia de nada, no que estava acontecendo, sobre o curso, o que era. Aí foi um menino, ele trabalha na Secretaria de Igualdade Racial e ele foi lá e falou desse curso, e aí eu falei, vou fazer, é da UnB! Bom, estudar na UnB deve ser bom demais!

Tem um grupo de teatro que a Edymara tinha, ela deu aula pra gente lá dois dias e ela falando que era formada em artes e aí eu procurei ela, aí nós foi conversar e ela disse que estava com uma idéia de montar um grupo de teatro eu falei beleza, aí vou arrumar as pessoas, preenchemos a ficha tudo certinho. Era um grupo com uns 15, mais ou menos. Eu e minha irmã, nós fizemos várias apresentações de carnaval, desfilando, mas aí eu tive que sair também. Aí quando saiu a inscrição do vestibular eu e o Erildo fizemos e fomos fazer a prova, acho que foi no dia 25 de junho de 2011, aí nos fizemos a prova, aí quando foi, não lembro mais a data, saiu o resultado que a gente tinha passado aí foi bom demais!

A Edymara, aí tipo conversando, é a tese dela, acho que é tese! E um dos conhecedor da tese dela é professor meu lá da UnB, professor Rafael, e aí conversando lá, ela falou que era do teatro e ela mencionou meu nome e aí o professor me disse que tinha conhecido uma ex-professora minha. Edymara é uma pessoa, tipo assim, que me ajudou bastante, tipo assim, a amadurecer as idéias, até hoje eu lembro ainda quando a gente só pensa mais em dinheiro, eu lembro que a ONG tinha dez bolsas, e o que ela fez? Dez bolsas e uma vaga de serviço, as bolsas de R\$.160,00 parece e o serviço de R\$.250,00 por mês e, como eu era o principal, eu que tinha chamado todo mundo pra montar o grupo, aí ela deu a bolsa para os outros e a vaga de serviço pra mim. Ah! Naquele tempo eu não gostei! Porque eu também queria a bolsa, eu não tinha cabeça de

pensar que o serviço era melhor pra mim, que além de ficar mais conhecido eu ia ficar preparado para o mercado de trabalho, mas eu queria a bolsa e quase até desisti do grupo por causa disso aí, mas ela veio conversar. Mas, depois que a gente vai entender as coisas!

Eu dou aula na Fazenda do Coco. Dá uns seis quilômetros. Eu moro lá pertinho. Dou aula de todas as matérias. Dou aula para o terceiro, quarto e quinto, é tipo querendo ou não “fazer de conta”, porque não tem condições de um professor trabalhar com três turmas, você passando atividades pra um e têm duas bagunçando, você vai passar atividade pra duas e aí ficam as outras duas sem fazer nada, aí por isso o ensino é precário. Porque se fosse um professor por série aí desenvolvia a coisa, outra coisa, tem aluno do quinto ano, quarto e terceiro. No terceiro ano não escreve e não lê nada, no quarto alguns já sabem ler, no quinto tranquilo, aí no momento que estou desenvolvendo aqui, a leitura está fluindo aqui, aí quando você passa pra lá já *engancha* ali, aí que termina que nem um nem outro não aprende direito, fica tudo no mesmo lugar. Isso é retrocesso, porque prejudica os alunos, prejudica os que estão tentando aprender e os que sabem e que não dá continuidade. Talvez desmotivar não, mas atrapalha bastante. Não tem o resultado, ao invés de se conseguir 100% se consegue 40%, é pouco! Assim, o prédio é bom, mas não tem água, não tem energia. Agora a merenda tem que pegar água num córrego lá perto, mas agora secou, e o mais perto é o Paranã, que não é perto, é longe, eu não sei nem como vai funcionar agora, aí volta que os alunos são prejudicados de novo, porque não tem água pra beber lá, aí você tem que liberar os alunos mais cedo, ao invés de trabalhar quatro horas, trabalha duas horas. Somos dois professores e uma faxineira e uma merendeira. Não, é contrato de seis meses.

Sou bolsista e isso me ajuda bastante porque quando a gente vai pra faculdade a gente tem que pagar alguém pra ficar como substituto. A gente mesmo que paga. Sai do meu bolso. Se não fosse as bolsas não tinha como não! É tranquilo pra liberar a gente pra ir na UnB, a prefeitura é tranquilo, só tem que deixar alguém substituindo que tem formação, pelo menos ensino médio completo. Sempre deixo a Luciene, mas da última vez eu deixei minha irmã.

A pedagogia da alternância eu fico 52 dias, duas vezes, no começo e no final do ano. As aulas que tem com a professora Rosineide, a parte da gramática

aprende lá e passa na escola, por mais que trabalhar com 3º, 4º e 5º, às vezes o conteúdo é puxado, mas é bom ver aqui pra depois lembrar.

Tem que melhorar, bastante. Tem umas aulas de teoria de práticas pedagógicas é tipo assim, não é pra tirar tudo, mas a metade, e tinha que colocar mais gramática. Eles agora, na etapa que a gente foi, e a última, a maioria das aulas é isso: teoria de práticas pedagógicas, fica falando de currículo é de não sei o quê, sendo que, um dia mesmo eu falei na sala lá, tem que ter mais gramática, porque não adianta nada você aprender escrever, fazer um currículo, saber fazer um currículo não é escrever saber fazer, mas não dá conta de escrever, então vai adiantar o quê, nada! Então primeiro tem que aprender a escrever pra depois aprender a fazer um currículo.

O meu TCC é variação linguística da comunidade. A professora Rosineide é minha orientadora.

Até que no início a gente tava criança demais, menino ainda, que eu comecei a faculdade eu era de menor ainda, não tinha nem 18 anos, tipo você esta acostumado, foi em 2011 quando eu terminei o ensino médio e aí já terminei e antes de encerrar as aulas eu já estava na faculdade estudando. Só que eu fazia graduação eu voltava pra casa capinar, morar na cidade grande eu não tenho vontade, correria, *né!* Bom assim se estiver acertado com a cartilha do prefeito, aí pronto!

Os Kalunga já sofreram, eu não, eu não me incomodei muito, se a pessoa tem preconceito fica ela com ele, deixa ela quieta, que está perdendo tempo. Mas, já aconteceu, às vezes, um dia mesmo uma parenta foi visitar a outra lá, negona também, e tinha lá uma branquinha no mesmo quarto, ela sentou na cama dela e assim que ela levantou e foi embora a menina tirou o forro tudinho da cama colocou pra lavar, só porque a mulher sentou na cama dela.

Um outro lá, comigo ele é de boa, os meninos riram, ele tava fazendo o curso lá no Darcy e chamou o outro que é branco também, e me chamou pra ir, borá moço pra lá, eu disse que eu tinha que fazer uns trabalhos, e ele: *borá rapaz, lá é diferente, só tem gente branca, não tem gente preta.*

Mudou a parte financeira (risadas) por causa das bolsas e mais é pensamento, conhecimento, se for pra conversar pode ser o comandante que for que

você não treme de, se for num debate, de concordar ou discordar daquilo que ele está falando, muito bom essa parte.

A mensagem que eu tenho é de aproveitar, às vezes eu no início perdi muito tempo com brincadeiras e depois o tempo já foi, não pode perder tempo. Tipo o professor está explicando e você fica viajando, pensando em outras coisas. Tem de se concentrar mais, apesar que você não dá conta de pegar 100% da aula. Lá é o dia inteiro não dá conta não, haja cabeça!

Não é reconhecido [a LEdoC], até concurso, não é qualquer concurso que a gente pode fazer, tem que vir especificando, incluindo, a ter a educação do campo.

Adilene da Conceição Dias

Eu fiquei sabendo da LEdoC por muitas pessoas, meus amigos, as colegas de escola mesmo, os professores. Eu não sou bolsista, mas já pedi. Tem sim, disciplina que fala daqui, mas não lembro qual é, porque tem muitas disciplinas lá que eu nem lembro! Só sei que é a professora Regina.

Com a ONG da Edymara, quando eu fiz era bom, eu gostei muito de trabalhar com ela e essas coisa, e aprendi mais um pouco. Muitas coisas que eu nunca tinha visto. Era muitas coisas que não lembro.

É bom estar lá na UnB. Eu vou de lotação pra lá. Me cobra 60,00.

Agora eu não tenho não! Minha cabeça está muita confusa, é tanto trabalho que tem que fazer.

Capítulo 5 - Memória escolar e cotidiano Kalunga.

Quando estávamos realizando as entrevistas para a produção do livro e documentário *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas*, uma coisa que me chamou a atenção foi certo aspecto da trajetória de vida do Seu Faustino Santos Rosa: aprendeu a ler e a escrever praticamente sozinho, passou no concurso para auxiliar de professor e até hoje trabalha na escola. Naquele momento, ele relatou sobre a dificuldade de permanência de um professor na comunidade:

(...) a gente está lutando aqui, é para capacitar os professores da região, pra ver se frequentam mais as escolas, porque professor de fora, ele não frequenta muito a escola. Um dia está aí, e daqui a três dias não está mais. E capacitar os professores da região Kalunga mesmo é que a gente ta caminhando atrás desse passo, pra ver se consegue. Inclusive a Eurotildes é professora e esta fazendo faculdade, eu tenho uma filha também que é professora e esta fazendo faculdade. E está correndo atrás dessas atividades pra ver se vai melhorando mais as condições da gente aqui. (Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, entrevista realizada no dia 15-08-2013).

Wanderleia dos Santos Rosa, filha do Sr. Faustino, comentou em sua entrevista que os professores de fora não permaneciam na comunidade por causa do isolamento: *“Os professores não suportavam mesmo o isolamento e acabavam que iniciava e três meses [depois] ia embora”*.

Seu Faustino é um Kalunga bastante atuante na comunidade, além de se envolver com os preparativos da Romaria Nossa Senhora D'Abadia, se preocupa muito com a educação. Dos 12 (doze) entrevistados desta minha pesquisa, 03 (três)⁴⁹ mencionaram a preocupação do Seu Faustino com a educação, preocupação essa herdada de seu pai, Bertolino dos Santos Rosa, que sempre acolhia os professores que não eram da comunidade em sua casa para que eles dessem aulas para os Kalunga.

⁴⁹ Wanderleia dos Santos Rosa, Eurotildes dos Santos Rosa e Daiana dos Santos Dias.



Foto 61: Sr Fautino Santos Rosa.

Fonte: Livro *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas*, Cavalcante, Goiás (2013, p. 63)

A falta de professor é apenas uma dificuldade diante de inúmeras que os Kalunga enfrentam todos os dias na escola, tais como falta de infraestrutura, de materiais didáticos, de merenda e de transporte. Essas dificuldades são relatadas pelos estudantes da Licenciatura, principalmente quando frequentaram o ensino fundamental.

Entretanto, mesmo diante de muitas dificuldades relatadas sobre o cotidiano escolar, encontrei beleza e peraltices nas falas dos entrevistados quando estes falavam da infância.

5.1 - Infância Kalunga: pureza, brincadeiras, jogos e brinquedos artesanais.

Como já dito no capítulo anterior, no início da entrevista, os estudantes demonstravam timidez, mas depois, quando eles começavam a falar da infância a conversa ficava descontraída. Eu via sorrisos em seus semblantes e um brilho no olhar.

Quando perguntei sobre a infância, quais eram as lembranças, o que era ser criança na comunidade, quais eram as brincadeiras, as canções, percebia que a

entrevista fluía como uma conversa de amigos e em muitos momentos lembrei da minha infância, pois muitas brincadeiras, como a “ciranda”, o “corre cotia” eu vivenciei quando criança, rememorando lembranças daquele período.

Dos doze (12) entrevistados, para cinco (05) a lembrança da infância estava relacionada à escola e ao trabalho. Vilmar Souza Santos disse que sua infância foi boa, mas sofrida, pois tinha que caminhar quatro horas para chegar à escola. Adão Fernandes Cunha, também se lembrou da infância com o trabalho.

A minha infância foi boa, um pouco sofrida, porque a gente tinha que andar quatro horas pra estudar e eu lembro que estudei muito tempo e não aprendi muita coisa, não. Saia 4 horas da manhã e chegava em casa praticamente 6 horas da tarde, ou mais, quase de noite. A escola era muito longe e não tinha muitas coisas, o banco a gente improvisava, as escolas do campo não tinha, a gente estudava na casa do professor e praticamente era debaixo das árvores, mas, assim, a questão da simplicidade, eu vejo hoje que era muito gostoso. (Vilmar Souza Santos).

Assim a minha infância era brincar mesmo no mato, de casinha, mas, não tinha muito tempo para brincar, como as coisas eram muito difíceis, a gente ajudava muito os meus pais, trabalhava na roça desde pequeno. (Adão Fernandes Cunha).



Foto 62 - Adão Fernandes Cunha

Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, 2013.

Trabalho e pureza, lembranças para Vilmar Souza Santos, no período de sua infância:

Ser criança na comunidade era uma pureza muito grande, uma pureza bem legal. Porque a gente vivia, tinha que trabalhar bastante desde pequeno, mas a gente tinha hora pra brincar também.

Schlesener explica que na vida das crianças, os sentimentos se manifestam com pureza e sem ambiguidade:

Baudelaire explica, em um texto caro a Benjamin, que a criança goza da *“faculdade de se interessar vivamente pelas coisas, mesmo pelas mais triviais em aparência”*. A experiência infantil se realiza como embriaguez, isto é, como reconhecimento e imersão na poderosa força vital que emana das coisas. (Baudelaire, 1993, p. 223, *apud* Schlesener, 2011, p. 129)

Mas, a infância dos Kalunga não é só brincar, tem compromisso com os estudos e com os afazeres domésticos. João Francisco Maia, ao relatar sobre sua infância lembra-se da escola e do trabalho na roça:

A minha infância foi muito dura, batalhada, trabalhando na roça e ao mesmo tempo na escola. A roça era muito longe, meu pai era o que tinha a roça mais longe daqui, quase que ele fazia bem perto, mas com a invasão de fazendeiros ele ficou sem opção e teve que mudar pra longe mesmo. Eu tinha que produzir, aí era assim: era dois ou três dias da semana na escola e o restante na roça trazendo também as coisas nas costas, porque nem cavalo a gente não tinha na época, então foi muito sofrida. Comparando com hoje a gente vê que tem muita gente que trabalha na roça, mas é mais livre, tem o cavalo, tem a bicicleta, tem uns que vão de moto até próximo das roças, enquanto que na época da minha infância era totalmente diferente.



Foto 63 – Foto tirada no dia do lançamento do livro Senhora D’Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas, Cavalcante, Goiás, 4 de maio de 2014, na Escola Joselina Francisco Maia, no Engenho II. João Francisco Maia é o quarta pessoa da esquerda.
Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

Joelice Francisco Maia, irmã de João Francisco Maia, Erildo Fernandes de Souza e Romes dos Santos Rosa em seus relatos também traz a relação infância, escola e trabalho:

Eu brincava um pouco, trabalhava e estudava também, porque quando era pequena, aqui de casa ninguém tinha renda, então ajudava meus pais. Eu estudava durante a semana e no final de semana ia pra roça, quando estava aqui, estudava de manhã, a tarde ajudava minha mãe a cuidar dos meus irmãos mais novos. Eu cuidava da casa, ajudava a fazer almoço e janta, ensacar arroz, pegar lenha, cuidar de porco, cuidar de galinha. (Joelice Francisco Maia)

A minha infância foi boa, trabalhava, estudava, ajudava os meus pais lá na roça. Estudava num colégio um pouco distante, tinha que caminhar cerca de 6 km pra chegar até a escola, estudava após voltar da aula, ia trabalhar, ajudar meu pai a fazer as tarefas e depois ia brincar, coisa de criança. (Erildo Fernandes de Souza)

Minha infância foi proveitosa, porque eu estudava, não lembro pequenininho, mas dos 7 a 8 anos, eu estudava, brincava era pouco porque meus pais iam pra roça e quando a gente não aguentava ir pra roça a gente ficava pra fazer as tarefas de casa: socava arroz, lavava vasilha, então a minha infância foi assim. Quando foi crescendo mais, o período da tarde a gente tava com meu pai na roça e de manhã era o tempo da escola. (Romes dos Santos Rosa)



Foto 64 - Lançamento do livro *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga* no Vão de Almas, Cavalcante, Goiás, 4 de maio de 2014, na Escola Joselina Francisco Maia, no Engenho II. Professora Nancy conversando com Joelize Francisco Maia. Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

O que se verifica é que na infância dos Kalunga o estudo e o trabalho faziam parte da rotina. Nunes (2010) menciona em seu livro *Patrimônios Subterrâneos em Brasília* que a infância não resumia às atividades lúdicas, o trabalho muito cedo, imiscuía-se no mundo infantil das crianças nascidas nos acampamentos operários de Brasília.

Frente aos relatos dos estudantes, trago os ensinamentos de Benjamin (2009), segundo o qual a infância é uma categoria histórica que apresenta uma inquietude frequente e duradoura, pois busca por afirmação através da luta, sofrimento, angústia, porém, com a simples alegria de existir. O autor considera a infância como fundamental para elaborar a produção da vida, da história e do conhecimento.

De todos os entrevistados, apenas a Eurotildes Santos Rosa relatou que sua infância foi marcada pela rigidez dos pais:

Minha infância foi até boa, só que [...] naquele tempo não era muito boa porque os pais da gente eram meio rígidos, não pra bater, mas na

forma de corrigir, não deixava a gente sair sozinho, não deixava sair com um colega, tinha que andar sempre com eles, ou com pessoas de confiança. Às vezes eu tinha vontade de ir num lugar, mas eles não deixavam.

[...] então, a minha mãe tentava corrigir, educar, porque parece que a mãe ela convive mais com os filhos, ela tem que exigir mais dos filhos, tem que tentar corrigir mais, e eu acho que eu fui assim também, porque eu cobrava mais dos meus filhos do que do meu marido, porque eu estava tentando sempre corrigir.



Foto 65 - Eurotildes Rosa Santos com a Professora Nancy na primeira oficina com os estagiários Kalunga
Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, 2013.

Eurotildes tem 48 anos e foi a entrevistada mais velha, e essa rigidez pode estar associada à época em que viveu a infância, os pais tinham um padrão de rigidez na educação dos filhos. Sarmiento (2005, p. 19) explica a relação de dependência da categoria infância com categoria geracional formada pelos adultos:

[...] a infância depende da categoria geracional constituída pelos adultos para a provisão de bens indispensáveis à sobrevivência dos seus membros, e essa dependência tem efeitos na relação assimétrica relativamente ao poder, ao rendimento e ao status social que têm os adultos e as crianças, e isto independentemente da pertença a distintas classes sociais. Por outro lado, o poder legítimo de controle dos

adultos sobre as crianças está reconhecido e é exercido, não sendo verdadeiro o inverso, o que coloca a infância – independentemente do contexto social ou da conjuntura histórica – numa posição subalterna face à geração adulta.

A lembrança da infância também está associada aos festejos Kalunga. Wanderleia dos Santos Rosa e Genildo Fernandes Gonçalves relatam suas brincadeiras nos festejos, sendo este um momento de encontro para brincar com outras crianças:

Então as brincadeiras, eram da época tradicional mesmo. As brincadeiras, como é uma comunidade que as famílias moram uma longe da outra, normalmente o momento de brincadeira era momento que tem festas. Normalmente tem as festas de boca de noite, as festas de romaria que a gente tem a oportunidade de se encontrar, a romaria a gente se encontra por cinco dias, a comunidade inteira, aí é o momento das crianças se juntarem e brincarem. A gente fazia as brincadeiras de cantigas que os pais ensinavam. Eu lembro que a gente brincava demais: “*cipozinho está no pé, acha que está, cipozinho está na mão, acho que não*”, e era muito legal, assim, eu acho que naquela época era uma brincadeira que despertava muito atenção, tinha que ter atenção e o objetivo desta brincadeira era você estar rodando, você se juntava num grupo de criança e ficava uma criança com o cipozinho fazendo a roda e essa criança com cipó ficava observando as outras: “*cipozinho está no pé, acha que está, cipozinho está na mão, acho que não*” aí tinha que estar com uma postura correta, se estivesse alguém com a perna aberta ou meio tortinho levava um: “*fecha a perna*” (risadas). Era legal demais, essa eu não esqueço. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Cantar, a gente cantava, via a folia passar em casa e via os foliões cantar as curraleiras e aí ficava lembrando de algumas, aí se reunia quando tinha bastante menino e colocava um pratos e fazia de conta que era o pandeiro e ia cantar. (Genildo Fernandes Gonçalves).

Pollack (1992, p. 04) menciona que: “*a memória mais pública, nos aspectos mais públicos da pessoa, pode haver lugares de apoio da memória, que são os lugares de comemoração.*”

As crianças estão presentes em todos os lugares da comunidade: festejos, reuniões. Rosseto (2011, p. 100 *apud* Chiste, 2015, p. 85) explica que a presença da criança nesses espaços: “*educa o olhar das pessoas adultas, no sentido de entender que essas crianças são sujeitos que estão na luta e que também estão construindo esse projeto de sociedade*”.

Os demais entrevistados relacionaram a infância somente com as brincadeiras, então todos os dias esse hábito era cultivado pelos Kalunga. Assim explica Benjamin (1987, p. 253) a brincadeira é um hábito:

É a brincadeira e nada mais que está na origem de todos os hábitos. Comer, dormir, vestir-se, lavar-se, devem ser inculcados no pequeno ser através de brincadeiras, acompanhados pelo ritmo de versos e canções. É da brincadeira que nasce o hábito, e mesmo em sua forma mais rígida o hábito conserva até o fim alguns resíduos da brincadeira. Os hábitos são formas petrificadas, irreconhecíveis, de nossa primeira felicidade e de nosso primeiro terror.

Percebeu-se que, nos relatos dos Kalunga, ao lembrarem das brincadeiras na infância, eles revisitaram lugares e momentos, fazendo com que surgissem sentimentos de saudades.

Brincava de roda com as meninas e brincava até a beira do rio e aí a gente juntava fazia roda e cantava na areia. Era muito bom esse tempo. (Adão Fernandes da Cunha).

Nós brincávamos de boneca, brincava de roda, aquela ciranda, aquela da música “ciranda, cirandinha”, de esconde e esconde, tinha também a brincadeira que faz a roda e quem ficasse desarrumado saía correndo em volta da roda, brincadeira do bode: dois, um do lado e outro no outro e ficava um no meio pra pular pra ver se agüentava. Esse tempo era bem legal. (Niecia Pereira dos Santos).

Brincava com marmelada pra fazer roda para os carrinhos e também usávamos chinelos velhos pra fazer roda de carro. Brincávamos de mamãe e papai. Pegávamos marmeladas e mangas para fazer vaquinhas e outros animais. Era muito divertida a nossa infância. (Daiana dos Santos Dias).



Foto 66 - Eva Lúcia Francisco Maia, Vilmar Souza Santos, Adilene Dias da Conceição e Eurotildes dos Santos Rosa, na segunda oficina com os estagiários Kalunga.

Fonte: Acervo *Projeto Memórias de quilombolas Kalunga em romaria no Vão de Almas*, Coordenado pela professora Nancy Alessio Magalhães, 2013.

Mesmo havendo a relação da infância com o trabalho e escola, os Kalunga tinham tempo para brincar e os entrevistados brincavam com seus vizinhos e parentes seja criando seus próprios brinquedos ou brincando com os recursos da natureza, como o rio.

Brincava de roda, que quando juntava os vizinhos, brincava todo mundo, os maiores os menores, juntava todo mundo na rodinha e ia brincar, tinha aquela “corre cotia, de noite de dia”. (Eurotildes dos Santos Rosa).

Brincava de cavalinho, não tinha o cavalo de verdade, bola era muito raro, não tinha bola, a primeira bola que eu tive, eu tive que limpar um quintal e comprei uma bola, mas logo ela furou e eu nem sabia que furava. Aí a gente brincava de bola de saquinho, aquele saco de arroz, a gente enchia aquele saco de sacola, plástico, pano velho e fazia a bola e nós brincávamos, era um pacote de arroz cheio de lixo, vamos dizer assim. Aí tinha outras brincadeiras também, a gente brincava com as coisas da natureza mesmo, por exemplo, de “missiô ninguém ganhô”, aí era três pedras de um lado, três do outro, um risco no meio, aí a gente tinha que ir lá pegar a pedra sem ninguém tocar na gente, se

tocasse aí parece que tinha que voltar uma pedra, parece que tinha que voltar uma pedra, eu não lembro direito disso, sei que a gente brincava muito disso, era bom que aprendia a correr bastante. (João Francisco Maia).

Quando estávamos na roça nós pegávamos aquelas espiguinhas de milho verdinhas e falávamos que era boneca, nós brincávamos com ela, tem o outro, barba de bode que fazia de bonequinha, fazia roupinha, pegava algumas vasilhinhas de lata de óleo e brincava, às vezes os meninos faziam carrinho da latinha e ficava brincando. Não tinha esse negócio de mãe e pai comprar pra nós não, nós improvisávamos alguma coisa. (Joelice Francisco Maia).

As brincadeiras era às vezes de esconder, de sair do pico, de bola, nós fazíamos um campinho e jogava lá nos finais de semana. A bola era um pouco diferente, a gente quando achava, às vezes, uma bolinha amarela, aí a gente fazia uma de saco, colocava uns panos e amarrava e já ficava uma bola (Erildo Fernandes de Souza).

A gente brincava assim, quando a água estava suja, a gente ia pro rio entrava na água e ficava escondendo e outro ficava a procurar. Fazia um curralzinho e colocava algumas marmeladas, algumas frutas, fazia as perninhas e colocava dentro, fazendo aqueles curralzinhos pra brincadeira, ou senão pegava um litro de refrigerante, cortava as rodeiras de chinelo e fazia um carro e sai puxando. A gente fabricava os brinquedos, fazia os bois de fruta e fazia o carro do boi. (Romes dos Santos Rosa).

Hoje a criança não sabe brincar. A gente fazia boneca com palha de banana, rasgava a palha e enrolava num pedaço de pau e fazia que era boneca, que era a cabecinha dela e também tinha, eu não sei o nome, tinha um matinho que ele é bem grudado no chão que a gente usava como boneca, ele tinha uns cabelinhos todo pra cima e a gente usava pra brincar de boneca. Pegava latinha de sardinha e fazia carrinho, ou era de pau mesmo. A gente inventava brinquedos, eu lembro que meus irmãos faziam arapuça e eu queria muito aprender a fazer arapuça, eu tentava e não conseguia. Mas, depois eu aprendi a fazer e meus irmãos que me ensinaram. Eu fazia meia tortinha, mas fazia. (Daiana dos Santos Dias).

Naquele tempo não tinha carrinho igual os que distribuíram aí (fazendo referência aos brinquedos entregues pelos funcionários do Ministério Público), a gente pegava as latas de óleo, que antes era uma lata mesmo, aí pegava as sandálias velhas, cortava ela redondinhas e fazia os pneuzinhos e aí virava um carro. E colocava uma cordinha e o brinquedo era esse. (Genildo Fernandes Gonçalves).

A fabricação dos brinquedos pelos Kalunga remete aos ensinamentos de Benjamin (2009), quando ele diz que a criança enxerga em coisas residuais várias possibilidades: *“Assim, as próprias crianças constroem seu mundo de coisas, um microcosmos no macrocosmos”*.

Benjamin (2009) explica que as crianças têm uma atração muito forte pelos resíduos:

As crianças, com efeito, têm um particular prazer em visitar oficinas onde se trabalha visivelmente com coisas. Elas se sentem atraídas irresistivelmente pelos detritos, onde quer que eles surjam – na construção de casas, na jardinagem, na carpintaria, na confecção de roupas. Nesses detritos, elas reconhecem o rosto que o mundo das coisas assume para elas, e só para elas. Com tais detritos, não imitam o mundo do adulto, mas colocam os restos e resíduos em uma relação nova e original (BENJAMIN, 1987, p. 238).

No relato de João Francisco Maia: “*Brincava de cavalinho, não tinha o cavalo de verdade (...)*” busco em Benjamin (2009, p. 96) que o brinquedo, mesmo quando não imita os instrumentos dos adultos, é uma disputa, não da criança com adulto, mas do adulto com a criança:

Pois quem senão o adulto fornece primeiramente à criança os seus brinquedos? E embora reste a ela uma certa liberdade em aceitar ou recusar as coisas, não poucos dos mais antigos brinquedos (bola, arco, roda de penas, pipa) terão sido de certa forma impostos à criança como objetos de culto, os quais só mais tarde, e certamente graças à força da imaginação da criança, transformaram-se em brinquedos.

Além do mais, como explica Carvalho (2010), os brinquedos e brincadeiras de produtos culturais são também suportes de representações, visto que podem ganhar novos significados, que são dados pelas crianças, e isso acontece na medida em que desenvolvem suas brincadeiras. Os brinquedos contêm muita riqueza simbólica, e contribuem para estabelecer uma relação pensamento-ação, além do mais, são as crianças que dão sentidos aos brinquedos e não os adultos. (Benjamin, 2009).

Com relação às brincadeiras, Carvalho (2010, p. 02) explica que podem ser vistas como manifestação de comportamento social:

[...] uma vez que expressam atividades de caráter humano, ligadas a determinados contextos sociais. A partir delas, as crianças podem recriar a realidade mediante a utilização de sistemas simbólicos próprios, ou seja, conseguem transformar uma coisa em outra. E implicam numa situação organizada, na qual para aqueles que brincam, existe a necessidade de tomar decisões (mesmo que seja numa estrutura imaginária), assumindo papéis, atribuindo significados diversos às ações e aos objetos das brincadeiras com as quais interagem.

Além das brincadeiras e dos brinquedos, as canções são lembranças marcantes na infância, a mais citada foi a “ciranda cirandinha”: *“Ciranda, cirandinha, vamos todos cirandar, vamos dar a meia-volta, volta e meia vamos dar. O anel que tu me destes era vidro e se quebrou. O amor que tu me tinhas era pouco e se acabou”*.

Ferreira (2014) menciona que as cantigas de roda é uma tradição antiga, veio para o Brasil pelos povos portugueses, porém chegando aqui, sofreu influência dos povos indígenas e africanos, mesclando elementos dessas culturas. As cantigas fazem parte das tradições folclóricas brasileiras. Segundo Silva (2010, p.6, *apud* Ferreira, 2014): *“embora pensadas apenas como brincadeira para criança, as Cantigas de Roda não são parte de uma cultura estanque, elas trazem consigo letras e ritmos carregados de significados que traduzem a memória da história de uma nação”*, estas traduzem a realidade, cultura e memória de uma população.

Outras canções foram lembradas pelos Kalunga:

Tinha uma canção que a gente ia cantando todos os dias quando ia pra escola, até esses dias eu tava lembrando, que era Tiago Tobias, todo mundo ia cantando, era uma galera, porque tinha lugar que tinha onça e a gente não podia passar sozinho, era muita gente, a música era pulei da piscina: *“Fiquei louco, pulei na piscina, foi assim que aconteceu nossa história de amor, era um domingo de sol e calor, que eu fui para o clube beber e cantar, bem ali, deitado na grama, tomando um sol e tinha enrolado igual caracol, aí que descobri que não sabia nadar”* e aí continuava e aí sempre um cantava mais alto que o outro e assim a gente levava a vida. (Vilmar Souza Santos).

Daiana dos Santos Dias se lembrou de uma canção que cantava na escola na hora do lanche:

Às vezes não tinha merenda, ele (o professor) improvisava um lanchinho pra gente e aí a gente cantava a musiquinha: *“Meu lanchinho vou comer pra ficar fortinho”* e ele cantava junto com a gente. Era bem legal.

O que se verificou diante dos relatos dos entrevistados é que a infância foi um período bom para os Kalunga, embora houvesse os momentos de trabalho - no sentido de afazeres domésticos para ajudar os pais e não trabalho infantil - suas memórias sobre a infância são alegres. Foram momentos de convívios com amigos, irmãos, vizinhos e parentes.

A gente brincava com os vizinhos, minhas irmãs, meus vizinhos também sempre ia lá pra casa, às vezes dormiam lá, e nós dormíamos na casa deles. (Necia Pereira dos Santos).

Brincadeiras no coletivo que provocavam a interação entre eles e em contato com a natureza. E o fabrico de seus próprios brinquedos com materiais, que para uns seria considerados “lixo”, lhes conferiu habilidades como a imaginação.

Durante as entrevistas, principalmente com os entrevistados que relataram a fabricação dos brinquedos, recordei-me de uma reportagem intitulada *Viúvas da Seca*, exibida pelo Fantástico em 1983, em que o repórter João Batista Olive mostrava uma criança brincando com brinquedos de ossos de boi. Sim, o cenário é outro, mas a capacidade da criança de se encantar com resíduos e a partir disso criar várias possibilidades é surpreendente e é isso que os Kalunga me mostraram em seus relatos.

Cabe esclarecer que o trabalho realizado pelos Kalunga na infância não se trata do trabalho infantil, mas, *“de olhar para o trabalho como condição que também constrói as experiências das múltiplas infâncias, uma vez sendo constitutivo do processo de humanização de nossa espécie”* Arenhart (2006, p. 02).

5.2 - Infância Kalunga e trabalho na roça

Arnhart (2006), em seu artigo intitulado *Infância e trabalho: refletindo essa relação a partir dos indicativos das crianças e do MST*, menciona que a forma hegemônica de olhar sobre a infância se constrói através da perspectiva de que as crianças não devem realizar qualquer tipo de trabalho, visto que o trabalho feriria o direito dessas de gozarem da infância. Para autora essa visão é equivocada, pois está embasada num jeito limitado de entender o que seja a atividade de trabalhar e os motivos que se relacionam à construção da oposição entre trabalho e infância. A autora se baseia nos estudos de Sarmiento (2005), o qual afirma que toda a criança trabalha, para desenvolver uma atividade social e que é preciso reconhecer o trabalho das crianças, uma vez que essas também realizam atividade social, e, como seres humanos, se humanizam e constroem cultura trabalhando.

Diante dos relatos dos Kalunga, as crianças de sua comunidade, sempre ajudavam os pais nos serviços de casa e da roça.

Na roça a gente ajudava, a gente ia pro garrancho, pegava o garrancho, na campina também a gente ajudava. Plantar, colher, isso tudo a gente fazia. (Vilmar Souza Santos).

Ajudava lá no serviço de casa. Toda criança ia pra roça, se não fosse pra roça tinha que ficar na casa cuidando de colocar o fogo pra cozinhar o feijão, então de qualquer forma ia ter uma atividade pra criança. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Na roça eu ajudava a plantar arroz, mandioca, melão, abóbora, eu lembro que tinha uma roça lá perdida perto da casa do meu tio, que a gente não tinha nada pra comer assim de manhã, aí era todo dia abóbora com leite. (Daiana Souza Santos).



Foto 67 – Essa abóbora eu ganhei do Vilmar Souza Santos no dia que eu o entrevistei. Foi plantada e colhida na roça do Engenho II, comunidade onde ele mora.

Autora: Raquel Koyanagi, 2014

Ajudava minha mãe em casa, ajudava meu pai na roça. Eu capinava já mais adolescente. Eu ajudava na lides da casa. Na roça, o meu pai plantava arroz, feijão, cana, e até hoje planta, batata, milho, as coisas de verdurinha da roça, que quando eu entendi por gente, já foi nessa lida e até hoje. (Eurotildes dos Santos Rosa).

E todo alimento plantado e colhido era consumido pela família:

Era mais pra consumo mesmo, tinha muita fartura na época, era sofrido, mas tinha fartura, não tinha era carne, mas fartura assim, no sentido de ter bastante arroz, bastante feijão, bastante milho, tinha porco, galinhas também, até que era bastante na época. (João Francisco Maia).

Sarmiento (2005, p. 25) explica que: *“a infância não é a idade do não-trabalho: todas as crianças trabalham, nas múltiplas tarefas que preenchem os seus cotidianos, na escola, no espaço doméstico e, para muitas, também nos campos, nas oficinas ou na rua”*.

O trabalho realizado pelas crianças Kalunga está no sentido de ajudar seus pais no sustento da casa. Não se refere à exploração de trabalho infantil e sim no sentido de levar alimento para sua família. E essa relação com a família e com a terra constrói a identidade desses Kalunga.

5.3 - A primeira vez na escola: “era na casa do professor, era uma casinha de palha, toda rebocada de barro”

A comunidade Kalunga é muito carente de infraestrutura, não há energia elétrica e nem água encanada. Exceção é a comunidade do Engenho II, que é a única, das 62 comunidades Kalunga, que foi beneficiada com o Programa Luz para Todos. As casas são simples, construídas com tijolo de barro e palhas de buritis para o telhado.

De acordo com a professora Maria Auxiliadora, as escolas eram na casa do professor porque em 1997 não podia construir escolas na comunidade, não havia dominialidade do terreno, então até 2001, realmente não havia escolas construídas na comunidade por questões de dominialidade. Muitas escolas eram idealizadas, por exemplo, a antropóloga Baiochi na época havia construído junto com a comunidade um rancho com telhado de palha, e que no local havia um fogão à lenha, e que essa era a escola.

A primeira escola foi entregue em 2001, por meio do Fundescola (Fundo de Fortalecimento da Escola), um programa do MEC, que recebeu recursos do Banco

Mundial. A partir desse recurso foi desenvolvido um projeto para construção de escolas nas comunidades remanescentes de quilombo. (Pinto, 2005).

Atualmente existem 30 escolas dentro das comunidades, com 1100 estudantes matriculados na educação básica e 117 professores:

Quadro 2 – relação de escolas nas comunidades Kalunga

Nome do Município	Dep. Adm.	Nome da Escola	Nº de matrículas na Educação Básica	Total Professores
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL BURITI VELHO	14	2
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL CAPELA DO MOLEQUE	15	2
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL CONGONHAS	27	2
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL JOSELINA FRANCISCO MAIA	83	6
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL NOSSA SENHORA APARECIDA	45	5
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL TERRA VERMELHA	4	1
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL VAZANTAO	8	1
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL MAIADINHA	56	5
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL DONA JOANA PEREIRA DAS VIRGENS	16	1
CAVALCANTE	Estadual	ESCOLA ESTADUAL CALUNGA I	286	30
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL SANTO ANTONIO	42	3
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL CHOCO	4	1
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL CORRENTE	3	1
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL JUREMA	5	1
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL CORREGO DA SERRA	19	2
CAVALCANTE	Municipal	ESC MUL BOA SORTE	6	1
CAVALCANTE	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL COCOS	20	2
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Estadual	ESCOLA ESTADUAL CALUNGA IV	35	7
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESC MUL ALTAMIRA	13	1
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Estadual	ESCOLA ESTADUAL REUNIDA CALUNGA II	72	11
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL CURRAL DA TABOCA	21	2
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Estadual	ESCOLA ESTADUAL CALUNGA V	61	8
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL AREIA	44	3
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL BOM JARDIM	11	1
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL TINGUIZAL	26	2
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL BARRA	24	2
MONTE ALEGRE DE GOIAS	Municipal	ESCOLA MUNICIPAL PE DA SERRA	10	1
TERESINA DE GOIAS	Estadual	ESCOLA ESTADUAL CALUNGA III	36	4
TERESINA DE GOIAS	Municipal	ESC MUN TIA ADESUITA	94	9

Fonte: MEC/INEP, 2014.

A primeira escola que os Kalunga frequentaram geralmente era na casa do professor, numa sala improvisada, sendo que, muitas vezes, o estudante tinha que sentar no chão. Além disso, a distância da casa à escola era grande, podendo o percurso durar 4 horas. E geralmente as escolas eram multisseriadas:

A escola que estudei, foi uma escola que ficava na casa do professor chamado Ildo, ele já morreu. Era uma escola pequena. Era assim, uma área aberta, a casa dele era de palha, mas fechada, tinha um cômodo fechado, que eles ficavam, aí tinha um fogãozinho do lado e a parte aberta a gente estudava, nos banquinhos de madeira que a gente fazia. Não tinha muito aluno, mas às vezes ficava cheio e quando não cabia a gente ia pra debaixo do pé de pau. (Vilmar Souza Santos).

Só que era multisseriada. Às vezes eu estava no primeiro e tinha gente do segundo, terceiro, quarto e quinto na mesma classe e naquela época também era só até o quinto. Não tinha o nono ano. (Adão Fernandes da Cunha).

A classe era multisseriada, várias séries numa sala e a professora conseguia dominar tudo. (João Francisco Maia).

Wanderleia dos Santos Rosa disse que a escola era na casa de seu pai, que era de seu avô. Nesta escola também estudaram Eurotildes dos Santos Rosa, Daiana dos Santos Dias e Niecia Pereira dos Santos.

A escola era na casa do meu pai, mas antes era de meu avô. Meu avô que levou os professores pra lá, ele que arrumava um quarto pra eles, dava alimentação, e a escola era na própria casa do meu avô. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Quando eu comecei a estudar eu não estava matriculada, mas eu lembro que ia pra escola com as minhas irmãs mais velhas aí com seis anos já estava indo para o colégio, mas foi com sete que eu matriculei numa escola. A primeira que estudei era escola, só que era de palha, o teto era de palha e falava que era um grupo, nem falava que era escola. A escola se chamava Várzea Grande e o meu professor era o senhor Faustino. (Niecia Pereira dos Santos).

As crianças disputavam os melhores lugares na sala e como não tinha mesa, apoiavam-se no caderno no colo:

Eu estudei nessa escola aqui, num prediozinho bem pequenininho, e na época era só uma sala e a gente sentava no chão, no canto assim, tinha uma tora de pau e umas quatro cadeiras e a gente disputava os lugares pra ver quem chegava primeiro e ocupava o melhor lugar. (João Francisco Maia).

Quando eu iniciei os estudos, na verdade nem tinha escola, era na casa da professora que funcionava, numa sala. A escola, como era uma sala pequena e a gente era uma turma grande e sentava pelo chão, banco de pau, apoiava o caderno no colo. (Adão Fernandes Cunha).

Joelice Francisco Maia, irmã de João, estudou na mesma escola, comenta que a escola não tinha banheiro.

A escola que João e Joelice estudaram não existe mais, foi demolida e no lugar construíram uma escola com quatro peças: duas salas pequenas para os estudantes, uma sala onde ficam os livros, que eles chamavam de biblioteca e a cozinha e banheiro ficava do lado de fora da escola.



Foto 68 – Escola Municipal Joselina Francisco Maia.

Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

A primeira escola que Erildo Fernandes de Souza estudou foi na escola Estadual Kalunga I, segundo ele: *“a escola era boa, tinha um pouco de estrutura tinha até energia solar e ficava a 6 km da sua casa”*. Erildo estudou do primeiro ao quinto ano. Depois foi para a escola Santo Antônio, que era mais longe de sua casa: *“aí ficou mais difícil, tinha rio no período da chuva era complicadinho”*.

Genildo Fernandes Gonçalves também estudou na escola Estadual Kalunga I. Romes dos Santos Silva estudou na escola municipal Terra Vermelha, ficava uns 200 metros de sua casa, mas no meio do caminho tinha um rio que ele precisa atravessar. Adilene Dias da Conceição estudou numa escola que era de palha, era a escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens.

A seguir, para ilustrar, segue um desenho feito pela Eurotildes dos Santos Rosa, da localização das escolas na Comunidade Vão de Almas.

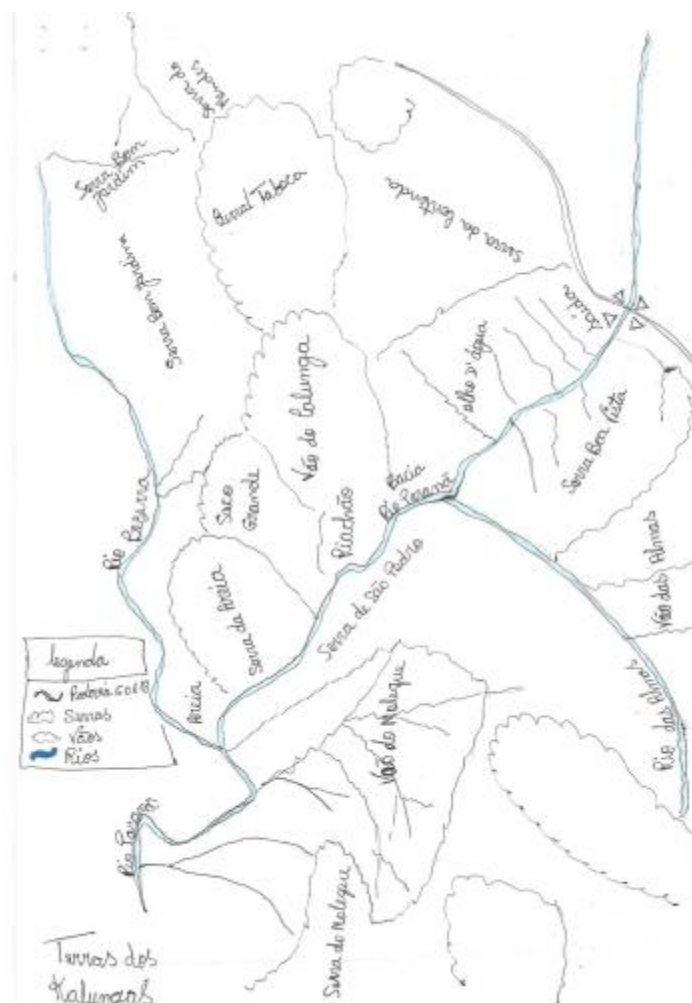


Figura 5 – Mapa das escolas da comunidade Kalunga

Fonte: Livro Senhora D'Abadia Festejo Kalunga no Vão de Almas, Cavalcante, Goiás, (2013, p. 105).

Pelos relatos dos entrevistados, a escola era longe de suas casas, muitas vezes a caminhada durava horas, em alguns casos era preciso atravessar rios. Daiana

dos Santos Dias relatou que quando chovia muito e o rio enchia o professor Faustino carregava as crianças nas costas para atravessar o rio e chegar à escola.

As lembranças que os Kalunga têm dos professores são boas, nota-se em seus relatos que mesmo com falta de infraestrutura e material didático, os professores se esforçavam para dar aulas:

Naquele tempo, eu não sabia nada, então qualquer coisinha, tudo que a gente aprendia era uma conquista. E a gente via a dificuldade que eles tinham de dar aula em casa, na casa deles. (Vilmar Souza Santos).

Ah, muito boa e guerreira, a professora era a tia Duruta, que era uma tia minha de parte de mãe. Ela conseguia manter o domínio da sala mesmo, uma mulher super guerreira. Tinha uns momentos de rigidez porque era multisseriada, então tinha os meninos comportadinhos e outros que eram mais pimentinhas, mas ela conseguia colocar domínio muito bem. (João Francisco Maia).

A minha professora era a Marisa, hoje ela estuda na Licenciatura comigo. Naquele tempo era difícil, mas ela conseguiu passar um pouco da mensagem educativa. (Adão Fernandes da Cunha).

Com relação aos ensinamentos passados pelos professores, muitos relatam que o ensino era um pouco limitado, porém, muitos se recordam do que aprenderam:

A professora passou o alfabeto todinho numa folha e eu estava muito contente porque tinha aprendido. Naquela época era tomar lição, então, ela tomou a lição do alfabeto e ganhei uma cartilha linda. Eu lembro que a cartilha era toda colorida, vinha toda ilustrada e aí na primeira folha tinha uma abelha, na segunda folha a “barriga ba”. Tinha a lição: “eu vejo a barriga do bebê”, não esqueço nunca, *ba, be, bi, bo, bu*. E aí o “b” formava a perna que formava um barrigão assim sabe, interessante demais que não esqueço. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Ela dava aula de todas as disciplinas. Naquela época era Português, Matemática, Ciências, Geografia, História e Estudos Sociais. (Adão Fernandes Gonçalves).

Eu lembro assim do B A B A, o B com A, ele também não tinha muito estudo, mas o que ele tinha ele tentava passar pra gente. Eu me lembro muito bem que ele mandava muito bem em matemática, ele usava a tabuada e tomava da gente. Mandava a gente estudar e decorar a tabuada. (Daiana dos Santos Dias).

Eu estudava História, Geografia, Ciências, Português e Matemática, tinha outros, ensino religioso. (João Francisco Maia).

Eurotildes dos Santos Rosa comentou que uma lição ficou marcada na memória:

Tem uma lição que ficou mais forte na minha memória foi uma, porque naquele tempo a prova era decorar, e outra hora também você tinha que tomar a lição de um colega, mas você tinha que decorar essa lição pra tomar. Pra professora tomar essa lição eu tenho um texto que eu sei de cor até hoje, acho que eu estava com idade assim dos quinze anos por aí assim, então eu tenho essa lição de cor até hoje, que era a história da pamonha. Era até um texto que falava assim:

“era um ovo dourado que um dia ele foi enterrado na terra. Ele inchou, inchou, em três dias rebentou. Depois de três dias nasceu um broto verdinho com folhas alongadas e cortadas como espada e tinha, pra se aguentar raiz no chão e no ar. Assim como ela cresceu, chegou alguém e acolheu, o sangue dourado dela pôs com água na panela e a boneca se transformou no mais delicioso doce. Agora ela tem vergonha de ser chamada pamonha”

Lembro-me da fala do professor André Lázaro no dia da apresentação do projeto de pesquisa: *“Tem uma coisa fantástica que é: os educadores são criativos, são guerreiros, criam coisas interessantíssimas a partir do nada que tem e às vezes tem um pouco e fazem alguma coisa melhor ainda”*. Essa frase retrata bem o contexto vivido pelos Kalunga, professores com poucos recursos didáticos e pouca instrução, mas que se esforçavam muito para ensinar aos estudantes.

Com relação ao material didático, livros, cadernos, lápis, eram poucos e eram considerados artigo de luxo. E muitos usavam saco de arroz para carregar os cadernos.

Livro mesmo, que eu lembro foi essa cartilha. Teve um tempo, mas só uma vez, quando a minha tia estava dando aula lá, a prefeitura doou os livros, cadernos, uns cadernão de folha mole que tinha o hino do Brasil na capa, era todo amarelo, lembro isso, mas não era muita coisa não, era pouco material, que chegava lá pra nós. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Às vezes tinha caderno e não tinha lápis, naquele tempo, pra nós aqui era bom, porque a gente não imaginava uma escola diferente. Só que depois que eu cresci, que eu fui crescendo e conhecendo a vida eu fui vendo que aquele tempo foi bom, mas nós sofremos bastante. (Adão Fernandes Cunha).

Não tinha material escolar e comprar os materiais, caderninho, lápis e borracha, lápis de cor, canetinha era luxo naquele tempo. E às vezes, minha mãe tinha que vender um frango, arroz, feijão pra poder comprar um caderninho. (Joelice Francisco Maia).

A gente carregava num saco de arroz, que não tinha mochila. Era aquele saco de cinco quilos, que era de arroz ou de açúcar e dava briga pra gente arrumar uma mochilinha dessa. (Daiana dos Santos Dias).

E para os Kalunga, essa falta de material didático fez com sentissem dificuldades quando adultos:

Depois que a gente cresceu mais um pouco, aí a gente tentava estudar de verdade e a gente tinha muita dificuldade por causa dos materiais também, que a gente não tinha, que a gente improvisava (Vilmar Souza Santos).

E os poucos livros que os professores utilizavam em sala de aula não faziam referência à cultura Kalunga, ao dia a dia da comunidade: *“Na época era aquele ensino tradicional, refém do livro”*⁵⁰.

O professor Ildo, a professora Dorana também que era uma professora muito boa, não tinha essa de trabalhar essas questões da nossa vivência, estudava mais era, tinha mais é desenho das coisas lá de São Paulo, do Rio de Janeiro e essas coisas assim. Também pra gente era conquista, a gente queria mais é saber o que estava acontecendo lá fora. Não tinha essa questão da importância do valor que a gente tinha. Quando jovem não tinha muito isso não, era diferente. (Vilmar Souza Santos).

A nossa cultura não era envolvida, assim, os professores gostavam da folia e eles se envolviam, mas nada de reflexão dentro da sala de aula, sabe. Era o dia a dia da comunidade e não da sala de aula. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Nessa época aí, eu acho que os livros assim, sobre a comunidade não tava muito ainda, era mais conteúdo de fora mesmo, até porque na época não tinha muitos recursos didáticos pra estar estudando sobre a comunidade. (Erildo Fernandes de Souza).

Com relação ao relato do Vilmar, que comentou que o que era interessante para eles era saber sobre São Paulo e Rio Janeiro, lembro-me das lições do Professor André Lázaro no dia da banca, que pontuou que esse interesse pelo outro, em conhecer o que ele não sabe, provavelmente é porque eles queriam uma escola que fosse instrumento de diálogo político com o mundo e, portanto eles precisavam compreender

⁵⁰ Genildo Fernandes Gonçalves

este outro mundo. E citou o exemplo dos indígenas, que em muitas comunidades, a educação é um campo político muito forte com a sociedade não indígena, pois eles querem saber o que ele não sabe.

Recordei da palestra do professor Arlindo Cavalcanti de Queiroz no Seminário *33 anos do Projeto Interação em Brasília*, realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2014 no auditório do Instituto de Ciências Biológicas da UnB, ele dizia que a educação sempre é política, está contra ou a favor da afirmação dos interesses de alguém, que ela ajuda a ocultar ou a desvendar a realidade desta disputa de interesses. Leva as pessoas em consideração ou nega a sua importância social e política. A educação popular é todo o processo que está comprometido com a formação política para a emancipação e afirmação dos interesses das classes populares. (QUEIROZ, 2014).

Contudo, dois relatos me surpreenderam, pois em toda entrevista eu ficava na expectativa de ouvir respostas relacionadas com a cultura quilombola ou com as tradições Kalunga:

Naquela época, olha que eu lembro muito bem que estudos sociais tinha, o dia do trabalhador eu lembro muito bem, e a gente trabalhava o desenho, fazer o pai trabalhando na roça, a forma que o pai trabalhava na roça, eu lembro que tinha essa relação. Dia do índio também, aqui falavam que tinha índio na comunidade naquela época, o meu pai mesmo conta que tinha muito índio aqui aí trabalhava o dia do índio também, essas eram as poucas comemorações que eu lembro. (João Francisco Maia).

Sim, tinha. Tem também, naquela época tinha educação religiosa e a gente trabalhava, às vezes, coisas da cultura. A gente fazia muito festa junina, quadrilhas, essas coisas assim. Só que de uns tempos pra cá está um pouco esquecido. (Adão Fernandes Cunha).

Lembro-me dos ensinamentos da Professora Nancy sobre o processo de cristalização. Ao ouvir os relatos do João e do Adão, fez com que eu percebesse o quanto o meu subconsciente estava cristalizado, pois estava no aguardo de respostas que tivessem vínculo com a cultura e tradições Kalunga e a identificar o pai trabalhando nas figuras dos livros escolares fez todo sentido, pois o trabalho com a roça faz parte do dia a dia dos Kalunga.

Com relação aos índios, antes dos Kalunga, o território era habitado por indígenas como Akroá, Xavante, Avá-Canoeiro, Caiapó (Almeida, 2010). Segundo os relatos dos Kalunga no livro Senhora D'Abadia, os índios andavam muito na região Kalunga no verão. Muitos Kalunga são cafuzo ou carafuzo, que é o da união entre negro e índio, Jacy Santos Rosa, irmão de Eurotildes relatou que: *Eu ouvi dizer que a avó da minha avó era índia, que pegou ela brava, pequena, aí amansou ela até.* (Magalhães, 2013, p. 35). Dona Dainda (Natalina do Santos Rosa), Kalunga do Vão de Almas, explica que seu apelido se deve ao seu cabelo cumprido, herdado de sua avó que era índia: *“Meu pai achava que eu tinha o cabelo muito cumprido, então como minha avó era índia, ele escolheu esse nome Daíndia pra mim, ou Dainda como dizem”.* (Magalhães, 2013, p. 37). E os índios tiveram influência na cultura dos Kalunga, Dona Dainda menciona que a sussa tem o batuque da dança dos índios: *“Antigamente a gente dormia e acordava e via os indígenas dançando esse mesmo batuque que a gente dança hoje, eles dançavam na porta à noite. Aprendemos um pouco com eles”.* (MAGALHÃES, 2013, p. 37).

Os Kalunga têm relação muito forte com os santos, prova disso são os festejos, momento que eles têm devoção aos santos: Santo Antônio, Nossa Senhora d'Abadia, São Gonçalo do Amarante, Nossa Senhora do Livramento e a São Sebastião.

5.4 - Castigo na escola: “eu lembro como se fosse hoje”

Uma lembrança que estava presente em todos os relatos dos Kalunga eram os castigos em sala de aula:

Naquele tempo tinha castigo, eu lembro como se fosse hoje. Tinha uma menina que morava com minha avó, que era como minha irmã, minha avó criava, que se chamava Zilma, e aí começando a aprender a conhecer a letra, aí o professor colocava: letra tal, quem não soubesse tinha palmatória e a gente tinha oportunidade de dar palmatória nos colegas também. Aí eu lembro que desta vez eu consegui, eu tinha brigado mais ela em casa, *trapolinagem*, aí numa letra lá, era a letra r, aí ela não soube e eu falei a letra, eu adivinhei aí eu tive a oportunidade de pagar a mão dela e bati muito forte e a mão dela inchou, mas quando cheguei em casa apanhei da minha avó. Mas, a escola era simples, a gente ficava de castigo, tipo castigo mesmo, no terreiro, mas era legal. (Vilmar Souza Santos).

Ficar de castigo isso marcou muito. Os castigos eram desde, uma competição, por exemplo, eu estou na barriga “BA” e você também e aí eu vou ler minha lição e se eu não errar uma palavra e você erra, aí eu pego dou umas *palmatoradas* na sua mão. Eu me lembro disso, que era o castigo da leitura, tinha outros, tipo não aprendeu a tabuada, então fica aqui um pouco de joelho lendo a tabuada até aprender. Isso a gente não esquece. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Existia o castigo, a professora colocava de castigo, que naquela época era uma forma, que eu acho que valia a pena, não foi perdido, porque a maioria concluiu o fundamental naquela época. (João Francisco Maia).

A professora castigava, colocava de castigo, mas às vezes quando ela ia fora ver se eu estava no castigo, eu já tinha ido embora pra minha casa. Tinha outros castigos que era deixar os outros sair e você ficava um tempo ainda pra terminar as tarefas, até terminar, os castigos eram assim, às vezes ficava lá no sol e ficava um tempo lá de joelho. (Romes dos Santos Rosa).

Eu já fiquei várias vezes de castigo por tentar fazer o “a” maiúsculo. Esse “a” maiúsculo, meu Deus! Me deu dor de cabeça (risadas), esse “a” maiúsculo deu trabalho! A professora me deixava lá em pé na frente do quadro fazendo, fazendo, fazendo, e a *desgrama* do “a” não saía bonito! (Genildo Fernandes Gonçalves).

[...] na época usava uma varinha, que tinha aqueles mais danadinhos, ele tinha uma vara bem comprida de laranjeira. Pegava de longe pra tomar a lição. Ele usava a varinha. (Daiana dos Santos Rosa).

Os castigos eram métodos praticados através dos regimentos escolares impostos pelo regime das escolas tradicionais. Segundo Aragão e Freitas (2012), os castigos são apresentados numa perspectiva histórica, reconstruindo práticas e representações de professores, gestores e/ou famílias sobre os castigos impetrados a crianças e adolescentes, manifestos de forma física e tendo como principal símbolo a palmatória, objeto comum nas escolas oitocentistas.

Nos anos 1800, os castigos físicos tinham duas finalidades: a) punir o mau comportamento e b) a dificuldade de aprendizagem. Objetos como férulas, chicotes e palmatórias eram utilizados pelo professor para educar os estudantes, mantendo a ordem e a disciplina. Mas, essas práticas acabaram por denunciar uma sociedade impregnada de práticas violentas, sendo comuns não apenas no universo escolar, mas em todo o processo que envolvia relações humanas (ARAGÃO E FREITAS, 2012, p. 18).

Leal (1995, p. 105), quando foi realizar o documentário mencionou que ao visitar a escola viu no canto da mesa do professor, Sr. Francisco, uma palmatória, feita

de madeira, redonda, do tamanho da palma de uma mão, com um cabo fino e longo. De acordo com o professor, a palmatória é uma forma de incentivar o estudante a aprender:

Tem uns mais inteligentes que dão conta de aprender. Esses responde a pergunta e pega a palmatória e pá na mão do outro que num sabe, que é pra ele aprender. [...] É bom que dói. Sabe *pruquê?* Ele toma raiva do outro mais inteligente. E vão caprichar mais. Ele pensa: *ocê me paga! Cê vai ver quem vai bater na próxima vez.* (Sr. Francisco).

Ainda que esse método seja considerado uma prática violenta no ambiente escolar, os Kalunga não associaram tristeza a essa lembrança e nem rancor, pelo contrário, ao relatarem esse momento, achavam graça e riam de forma travessa.

Porém, esses os castigos faz lembrar à época da escravidão, aonde os africanos escravizados açoitados pelos fazendeiros e donos de engenho:

Os fazendeiros e donos de engenho abusavam do direito de maltratar o negro, sendo eles chicoteados, presos a correntes de ferro a um cepo, obrigados a usar um colar de ferro (caso dos que tentavam fugir), etc. Na sua primeira fuga, o negro era castigado com cinquenta chicotadas, e na segunda, com cem. Vários eram os instrumentos de punição: cangas, correntes, botas de ferro, colares e anjinhos. (OLIVEIRA, *et al.*, s/d).

Não só os castigos na escola remetem a essa época. Na ocasião da minha pesquisa de campo na comunidade Kalunga, tinha sido exibido pela emissora de televisão Record, no Programa Repórter Record Investigação⁵¹, reportagem sobre meninas Kalunga que trabalhavam como domésticas e eram torturadas e violentadas sexualmente por seus patrões.

Mesmo como o fim da escravidão, há 128 anos, essas condutas ainda fazem parte da vida dos Kalunga, no que se refere à escola, como forma de punir o mal comportamento e a dificuldade de aprendizagem.

⁵¹ Programa exibido no dia 15 de junho de 2015, “As eternas escravas do sexo”, disponível em: <https://vimeo.com/143797713>.

5.5 - Recreio: o momento em que os Kalunga se divertiam e dividiam a merenda com os colegas

Na escola o momento mais divertido era o recreio: “*As brincadeiras, naquele tempo, no início era as brincadeiras, que a gente ia pra se encontrar com os colegas juntos, então sempre sonhava com a hora do recreio, então na hora do recreio a gente brincava muito. O legal era isso*”. (Vilmar Souza Santos).

E era no recreio que os Kalunga dividiam o alimento com os colegas, pois a maioria das escolas não tinha merenda:

Não se falava em merenda nessa época, a gente ri até hoje, que antes os meninos ou a família mesmo, pescava, e aí fritava os peixinhos e colocava num saquinho com farinha e antes de chegar à escola achava um esconderijo numa árvore alta e escondia, e na hora do recreio, que a gente chamava de recreio, chamava os coleguinhas e comia, essa que era a merenda. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Lanche não tinha, mas a gente fazia farofa de feijão, fazia um bolinho que nós chamávamos de mentira, que é aquele bolinho de chuva, fazia esse bolinho aí, que era nosso lanche. E chegando a escola, tinha aluno, os coleguinhas que não levava e nós dividíamos. (Joelice Francisco Maia).

A gente improvisava, levava farinha com rapadura ou levava um peixe assado dentro da farinha, era assim, ou paçoca de coco. (Daiana dos Santos Dias).

Geralmente a gente trazia lanche na sacola, eu lembro que eu trazia arroz e feijão na sacola pra *matular* na hora do recreio e aí um dava pro outro, fazia biju de tapioca, de milho, que hoje ninguém faz mais, mas a gente fazia e era o lanche da gente quando não tinha o lanche da escola. (João Francisco Maia).

E quando tinha merenda não parecia ser apetitosa:

Quando tinha merenda na escola era uma carne de jaba, alguns falavam que era carne de cavalo, era uma carne salgada, mas a gente disputava ainda pra conquistar a vasilhinha de lanche, era muito difícil. A geografia do terreno que atrapalhava e falta de recursos também, porque eu acho que a escola era meio esquecida. As férias dela era mais comprida do que o período letivo. (João Francisco Maia).

Noutro relato, o professor improvisava ou a esposa preparava a merenda:

Às vezes não tinha merenda, ele improvisava um lanchinho pra gente. (Daiana dos Santos Dias).

A mulher dele que fazia, tinha biscoito com leite, tinha arroz doce, tinha arroz com salsicha, farofa de sardinha, arroz com sardinha, macarrão com sardinha, arroz com farofa de almôndega, suco. (Necia Pereira dos Santos).

Percebe-se que os laços de solidariedade nas crianças Kalunga demonstram a comunhão entre eles, assumindo importância na forma de participação social. Hoje Vilmar Souza Santos é líder comunitário e presidente da Associação Quilombola, seu trabalho é buscar o bem-estar da comunidade, seja em reivindicações de políticas públicas, seja na conscientização da comunidade para a preservação do território Kalunga. É muito provável que este espírito altruísta tenha surgido na sua infância.

5.6 - Memória Kalunga no Ensino fundamental e médio

Algumas escolas das comunidades ofereciam apenas o ensino fundamental 1, que naquela época era até a quarta série, então ao concluírem os Kalunga tinham que sair das suas comunidades para estudar o fundamental 2 e o ensino médio. E os destinos dos Kalunga eram diferentes, uns iam para Cavalcante, outros para Teresina de Goiás e Brasília. Muitos moravam com parentes ou pessoas conhecidas.

Na quinta série, quando terminei os estudos lá, eu fui para Cavalcante morar na casa da minha avó num barraquinho que tinha bem aqui, há muito tempo[...]. Eu quando cheguei aqui fui estudar na tia Ceci, na quinta série. A gente chegou burrinho de tudo, não sabia nada (risos). (Vilmar Souza Santos).

[...] com 14 eu tive que sair da comunidade e ir para o município de Teresina, que foi uma época que não parava professor, não continuava na comunidade e aí meu pai viu a necessidade de eu sair pra terminar o quinto ano. (Wanderleia dos Santos Rosa).

[...] depois eu fui pra Cavalcante eu fiz até a quinta série eu reprovei em Cavalcante, a maioria dos primeiros alunos que foram daqui pra lá reprovaram. Aí eu reprovei um ano e no segundo ano eu passei, aí eu fiz a 5ª, a 6ª e quando eu fui fazer a 7ª eu fui pra Brasília. (Joelice Francisco Maia).

Depois, em 2000, eu tinha treze anos, eu fui pra Brasília, trabalhar no Cruzeiro Velho. Depois, eu tinha treze anos e chegou lá comecei a trabalhar só que o colégio não deu, não tinha vaga pra mim, eu estava na quinta série e aí eu fiquei por lá, e fiquei de morar com meu pai lá em Ponte Alta, no Gama. Aí a irmã do meu pai me pegou e morei com ela três anos, dos 13 aos 15. Aí eu estudei lá no Centro Educacional Sede da Ceilândia Sul. (Daiana dos Santos Dias).

Mas, havia também os Kalunga que permaneciam na comunidade:

O ensino fundamental foi na escola que meu pai criou. A primeira escola foi na casa do meu pai, ele contratou um professor e a prefeitura pagava o professor, mas a despesa era por conta do meu pai, e aí vinha as pessoas de longe pra escola. (Eurotildes Santos Rosa).

Eu fiz também o supletivo aqui, o sexto e sétimo, tudo junto e aí eu fui pra cidade fazer o oitavo. Eu tinha 12 anos e foi aqui, na Escola Kalunga I, é, antes tinha supletivo, mas agora não tem mais. (Genildo Fernandes Gonçalves).

Havia ainda aqueles que iam para Cavalcante e, por causa de algum motivo voltavam. Esse motivo é o preconceito vivenciado nessa fase, mas que será tratado mais à frente:

Então, eu estudei lá até o 5º ano e vim aqui pra Cavalcante, em 2002, estudei e reprovei e voltei de novo lá [...] Aí o Iron, que é filho da Eurotildes, foi falar com o prefeito aqui, que chamava Eduardo, pra criar um ensino lá, do 5º ao 8º ano, e a gente voltou pra lá, e a gente conseguiu estudar lá. (Romes dos Santos Rosa).

As experiências vividas pelos homens era diferentes das mulheres no que se refere à mudança de local. Enquanto eles iam para Cavalcante, elas iam para Brasília, geralmente para estudar e trabalhar de doméstica, essa foi à trajetória de Wanderleia, Joelize e Daiana.

Quando eu terminei o primeiro ciclo do ensino fundamental foi em Teresina de Goiás, tinha completado 14 anos. [...] O segundo ciclo eu fiz normal, eu estudava na escola normal de Brasília, [...] na época tinha sexto ao nono ano a noite. Ficava no Plano Piloto, ali na 712 Sul. Eu fui trabalhar na casa de uma família na 115 Sul. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Na verdade aqui eu fiz o ensino fundamental inicial, foi até a quarta série, depois eu fui pra Cavalcante eu fiz até, a quinta série eu reprovei em Cavalcante, a maioria dos primeiros alunos que foram daqui pra lá

reprovaram. Aí eu reprovei um ano e no segundo ano eu passei, aí eu fiz a 5ª, a 6ª e quando eu fui fazer a 7ª eu fui pra Brasília. Eu fiquei até fazer o ensino médio. (Joelice Francisco Maia).

No caso da Daiana, houve várias mudanças de escolas no ensino fundamental, primeiro estudou no Vão de Almas na casa do professor Faustino, depois foi para a escola na comunidade Ema, com a separação dos pais, mudou-se para Cavalcante e depois Brasília:

Eu estudei no colégio na Ema, entre 1997 a 1998, na Escola Estadual Calunga II, que era perto da casa do tio Domingão. Depois, meus pais se separaram, meu pai ficou pra Brasília e minha mãe veio pra cá (Cavalcante), fomos morar com o irmão da minha mãe, foi eu e minha irmã caçula, a Shirlei. Em 1999 estudei no Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, fiz aceleração 3ª e 4ª série. Depois, em 2000, eu tinha treze anos, eu fui pra Brasília, trabalhar no Cruzeiro Velho Depois, eu tinha treze anos e chegou lá comecei a trabalhar só que o colégio não deu, não tinha vaga pra mim, eu estava na quinta série e aí eu fiquei por lá, e fiquei de morar com meu pai lá em Ponte Alta, no Gama. Aí a irmã do meu pai me pegou e morei com ela três anos, dos 13 aos 15. Aí eu estudei lá no Centro Educacional Sede da Ceilândia Sul. (Daiana dos Santos Dias).

A escola, no que se refere à infraestrutura e merenda, era um pouco melhor do que as escolas da comunidade, porém os professores e os livros não faziam nenhuma referência à cultura dos Kalunga:

A escola na Ema era melhor do que no tio Faustino. Porque tinha mais movimento, tinha lanche também, na época, tinha merenda, era uma escola mesmo. Não era uma escola improvisada, era escola mesmo. (Daiana dos Santos Dias).

A gente fala do tradicional da roça aqui, mas lá também era pautado só no professor, no quadro, no giz, pronto e acabou, não tinha outra forma de proporcionar o ensino. (Wanderleia dos Santos Rosa).

O livro que a professora Eurotildes usava em sala de aula, não tinha nada haver com a cultura, só estudava com a matriz que vinha, o conteúdo era totalmente de fora, não tinha nada haver com a nossa comunidade. (Romes da Rosa Santos).

Houve o relato de Genildo, que fez o supletivo e que não foi boa experiência para o seu aprendizado escolar, mas para vida sim:

Eu não aconselho (a fazer o supletivo). Quem tem tempo pra estudar a fazer isso, a não ser que esteja muito atrasado. Eu estudei naquele ano e até hoje, terminando a faculdade já, nunca encontrei nada, nadinha assim, no livro, do que eu aprendi lá. Na verdade eles vinham com uma ficha e tinha uns textos pra ler e responder e era só isso. O português eu nem lembro o que falava. Tipo a gramática. Não passava nada de verbo, você pode passar pra qualquer um desse aí, você pode perguntar sobre a gramática, ninguém sabe nada. (Genildo Fernandes Gonçalves).

A questão do preconceito e a discriminação ainda é muito presente na vida dos descendentes africanos. E essa discriminação sofrida pelos Kalunga não vem apenas das pessoas da cidade, mas dos próprios Kalunga. No dia do lançamento do livro e documentário *Senhora D'Abadia Festejo Kalunga*, 03 de junho de 2014, a Kalunga Eurotildes dos Santos Rosa, que fazia parte da mesa de debate e, que foi estagiária no Projeto, mencionou que: “*Nem sempre os Kalunga foram felizes, eu mesma tinha vergonha de assumir como Kalunga*”.

No documentário *Entre Vãos*, produzido por Luísa Caetano e Ana Paula Rabelo em 2010, Lizeni, de 10 anos, relata que quer ter um namorado da cidade, pois quer ter um “*filho branco, educado, um filho do cabelo bom, o meu não é bom.*”

É no ensino fundamental que alguns deles conhecem o preconceito e o racismo.

Aqui na escola, na cidade, a gente sofreu muito a questão do preconceito. Muita gente desistia de estudar por causa disso. Porque achava que não sabia nada, e muitas vezes você era o burrinho da escola. Aí faziam piadinhas, mas o que eu sempre tive foi humildade, abaixava a cabeça e fingia que não escutava muitas coisas. Meu primo parou de estudar, outras pessoas pararam de estudar. Eu não me arrependi não. Mas, eu continuei, terminei o fundamental e o ensino médio. (Vilmar Souza Santos).

Não gostava não de lá, porque era pior do que aqui. Os colegas me chamavam de preta. Ficavam imitando o jeito de falar, falava o nome da cidade errado, e aí era muito ruim. (Daiana dos Santos Dias).

[...] porque aqui em Cavalcante era totalmente, uma cidade até hoje, eu digo que é uma cidade totalmente racista, sempre me excluía na sala de aula. [...] O que me marcou bastante era porque eu falava totalmente errado, eu não sabia o que era vírgula, falava vírgula eu colocava o nome lá vírgula, parágrafo, eu colocava o nome parágrafo, então as pessoas ficavam rindo de mim, eu falava as costas de *cacunda*, era nossa linguagem e nossa linguagem eles riam, caía de rir, morria de rir (Romes dos Santos Rosa).

O preconceito não só era do branco com negro, mas do negro com o branco. Genildo tem a cor da pele mais clara e a cor dos olhos castanhos amendoados:

Aí depois quando estava na quarta série, porque eu fiquei mais diferente dos outros sabe, aí eles falavam: Ah! Você é isso, você é aquilo! Tipo assim, o preconceito ao contrário, entendeu, ao invés de ser do branco com o preto, era do preto com o branco. A minha pele é mais clara, teve uma vez que me falaram que eu dava nojo, porque eu era branco, mas eu não sou branco não! Eu me sentia o mais feio, sabe o excluído. Essa mistura vem lá da minha mãe, do meu tio, meu tio tem quase o olho azul. Isso me aborrecia bastante, eu nem conversava, porque os maiores falavam que eu nem sabia conversa, aí eu deixava quieto. (Genildo Fernandes Gonçalves).

Dentro do ambiente familiar, também havia manifestações de discriminação, como relata Daiana dos Santos Dias:

E assim, até dentro de casa a gente sofria preconceito, porque eu lembro que eu morava com essa tia minha, eu agradeço muito a ela, só que tinha umas partes assim, dela e do marido, ele me chamava de pé de elefante. Vivia colocando apelido em mim sabe! Eu fui tornando uma pessoa que nada que fizesse era bom. (Daiana dos Santos Dias).

No ensino médio, os estudantes não tiveram opção, tiveram que estudar em Cavalcante, pois naquela época as escolas das comunidades não ofereciam o ensino médio. O preconceito, racismo e a discriminação são memórias marcantes para os Kalunga nessa época:

Eu via muito presente o racismo, eu lembro de uma vez que teve uma apresentação de trabalho lá e a gente foi na apresentação, sei que no final, e a gente precisou dar o número de telefone, e aí eu ficava na casa de Dona Milza, como é que ia dar o número dela se eu não sabia? Aí um colega falou assim: *uai macaco não tem telefone não!* Aí a professora colocou a mão na boca pra rir, eu lembro muito bem disso, há 15 anos, na época eu pensei: essa mulher também, ela é muito preconceituosa, preconceituosa não, racista. E ela era professora. (João Francisco Maia).

Eu voltei para Cavalcante para visitar minha mãe, só que aí eu acabei ficando e voltei a estudar na Escola Jorge Cheim. Ainda tinha o preconceito e eu ficava mais acanhada, com medo. O preconceito era,

primeiro por ser Kalunga e segundo por morar na vila. O jeito da gente falar, que era totalmente diferente deles, errado “ocê”. O jeito de vestir, a cor da pele também. Assim a textura de que vem do sol, que é totalmente diferente. E por morar na vila. Eu lembro muito assim da indiferença que a gente era tratado, por ser Kalunga e morar na Vila Morro Encantado. Mas, eu notava a diferença no tratar dos colegas até de professor também. Eles não diziam, mas a gente sente, você não é besta você percebe. Marca muito, tanto é que eu ficava sempre reparando isso. (Daiana dos Santos Dias).

Eu estudei numa sala que tinha vários Kalunga, mas tinha vários filhinhos de papai que só fazia graça, rejeitava a gente, a gente ficava meio reprimido em sala de aula por alguns alunos, mas a gente também tinha um grupinho, a gente conversava, contava causos, fazia trabalho juntos, mas na hora de fazer os trabalhos a gente era sempre rejeitado. Tinha discriminação, principalmente de aluno, aluno já chamava a gente de kalungueiro, quando o pessoal chegava, a gente ficava até com vergonha, porque chegava nosso parente aqui na cidade que ia o caminhão buscar, eles ficavam falando que um bando de kalungueiro tinha chegado, que tava, que não sabia conversar, andava era (risos) *margote*. *Margote* era andar um atrás do outro. A gente aqui sempre era discriminado. (Romes dos Santos Rosa).

Aqui na escola era um pouco difícil, a gente vem da roça, é muito tímido, às vezes a professora passava um trabalho ali e você *tá* com dúvida, mas fica com vergonha de perguntar, aí era difícil, às vezes tinha as pessoas que te excluía, ia fazer trabalho e olhava pra você e aí eu escutava: “*não vou fazer com ele lá*”. Mas, aí eu procurava aqueles que enturmava mais, procurava aqueles que enturmava comigo e buscava fazer as atividades. (Erildo Fernandes de Souza).

Mas, lá foi difícil. Você mora na roça e chega à cidade você não conhece ninguém e estudar numa sala de quarenta alunos e você olha para as pessoas parece que elas estão rindo de você. E aí, não só eu, como muito dos outros, hoje eu acho que diminuiu bastante, sofreram tipo de preconceito, racismo essas coisas, mas eu não entendia, não sabia o que era, ficava no meu canto. A única coisa que eu fazia era seguir meus estudos para não ficar para trás, mas foi difícil. Não cheguei a brigar não, porque não sou de briga. Mas, motivo teve, mas tive bastante paciência. (Adão Fernandes Cunha).

Nota-se nos relatos que as experiências dos Kalunga foram se estruturando através das relações familiares, escolares e trabalho. Dentro e fora da comunidade foi se construindo a identidade dos Kalunga. Explica Nunes (2010) que esse tipo de socialização forma identidades combativas, capazes de enfrentarem ameaças que surgem no cotidiano.

Gomes (s/d) explica que a discussão sobre relações raciais no Brasil é permeada por uma diversidade de termos e conceitos. O uso, muitas vezes, causa

discordâncias entre autores, intelectuais e militantes com perspectivas teóricas e ideológicas diferentes e, dependendo da área do conhecimento e do posicionamento político dos mesmos, pode até gerar desentendimentos.

Explica a autora que no Brasil o racismo se dá de um modo muito especial:

[...] ele se afirma através da sua própria negação. Por isso dizemos que vivemos no Brasil um racismo ambíguo, o qual se apresenta, muito diferente de outros contextos onde esse fenômeno também acontece. O racismo no Brasil é alicerçado em uma constante contradição. A sociedade brasileira sempre negou insistentemente a existência do racismo e do preconceito racial, mas, no entanto as pesquisas atestam que, no cotidiano, nas relações de gênero, no mercado de trabalho, na educação básica e na universidade os negros ainda são discriminados e vivem uma situação de profunda desigualdade racial quando comparados com outros segmentos étnico-raciais do país. (GOMES, s/d, p. 46).

Nota-se ainda falta de preparo dos professores, como relatado por João: *“Aí a professora colocou a mão na boca pra rir, eu lembro muito bem disso, há 15 anos, na época eu pensei: essa mulher também, ela é muito preconceituosa, preconceituosa não, racista. E ela era professora!”*.

Professora Maria Auxiliadora, em uma de nossas conversas, disse-me que em 2002, foi realizar capacitação com os professores nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, e que ao circular pela escola entrou na biblioteca e se deparou com um livro que na capa tinha duas mãos: uma branca e outra negra. A mão branca só realizava coisas boas e a negra só coisas ruins. Quando questionou a professora sobre o uso do livro, ela não soube explicar.

Magalhães (*et al*, 2013) menciona que a partir da 5ª série do ensino fundamental os jovens têm que frequentar escolas fora das terras quilombolas. Em geral, os Kalunga argumentam que são obrigados a enfrentar situações impregnadas de perspectivas etnocêntricas, preconceituosas e estereotipadas, quase sempre acionadas para justificar sua exclusão de direitos, que não se dissiparam com o reconhecimento de suas terras nem com a obrigatoriedade, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira, segundo normas da Lei nº 10639/2003.

Embora as vivências no ensino fundamental e médio tenham sido cercadas de preconceitos e discriminações, os Kalunga encontraram espaços para o fortalecimento das identidades e a (re)apropriação da cultura local, como a ONG T.E.R.R.A – Teatro, Educação e Responsabilidade com as Raízes Afro-brasileira (COSTA e MATSUMOTO, 2012):

Tem um grupo de teatro que a Edymara tinha. Ela deu aula pra gente [...] ela falando que era formada em artes, aí eu procurei ela, aí nós fomos conversar e ela disse que estava com uma idéia de montar um grupo de teatro eu falei: *beleza!* Aí vou arrumar as pessoas. Preenchemos a ficha, tudo certinho, aí como era um grupo [...]de mais de, era uns 15 mais ou menos, era eu e minha irmã, nós fizemos várias apresentações de carnaval, desfilando. [...] Edymara é uma pessoa, tipo assim, que me ajudou bastante, tipo assim, a amadurecer as idéias, até hoje eu lembro ainda quando a gente só pensa mais em dinheiro, eu lembro que a ONG tinha dez bolsas, e o que ela fez? Dez bolsas e uma vaga de serviço, as bolsas de R\$.160,00 parece e o serviço de R\$.250,00 por mês e, como eu era o principal, eu que tinha chamado todo mundo pra montar o grupo, aí ela deu a bolsa para os outros e a vaga de serviço pra mim. Ah! Naquele tempo eu não gostei! Porque eu também queria a bolsa, eu não tinha cabeça de pensar que o serviço era melhor pra mim, que além de ficar mais conhecido eu ia ficar preparado para o mercado de trabalho, mas eu queria a bolsa e quase até desisti do grupo por causa disso aí, mas ela veio conversar. Mas, depois que a gente vai entender as coisas! (Genildo Fernandes Gonçalves).

O teatro me ajudou muito porque até aqui, quando eu iniciei a fazer o teatro aqui, já perdi um pouco a timidez, então quando eu fui para a universidade lá, quando ia apresentar um trabalho não tinha mais aquela timidez ali na frente pra apresentar um seminário, aqui o teatro ajudou bastante porque apresentamos aqui e em Alto Paraíso e isso foi se tornando mais fácil e lá [UnB] também fizemos teatro e ajudou bastante. (Erildo Fernandes de Souza).

A ONG T.E.R.R.A foi criada em 2009, no município de Cavalcante, pela Edymara Diniz. A instituição tem como diretriz atender demandas de pesquisa, educação e ensino do teatro. São oferecidas oficinas de teatro gratuitas para os jovens da comunidade Kalunga do Vão de Almas, que moram em Cavalcante e que estejam cursando o ensino médio (COSTA e MATSUMOTO, 2012).

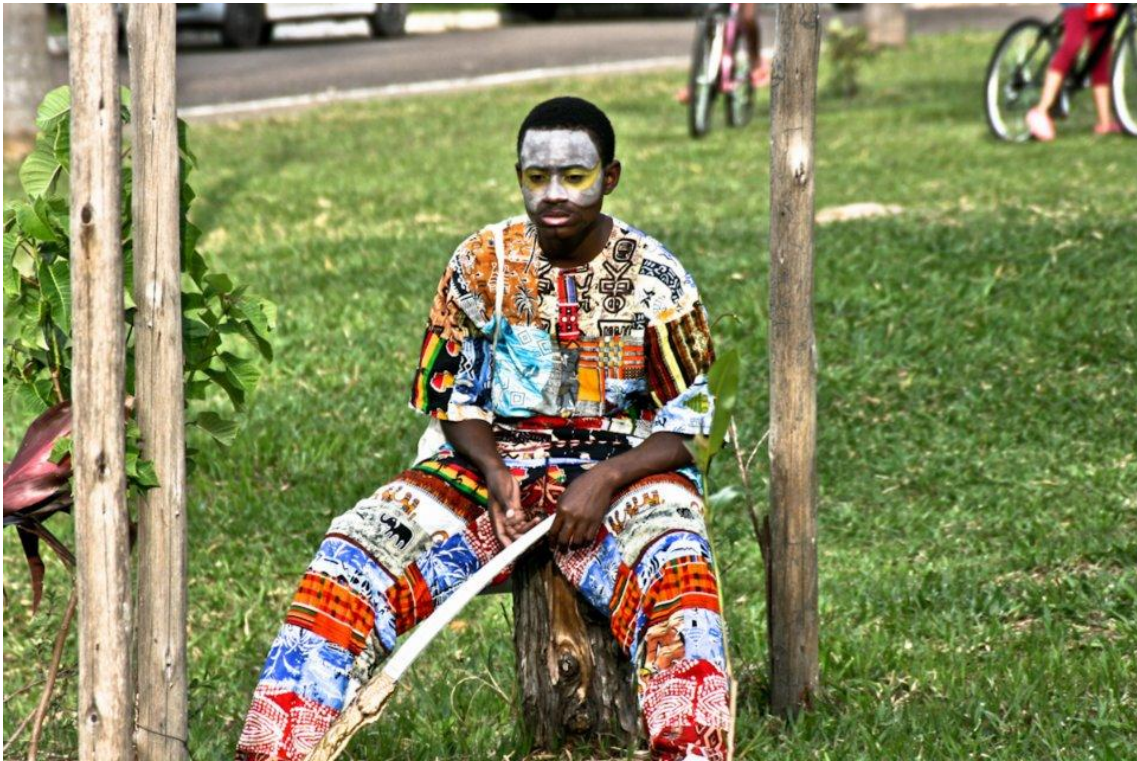


Foto 69 - Erildo Fernandes de Souza – ONG T.E.R.R.A.
Foto cedida pela Edymara Diniz.

A proposta do trabalho da Edymara⁵² é ensinar o teatro aos jovens Kalunga, mostrando a eles a apreensão do teatro no discurso e no corpo, como também o fortalecimento das identidades. Soma-se a isso a (re)apropriação da cultura local pelos jovens Kalunga, revigorando nos sujeitos/atores envolvidos, o *ethos* Kalunga em suas várias nuances e versões, pela incorporação crítica de outros valores, sem lançar mão de seus referenciais básicos (COSTA e MATSUMOTO, 2012).

E as narrativas dos estudantes Kalunga apenas corroboram com a pesquisa mencionada pela Professora Nilma, de que os negros ainda são discriminados no seu cotidiano, no caso dos Kalunga, relatados na educação básica.

⁵² Em 2015 Edymara Diniz lançou o documentário *Memórias e Identidades Kalunga em cena*, que é resultado da pesquisa de seu mestrado no Programa de Pós Graduação em Arte da Universidade de Brasília – UnB.

Capítulo 6 - Experiência e memória Kalunga no aprendizado de nível superior.

Antes de trazer as interpretações das narrativas dos estudantes Kalunga no ensino superior, considero importante falar sobre as lutas institucionais e conquistas de políticas para a educação do campo e da educação escolar quilombola. Lutas essas que são constantes na comunidade Kalunga:

[...] eu tenho lutado muito pra pode ajudar, embora a gente sabe que as ações políticas, até mesmo os programas não é fácil de ser reafirmado na comunidade, mas, eu tô aqui lutando o tempo todo, eu estou aqui numa Secretaria de Igualdade Racial da Mulher, uma secretaria que na verdade é uma conquista de luta de negro mesmo, eu acho que [...] a gente tem muito a agradecer a nossos mais velhos, que continuam na luta, tem deles vivos até hoje, e aí mostrou para o governo que aqui tem um município que tem a maior comunidade tradicional que merece ter um destaque especial que é a questão negra, a questão racial, porque não é só pobre e preto, tem um outro, tem uma outra dívida dos governos anteriores que ficou aqui, que foi a questão do escravismos, que deixou essa desigualdade, essas faltas de condições em tudo.

Justifico também que, o próximo subtítulo vem responder a questionamento feito no dia da apresentação do meu projeto: como a educação quilombola saiu do conceito macro da educação do campo para se tornar específico?

6.1 - Lutas e conquistas: Educação do Campo e Educação Escolar Quilombola

6.1.1 - Educação do Campo

A construção da educação do campo no Brasil teve início nos anos 60 e 70. Este foi um período em que houve maior penetração do capital internacional na economia e conseqüentemente houve um crescimento das contradições do capital nacional-desenvolvimentista, e em razão destes acontecimentos houve um crescimento

do movimento operário e camponês, o surgimento de partidos de esquerda e de grupos e entidades que desejavam a transformação da estrutura da sociedade, bem como o comprometimento de alguns setores da Igreja com as lutas sociais (QUEIROZ, 2011).

Nos anos 70 surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização da Igreja Católica, que estava ao lado dos posseiros, na luta pela reforma agrária e pela permanência na terra.

Nesse período houve ainda a expansão das Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no Estado do Espírito Santo e essas escolas já trabalhavam com a metodologia da pedagogia da alternância no ensino fundamental. Apesar de terem surgido no final dos anos 60, é na década de 70 que as EFAs vão se expandir e, mais especificamente, em 1976, inicia-se a primeira experiência de Escola Família Agrícola de Ensino Médio. (QUEIROZ, 2011).

Nos anos 90, a luta pela educação do campo ganhou destaque no cenário político, tanto é que a educação do campo aparece pela primeira vez na legislação, a qual fez referência explícita à especificidade e diferenciação quanto à oferta de educação básica para a população rural, no artigo 28 da Lei de Diretrizes Básicas de 1996, onde se menciona:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

É nos anos 90 que são realizadas conferências para a reforma agrária e educação do campo. Santos (2012) menciona que a educação do campo, desde a sua materialidade de origem, tem três desafios, quais sejam:

O primeiro deles é assegurar o direito de acesso dos camponeses ao conhecimento, como instrumento político fundamental para a ruptura da sua histórica condição de subordinação frente ao capital. Segundo desafio diz respeito ao direito à diferença. Que os novos sujeitos políticos camponeses que emergiram das novas lutas surgidas neste

final/início de século - da questão agrária, do debate sobre um novo modelo de agricultura articulado com a questão ambiental – sejam reconhecidos pelas suas práticas e pelo acúmulo de conhecimento construído no âmbito de suas organizações e movimentos sociais, e identificadas nas políticas educacionais como portadores de tal patrimônio cultural. O terceiro desafio é trabalhar um novo projeto que, no campo da elaboração e da disseminação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, rompa com o paradigma do capital na educação, Rompa, portanto, com a racionalidade instrumental nos processos educativo-escolares.

Em 1997, um ano após o Massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, aconteceu a marcha Nacional pela Reforma Agrária, a partir daí começaram a surgir as condições para comunicar ao país, às universidades e aos governos que o movimento que ocupa terra, que se expõe aos conflitos e violência do latifúndio, também se impõe para exigir educação do campo, no campo, com qualidade (SANTOS, 2012).

Em 1997 teve o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, tendo como parceiros o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB) e o MST. Neste encontro originou-se a ideia de se realizar a Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que ocorreu em Luziânia/GO em julho de 1998, e que foi organizada pelos movimentos sociais, universidades e professores do campo, tendo como parceiros o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). (ARROYO e FERNANDES, 1999).

Surgiu a ideia, também, de se criar um programa que atendesse a Educação do Campo, então, em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o PRONERA, que inicialmente era vinculado ao Gabinete e que a partir de 2001 foi incorporado ao INCRA. Este programa propõe uma política pública de educação para trabalhadores das áreas de reforma agrária, que se realiza por meio de parcerias com diferentes esferas governamentais, instituições de ensino médio e superior de caráter público ou civil, sem fins lucrativos, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais, para qualificação educacional dos assentados. (HACKBART, 2008).

As principais ações do PRONERA são: a) garantia de alfabetização e educação fundamental de jovens e adultos acampados e acampadas e assentados e assentadas nas áreas de reforma agrária; b) garantia de escolaridade e formação de educadores para atuarem naquelas áreas; c) formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores de jovens e adultos (EJA) e do ensino fundamental e médio; e d) garantia de escolaridade/formação profissional, técnico-profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento. (HACKBART, 2008).

Na Conferência de 1998, que teve o objetivo de discutir como recolocar o rural, e a educação que a ele se vincula, na agenda política do país, bem como pensar e implementar estratégias que possibilitassem criar um projeto de desenvolvimento para que o Brasil incluía as milhões de pessoas que vivem no campo, e de que a educação, além de um direito, faz parte desta estratégia de inclusão (FERNANDES, *et al*, 2007), que surge o conceito de educação campo, que nasceu com pressão dos movimentos sociais:

[...] resultado de um significativo processo de transformações da sociedade civil em seus valores e práticas, tal como afirmava Gohn, como política do movimento social dos/para os camponeses. Não é qualquer política. É um conceito de campo e educação, perpassado pelo Estado, na acepção gramsciana, como “cenário de conflito social, complexo e múltiplo, denominado ‘guerra de posição’: prolongada no tempo, travada num espaço social amplo e heterogêneo, que inclui mais uma frente simultânea. Está em questão a educação da classe trabalhadora do campo. (SANTOS, 2012, p. 35)

Nessa Conferência, decidiu-se ainda utilizar a expressão *campo* e não *meio rural*, tal justificativa trata-se de uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que tentam garantir a sobrevivência deste trabalho. Diante disso a Educação do Campo tem um desafio para o pensamento educacional, qual seja: entender os processos educativos na diversidade de dimensões que os constituem como processos sociais, políticos e culturais. (ARROYO *et al*, 2004).

Cabe destacar aqui que nas duas conferências houve a participação de alguns coletivos quilombolas:

No contexto das lutas por uma Educação do Campo realizada no campo, vários representantes das comunidades e organizações

quilombolas rurais se fazem presentes. Alguns coletivos quilombolas participaram, ativamente, dos eventos históricos realizados pelos movimentos sociais do campo, tais como a 1ª e a 2ª Conferência Nacional por uma Educação no Campo (1998 e 2004). Do ponto de vista da formação de professores, alguns quilombolas têm se formado, em nível superior, nos cursos de Formação de Educadores do Campo, promovidos por diferentes universidades públicas do país. (PARECER CNE/CEB nº: 16/2012).

Naquela época, Arroyo *et al* (2004) apontava uma preocupação com relação a estudos sobre a educação do campo:

O silenciamento, esquecimento e até o desinteresse sobre o rural nas pesquisas sociais e educacionais é um dado histórico que se tornava preocupante. Por que a educação da população do campo foi esquecida? Um dado que exige explicação: somente 2% das pesquisas dizem respeito a questões do campo, não chegando a 1% as que tratam especificamente da educação escola no meio rural.

Mas, isso tem mudado nos últimos anos, pois muitas universidades, institutos federais e centros de pesquisa vêm produzindo textos acadêmicos e pesquisas sobre a educação do campo. Um exemplo é a Biblioteca Virtual de Educação do Campo⁵³ que contém mais de 500 artigos relacionados com a educação do campo, artigos que tratam de quilombos, faxinalenses, pomeranos, entre outros. Cito ainda os Trabalhos de Conclusão de Cursos – TCC dos estudantes da Licenciatura em Educação do Campo, só para se ter uma ideia, hoje a UnB tem em seu acervo 113 TCCs:

Através dos textos que compõem a trajetória do debate da Educação do Campo, podemos perceber que o silenciamento e esquecimento não têm mais sentido, e se torna urgente ouvir e entender a dinâmica social, cultural e educativa dos diferentes grupos que foram o povo do campo. (ARROYO *et al*, 2007, p. 09).

Passados três anos da criação do PRONERA, em 2002 teve a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, aprovada pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 abril de 2002.

⁵³ Disponível em: <http://educacaodocampo-bibliotecavirtual.blogspot.com.br/>

E dois anos depois, em julho de 2004, foi criada a SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade no MEC que reuniu temas como alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação em direitos humanos, educação escolar indígena, e diversidade étnico-racial.

Com a da SECAD⁵⁴, criou-se também a Coordenação Geral de Educação do Campo - CGEC⁵⁵ e as ações estão voltadas para: a) Desenvolvimento de pesquisas na área; b) Participação social e da esfera pública nas ações planejadas; c) Inclusão de Metas no Plano Nacional e nos Planos Estaduais de Educação; d) Desenvolvimento de ações de formação inicial e continuada de educadores do e para o campo; e) Discussão e encaminhamentos sobre classes multisseriadas; f) Desenvolvimento de cursos para agricultores familiares; g) Ampliação do transporte escolar; Melhoria da infraestrutura física e instalações; e h) Apoio a experiências inovadoras de formação de educadores e de elaboração e aquisição de materiais didáticos – pedagógicos.

O amparo jurídico à educação do campo também é uma conquista importante, pois foram construídos com a proposta de promover o reconhecimento e direito por uma educação específica, então além do artigo 28 da Lei de Diretrizes Básicas de 1996, a educação do campo conta hoje com os seguintes aportes jurídicos:

- ✓ Parecer CNE/CEB nº 36 de 4 de 12 de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 1/2006 - Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA).
- ✓ Parecer CNE/CEB nº 3, de 18 de fevereiro de 2008. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

⁵⁴ Atualmente SECADI (2014)

⁵⁵ Atualmente CGPEC (2014)

- ✓ Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
- ✓ Lei nº 11.947, de 16 de junho 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273 de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de junho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8. 913, de 12 de junho de 1994; e dá outras providências.
- ✓ Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

Em 2010 um importante decreto foi assinado, o que representou grande conquista para as populações do campo, que foi o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

O Decreto, em seu artigo 2º, traz os princípios da educação do campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;

II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;

III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;

IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do

calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
e

V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

O Decreto, em seu artigo 3º e incisos, atribui ao governo federal a responsabilidade de criar e implementar mecanismos que assegurem a manutenção e o desenvolvimento da educação na área rural para:

a) reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar;

b) fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental;

c) garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; e d) contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

A formação de professores também é contemplada no Decreto, em seu artigo, 6º: *a formação de professores para a educação do campo observará os princípios e objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.*

O Decreto trata também da adequação do calendário escolar às particularidades das atividades regionais e dos ciclos produtivos; o reconhecimento da relevância da escola multisseriada; e a pedagogia da alternância.

Após o Decreto, foi publicada a Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, que institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. O Programa é um conjunto de ações articuladas que asseguram a

melhoria do ensino nas redes existentes, bem como a formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade da educação no campo em todas as etapas e modalidades.

Em 2015 foi publicada a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em seu artigo Art. 3º menciona que:

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e **modalidades** – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, **educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola** e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os 4 direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional. (grifo nosso).

Ainda no artigo 3º, parágrafo 4º:

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e **modalidades de educação** (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, **educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola** e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (grifo nosso).

Tem-se ainda a Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, que determina diretrizes, metas e estratégias para a

política educacional dos próximos dez anos. No art. 2º da Lei estão as diretrizes do Plano:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;**
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (grifo nosso)**

A afirmação do direito à igualdade como princípio para o conhecimento dos direitos humanos e o exercício da cidadania passa também pela busca da equidade no acesso à educação, ao emprego, à saúde, ao meio ambiente saudável, à reforma agrária ampla e massiva e ao combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, aparência, ou condição física. (GPT⁵⁶ de EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2005).

A política da igualdade deve ser desenvolvida na garantia de oportunidades e no reconhecimento da diversidade, afirmando que oportunidades iguais são necessárias, mas não suficientes para oportunizar tratamento diferenciado, visando promover igualdade entre desiguais e o respeito às diferenças. (GPT de EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2005).

A igualdade de oportunidades para os povos do campo passa não apenas pela universalização do acesso a uma das escolas públicas, gratuitas, de qualidade e socialmente comprometidas para os segmentos excluídos da sociedade, como também

⁵⁶ O Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo Instituído pela Portaria nº 1.374, de 03 de junho de 2003, alterada pela Portaria nº 2.895, de 16 de setembro de 2004, publicado no DOU de 20 de setembro de 2004.

pelo resgate dos saberes dos diferentes sujeitos a quem a educação e a escola se destinam, na democratização da cultura e no enraizamento do cotidiano da escola, na realidade dos sujeitos que a compõem – na sua identidade, na relação com o mundo do trabalho e da cultura. (GPT de EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2005).

E a legislação mais recente é a Portaria nº 391, de 10 de maio de 2016 que estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Atualmente encontra-se no Conselho Nacional de Educação texto subsídio para elaboração das diretrizes curriculares para o curso de licenciatura em educação do campo, para formação de educadores que atuarão na educação básica em escolas do campo.

As diretrizes têm como objetivo definir princípios, condições de ensino e de aprendizagem, bem como procedimentos a serem observados em sua institucionalização, planejamento, implementação, monitoramento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de Educação Superior do país. O texto foi entregue em maio de 2015, pela Comissão Especial das Licenciaturas em Educação do Campo⁵⁷ e pela equipe da SECADI.

É importante mencionar também a instituição da Comissão Nacional de Educação do Campo - CONEC, criada em novembro de 2007. A CONEC trata-se de órgão colegiado cuja finalidade é auxiliar o Ministério da Educação na formulação, implementação e acompanhamento das políticas para a Educação do Campo.

Além da Comissão Especial das Licenciaturas em Educação do Campo, têm-se dois Grupos de Trabalho que estão realizando importantes contribuições para a educação do campo, quais sejam: a) Fortalecimento para as políticas em educação do campo, que tem como finalidade construir critérios técnicos para assegurar uma distribuição territorial e espacial das escolas do campo compatíveis com as necessidades

⁵⁷ A Comissão Especial instituída pela Portaria MEC nº 102, de 09 de outubro de 2015 e Portaria nº 16, de 11 de maio de 2016 (que estabelece novo prazo). A Comissão tem como objetivo o para acompanhamento, sugestões de aperfeiçoamento e fortalecimento institucional das Licenciaturas em Educação do Campo, de forma a contribuir com a expansão dos cursos e com as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, com base no que dispõe o art. 1º, inciso VI do Regimento Interno da Comissão Nacional de Educação do Campo - CONEC, instituída pela Portaria/ MEC nº 674, de 2013 e revoga a Portaria nº 4, de 5 de fevereiro de 2016.

da população do campo; propor o aperfeiçoamento pedagógico das escolas do campo; e melhorar a articulação entre a Educação Superior e a Educação Básica, por meio do desenvolvimento de um programa de residência docente nas escolas do campo⁵⁸; b) Fortalecimento dos Centros Familiares de Formação por Alternância - CEFFAs⁵⁹.

6.1.2 - Educação Escolar Quilombola

Moura (2001) explica que os quilombos sempre tiveram participação ativa na formação histórica e cultural da sociedade brasileira, dando notoriedade às identidades construídas a partir das lutas tidas na esfera da cultura, da religião e da economia rural. Essas lutas indicam para os movimentos reivindicatórios exigindo do estado e da sociedade civil maior visibilidade para as populações quilombolas.

Desde 80 que a discussão sobre a questão quilombola entrou no cenário político nacional e resultou no ano de 1988 com os quilombos tornando-se matéria constitucional (MOURA, 2001).

Tendo como base o processo histórico de formação dos quilombos no Brasil e a realidade vivida pelas comunidades remanescentes de quilombos, é possível afirmar que a história dessa parcela da população tem sido construída por meio de diversas e diferentes estratégias de luta contra o racismo, pela terra e território, pela vida, pelo respeito à diversidade sociocultural, pela garantia do direito à cidadania, pelo desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam, reparem e garantam o direito das comunidades quilombolas à saúde, à moradia, ao trabalho e à educação. (PARECER CNE/CEB Nº 16/2012).

O ponto de partida foi em 2010 na Conferência Nacional de Educação – CONAE, após discussões no eixo que tratava da diversidade, resultou na inclusão da educação escolar quilombola como modalidade da educação básica no Parecer

⁵⁸ GT instituído pela Portaria/MEC nº 948 de 21 de setembro de 2015, Portaria nº - 14, de 12 de maio de 2016 (estabelece novo prazo).

⁵⁹ GT instituído pela Portaria nº 100, de 07 de outubro de 2015 e Portaria nº - 15, de 11 de maio de 2016 (estabelece novo prazo).

CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica.

E os principais protagonistas políticos neste processo de luta são os movimentos sociais: movimento quilombola e o movimento negro. São esses movimentos que organizam as demandas das diversas comunidades quilombolas de todo o país e as colocam na cena pública e política, transformando-as em questões sociais. Esses movimentos sociais também denunciam que a situação de desigualdade e preconceito vivida pelos quilombolas está ligada ao racismo. Diante disso, a garantia dos direitos aos povos quilombolas faz parte da luta antirracista. (PARECER CNE/CEB Nº 16/2012).

Nessa caminhada de luta do movimento negro, que envolve em suas reivindicações uma educação escolar em torno de uma educação escolar que se realize em nível nacional que contemple a diversidade regional na qual a população quilombola se distribui em nosso país, a realidade sócio-histórica, política, econômica e cultural desse povo, destacam-se os seguintes momentos de luta (PARECER CNE/CEB Nº 16/2012):

- a) A comemoração dos 300 anos de Zumbi, em 1995;
- b) Realização, em Brasília, no dia 20 de novembro de 1995, da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, coordenada pelo Movimento Negro em nível nacional em parceria com outros setores da sociedade civil;
- c) I Encontro Nacional, que aconteceu em Brasília, no período de 17 a 20 de novembro de 1995. Desse encontro, saíram reivindicações concretas das populações quilombolas ao Estado brasileiro, incluindo entre elas a educação.
- d) Em 1996, é organizada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Essa entidade de representação máxima das comunidades quilombolas é formada pelos próprios quilombolas, com representação em diferentes Estados brasileiros com o propósito de mobilizar as comunidades quilombolas em todo o Brasil em defesa de seus direitos.
- e) O processo de mobilização e a participação do movimento negro e quilombola na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, África do Sul, também deve ser considerado.

- f) Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003.
- g) No Ministério da Educação, é criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), em 2004, na qual a educação quilombola começa a encontrar um lugar institucional de discussão;
- h) “Marcha Zumbi + 10: Pela Cidadania e a Vida”, em 2005, realizada pelo Movimento Negro, em Brasília, com o apoio de outras entidades do movimento social;
- i) 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (I Conapir), realizada pela SEPPIR, em 2005, e da 2ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (II Conapir), nas quais as especificidades do movimento negro, dos povos indígenas, dos quilombolas, das comunidades de terreiro, da população LGBT, dos judeus e dos palestinos estiveram presentes.
- j) Marcha Quilombola a Brasília, no dia 7 de novembro de 2011, na capital federal, durante a qual foi realizada uma audiência pública das organizações quilombolas com o Senado Federal. A 3ª Audiência Pública para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, realizada pelo CNE, foi inserida entre as ações políticas da CONAQ que acompanharam a referida marcha.

Registro também a criação da CADARA - Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros⁶⁰ é que um órgão técnico vinculado ao MEC, de natureza consultiva e propositiva, instituída pela Portaria nº 4.542, de 28 de dezembro de 2005.

No âmbito das políticas educacionais, o que se tem de concreto para a educação escolar quilombola:

- ✓ O artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), introduzido pela Lei nº 10.639/2003, que trata da obrigatoriedade do estudo da História da África e da Cultura afro-brasileira e africana e do ensino das relações

⁶⁰ A CADARA tem entre outros objetivos: elaborar, acompanhar, avaliar e analisar políticas públicas educacionais voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/2003, bem como das Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, aprovadas pelo Parecer CNE/CP nº 03/2004 e homologadas pela Resolução CNE/CP nº 01/2004. A CADARA é composta por representantes da SECADI/MEC e, a critério desta, por representantes de outros órgãos da administração federal, estadual ou municipal, bem como por representantes da sociedade civil, de entidades e organizações do movimento negro

étnico-raciais, instituindo o estudo das comunidades remanescentes de quilombos e das experiências negras constituintes da cultura brasileira.

- ✓ Parecer CNE/CP nº 03/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ✓ Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- ✓ Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB 04/2010 que instituem as Diretrizes Curriculares Gerais para a Educação Básica. (resultado dos debates realizados na Conferência Nacional de Educação de 2010).
- ✓ Parecer CNE/CEB nº: 16/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.
- ✓ Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
- ✓ Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.
- ✓ Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.
- ✓ Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.
- ✓ Portaria nº 391, de 10 de maio de 2016 que estabelece orientações e diretrizes aos órgãos normativos dos sistemas de ensino para o processo de fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas.

Face a esse processo de luta pela educação as comunidades quilombolas junto com outros movimentos sociais camponeses, articulados, conquistaram nas últimas décadas o direito à Educação Básica do Campo. (PARECER CNE/CEB Nº 16/2012).

Quando da apresentação do projeto de pesquisa para a banca da qualificação, o professor André Lázaro, um dos membros, comentou sobre a especificidade da educação quilombola e mencionou que no projeto carecia de explicação de como é que a educação quilombola saiu do genérico – educação do campo - para se tornar uma identidade, e no próximo subtítulo buscarei apresentar essa resposta com base no Parecer CNE/CEB nº 16/2012.

6.2 - Educação do Campo: trajetórias nos territórios Kalunga

Kolling *et al* (1999) mencionam que a educação do campo está voltada ao conjunto de trabalhadores do campo, sejam os camponeses, os quilombolas, os indígenas, bem como os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

No Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre as políticas públicas para a educação do campo e o PRONERA, elenca quem são as populações do campo, em seu artigo 1º, Parágrafo § 1º, inciso I:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural;

De acordo com o Parecer do CNE/CEB nº 16/2012 a configuração dos quilombolas como povos e comunidades tradicionais⁶¹ e, a proximidade de alguns

⁶¹ Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

aspectos das comunidades quilombolas rurais com as demais populações que vivem nesse contexto do campo possibilitam pontos de ligação histórica, econômica, social, política, cultural e educacional entre os quilombolas, os indígenas e os povos do campo.

No caso dos povos indígenas, essa aproximação pode ser vista nos aspectos apontados pela Convenção 169 da OIT e na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais: o direito à autodefinição, ao território, à identidade étnica e à relação de sustentabilidade com o meio. No caso dos povos do campo, muitas comunidades quilombolas, não todas, pois existem também comunidades quilombolas urbanas, têm a aproximação com o rural, como é o caso dos Kalunga, dessa forma podem ser entendidas como integrantes da ampla configuração formada pelos povos do campo. (PARECER DO CNE/CEB Nº 16/2012).

Então a legislação pertinente à educação do campo e indígena também cabe a educação escolar quilombola, respeitando, entretanto, as suas particularidades. Sendo assim, as comunidades quilombolas poderão ser destinatárias, em algumas situações, das políticas públicas voltadas para povos indígenas e do campo, respeitado o que é peculiar de cada um e quando a legislação assim o permitir. (PARECER CNE/CEB Nº 16/2012).

A educação do campo trabalha de forma metodológica e interdisciplinar os conteúdos ligados à realidade do campo, porque gente trabalha com os alunos pra preparar para a vida no campo com uma leitura de mundo. Tem que ter a ligação entre a vida na cidade e no campo, vamos dizer, pensar no mercado de trabalho, não só trabalhar sendo escravo do dinheiro, assalariado, mas trabalhar a cultura local, como fazer os plantios, a época certa de fazer os plantios, eu acho que educação do campo envolve isso, independente que seja quilombola, indígena, ou lá das quebradeiras de cocos lá, povos da floresta, tem que trabalhar a realidade local mediando com a cidade. Eu acho que esses povos tem diferença por causa da cultura, não é por causa que nós somos quilombola que nós não podemos estudar as culturas de quem é da floresta, é transdisciplinar. Então, acho que tem diferença sim, a nossa cultura, por exemplo, aí tem a sussa, os dançadores de sussa, as folias..... aí, pensa lá, os sem terra, eles não tem sussa, mas também isso não significa que a gente não pode estudar um pouco da realidade deles, né! E também não significa que eles não podem estudar a nossa cultura. A gente tem que ter uma ligação com tudo, acho que seria assim, mas sem esquecer, sem menosprezar a cultura local. (João Francisco Maia).

A educação do campo seria essa formação pra formar pessoas do campo pra estar trabalhando, não só a realidade do campo, mas também a realidade local, regional e global. Quando fala em educação do campo, eu acho que educação quilombola e indígena tem que estar

juntas, porque igual comunidade aqui é quilombola, mas também têm pessoas que são descendentes de índio, igual o pai, os tataravós de pai era índio, eu não sei se era Ava-canoeiros, só sei que tinha índio aqui. Então, igual eu estava falando, eu acho que os três elos não podem falar separados. (Joelice Francisco Maia).

Joelice revela um olhar consciente, crítico e integrado das políticas de educação voltadas para o campo. Sua identidade quilombola a coloca num encontro de forte sintonia com as Licenciaturas em Educação do campo, haja vista o conceito de populações do campo, apresentada no Decreto nº 7.352/2010.

A Educação do Campo trata-se de um projeto popular de desenvolvimento do campo. Arroyo *et al* (2004) explicam que este projeto pretende uma educação que garanta o direito ao conhecimento, à ciência e à tecnologia socialmente acumuladas, mas também que contribua para a construção e afirmação dos valores e da cultura, das autoimagens e identidades da diversidade que compõem o povo do campo. Para os autores:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo. (ARROYO *et al*, 2004, p. 14).

Para que a escola seja um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos é preciso formar professores que possam proporcionar este ambiente. E é neste sentido que surge a Licenciatura em Educação do Campo.

Feito isso, passo agora às interpretações das narrativas dos entrevistados.

A Licenciatura em Educação do Campo é o curso que os Kalunga frequentaram/frequentam na UnB. Essa Licenciatura⁶² é um curso de graduação,

⁶² Cabe aqui fazer um esclarecimento, qual seja, a Licenciatura em educação do campo foi implementada inicialmente como um programa de educação chamado Procampo - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que tinha como objetivo apoiar a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Mas, este ano, de acordo com a Nota Técnica

recentemente implantado, que vem se consolidando desde 2007 pelas Instituições Federais de Ensino Superior, com o apoio do MEC, voltado especificamente para educadores do campo.

A ideia de se pensar uma graduação para os povos do campo surgiu das proposições da *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*, realizada em 2004. A proposta do curso foi construída no MEC, em 2005, por meio de uma comissão instituída pelo Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo da SECAD e que teve a participação de representantes do Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária - ITerra. No início apenas 04 Universidades Federais participaram do projeto piloto em 2007: Universidade de Brasília - UNB, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Universidade Federal da Bahia - UFBA e Universidade Federal de Sergipe - UFS.

A UnB, em parceria com o ITerra, foi a primeira a iniciar o curso em setembro de 2007. A partir do início das turmas do projeto-piloto, o MEC criou o ProCampo, um programa específico de apoio à implantação de cursos de Licenciaturas em Educação do Campo (CALDART, 2011).

Hoje 37 Instituições de Ensino Superior ofertam a Licenciatura em Educação do Campo em 48 *campus/campi*. Dessas 37, 03 não participaram do Edital nº 2, de 05 de setembro de 2012 (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN); 05 são universidades estaduais (Universidade Regional do Cariri - URCA, Universidade Estadual do Ceará - UECE, Universidade Estadual da Bahia - UNEB, Universidade Estadual de Taubaté - UNITAU e Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL), participantes do Edital nº 2, de 23 de abril de 2008 e 9 de, 29 de abril de 2009; e 31 são do Edital 02/2012, sendo que 02 são Institutos Tecnológicos Federais.

Conjunta nº 3/2016/GAB/SECADI após a fase de implementação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo definida no Edital 02/2012, as informações referentes a ingressantes, matrícula, e concluintes dos cursos, conforme definida no Edital, passam a integrar o conjunto de dados da Instituição de ensino, que formam a base para a elaboração da Matriz Orçamentária de Outros Custeios e Capital – OCC, instrumento de distribuição anual dos recursos destinados à manutenção e ao funcionamento das instituições federais da educação superior.

A licenciatura em Brasília é ofertada no campus de Planaltina da UnB. Hoje é um curso regular e realiza-se em regime de alternância, subdividindo-se em Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC). Tem como objetivo formar professores e educadores para as escolas do campo. A matriz curricular desenvolve uma estratégia multidisciplinar de trabalho docente, organizando os componentes curriculares em duas áreas do conhecimento (habilitações): Ciências da Natureza e Matemática e Linguagens. Anualmente são oferecidas 60 vagas, para estudantes que residam no campo, e pertençam ao Estado de Goiás, ou DF/Entorno. A carga horária total é de 3.525 horas/aula e 235 créditos, integralizadas em oito etapas (semestres).

O curso tem um público-alvo bem específico: são quilombolas, trabalhadores rurais assentados ou acampados, professores do campo que moram na comunidade rural ou na cidade próxima e militantes de diversos movimentos sociais do campo brasileiro. (VILLAS BÔAS, 2011).

Assim como os relatos sobre a infância se revelaram descontraídos, os relatos sobre a universidade a, além de descontraídos, são otimistas e com perspectivas para o futuro.

Muitos nem sonhavam em fazer, um curso de graduação, não estava nos horizontes ou planos dos Kalunga: *“Eu nem pensava nem de terminar o terceiro ano, se falasse de universidade pra mim eu não sabia o que significava nem universidade”*. (Romes dos Santos Rosa). *Eu não pensava em fazer curso superior, pensava em fazer concurso, mas dar aulas nas escolas também. Eu trabalhei dando aulas nas escolas.* (Vilmar Souza Santos). E outros tiveram que enfrentar resistência no seio familiar para cursar a LEdoC: *“Quando eu passei no vestibular, minha família não queria nem que eu fosse porque eu tinha problema de saúde, uma depressão”* (Eurotildes dos Santos Rosa). Mas, assim que ingressaram no curso, muitas mudanças aconteceram, no modo de pensar e de agir:

O curso mudou muito, muito a minha vida. A questão do aprendizado e a questão da participação minha dentro da comunidade, mudou bastante, cresceu bastante o meu conhecimento, a UnB me ensinou a fazer tudo, me ensinou o caminho pra fazer as coisas. Não deu o peixe, mas me ensinou a pescar. (Vilmar Santos Rosa).

[...] mas, pra mim, a faculdade foi uma terapia, eu fazia terapia, mas depois que comecei a fazer a faculdade, parece que foi meu remédio pra depressão, porque aí eu já passei a gostar de conversar com as pessoas. (Eurotildes dos Santos Rosa).

Muitos ficaram sabendo do curso por terceiros. Quem começou a divulgá-lo ou melhor, a disseminar a informação na região quilombola, foi uma estudante de mestrado da UnB, não quilombola, que morava em Cavalcante. A partir disso, a novidade correu boca a boca, uma pessoa passava para a outra.

Eu estava guiando no Engenho II a professora Daniela Ungarelli, aí ela estava fazendo a pesquisa dela de mestrado, em relação às sementes, tipo de plantio da comunidade, fundão, que tem umas comunidades lá, aí ela tava me falando da LEdoC. (Vilmar Souza Santos).

Então, veio pra cá, em Cavalcante, uma moça chamada Daniela Ungarelli, ela fez a graduação ou a pós-graduação na UnB, e ela mora aqui em Cavalcante, e a primeira vez que ela divulgou foi pra turma 2, que entrou acho que cinco pessoas Kalunga, aí da segunda vez de novo ela trouxe o informe e aí nós aqui começamos a multiplicar, e na terceira turma, muita gente fez o vestibular. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Eu estava trabalhando de jardineiro em Cavalcante, aí uma prima minha, a Yolanda, me falou da LEdoC, e mãe conversou com ela. Aí eu fui buscar mais informações com o Vilmar e com a Núria, que me falaram do vestibular, aí eu me inscrevi, saiu o vestibular e eu consegui passar, assim, eu não tinha muita esperança de passar, eu tinha muita vontade, mas aí eu consegui. (João Francisco Maia).

Eu fiquei sabendo da LEdoC pelos meus primos Eva e Adão, filhos da tia Persília. A Eva, na época quando ela passou no vestibular, morava aqui em casa, ela morava aqui e trabalhava lá no Centro. Aí eles falaram pra mim e eu fui fazer a inscrição no último dia. (Daiana dos Santos Dias).

Eu fiquei sabendo do curso através do Vilmar. Ele fez o primeiro vestibular, ele disse que tentou me avisar lá, mas como ele morava longe, não teve como o recado chegar até o dia da inscrição, porque até um recado, bilhete é difícil de chegar lá (Vão de Almas). Aí logo que saiu a outra inscrição, ele e a Wanderleia cassaram um jeito e mandou me avisar e eu cheguei no dia e fiz a inscrição. (Eurotildes dos Santos Rosa).

A associação da comunidade do Engenho II, espaço de organização coletiva, e a Secretaria da Igualdade Racial de Cavalcante também ajudaram a divulgar o vestibular:

Teve uma reunião aqui na Associação falando desse curso e mãe participou dessa reunião e aí mãe que me informou. Eu não sei quem chamou, fez essa reunião, que eu não tava aqui, lembro até que teve uma prima minha que conversou com mãe direitinho, que eu acho que mãe não entendeu direito, aí mãe me ligou, me falou. (Joelice Francisco Maia).

Mas houve queixas de que muitos estudantes Kalunga da LEdoC não quiseram divulgar, sob a alegação de que o curso não era bom, mas para o Genildo muitos não queriam divulgar a oportunidade de se fazer o curso, deixando claro em seu relato o campo de disputas.

A minha tia, Eurotildes, era da turma 4 e quando saiu a turma 5 ela falou pra nós e a gente fez [inscrição] para Licenciatura. Ela incentivou, porque já tinha outras pessoas da turma 2, 3, mas ninguém tinha falado pra gente, incentivando a gente a fazer, só falava que lá era muito ruim, que lá era difícil, que não era todo mundo que ia aguentar, que ia gostar. E ela já estava na turma 4 e incentivou a gente a fazer. (Necia Pereira dos Santos).

Eu estava estudando no último ano [do ensino médio] em 2011, aí foi um menino lá, porque aqui na comunidade às vezes as pessoas, nem todas, mas quando tem uma oportunidade, quer ficar só pra eles, aí não divulga, tinha gente fazendo curso e eu nem sabia de nada, do que estava acontecendo.... o que era. Aí foi um menino, ele trabalha na Secretaria de Igualdade Racial e ele foi lá e falou desse curso, e aí eu falei, vou fazer, é da UnB. (Genildo Fernandes Gonçalves).

Alguns Kalunga não sabiam direito o que era o curso: *Na verdade, quando eu fiz o curso superior, foi assim, por curiosidade, porque saiu o curso aí eu fiquei assim: o que é o curso de licenciatura em educação do campo? Meu Deus, o que é isso?* (Vilmar Souza Santos). [...] *ele falou que foi um monte de gente do Vão de almas aprovado. [...] eu não tava bem assim centralizado do que seria o curso [...].* (Erildo Fernandes Rosa).

No início não foi fácil para os Kalunga, pois estavam conhecendo uma realidade nova para eles, que era o ambiente universitário:

Primeiro foi aquele choque de pensar que eu sabia muito, mas eu sabia é nada! (risos). Porque são tantos termos, são tantas palavras diferentes e até você associar e ver que eu sabia nada foi um choque, mas a gente viu que não é difícil aprender, se você está ali no dia a dia você vai se acostumando com as palavras diferentes, e que você vai aprendendo de verdade. (Wanderleia dos Santos Rosa).

No começo, lá na faculdade, foi meio difícil, tinha aquela ansiedade, a gente não sabia como seria, se teria bons amigos. (João Francisco Maia).

Quando eu cheguei lá, eu me lembro muito bem, não sei se foi no primeiro dia ou no segundo, a professora Eliete que hoje é

coordenadora do curso falou pra gente falar e escrever como a gente estava se sentindo, eu lembro que eu desenhei a minha família e coloquei: *Meu Deus! O que é que eu estou fazendo aqui, eu não sei de nada.* (Daiana dos Santos Dias).

O mesmo preconceito que eles enfrentaram na transição comunidade – cidade, eles enfrentaram na Universidade:

Preconceito de outros alunos, de outros cursos sempre teve, sempre teve e tem ainda. Sempre que chega um estudante da roça lá, só do caminhar parecem que eles já percebem que são alunos da roça, do campo e não da cidade. Sempre teve e não vai deixar de ter, é difícil, tomara que um dia acaba isso, mas sempre teve. Às vezes eles provocavam sim, não precisa nem falar, só no olhar a gente percebe. Mas a gente baixava a cabeça e deixou seguir. Na verdade, era erguer a cabeça, e isso não foi barreira pra gente parar de estudar, não. Então a gente seguiu em frente. (Vilmar Souza Santos).

[...] pelos corredores a gente escutava muita piadinha, como sabia que era educação do campo, muita gente falava assim: “*o que esses roceiros quer saber daqui?*” (Joelice Francisco Maia).

Nem, pela turma nossa não, mas por outro, porque não é só a turma nossa que fica lá na universidade, tem outros cursos, tem de ciências naturais, de direitos humanos esses aí, tem outros cursos lá que eu nem sei os nomes por causa, tem um pessoal assim, que logo que a gente chegou dava pra perguntar pra gente de onde a gente era, que curso a gente estava cursando, que eles não conheciam este curso na UnB, mas tinha uns que ficavam falando que a universidade ia virar chiqueiro. (Necia Pereira dos Santos).

[...] porque logo quando a gente chegou lá eles já começaram a espantar, falando que a gente ia fazer algumas ações, falavam que era baderneiros, outros falava que a porcada tinha chegado, não sei o quê. Era bastante preconceito e até agora a gente não conseguiu interagir, às vezes, eu vejo algum interagir quando tem alguma jornada pra fazer eles passam comunicando a gente pra unir força, mas só usando a gente como objeto na hora que eles precisam, mas em termos de convivência a gente não tem essa relação. (Romes Fernandes de Souza).

Eles enfrentaram o preconceito, a discriminação e seguiram se reconstruindo, buscando as ferramentas que pudessem lhes levar a ter outros conhecimentos, a entrar em outros mundos, pois muitos só conheciam os Movimentos Sociais dos Sem Terra pela mídia:

[...] a gente achava [os Sem Terra] só gostava de confusão, a gente viu que não era bem assim. Quebrou preconceitos, porque a gente sabia um pouco deles era pela televisão, mas depois a gente viu que a nossa história era praticamente parecida. Porque o MST luta pela terra e nós também temos essa luta pela terra aqui, que até hoje não foi regularizada ainda. (Joelice Francisco Maia).

Um aprendizado muito grande foi dos sem terra porque até então o que a gente via no jornal como baderneiro e lá não, a gente vê que a realidade não é essa, aí vem a história dos sem terra, do povo Kalunga, e aí a gente conhece tudo. E vejo semelhanças entre a gente, no caso dos sem terra eles buscam a terra e a gente aqui luta pra permanecer com ela. (Daiana dos Santos Dias).

E essa interação, durante o curso, com esses colegas de outros movimentos sociais, como os Sem Terra, ampliou a consciência social, de classe mesmo, desses estudantes-trabalhadores, reforçando suas identidades, fortalecendo suas lutas pela terra, suas esperanças por outro mundo. A troca de experiências entre os Kalunga e os MST geravam outros conhecimentos, outras práticas, outras possibilidades:

E foi boa a convivência com os colegas, porque tinha troca de experiência, de conhecimento, por exemplo, aprendi o que era mística com o pessoal do MST, eu achava que era alguma coisa lá do final do mundo, mas depois eu vi que qualquer um pode organizar uma mística. (Eurotildes dos Santos Rosa).

Então, isso pra nós era uma novidade, assim como a nossa história era novidade pra eles, tanto é que quando falava Kalunga, eles pensavam que era um povo macumbeiro. Aí conversando, conversando, que eles viam que não era assim, a mesma coisa assim quando falava do MST, a gente achava que a pessoa que só gostava de confusão, a gente viu que não era bem assim. (Joelice Francisco Maia).

E essa interação desfez estereótipos sociais, provocou rupturas nos valores e pensamentos de ambos os grupos, gerando aprendizagens no campo político, principalmente para os Kalunga, que vão se sentir mais encorajados para reivindicar, para lutar por melhorias de suas condições na Universidade e também fora dela.

A gente saiu junto com eles, na reitoria lá do [campus] Darcy Ribeiro. (João Francisco Maia).

[...] nós fomos pra rua, pra reitoria, e [então], construiu o alojamento nosso lá. Inclusive nós não ficamos um dia nesse alojamento, o sonho

nosso era terminar [a obra] e ficar nesse alojamento, que foi uma conquista nossa. (Vilmar Souza Santos).

Villas Bôas (2011, p. 309) diz que essa miscigenação das turmas na LEdoC não reitera o mito da democracia racial brasileira:

Pelo contrário, expõe sem nuances a crueldade da regra da presença do Estado como braço coercitivo contra os pobres e vetor da garantia do privilégio para os ricos, sendo omissos ou ausentes na garantia da extensão dos direitos sociais para toda a população. Os brancos de Mato Grosso são colonos ou filhos de camponeses expulsos à força pelos governos do sul do País, quando se organizaram para lutar pela terra. Os quilombolas resistem isolados em suas terras, sem atenção do poder público e com a promessa de titulação das terras feitas pelo governo sempre ameaçada pela ação predatória da bancada ruralista do Congresso Nacional. Muitas pessoas miscigenadas, coloridas, em um tom conciliatório, carregam também as marcas de intenso fluxo migratório em busca da sobrevivência, caracterizada pela ausência sistemática de trabalho e de amparo do Estado.

O autor explica que a identidade em processo de construção não é apenas uma identidade cultural, de inclusão das diferenças, mas sim uma identidade de classe, pois parte da perspectiva do reconhecimento objetivo da situação de exploração a que todos os povos do campo estão submetidos e que passam a compreender que a ação política para transformar a realidade em questão deve ser guiada pelo sentido de totalidade. (VILLAS BÔAS, 2011).

Diferente do que aconteceu no ensino fundamental e médio, o curso de licenciatura enfatizou muito as práticas culturais dos Kalunga, valorizando seus modos de viver, levantando questões não resolvidas do passado e que seguem inscritas no presente, questionando suas relações com a sociedade brasileira como um todo, ou seja, repensando e refletindo outros campos de possibilidades, conforme relatos abaixo:

As práticas culturais das comunidades são observadas no curso, são respeitadas. Assim, dentro da memória, a gente trabalhou muito com isso. Inclusive o meu TCC é a questão da memória, os manifestos culturais, a gente respeita muito isso e fortalece também. (Vilmar Souza Santos).

A gente teve uma disciplina que se chamava memória, eu não lembro agora, a gente levava tudo que era da nossa cultura, dos costumes e fez praticamente um texto enorme, que todas as turmas têm.

Costumes, tradição, lendas, tudo está neste texto. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Eu fiquei impressionada de ver a preocupação deles de trabalhar a nossa cultura, eles falam que a gente tem que manter a cultura da nossa, não tem que mudar nada, tem que permanecer. Eles nos dão força, e a convicção que falam, com a força tão grande que dá ânimo que tem que continuar realmente. Eu percebi também que tem pessoas da própria comunidade que às vezes tem vergonha de dançar uma sussa, e eles falam assim, sei lá, como se fossem do local. Uma valorização tão grande que eu fiquei impressionada. Os professores nos ensinam que a gente não tem que mudar nada que a gente tem que valorizar o que a gente tem. E a força que eles dão pra não sair da comunidade. (Daiana dos Santos Dias).

La na UnB os professores trabalham as questões da nossa comunidade, da nossa cultura, tem, por exemplo, o CEBEP, que relacionava a comunidade, principalmente agora, porque antes o CEBEP era incluído com o teatro, agora a professora lá, trabalha mais com racismo, é coisa assim que fala sobre a comunidade. E também economia política trabalhava bastante com a comunidade, porque falava de agricultura. (Eurotildes dos Santos Rosa).

Eles trabalham muito esta questão do fortalecimento da cultura, do resgate da cultura, eles trabalham fortemente isso lá. Depois que nós entramos na LEdoC eu acredito que um pouco dessa cultura que nós tínhamos perdido a gente resgatou, porque os trabalhos envolvem o registro dessa memória, relembrar algumas coisas que já estavam esquecidas, inclusive os alunos das comunidades já estão fazendo os projetos deles em cima dessa cultura, inclusive o meu também é. (Adão Fernandes da Cunha).



Foto 70 – Daiana dos Santos Dias.
Autora: Raquel Koyanagi, 2014.

E essa abordagem em sala de aula fez também com que eles se aproximassem de outras pessoas pertencentes a outros grupos Kalunga:

[...] faz com que você cria mais um vínculo com as pessoas da comunidade ali, porque aí você vai entrevistar uma pessoa lá, você vai lá na casa dele, e tudo vai fortalecendo o vínculo. Porque mesmo que você vai lá, mas, fica lá um pouquinho e vai embora. [...]E é interessante, porque através dessas entrevistas você acaba aprendendo várias coisas, descobrindo algumas coisas da comunidade que você não sabia, eles contam. (Erildo Fernandes de Souza).

[...] você aprende várias coisas que você não sabia, você descobre parente seu que você nem sabia que era parente, você descobre que você realmente está dentro lá [na comunidade] e que um está ligado com outro e, às vezes, não tem aquela ligação, não tem aquela união, não tem aquela coletividade junto e também já essas entrevistas servem pra guardar, na memória, porque a maioria das pessoas, os mais velhos, vão morrendo, as histórias vão ficar, e aí vai ficar registrado e guardado (Romes dos Santos Rosa).

O curso de licenciatura, segundo os relatos acima, estimula os estudantes a re-verem suas comunidades, instrumentaliza-os para uma relação teórico-prática dentro da pedagogia da alternância e a partir daí, os estudantes, com uma perspectiva crítica, interagem com as pessoas e grupos de sua comunidade, reconstruindo memórias, histórias, atualizando o passado, debatendo questões que ficaram para trás e situando-as no presente, quais sejam, conflitos internos e externos à comunidade. Os estudantes, ao re-visitarem as pessoas de suas comunidades, estão também revisitando a si mesmos, seus valores, suas posturas e assim refazendo suas tradições, modificando-as através de outras práticas de contato e de percepção de si e do outro.

Molina e Sá (2011) explicam que a educação do campo compreende os processos culturais, mas não só ele, como também as estratégias de socialização, as relações de trabalho pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo.

Hoje eu vejo que, eu acredito que eu tenho mais conhecimento da realidade, do mundo, mais conhecimento próprio, mais respeito pelas culturas, pela tradição das famílias, assim, já mudou a minha concepção de cidadão, da minha realidade também, porque eu tinha medo de apresentar a minha verdadeira identidade, hoje eu não tenho

isso, é um prazer falar que eu sou Kalunga, minha identidade é quilombola, já mudou bastante na minha vida. E acredito que vai mudar mais, que a cada dia que passa a gente aprende mais uma coisa e vai ficando mais forte pra lutar também, a gente cria uma base ali para buscar novos rumos, novas lutas, chamar também mais gente pra luta e isso eu acredito que vai mudar. (Adão Fernandes Cunha).

O coletivo de docentes da UnB, no sentido de observar os modos de percepção dos estudantes a respeito dos conflitos e contradições existentes em seus contextos de vida escolar e comunidades, criou um novo componente curricular chamado Conflitos Estruturais Brasileiros e Educação Popular (CEBEP), que articula a compreensão da realidade brasileira à discussão sobre estratégias educativas adotadas nas ações de inserção orientada nas escolas e comunidades. (MOLINA E SÁ, 2011).

Esse componente foi criado tendo em vista os muitos relatos dos estudantes nas experiências de articulação do Tempo Comunidade como obstáculos para o fortalecimento da organização social, da educação do campo, da formação política e cultural das comunidades. (MOLINA E SÁ, 2011).

A Licenciatura em Educação do Campo adota a metodologia da Pedagogia da Alternância, trata-se de uma metodologia de organização do ensino escolar que articula diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Esse método começou a tomar forma em 1935 a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, em que as especificidades da educação para o meio rural não eram atendidas. A experiência brasileira começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas. (TEIXEIRA, *et al*, 2008).

Na pedagogia da alternância, há a conjugação dos chamados Tempo Escola (TE) ou Tempo Universidade (TU) com o Tempo Comunidade (TC). Então o estudante da licenciatura passa um período na Universidade, onde tem contato com os saberes acadêmicos. Esse período pode durar de 30 a 50 dias, onde se tem aulas no período integral, inclusive finais de semana, mas isso depende de Instituição para Instituição. Já no TC o estudante irá compartilhar esses saberes com a sua comunidade e na escola onde leciona. Importante frisar que no TU o estudante também compartilha suas vivências na comunidade e escola com os colegas e docentes da licenciatura.

Na pedagogia da alternância você tem o tempo escola (TE) e o tempo comunidade (TC) [...] que é um curso integral, a gente vai para o TE e tem toda a orientação acadêmica e quando volta para a comunidade, você volta com um roteiro de atividade para realizar na comunidade e na escola. Muitas vezes você é obrigado a identificar algum conflito na comunidade e planejar a ação para a intervenção. A LEdoC é um curso de alternância, varia de 50 a 60 dias, então você vai para o TE, que é 60 dias e aí você vem para o TC e fica na comunidade, é semestral, duas vezes no semestre, [...] aí você tem um roteiro de atividade que você tem que apresentar num seminário para todas as turmas. (Wanderleia dos Santos Rosa).

A LEdoC da UnB adota a concepção da alternância na organização curricular e metodológica que tem como objetivo integrar a atuação dos sujeitos nas construções dos conhecimentos necessários à sua formação de educação, não apenas nos espaços formativos escolares, como também nos tempos de produção da vida nas comunidades onde se encontram as escolas do campo. E nessa concepção há também a metodologia dos Sistemas de Complexo de Pistrak, que estabelece a conexão entre escola e a vida, preocupando-se com o valor de uso do conhecimento, que deve permitir interpretar e intervir na realidade. (MOLINA E SÁ, 2011).

Tragtenberg (2003) explica que para Pistrak, o objetivo da escola é o de formar crianças para serem trabalhadores completos, diante disso, a necessidade da escola oferecer uma formação básica técnica e social que possibilite o educando orientar-se na vida real. A escola deve ser prática para facilitar ao estudante a transição entre o universo escolar e a totalidade social, ensinando-o a elevar-se do problema prático para uma concepção teórica geral.

Pistrak (2000, p. 134, *apud* Machado, 2014) ressalta a “necessidade de organizar as disciplinas do programa em complexos, na medida em que este é o único sistema que garante uma compreensão da realidade atual de acordo com o método dialético”. Machado (2014), diante dos ensinamentos de Pistrak, menciona que trabalho e educação andam juntos em sua concepção e os conteúdos vêm da prática social, uma vez que, a escola capitalista não considera o trabalho como expressão do humano. É nas relações sociais que os sujeitos tomam consciência do seu papel na sociedade.

Essa metodologia de alternância possibilitou que os Kalunga pudessem concluir o curso, bem como os motivou a nele permanecer:

[...] se não tivesse criado essa pedagogia da alternância, talvez [...] eu não tinha ingressado no curso, porque eu não tinha como ficar lá o tempo todo, e com essa pedagogia da alternância a pessoa estuda um tempo na UnB e outro tempo em casa, eu acho que foi uma oportunidade boa, porque pra nós, aqui da comunidade, não tinha como passar quatro anos em Brasília fazendo este curso. (Eurotildes dos Santos Rosa).

Os Kalunga tendo todo esse aparato de lições teóricas e metodológicas e de vivências vão aprendendo a reivindicar pelo seu espaço tanto na sociedade, como na própria universidade:

As coisas que não foram agradando a gente foi aprendendo a gritar. Eu lembro que os quilombolas eram muito poucos, acho que, não era maioria, tinha muito assentados, aquele pessoal do MST, aí os professores entravam na sala e não falavam nada da realidade dos quilombolas, só falavam coisas que vinham do assentamento, e a gente começou a falar, que aqui só estava falando pros assentamentos e aí a gente veio de uma outra realidade, ninguém cita a nossa área, aí eles foram se tocando, depois eles entraram no ritmo da nossa reclamação e hoje acho que é o contrário, porque já tem gente reclamando que a gente é mais pautado. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Então para os Kalunga a universidade é um instrumento de luta e resistência na construção do direito à cidadania (BRANDÃO, 1996). Para a permanência no curso, todos os Kalunga contaram com recebimento de bolsa, seja Pibid, PET ou Permanência. O recebimento da bolsa é importante para a manutenção na universidade, não só lá, mas também em casa:

A bolsa ajuda em tudo, porque eu tenho dois filhos, quando eu comecei eu não tinha emprego, eu vim começar a trabalhar agora, esse ano. Então, quando eu saio tenho que deixar tudo, tenho que deixar comida *pros* meus filhos, deixar as coisas. Também tenho que [me] manter lá [na universidade], comprar livros, porque tudo a faculdade pede, pede bastante livros pra estudar, xerox [...] (Romes dos Santos Rosa).

É, mas a maioria, a gente vai de lotação e de lotação eles deixam a gente mais perto do alojamento. Como a gente vai com muita bagagem. É, a gente tira do bolso e essa bolsa ajuda bastante também. (Adão Fernandes da Cunha).

O Projeto de Extensão Ciranda infantil da UnB foi outro motivador para estarem na universidade, principalmente para as estudantes Kalunga. O projeto tem como objetivo oferecer o serviço de educação infantil para os filhos dos estudantes da LEdoC, durante o Tempo Escola. Visa, ainda, desenvolver atividades educativas com as crianças envolvendo os estudantes do curso, proporcionando-lhes maior domínio do uso de recursos didáticos diversos, assim como uma experiência educativa com uma das etapas do desenvolvimento humano.

Aí quando eu falo que eles pensaram num curso, que a gente não tinha desculpa pra não continuar, porque eles tiveram o cuidado de pensar até nas crianças. Quem tem criança de 0 a 4 anos, podia levar, e lá eles pensaram no grupo de pessoas que ia cuidar dos filhos, que chamavam de cirandeiras. As cirandeiras tinham todo o cuidado com os filhos, tem uma área reservada só pra ela fazer alguma atividade com as crianças e as mães ficarem em paz, eu mesmo levei o meu, e quando ele não podia mais ir, porque tinha completado 6 anos, ele ficou triste demais [...] (Wanderleia dos Santos Rosa).

[...] os professores dão apoio pra gente, principalmente quando a gente é mãe e está com criança. A professora Eliete, principalmente ela, que é dona daquela ciranda lá, pra aquela ciranda acontecer. (Níecia Pereira dos Santos).

A LEdoC trouxe transformações para os estudantes Kalunga significativas:

O curso mudou muito, muito a minha vida. A questão do aprendizado e a questão da participação minha dentro da comunidade, mudou bastante, cresceu bastante o meu conhecimento, a UnB me ensinou a fazer tudo, me ensinou o caminho pra fazer as coisas. Não deu o peixe, mas me ensinou a pescar. (Vilmar Souza Santos).

É uma revolução na vida da pessoa, porque, por exemplo, graças a esse curso eu consegui me inserir na escola Joselina Francisco Maia pra dar aula. (João Francisco Maia)

Lá dentro, de coração, eu me sinto gente! Eu me sinto gente lá, porque o tratamento não tem diferenciação se é Kalunga ou não é, se é de assentamento ou não. Parece que eu nasci agora, conhecendo as coisas, não ter aquele medo, chegar lá na frente e falar, sabe, tô aprendendo. [...] O curso é um aprendizado, é um amadurecimento, porque você vê sua vida toda ali, tem textos que parece que vêm diretamente [...]. O curso é muito, muito bom. Eu só tenho que agradecer o curso e permanecer no curso. Mudou muita coisa. Mudou muito meu jeito de ver, de pensar. (Daiana dos Santos Dias).

Bom, eu vou falar assim, no que a LEdoC está ajudando a gente lá, porque nós vamos lá, e mesmo eles lá não tendo muito assim pessoas

Kalunga, ou seja, pessoas que estão morando na zona rural, eles adequam o conteúdo de acordo com a realidade da gente e isso ajuda para os professores que estejam lá fazendo e para os futuros, para adequar os conteúdos de acordo com o campo. (Erildo Fernandes de Souza).

A UnB mudou minha vida, muito, no sentido de conhecimento, de conviver com as pessoas, de conhecimento mesmo, porque às vezes a gente estudava no ensino médio e no final do ano parecia que a gente não aprendeu nada, e ficava assim: será que eu aprendi ou não? O que passou lá mesmo? [...] Mas no conhecimento, no modo de dar aula, principalmente, porque uma coisa que eu preferia mais assim era aprender a dar aula sem estar focado só no livro didático, assim trabalha outras coisas, eles falavam que podia trabalhar aqui na comunidade, falar da comunidade das plantas medicinais da comunidade, das culturas, só que nas escolas sempre segue aquela matriz curricular. (Niecia Pereira da Cunha).

E essas transformações já são observadas no cotidiano da comunidade Kalunga:

E hoje estou como presidente da Associação Kalunga devido ao movimento mesmo da UnB, do curso, ele traz você para o movimento, faz você participar mais das coisas da comunidade e apresentar lá também. (Vilmar Souza Santos).

Hoje eu sou secretária da Secretaria da Igualdade Racial da Mulher. Então aqui na comunidade, tenho lutado muito pra pode ajudar. (Wanderleia dos Santos Rosa).

Pelos relatos a universidade foi um espaço para o conhecimento, de cultura, de saberes, de encontro com a comunidade, mas principalmente de reconhecimento, de valorização e de construção da identidade Kalunga.

Porém, a falta de infraestrutura, de materiais didáticos de melhores condições trabalho para os professores ainda existem na comunidade. Esses continuam sendo os desafios que os estudantes Kalunga continuarão enfrentando depois de formados.

Os estudantes Kalunga que são professores sentem um pouco de dificuldade em trabalhar com mais autonomia em sala de aula, dizem que em razão do planejamento exigido pela Secretaria de Educação do município eles precisam seguir o que está na matriz. Diante disso, as práticas culturais são abordadas de forma bem tímida:

Tinha livro próprio do professor e próprio do aluno, às vezes eu passava alguma atividade no quadro, **algumas que eu queria passar fora do livro eu passava**, mas sempre tinha que seguir o livro, porque tinha a matriz pra seguir. (Necia Pereira dos Santos).

Eu uso mais uns livros que eles mandam da matriz, mas eu uso algumas coisas referentes à comunidade. (Romes dos Santos Rosa).

Essa questão de trabalhar questões voltadas para a comunidade, questão cultural, é um pouco difícil, era um pouco difícil, se bem que hoje não mudou muito coisa não, porque você tem que seguir aquele cronograma, você tem que seguir o planejamento, então a gente ficava muito preso no conteúdo. As aulas atividades a gente fazia outras coisas, então é nesse sentido. (Vilmar Souza Santos).

Mas há aqueles que mesmo sabendo que é preciso cumprir o planejamento, buscam associar o ensino com a realidade dos Kalunga.

Logo no início que trabalhei, era a primeira fase do ensino fundamental, um ano foi alfabetização, outro ano já foi segundo e terceiro ano. Assim, a minha preocupação era conseguir botar os alunos para aprender alguma coisa. Não me preocupava em passar muito conteúdo, a minha preocupação era saber se eles estavam aprendendo aquilo que eu estava passando. Essa metodologia ainda continuo aplicando até hoje, porque nós temos a carga horária; acredito que, na realidade, para nossa comunidade, a carga horária é pouca, mas a quantidade de matéria e conteúdo que a gente tem que trabalhar é bastante e a exigência também é muito, então eu busco dentro do meu conhecimento que eu já tenho de trabalhar, assim, interdisciplinar na escola. E aplicando, porque vejo que os alunos com maior necessidade, não só eles como eu também, a necessidade que eu não aprendi antes que eu já consigo, assim, entender melhor e aplicar pra eles dentro da realidade que a gente está vivendo. (Adão Fernandes da Cunha).

Uma realidade que não mudou nas escolas da comunidade é falta de infraestrutura, a falta de materiais didáticos e melhores condições para trabalhar como professor, realidade essa que eles testemunharam como estudante e agora como professor:

Assim o prédio é bom, mas não tem água, não tem energia. Agora a merenda pega água num córrego lá perto, mas agora secou, e o mais perto é o Paranã, que não é perto, é longe. Não sei nem como vai funcionar agora, aí volta que os alunos são prejudicados de novo, porque não tem água pra beber lá, aí você tem que liberar os alunos mais cedo, ao invés de trabalhar quatro horas, trabalha duas horas. (Genildo Fernandes Gonçalves).

Do Engenho II, era legal, era uma das melhores escolas, assim, que eu vejo, que tinha cadeira, tinha tudo, era legal. Agora em consideração [comparação] com outras escolas, ah, aí é difícil. Nem dá pra falar. (Vilmar Souza Santos).

As salas ainda são multisseriadas e para alguns professores isso pode interferir no aprendizado dos estudantes:

Porque não tem condições de um professor trabalhar com três turmas, você passando atividades pra uma e têm duas bagunçando, você vai passar atividade pra duas e aí ficam as outras duas sem fazer nada, por isso o ensino é precário. Se fosse um professor por série, aí desenvolvia a coisa, outra coisa, tem aluno do quinto ano, quarto e terceiro. No terceiro ano não escreve e não lê nada, no quarto alguns já sabem ler, no quinto tranqüilo aí no momento que estou desenvolvendo aqui, a leitura está fluindo aqui, aí quando você passa pra li, já engancha. Aí termina que nem um nem outro não aprende direito, fica tudo no mesmo lugar. Isso é retrocesso, porque prejudica os alunos, prejudica os que estão tentando aprender, os que sabem e assim não dá continuidade. [...] Não tem, o resultado, ao invés de se conseguir 100%, se consegue 40%, é pouco. (Genildo Fernandes Gonçalves).

A maioria dos estudantes da LEdoC são contratados para darem aula e muitas vezes recebem salários atrasados. Outros tiveram seus contratos cancelados por questões políticas:

Eu dava aula no [escola] Santo Antônio. [...] tava no meio do contrato, foi questões políticas também, que acaba muito influenciando e aí, porque os gestores, às vezes, pensam mais em tática política e acaba que [o professor] sai da escola. (Erildo Fernandes de Souza).

Então, outro problema, era pra eu estar de licença, [de gestante] mas eles cortaram meu contrato, não recebi licença, colocou um menino pra ser meu substituto, me enganou, enganou o substituto, até hoje eu não recebi licença, até hoje quem estava me substituindo também não recebeu. [...] Ele sim tava trabalhando de voluntário, outros professores, demorou, demorou, mas começou a receber no mês de maio. (Joelice Francisco Maia).

Eu trabalhei muito tempo de contratado. Todo ano renovava o contrato, inclusive trabalhei cinco meses e o governador não me pagou. Fui professor voluntário da comunidade. (risos). Três meses em 2007 e dois meses em 2008. (Vilmar Souza Santos).

Os Kalunga evidenciam nos seus relatos a satisfação, a alegria pela realização pessoal e coletiva que tem sido acessar o ensino superior. A educação universitária que recebem é transformadora em suas vidas, porque leva em conta suas experiências, parte delas para chegar a outros universos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Enfim, é uma educação crítica, que lhes permite desenvolver um olhar crítico sobre si mesmo e sobre outros mundos, próximo e distante. Uma educação que lhes enchem de orgulho, por serem Kalunga por serem quilombola.

Nesse sentido, pode-se dizer que através de suas falas, de suas práticas dentro e fora de sala de aula, os objetivos propostos pela LEdoC estão sendo alcançados, chegaram à população do campo, e com ajustes e adaptações, professores e estudantes recriam a proposta original para compreender os processos culturais, as estratégias de socialização, as relações de trabalho, as lutas cotidianas, as construções e reconstruções de identidades.

E essa política de inclusão, junto com outras como Pibid, PET e bolsa Permanência têm mostrado aos Kalunga possibilidades de estarem em uma universidade, oportunidade que eles não tinham nos governos anteriores ao do ex-Presidente Lula:

[...] ajudou muito e ainda está ajudando quem esta lá no curso, por isso que eu falo que, não sei se vai ser a Dilma, mas eu ainda voto em Dilma porque deve ser um programa que tem que continuar aqui para a comunidade. (Wanderleia dos Santos Rosa).

É verdade que estudantes e professores terão que enfrentar muitos desafios encontrados nas escolas de suas comunidades e no seu dia a dia como professor, como a falta de infraestrutura, a falta de materiais didáticos e melhores condições para trabalhar como professor.

De fato, as condições contratuais dos professores são precárias, por isso eles reivindicam a realização de concursos voltados para educação do campo: “*não é qualquer concurso [...] tem que especificar[...] educação do campo*”. (Genildo Fernandes Gonçalves). Atualmente, muitos não conseguem tomar posse nos concursos de que participam, neste sentido é fundamental que haja um diálogo com a UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e CONSED – Conselho

Nacional de Secretários de Educação para que os professores formados em Educação do Campo possam ser inseridos direto nas redes de ensino. Essa questão tem sido discutida na CONEC – Comissão de Educação do Campo e na Comissão Especial da Licenciatura em Educação do Campo, que tem buscado se articular com a UNDIME e o CONSED. Porém, até o momento, não há nenhum posicionamento das instituições. E assim, professores e professoras, articulados aos estudantes, deverão prosseguir com essas e outras lutas que estão e estarão colocadas na agenda do seu cotidiano.

Considerações finais

Quando iniciei as entrevistas com os estudantes Kalunga, estava extremamente ansiosa para ouvir suas histórias de vida, sua infância e o seu cotidiano escolar e o que percebi é que as narrativas, muitas delas, vieram carregadas de sentimentos às vezes nostálgicos, de alegrias, de tristezas, de risos e de emoções. Willians (1986, p. 42 *apud* Costa, 2001, p. 76) expõe que a narrativa, assim como a literatura e a arte em geral, estabelece a conexão entre o indivíduo e a sociedade, por meio dos sentimentos. Costa (2001) explica que a narrativa é um espaço privilegiado dos sentimentos; para a autora, é impossível entender a narrativa oral desvinculada de gestos, de evocações e de desenhos mímicos com as mãos.

Diante dessa explicação, lembrei-me de certos momentos das entrevistas em que os/as estudantes cantavam algumas músicas, ao rememorarem a infância, ou davam risadas, quando falavam das travessuras, e da tristeza ao narrarem suas experiências situadas nas dimensões do preconceito e da discriminação, tanto na adolescência quanto na fase adulta.

Eurotildes, professora de uma escola do campo e que também estudou em uma escola do campo, trazia em suas narrativas sentimentos de emoção ao lembrar que tinha depressão antes de ingressar na LEdoC e que a universidade foi a cura para a doença: “[...] foi meu remédio a faculdade, porque aí eu já passei a gostar de conversar com as pessoas[...]”. Lembrou com alegria e orgulho a primeira lição que teve na escola; ao recitar para mim a história da pamonha, deu muitas risadas, e quando rememorou sua infância, cantou.

Costa (2001) explica que a narrativa oral apresenta-se como forma de efetivação do mundo e que através da narrativa pode-se renascer a indignação política, desestimular o conformismo generalizado comum nos tempos atuais, propiciar um retorno ao encantamento do mundo e, assim, assegurar a continuidade entre palavra e vida.

Durante as entrevistas percebi que as narrativas sobre a infância eram mais longas e mais ricas em detalhes. E a conversa fluía de forma descontraída e sem a necessidade de estímulos. Para Benjamin (2009) “*a criança é ator social e produtora de*

cultura”. E as lembranças nessa fase são comuns a todos esses narradores, tais como a Romaria de Nossa Senhora D’Abadia, os brinquedos fabricados por eles, as canções de infância e o trabalho na roça. Lembranças com muitos detalhes da primeira escola, que era de palha, que não tinha cadeira para sentar, não tinham merenda e nem material didático e com muita dificuldade, os pais compravam cadernos e lápis.

Os castigos em sala de aula também eram lembranças marcantes, mas os Kalunga não associaram tristeza a essa lembrança e nem rancor, pelo contrário, ao relatarem esse momento achavam graça e riam de forma travessa, considerando, inclusive, que contribuiu para a sua formação como ser humano. Em outras palavras, parece que veem esse aspecto do passado da educação como algo arcaico, senão cômico, que provoca hoje mais risos que ira. Reação esta que inscreve tal rigidez ou autoritarismo pedagógico como algo “natural” para aquela época e aquele contexto, principalmente se não resultou em traumas em suas vidas, como parecem sugerir as narrativas. Porém, esses os castigos faz lembrar à época da escravidão, aonde os africanos escravizados eram açoitados pelos fazendeiros e donos de engenho, havendo semelhança de castigo existente há 128 anos.

É possível perceber que nos relatos dos Kalunga, ao lembrarem-se das brincadeiras na infância, eles revisitaram lugares e momentos fazendo com que surgissem sentimentos de saudades: “eu fui crescendo e conhecendo a vida, eu fui vendo que aquele tempo foi bom”. Lembraram dos rios, dos festejos, do recreio e dos encontros em família.

Pollack (1989), fazendo referência à análise da memória coletiva de Maurice Halbwachs fala da força dos diferentes pontos de referência que organizam a nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Esses pontos de referência são os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, as paisagens, as datas e personagens históricas, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música e as tradições culinárias. Para Halbwachs esses pontos de referência, de acordo com a tradição metodológica de Durkheim, podem se tornar indicadores empíricos da memória coletiva de um mesmo grupo, uma memória organizada com suas hierarquias e classificações e que, ao definir a um grupo, o que o diferencia do outro, fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras

sócio-culturais. Neste sentido, a força dessa memória coletiva esta ligada à duração, à continuidade e à estabilidade.

Confesso surpresa com a entrevista da Adilene da Conceição Dias. Ela foi estagiária no Projeto e na época estava grávida de oito meses. Era muito tímida, não falava quase nada. Suas respostas eram monossilábicas. Mas, no dia em que fomos entregar os livros na comunidade do Engenho II, Adilene surpreendeu a todos, estava falante e mencionou o quanto estava agradecida em fazer parte do Projeto, pois tinha aprendido muito com a Professora Nancy. Fiquei muito feliz quando Edymara me disse que Adilene tinha ingressado na Licenciatura, então quis muito entrevistá-la. Mas, quando nos encontramos para realizar a entrevista, reencontro-a tal como da primeira vez: introspectiva, tímida. Quando eu fazia as perguntas, geralmente as respostas eram monossilábicas: “sim”, “era”, “não”, “tinha”, ou então as respostas eram gestos positivo ou negativo. Ela não narrava as suas vivências com entusiasmo, como os outros Kalunga narravam. E durante toda a entrevista, manteve-se de cabeça baixa.

Neste sentido tentei buscar explicações em Pollack (1989) que menciona que muitas partes da história acabam por ser omitidas por serem consideradas vergonhosas ou inadequadas para fazerem parte da memória de um grupo, ou ainda, por opção dos próprios envolvidos, que têm dificuldade em relatar oralmente a sua experiência, ou porque não querem contar, narrar, desejam mesmo silenciar, por diferentes razões, pessoais ou coletivas. Situações traumáticas vivenciadas podem levar ao silenciamento, mas não ao esquecimento.

Já os relatos sobre a adolescência não apresentaram riqueza de detalhes, bem como o tom não era de empolgação ou entusiasmo. Essa percepção pode ser atribuída ao fato de que, nessa fase de suas vidas, deixavam suas comunidades e tinham que viver na cidade para dar continuidade aos seus estudos. Suas relações mudavam, pois muitos iam viver em casas de parentes ou conhecidos, passavam a trabalhar em alguma atividade urbana e a vivenciar outras situações, conforme indicam nos seus relatos.

De fato, ao chegar à cidade, *“tudo era diferente e difícil”*, como eles disseram. Na escola eles eram excluídos, recebiam apelidos e os professores não estavam preparados para trabalhar com aquela situação: preconceito, racismo e discriminação. A escola que antes era um espaço para estudar, reencontrar amigos e

brincar, se tornou um campo de experiência social de rejeição e disputa. Mas, os Kalunga não se intimidaram com isso, enfrentaram com muita coragem e sabedoria, e perseveraram na conclusão dos estudos do ensino fundamental e médio: [...] *mas o que eu sempre tive foi humildade, abaixava a cabeça e fingia que não escutava muitas coisas. Meu primo parou de estudar, outras pessoas pararam de estudar. Eu não me arrependi não. Mas, eu continuei, terminei o fundamental e o ensino médio e também sempre ligado nos movimentos também, participei bastante, aí tive a oportunidade de terminar os estudos.*

As experiências vivenciadas pelas mulheres eram diferentes dos homens no que se refere à mudança de cidade. Os homens, todos, foram para Cavalcante e trabalhavam como diaristas: *tipo ajudante de pedreiro, limpar chácara*. Já as mulheres foram mais audaciosas, pois foram buscar oportunidades de trabalho em Brasília: *Pra falar a verdade eu estava louca por um emprego. Quando eu estava terminando o ensino médio eu fiz estágio na Telebrás, celular, e aí pra mim tudo era ter um emprego e eu fiquei muito confiante que eu ia é me efetivar ali e acabou que não deu certo, foi privatizada.*

A Licenciatura em Educação do Campo foi algo inovador para os Kalunga, pois, os primeiros a participar do processo seletivo não ouviram falar sobre o curso. Então, tudo foi novidade, desde o processo de inscrição à realização do processo seletivo. Muitos receberam a notícia de aprovação com descrença.

As narrativas sobre o percurso ao ensino superior foram mais otimistas. Inicialmente, eles tiveram o período de adaptação, pois o curso é ministrado em Brasília, em Planaltina, denominada região administrativa do Distrito Federal, antes Cidade Satélite. Eles viviam em alojamentos, dividindo o espaço com estudantes dos movimentos sociais e de assentamentos. *“Foi um choque”*, como eles disseram. Conviver com pessoas de culturas diferentes *“foi difícil”*. Mas, a convivência com os outros trouxe conhecimento e amizade. *“Quebrou preconceitos”*. Entre eles havia a barreira do preconceito de ambas as partes, isso por desconhecer o desconhecido, mas a convivência trouxe para ambos a troca de experiências.

E essa convivência com colegas de outros movimentos sociais ampliou a consciência social, reforçando suas identidades, fortalecendo suas lutas pela terra, suas

esperanças por outro mundo. A troca de experiências entre os Kalunga e os MST geravam outros conhecimentos, outras práticas, outras possibilidades.

Além disso, desconstruiu os estereótipos sociais, provocou rupturas nos valores e pensamentos de ambos os grupos, gerando aprendizagens no campo político, principalmente para os Kalunga, que vão se sentindo mais encorajados para reivindicar, para lutar por melhorias de suas condições na Universidade e também fora dela.

Os estudantes Kalunga também enfrentaram o preconceito, a discriminação de estudantes de outros cursos da UnB, muitas vezes eram chamados de “*roceiros*”, “*porcadas*”, mas eles seguiram se reconstruindo, buscando as ferramentas que pudessem lhes levar a ter outros conhecimentos, a entrar em outros mundos.

Em seus relatos, esse ambiente acadêmico de rejeição foi se alterando, na medida em que eles resistiam e buscavam criar uma convivência acadêmica com outros estudantes dentro do curso de licenciatura, durante o Tempo Escola ou Tempo Universidade. Neste tempo, os estudantes permanecem na Universidade de 50 a 60 dias, é o tempo presencial, onde são desenvolvidas as aulas e orientações para trabalhos práticos nas comunidades de origem e para o desenvolvimento de todos os outros tempos educativo. Já o Tempo Comunidade é o período em que os estudantes estão em suas comunidades, desenvolvendo suas práticas, bem como outras atividades do Curso, de estudo e pesquisa. Esses Tempos são denominados de pedagogia da alternância.

No Tempo Comunidade, os estudantes Kalunga tiveram que realizar atividades que envolvessem a escola e a comunidade Kalunga. Esse estreitamento fez com que os estudantes reencontrassem parentes e descobrissem laços de parentesco com outros Kalunga. Para os estudantes Kalunga essas atividades realizadas no Tempo Comunidade e no Tempo Escola promoveram o fortalecimento da cultura Kalunga e o reconhecimento da sua identidade, visto que as práticas culturais são observadas no curso, com debates e reflexões.

A partir dessas atividades os estudantes, com uma perspectiva crítica, interagem com as pessoas e grupos de sua comunidade, reconstruindo memórias, histórias, atualizando o passado, debatendo questões que ficaram para trás e situando-as no presente, quais sejam, conflitos internos e externos à comunidade. Os estudantes, ao re-visitarem as pessoas de suas comunidades, estão também revisitando a si mesmos,

seus valores, suas posturas e assim refazendo suas tradições, modificando-as através de outras práticas de contato e de percepção de si e do outro.

Os estudantes Kalunga mencionaram que o curso fez com que eles compreendessem os processos culturais, as estratégias de socialização, as relações de trabalho, as lutas cotidianas para manterem suas identidades. Fica evidente nos seus relatos a satisfação, a alegria pela realização pessoal e coletiva que tem sido acessar o ensino superior. A educação universitária que recebem é transformadora em suas vidas, porque leva em conta suas experiências, parte delas para chegar a outros universos, sociais, culturais, políticos e econômicos. Enfim, é uma educação crítica, que lhes permite desenvolver um olhar crítico sobre si mesmo e sobre outros mundos, próximo e distante. Uma educação que lhes enchem de orgulho, por serem Kalunga por serem quilombola.

Desta forma, a existência de Políticas Públicas de Educação Inclusivas foram fundamentais para que a comunidade Kalunga acessasse e ampliasse sua formação educacional, e essa política, junto com outras como Pibid, PET e bolsa Permanência têm mostrado aos Kalunga possibilidades de estarem e permanecerem em uma universidade, oportunidade que eles não tinham em governos anteriores ao do ex-Presidente Lula.

A partir das memórias dos estudantes Kalunga, interpretadas, articuladas e organizadas por mim, busquei compreender suas experiências e trajetórias no ensino fundamental e no superior. Essas experiências foram se estruturando através das relações familiares, escolares e de trabalho. Então, dentro e fora da comunidade foi se construindo e reconstruindo-se a identidade dos Kalunga, enquanto um processo mesmo, e que prossegue em construção, enquanto uma história aberta.

Compreendo que suas memórias, quando narradas, por isso atualizadas, (Benjamin, 1987), questionam suas condições passadas de vida social, bem como as histórias das suas comunidades Kalunga e a História do grupo quilombola como um todo. Emergem daí uma outra história, construída por eles e por elas, enquanto sujeitos do conhecimento, sujeitos das lutas cotidianas por direitos sociais e culturais, enfim, pelo reconhecimento de um lugar na sociedade para suas identidades, suas diferenças e suas semelhanças com outros grupos (NUNES, 2010).

No caminhar desta investigação, fios teóricos, categorias, temas foram sendo entretecidos, formando urdiduras que, conforme Magalhães (2013), tratam-se de uma metáfora, no sentido de um conjunto de fios preparatórios da trama, que vão sendo dispostos para que entre eles passem os outros fios do tecido da memória e da história. As comunidades Kalunga, no passado e no presente, seguem com suas urdiduras e tramas, fios rompidos, fios reconstruídos, num processo permanente de construção e reconstrução de direitos à terra ou ao território, à educação, à saúde, à suas identidades, memórias e histórias.

E é nesse processo de construção e reconstrução permanente da identidade que a memória tem um papel fundamental, posto que é nela que se encontram os elementos particulares a cada indivíduo e que podem ser verificados na história de vida dos estudantes Kalunga. Através da memória – ponte entre o passado e presente – os estudantes Kalunga foram contando a sua história de vida - da infância à fase adulta – e a partir de seus relatos foram observados como eles agiam na recriação de suas identidades.

E por fim transmito a mensagem do Vilmar Souza Santos para os Kalunga: *Eu gostaria de deixar [um] recado para os novos estudantes que estão entrando agora, que leve os estudos com mais vontade mesmo, porque ter a oportunidade que eu tive de estar falando e participando [...] dentro da universidade, então que eles lutem, levantem a cabeça e não deixem a história, a luta de nossos antepassados descer por água abaixo, que lutem, que tenham orgulho de ser kalungueiro e que defendam nosso povo, e sugam o máximo possível dos professores lá, sabe, e não deixem passar por acaso. [...] erguer a cabeça e deixar para nossos filhos o que nós conseguimos agora, que é muito importante, porque esse curso, o que eu vejo [...] é um curso que não vai acabar, mas se a gente não firmar, ele pode acabar, e se ele acabar, como é que nossos filhos terão a oportunidade de estudar um curso superior bom? Porque eu acho um curso muito bom [...], então a gente tem que pensar, não só na gente, mas nos nossos filhos e no dia de amanhã também e na oportunidade de fazer um curso superior e com qualidade também.*

Desta forma, compreendo que a mensagem é uma convocação para que os Kalunga lutem pela história da comunidade Kalunga, pois essa história é o lugar de aproximação do passado com o presente. Adentrar no celeiro da memória significa se

conscientizar de que cada vida singular é parte de uma história maior. A história da comunidade Kalunga não se esgota nunca, pelo contrário, cria sempre um novo começo a partir do encontro dos relatos entre as gerações. (MAGALHÃES, 2013).

Referências

- ACCIOLI, N. T. *José Gonçalves da Silva à Nação Brasileira: O tráfico ilegal de escravos no antigo Cabo Frio*. Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura, 2011
- ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- _____, V. *Ouvir Contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALENCASTRO, L. F. *Continuidade histórica do luso-brasileirismo*. Novos Estudos CEBRAP, nº 32, março 1992, pp. 77-84.
- ALMEIDA, M. G. *Dilemas territoriais e identitários em sítios patrimonializados-os Kalunga de Goiás*. In: Cerrados perspectivas e olhares. Goiânia: Vieira, 2010.
- _____. *Territórios de Quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás – patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado*. Revista Ateliê Geográfico – edição especial, Goiânia, v. 1, n. 9, p.36-63, 2010b.
- ANJOS, R. S. A. *A África brasileira – espaços geográficos da diáspora & do candomblé*. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, V.3, N.2 (2012), 31:44. Disponível: <<http://inseer.ibict.br/ciga/index.php/ciga/article/viewFile/159/122>>
- _____. Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial Cartogeo (2014), p. 332-350.
- ARAGÃO, M; FREITAS, A. G. B. de. *Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano*. Conjectura, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>>
- ARENHART, D. *Infância e Trabalho: refletindo essa relação a partir dos indicativos das crianças e do MST*. Revista Linhas, Florianópolis, v. 7, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1338>>
- ARROYO, M; CALDART, S.S; MOLINA, M.C (orgs). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. *A educação básica e o movimento social do campo*. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.
- BAIOCCHI, M. Kalunga – a sagrada terra. Ver. FAc. Dir. UFG, v. 19/20, n. 1, p. 107-120, jan/dez. 1995/96.
- _____, M. *Kalunga: Povo da Terra*. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999.
- BARONE, L. M. C. *Literatura e construção da identidade*. Rev. Psicopedagogia 2007; 24(74): 110-6. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v24n74/v24n74a02.pdf>>. Acesso: 12/12/2015.
- BITIOLI, M.; TORNIOSSO, J. P. *História e cultura Afro-Brasileira no currículo escolar*. Revista Fafibe Online. 2013
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. *Decreto nº 7352, de 4 de novembro de 2010*. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (MEC/SECADI), Secretaria de Educação Básica (MEC/SEB). Do parecer: *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Parecer CNE/CEB nº 16/2012. Relatora: Nilma Lino Gomes. Brasília, p. 79. Brasil, Brasília. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. 05/06/2012.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação dá outras providências. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>

_____. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>

BENJAMIN, W. *Experiência e pobreza*. In: Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política. São Paulo:Brasiliense;1996. (Trabalho publicado originalmente em 1933)

_____. *O Narrador. Obras Escolhidas. Magia e Técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paul Rouanet. 3ª. Ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987.

_____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas Volume 1. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Gagnebin, J. Marie. 3ª. Ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987

_____. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. Posfácio de Flávio Di Giorgi. Trad. Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2009 (2ª Edição)

_____. Sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. Prefácio Gagnebin, J. Marie. 3ª. Ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1987

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação Qualitativa em Educação*. Portugal, Porto: Porto Editora, 1994.

BRANDÃO, C. B. (et al). *O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação*/Carlos Rodrigues Brandão (et al). Rio de Janeiro: IPHAN/DEPRON, 1996.

BRANDÃO, C. B. *Cultura Popular e Educação*. Documentário: 01/10/2007. Disponível em: <<http://tvescola.mec.gov.br/tve/serie/salto/entrevista/carlos-rodrigues-brandao>>. Acesso 16/01/2016.

_____. *Cultura, educação e interação*. in: Brandão, Carlos Rodrigues *et al.* O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: Iphan/Depron, 1996.

_____. *A comunidade tradicional*. In Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais dos sertões roseanos. Montes Claros: 2010 (Relatório de Pesquisa). Disponível:

<<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/a%20comunidade%20trad160.pdf>>. Acesso em: 04/07/2014.

BRANDÃO, C. B.; LEAL, A. *Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir*. Revista da Anpege, v. 8, n. 9, p. 73-91, jan/jul2012

CAETANO, L (2010), *Entre Vãos*. Direção Luísa Caetano. Produtor Luísa Caetano e Ana Paula Rabelo. Som Direto Renato Telles. Fotografia Carol Matias e Elias Guerra. Trilha Anibal Diniz e Victor Valentim. Brasília, 2010, 19'50''.

CANCLINI, N. G. *Encuentro de cultura*. San Luis Potosí, 2013. Conferencia Magistral Jóvenes Creativos y desarrollo Cultural en México. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=CpDS5474Znk>>.

_____. Entrevista gravada durante a 8ª Bienal do Mercosul, em Porto Alegre, RS. Disponível no site: <http://www.youtube.com/watch?v=t3ZntEDVLU4&playnext=1&list=PL73C7195CD5639913&feature=results_video>

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com Aspas*, São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CARVALHO, A. M. M. *Ciranda, cirandinha – prazer de brincar e de ser feliz*. Videre Futura. Revista Científica Digital. Ano 1. Volume 1. Ago/Dez de 2010. Disponível em: <http://viderefutura.riobrancofac.edu.br/site/Artigos/111225_Ciranda.pdf>. Acesso em: 06/01/2016.

CHISTÉ, T. M. *Os processos de constituição identitária da criança negra na comunidade quilombola de Araçatiba/ES: tecendo algumas reflexões*. Educação do Campo e Infâncias. In: organização Erineu Foerste... [et al.]. 1ª Ed. Curitiba: PR: CRV, 2015. 81-96.

COSTA, C. B. *Memórias compartilhadas: os contadores de história*. Cléria Botelho da Costa, Nancy Alessio Magalhães (orgs). Brasília, Paralelo 15, 2001.73-84.

COSTA, C. C. L. da. *Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, 2014*. Disponível no site: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/comunidades-tradicionais-de-matriz-africana>>

COSTA, E. D; MATSUMOTO, R. K. *Memórias e identidades Kalunga em cena*. Trabalho apresentado no Anais do VII Congresso da ABRACE – Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. Tempos de Memória: vestígios, ressonâncias e mutações. Porto Alegre. Out. 2012.

COSTA, E. V. *A abolição*. 9ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010

CUNHA, A. F. *Sustentabilidade ambiental na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma pesquisa na perspectiva ecolinguística*. Brasília, 2015. 72p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. FACULDADE DE PLANALTINA-FUP. Brasília, 2015.

DINIZ, E. (2015), *Memórias e Identidades Kalunga em Cena*. Direção, roteiro, edição e pesquisa Edymara Diniz. Câmeras: Edymara Diniz, Anesty T. Santos, Leandro Bulhões e Luiz Mascarenhas. Fotografia: Edymara Diniz, Leandro Bulhões, Jurandir Silva, Richard Avólio. Orientadora Roberta Matsumoto. Realização ONG TERRA, 2015, 17'08''. (resultado de uma pesquisa de mestrado do Programa de Pós Graduação em Arte da Universidade de Brasília – UnB).

DIEHL, A. A. *Cultura historiográfica: memória, identidade e representação*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

ETNICORACIAL. *Cadara*. Disponível no site: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/>>

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. *O campo da educação do campo*. Disponível no site: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>>.

FERNANDES DOS SANTOS, N. *Romaria de São Gonçalo: Festa e tradição na comunidade Vão do Moleque*. Brasília, Universidade de Brasília – UnB, 2013. 64p. Trabalho de conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. Faculdade de Planaltina da Universidade de Brasília – UnB. Brasília, 2013.

FERREIRA, A. S. *Ciranda, cirandinha vamos todos cirandar....* (2014). Disponível no site: <<http://enalic2014.com.br/anais/anexos/371.pdf>>. Acesso em 06/01/2016.

FRANCISCO MAIA, J. *História e memória da Comunidade Kalunga Engenho II*. Brasília, 2014. 71p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. Faculdade de Planaltina- FUP. Brasília, 2014.

GAMBOA, Z (2004), *Herói de Zezé*. Direção Zezé Gamboa. Roteiro Carla Baptista, Pierre-Marie Goulet, Fernando Vendrell. Angola, 2004, 97 min.

GATTI, B. *Formação de professores no Proformação: unindo a teoria e a prática num sistema de educação a distância*. Fundação Carlos Chagas/PUC-SP. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/vol2b.pdf>>. Acesso em 09/01/2016.

GEERTZ, C. *A interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC. 1ª Ed., reimpr, 2008.

GOMES, N. L. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no brasil: uma breve discussão*. (s/d). Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 01/10/2014.

GONÇALVES, J. *Relato de guerra extrema*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GRUPO PERMANENTE DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. *Proposta do Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPT/MEC) para o Plano Nacional de Educação*. Aprovado pela plenária do GPT de Educação do Campo em 09.12.2005. Disponível em: <https://www.contag.org.br/imagens/f304Plano_Nacional_%20de_Educacao_%20do_%20Campo.pdf>

HACKBART, R. *Apresentação do livro Educação do Campo: campo - políticas públicas – educação / Bernardo Mançano Fernandes ... [et al.] ; organizadora, Clarice Aparecida dos Santos*. -- Brasília: Incri ; MDA, 2008 109P.

HAESBAERT, R. *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. In: Encontro de Geógrafos da América Latina - EGAL, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: Universidade de São Paulo-USP, 2005. pp. 6774-6792. CD.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guarareira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP& a Editora, 2006. 104p. título original: THE QUESTION OF CULTURAL IDENTITY.

HATZFELD, J. - *Uma temporada de facções: Relatos do genocídio em Ruanda*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Quilombolas. etapas da regularização quilombola*. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em 10/09/2014.

KLEIN, H.S; VINSON III, B. *A escravidão africana na América Latina e Caribe*. Trad. Laura Teixeira Motta. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

KOLLING, E. J.; NÉRY, I.; MOLINA, M. C. (org). *Por uma educação básica do campo (memória)*. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 1).

LARAIA, R. de B. *Cultura: um conceito antropológico*. Zahar. Rio de Janeiro, 1986, pg. 63.

LEAL, H. *Quilombo – Uma aventura no Vão de Almas*. São Paulo: Mercuryo, 1995.

LE VEM, M. M.; FARIA, E.; MOTTA, M. M. de S. História oral de vida: o instante da entrevista. In: Os desafios contemporâneos da História Oral. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson (org). Campinas: Área de publicação CMU/Unicamp, 1997.

LIMA, V. R. *Problemas metodológicos da história oral*. Exposição oral de Valentina da Rocha Lima no I Seminário de História Oral em Salvador, 7-10 março, 1983.

LOIOLA, M. L. *Trajetórias para liberdade: escravos e libertos na capitania de Goiás*. Goiânia: Ed. UFG, 2009.

MACHADO, C. dos S. *Formação de educadores e a construção da escola do campo: um estudo sobre a prática educativa no Colégio Estadual Vale da Esperança – Formosa/GO*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. (2014). <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15896/1/2014_CatarinaSantosMachado.pdf>

MAGALHÃES, N. A. *Direitos e vontades de deixar marcas. a terra como patrimônio histórico* (Guarantã do Norte, MT). *Projeto História, São Paulo, n.33, p. 119-130, dez. 2006*

_____. *Memórias de Angola: trânsitos identitários em processos narrativos*. X Encontro Nacional de História Oral Testemunhos: História e Política. Recife, 26 a 30 de abril de 2010, UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

_____. *Marcas da terra marcas na terra. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico Guarantã do Norte – MT (1984-1990)*. Brasília: Editora UnB, 2013.

_____. *Narradores: vozes e poderes de diferentes pensadores*. In: Contar história, fazer história. Cléria Botelho da Costa, Nancy Alessio Magalhães (orgs). Brasília, Paralelo 15, 2001. 85-107

_____. *Narrativas em vídeo: oral e visual como experiência de configuração de sentidos e temporalidades na história*. Trabalho apresentado no GT Linguagem áudio-visual, no VI Encontro Nacional de História Oral, promovido pela ABHO – Associação Brasileira de História Oral, em São Paulo, de 28 a 31 de maio de 2002.

_____. *Senhora D'Abadia. Festejo Kalunga no Vão de Almas. Cavalcante-GO*. 1. ed. Brasília: Verbis, 2013. v. 1. 116p .

_____. *Memórias de Angola no filme "O Herói"*. XXV Nacional de História. História e Ética - 12 a 17 de julho de 2009. Universidade Federal do Ceará (UFC) - Fortaleza – Ceará.

MAGALHÃES, N. A.; MATSUMOTO, R. K.; NUNES, J. W. *Memória e História Oral: esquecimento e lembrança no movimento de identidades*. BARBATO, S. MATSUMOTO, R. K. (orgs). Cadernos do CEAM-NECOIM, ANO IV – Nº 15 – Oralidade e outras linguagens. UnB/Brasília, 2005.

MAGALHÃES, N. A; KOYANAGI, R. *Ensaio fotográfico: Rancho Kalunga*. RPD, 2013, 1ª Ed., nº 01, p. 198-201. Disponível no site: <<http://periodicos.unb.br/index.php/perspectivasdodesenvolvimento/article/view/9827>>.

MAGALHÃES, N. A; MATSUMOTO, R. K. (orgs). *Entreves. Memórias de estudantes angolano e de moradores Kalunga (Brasil-Angola)*. Brasília: Editora LGE, 2009.

MAGALHÃES, N. A; KOYANAGI, R; DINIZ, E. *Apresentação*. In: Senhora D'Abadia: festejo Kalunga no Vão de Almas, Cavalcante, Goiás/Nancy Alessio Magalhães (org). Brasília: Verbis Editora, 2013. P. 09-16.

MAGALHÃES, N. A ; COSTA, Edymara Diniz. ; BULHÕES DE JESUS, Leandro Santos ; KOYANAGI, R. . *Senhora D'Abadia. Festejo Kalunga no Vão de Almas. Cavalcante-GO*. 2013. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Documentário em vídeo).

MAIA, J. F. *Densidade de indivíduos de Xylopia aromatica (pimenta de macaco) em uma área da comunidade Kalunga Engenho II, Cavalcante – Goiás*. Brasília, 2013. 36p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. Faculdade de Planaltina- FUP. Brasília, 2013.

MARINHO, T. A. *Identidade e reconhecimento: nexos, práticas e consumo entre os Kalunga*. Latitude, Vol. 2, nº2, pp.123-142, 2008. Disponível em: <www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/download/160/143>. Acesso em 12/01/2015.

MATOS, O. *Os Arcanos do Inteiramente Outro: A Escola de Frankfurt, a Melancolia e a Revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1989. pp. 31-32.

MBEMBE, A. *As formas africanas de auto-inscrição*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 23, nº 1, 2001, pp. 171-209.

MERCATELLI, R. Reportagem: *Um doloroso enigma de 200 anos Mais de 5 mil fragmentos arqueológicos encontrados em um cemitério abandonado há mais de 160 anos ajudam pesquisadores a desvendar um dos episódios mais cruéis da*

história do Brasil. Revista Leituras da História. Portal Ciência e Vida, 2012, edição 51. Disponível em: <<http://leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/51/artigo263552-1.asp>>

MESSIAS, N. C. *RELIGIOSIDADE E DEVOÇÃO: AS FESTAS DO DIVINO E DO ROSÁRIO EM MONTE DO CARMO E EM NATIVIDADE – TO*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. 352 pág. Disponível em: <https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Tese_Noeci_Carvalho_Messias.pdf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros (CADARA)*. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/cadara>>. Acesso em 01/02/2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *ProCampo – Licenciatura em Educação do Campo*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12394&Itemid=679>. Acesso em 26/06/2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Uma História do povo Kalunga*. Brasília: MEC/SEF, 2001.

MOLINA, M. C; SÁ, L. M. *A Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília: Estratégias Político-Pedagógicas na Formação de Educadores do Campo*. In: *Licenciaturas em Educação do Campo. Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFA e UFS)*. MOLINA, M. C; SÁ, L.M (orgs). Belo Horizonte: autêntica editora, 2011. 35-61.

MOREIRA, P.N.P. *Histórias e Memórias: algumas observações*. Disponível em: <<http://pablo.deassis.net.br/wp-content/uploads/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf>>

MOURA, C. (Org.) *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001. p. 21-31

_____. *Quilombos resistência ao escravismo*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

_____. *Rebeliões da Senzala*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. *Dialética Radical do Brasil Negro*. 2ª ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois co-edição com Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. E. M. de. *A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil*. (1637-1899), São Paulo, Edusp, 2000, 694 pp. Lilia Katri Moritz Schwarcz Professora do Departamento de Antropologia – USP. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v44n2/8840.pdf>>

MOURA, G; Scipioni, L. (fotos). *Festa dos Quilombos*. Editora UnB: Brasília, 2012.

MUNANGA, K (org). *Superando o racismo na escola*. 2ª edição revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, K; GOMES, N. L. *O negro no Brasil de hoje*. Coleção para entender. São Paulo: Global, 2006

NUNES, J. W. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Snnablume, 2010.

- ORTIZ, Renato. *Cultura e Desenvolvimento*. Disponível em: <portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download...ortiz.pdf>.
- OLIVA, A. R. *O ensino da História Africana: a presença da África nos manuais escolares brasileiros e portugueses (1990-2004). Identidades, memórias e histórias, em terras africanas*. Selma Pantoja (org). Brasília: LGE Editora, Luanda: Nizila, 2006. 192p
- PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos (CRQS) em 2015*. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/crqs/lista-das-crqs-certificadas-ate-23-02-2015.pdf>>
- PANTOJA, S. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.
- PASQUETTI, L. A. *Educadores do Campo: nós entramos na Universidade de Brasília. 2010*. Trabalho apresentado no X Encontro Nacional de História Oral. Testemunhos: História e Política, Recife, 2010.
- PEREIRA, J. C. M. S. da. *À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, IPHAN, 2007. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204431/4101445/livro_cemiterio.pdf>
- PINTO, H.P. *O global e o local na construção de práticas curriculares*. São Paulo, 2005. 254p. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação (Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2005.
- QUEIROZ, A. J. B. P. *A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo*. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 14, nº 14, pp 37-46 – jan-jun/2011.
- QUEIROZ, A. DE C. *Projeto Interação e políticas públicas atuais: afinidades e repercussões*. Palestra proferida no Seminário “33 anos do Projeto Interação em Brasília”, realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2014 no auditório do Instituto de Ciências Biológicas da UnB.
- REIS, J. J. *O Povo Negro*. Revista USP, São Paulo (28):14-39, dezembro/fevereiro95/96
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro. A formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras. 2ª Edição. São Paulo: 1995.
- ROSA, W. S. *Rezas, rezadeiras e juventude na Comunidade Vão de Almas, Cavalcante GO*. Brasília, 2013. 55p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. Faculdade de Planaltina- FUP. Brasília, 2013.
- ROSARIO, V. L. do. *Trabalhando a história e cultura africana e afrobrasileira com textos não escolares nas aulas de Sociologia*. Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_ufpr_socio_pdp_vera_lucia_do_rosario.pdf>
- ROUSSO, H. *A memória não é mais o que era*. In: Usos e Abusos da História Oral. FERREIRA, M.M; AMADO, J (coord). Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SANTOS ROSA, R. A produção agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas: um estudo de caso. Brasília, 2016. 46p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. Faculdade de Planaltina- FUP. Brasília, 2016.

SANTA'NA, A. O. de. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, A. J. G. *Terreiro Mokambo: espaço de aprendizagem e memória do legado banto no Brasil*. Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Novembro/2008. 124 fls. <http://www.cdi.uneb.br/pdfs/educacao/2008/anselmo_jose_da_gama_santos.pdf>

SANTOS, C. A. dos. *Educação do campo e políticas públicas no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais do campo na instituição de políticas públicas e a licenciatura em educação do campo na Unb*. Brasília : Líber Livro, 2012. 154 p. --.

SANTOS ROSA, E. Os costumes e as tradições da comunidade Vão de Almas Cavalcante GO. Brasília, 2014. 46p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. Faculdade de Planaltina- FUP. Brasília, 2014.

SANTOS, M. *et al.* *O retorno do território*. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de;

SANTOS, R. F. dos; ANTONELLO, I. T. *Algumas considerações acerca da territorialidade*. Disponível em: <http://www.dge.uem.br/gavich/downloads/semana07/ARTIGOS/eixo_4_metodologia_educacao/44.pdf>. Acesso em 27/05/2016.

SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território*. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

_____. *Espaço do Cidadão*. 7ª. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SARMENTO, M. J. *Crianças: educação, culturas e cidadania activa Refletindo em torno de uma proposta de trabalho*. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 01, p. 17-40, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html>>.

SCHLESENER. A. H. Educação e infância em alguns escritos de Walter Benjamin. Paidéia jan.-abr. 2011, Vol. 21, No. 48, 129-135. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v21n48/a15v21n48.pdf>>. Acesso em: 12/01/2016.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M.; Carvalho, M. C. P. de. *A Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e Território nas definições teóricas*. Ambiente & Sociedade - Ano V – Nº 10 – 1º Semestre de 2002.

SCHWARCZ, L. K. M. Resenha do livro *A travessia da Calunga Grande. Três séculos de imagens sobre o Negro no Brasil. (1637-1899)*, do autor Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo, Edusp, 2000, 694 pp. Revista de Antropologia, São Paulo, USP, 2001, v. 44 nº 2. Disponível no site: <<http://www.scielo.br/pdf/ra/v44n2/8840.pdf>>

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Uma história do povo Kalunga / Secretaria de Educação Fundamental - MEC ; SEF , 2001*

SILVA, A. da C. *A manilha e o libambo. A escravidão na África de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. UFRJ, 2003.

SILVA, J. *STF adia julgamento da ADIN 3239, que trata de titulação de terras quilombolas*. 20 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/?p=36310>>

SILVA, M. B. *Repensando identidades: possibilidades de uma historiografia do negro em Goiás*. Trabalho apresentado no II Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/UCG. Setembro de 2009. Goiânia, GO.

SILVA, S.R. *Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra*. XII Coloquio de Geocritica. Bogotá, de 7 a 11 de maio de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>

SILVEIRA, E. S. *História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico*. MÉTIS: história & cultura – v. 6, n. 12, p. 35-44, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/viewFile/835/592>>

SILVEIRA, M. L. (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SIQUEIRA, T. T. *Do tempo da sussa ao tempo do forró. Música, festa, memória entre os Kalunga de Teresina de Goiás*. 2006. 135f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2006.

SISSAKO, A (2002), *Heremakono (À espera da felicidade)*. Direção Abderrahmane Sissako. Roteiro Abderrahmane Sissako. Fotografia Jacques Besse. Produtor Nicolas Royer, Maji-da Abdi. Maurîtânia, 2002, 100 min.

SOARES, A. A. *Kalunga o Direito de Existir (Questões Antropológicas e Jurídicas Sobre Remanescentes de Quilombos)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, Goiânia 1993

SOUZA, J. B.; SANTOS, J. J. R. dos; EUGÊNIO, B. G. *Avanços e desafios no processo de implementação da Lei 10639/03 na Rede Municipal de Ensino de Jequié-BA: os discursos do campo recontextualizador oficial*. *Práxis Educacional: Vitória da Conquista*. V. 11, nº 18, p. 177-197. Jan/abr. 2015.

SOUZA SANTOS, V. *A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga*. Brasília, 2013. 75p. Trabalho de Conclusão de curso. Licenciatura em Educação do Campo. FACULDADE DE PLANALTINA- FUP. Brasília, 2013.

TRAGTENBERG, M. *Pistrak: uma pedagogia socialista*. REVISTA ESPAÇO ACADÊMICO – ANO III – Nº 24 – MAIO DE 2003.

TRINDADE, D. R. da. *A alternância como elo articulador na formação de educadores e educadoras do campo*. CADERNOS CERU, série 2, v. 22, n. 1, junho de 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/29475/31334>>. Acesso em 01/10/2014.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1992.

UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010. *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880* / editado por J. F. A de Ajayi. – Brasília: UNESCO, 2010. 1032 p.

VALENTE, A. L. *Descompasso, desencontros e desconhecimento: as políticas públicas em território Kalunga*. In: Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais; ensinamentos a partir de casos. TONNEAU, J. P.; SABOURIN, E. (Org.). Porto Alegre, UFRGS, 2007.

VELLOSO, A.D. *Mapeando narrativas: uma análise do processo histórico-espacial da Comunidade do Engenho II – Kalunga*. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental e Territorial) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Brasília, 2007.

VEIGA, B. V. (2012), *Vida Kalunga*. Direção Betânia Victor Veiga. Produção Executiva Betânia Victor Veiga. Direção de fotografia Vagner Jabour. Produção Ana Cláudia Abreu e Beto Baiano. Arte e Design Gráfico Roger Regner. Técnico de Som Chico Borôro e Gustavo Campos. Edição de Som Dirceu Lustosa. Trilha Sonora Renato Matos. Assistência de direção Cláudia Carvalho. Roteiro Betânia Victor Veiga, Denise Farage e Juana Roberto. Montagem e finalização Juana Roberto. Brasília, 2012, 18’.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a História*. Trad. De Alda Baltar e Maria A. Kneipp. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992

VILLAS BÔAS, R. L. *Educação do campo, questões estruturais brasileiras e Formação de Professores*. In: Licenciaturas em Educação do Campo. Registros e reflexões a partir das experiências-piloto (UFMG; UnB; UFA e UFS). MOLINA, M. C; SÁ, L.M (orgs). Belo Horizonte: autêntica editora, 2011. 307-318.

WEBER, F. *A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo?* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 157-170, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a07.pdf>>

Anexo I

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. DADOS BIOGRÁFICOS

Você poderia me dizer o seu nome completo?

Onde você nasceu?

Quando você nasceu?

Ah! Então você sempre viveu aqui?

2. (Conta-me) ou me conta sobre sua infância. Quais são suas lembranças? O que era ser criança aqui nesta comunidade? Quais eram as brincadeiras? As canções?

TRABALHO

3. Você já trabalhava ao lado da sua mãe ou pai quando criança? Que tipo de trabalho era?

ESCOLA

4. E a escola? Tinha escola aqui?
5. Quando você foi pela primeira vez à escola? Que idade você tinha? A escola ficava perto de sua casa? Como você chegava até a escola? Você se lembra das ou dos/ da professores(as)? Como eles ensinavam, você se recorda? Era uma sala seriada?
6. O que era mais interessante, divertido nessa vida escolar que você tinha? O que era menos interessante ou aborrecido? A escola tinha relação com seu dia a dia na comunidade?
7. Tinha merenda escolar?
8. Seus pais valorizavam a escola? Estimulavam você ir para a escola, prosseguir nos seus estudos? Quando você terminou o equivalente ao primário, ou seja, a quarta série quantos anos você tinha?
9. Após o primário, como você fez para ingressar na quinta série?
10. Foi supletivo? Onde ficava a escola? Como você chegava à escola?

11. Fale de suas lembranças desse período? Como era ensinado, trabalhado o conteúdo escolar? O conteúdo estava relacionado com a sua experiência do dia a dia?
12. Como você ingressou no ensino médio? Foi supletivo?
13. Você sonhava fazer um curso universitário?
14. Você já era professor, antes de ingressar no curso universitário? Se afirmativo: conte-me sua experiência como professor, conteúdo, infraestrutura, dificuldades para o professor, para os estudantes, as alegrias, os resultados positivos.
15. Você trabalha em qual escola? É dentro da comunidade? É concursado?
16. Como você ficou sabendo do curso de Licenciatura em Educação do Campo?
17. Como foi o processo de seleção? Você é bolsista?
18. O conteúdo é adequado ao que vocês vivenciam na comunidade?
19. As práticas culturais das comunidades são observadas na LEDOC? Como são consideradas?
20. Há produção de materiais educativo-culturais em processo? Ou seja, se produz enquanto se ensina e aprende?
21. Explica como funciona a pedagogia da alternância. Quais os principais problemas que você apontaria no curso e quais seriam as sugestões que você teria como tentativas de solução?
22. Como você se vê neste contexto da Universidade?
23. O que mudou na sua vida com esse curso?
24. E na vida da comunidade, o que mudou com essa formação universitária sua e de seus colegas?
25. O que você gostaria de colocar e que eu não lhe perguntei?
26. Quer enviar alguma mensagem aos jovens Kalunga.

Anexo II

Termos Cessão de Direitos

Universidade de Brasília - UnB
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – CEAM
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Vilmar Souza Costa, CPF 98906887191,
RG 4254526 DSPC depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO,
através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares
da Universidade de Brasília - PPDS/CEAM/UnB, orientanda do Professor José Walter Nunes a
realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus
financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado, cujo tema é “Memórias de
estudantes Kalunga que cursam ou estão cursando o ensino superior”.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 29 de setembro de 2014.

Raquel Koyanagi

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDS/CEAM/UNB
120044471

Vilmar Souza Costa

Nome e assinatura

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /

Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Wanderleia dos Santos Rosa, CPF 658.128.591-51
RG —*—, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, AUTORIZO,
através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares
da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José Walter Nunes a
realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus
financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado, cujo tema é “Memórias de
estudantes Kalunga que cursam ou estão cursando o ensino superior”.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 29, de setembro de 2014.

Raquel Koyanagi
Matricula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Wanderleia dos Santos Rosa

Nome e assinatura



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu João Francisco Maia, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 04, de julho de 2015.

R. Koyanagi
Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

João F. Maia
Nome: _____
Telefone: (62) 96337416
Email: jkalunga.18@gmail.com



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Jéssie Francisco Maia, CPF _____,
RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 04, de julho de 2015.

R. Koyanagi
Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Jéssie Francisco Maia
Nome:
Telefone: (61) 96362484
Email: joyce.maia@yahoo.com.br

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /
Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Eurátildes dos Santos Rosa, CPF _____,
RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
qualquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N°
3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 04, de julho de 2015.

Rkoyanagi
Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Eurátildes dos Santos Rosa
Nome:
Telefone: (61) 96 77 53 20
Email:



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Daiama dos Santos Dias, CPF 019.498.361-41,
RG 2.282384, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientada do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 04, de julho de 2015.

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Daiama dos S. Dias

Nome:

Telefone: 16219847-8543 (61) 9949-2516.

Email: daiama.santos.cvc45@gmail.com

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /

Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Erildo Fernandes de Souza, CPF _____,
RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDS/CI/CEAM/UnB, orientada do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 05, de julho de 2015.

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDS/CI/CEAM/UNB
120044471

Erildo Fernandes de Souza

Nome:

Telefone: 062 93441398

Email: erildosouz@gmail.com

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /

Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Romero dos Santos Rosa, CPF _____, RG _____, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda, acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N° 3.298/1999, alterado pelo Decreto N° 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 05, de julho de 2015.

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Romero dos Santos Rosa

Nome:

Telefone: 62) 98277490

Email: romessantos9@gmail.com

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /
Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Nírcia Pereira dos Santos, CPF —x—,
RG —x—, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 13 de ~~julho~~^{AGOSTO} de 2015.

Raquel Koyanagi
Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Nome: Nírcia Pereira dos Santos
Telefone: (61) 98686885 - lannadossantosrosa@gmail
Email:



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Genildo Bernardes Gonçalves, CPF —x—,
RG —x—, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientada do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, ^{AGOSTO} ~~13~~ de ~~julho~~ de 2015.

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Nome:

Telefone: 62196097875

Email:

genildoCVC@gmail.com

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /
Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Ado Fernandes da Cunha, CPF 746.544.201-60
RG 5482742, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDSCI/CEAM/UnB, orientanda do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 13 de ~~julho~~ ^{AGOSTO} de 2015.

Raquel Koyanagi

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDSCI/CEAM/UNB
120044471

Ado Fernandes da Cunha

Nome:

Telefone:

Email:

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /

Site: www.ppgdsc.unb.br



TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu Adilene Bispo da Conceição, CPF —x—,
RG —x—, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos,
riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem
e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE),
AUTORIZO, através do presente termo, Raquel Koyanagi, doutoranda do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos
Multidisciplinares da Universidade de Brasília - PPDS/CEAM/UnB, orientanda do Professor José
Walter Nunes a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem
quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes para a elaboração da tese de doutorado.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos
para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor da doutoranda,
acima especificada, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das
crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos
idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º
3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Cavalcante, GO, 13 de ~~Julho~~ ^{AGOSTO} de 2015.

R. Koyanagi

Raquel Koyanagi
Matrícula PPDS/CEAM/UNB
120044471

Adilene B. da Conceição

Nome:
Telefone:
Email:

Secretaria de Pós-Graduação/Ceam
ICC Sul, módulo 08, subsolo
ppgdsc@gmail.com
Campus Universitário Darcy Ribeiro
Asa Norte - CEP 70910-900 Brasília - DF

Fone: 3107-6744 / 3107-6745
Email: ppgdsc@unb.br /
Site: www.ppgdsc.unb.br